



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**IVANDRO BATISTA DE QUEIROZ**

**SONHOS DE UMA LIBERDADE REPUBLICANA, NAS**  
**PÁGINAS DO JORNAL VERDADE, AREIA – PB**  
**(1888-1892)**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2021**

**IVANDRO BATISTA DE QUEIROZ**

**SONHOS DE UMA LIBERDADE REPUBLICANA, NAS  
PÁGINAS DO JORNAL VERDADE, AREIA – PB  
(1888-1892)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidade.

**Orientador: Professor Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2021**

Q3s Queiroz, Ivandro Batista de.

Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do Jornal Verdade, Areia - PB (1888-1892). / Ivandro Batista de. - 2021.

193 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza.

Dissertação de Mestrado; (Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Areia - PB - História. 2. Jornal Verdade - Areia - PB. 3. Propaganda republicana. 4. Formações discursivas. 5. República oligárquica. 6. Brasil republicano. 7. Mulheres e república. 8. Espiritismo e democracia. 9. Vida cultural - Areia - PB. 10. Jornalismo na Paraíba. 11. Jornais da Paraíba. I. Souza, Antônio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU: 94(813.3)(043.2)

Revisão e Normalização:

Professor Mestre Cleber Tourinho de Santana

**IVANDRO BATISTA DE QUEIROZ**

**SONHOS DE UMA LIBERDADE REPUBLICANA, NAS  
PÁGINAS DO JORNAL VERDADE, AREIA – PB  
(1888-1892)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza.**  
**Orientador – PPGH/UFCG**

---

**Professor Dr. Francisco de Sales Gaudêncio.**  
**Examinador Externo – UFPB**

---

**Professor Dr. José Otávio Aguiar.**  
**Examinador Interno – PPGH/UFCG**

Trabalho aprovado em: \_\_\_\_\_ de setembro de 2021.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**Dedico inteiramente à minha mãe, Elisabete Batista de Queiroz, motivo maior de todas as minhas resiliências, fonte de alegrias e de humanização.**

## AGRADECIMENTOS

Fecha-se um ciclo, começam outros. É a Vida pedindo passagem para a renovação!

Agradeço a Deus por todas as bênçãos e desafios que enfrentei na minha vida, sobretudo pelo dom da Vida em tempos tão incertos.

Minhas ações estiveram sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição, mãe e rainha que a todos acolhe. O carisma de São Francisco de Assis, do amor à natureza e de renovação da igreja cristã, sempre esteve na minha caminhada. Meu pai Xangô, orixá deus da Justiça, conduziu meus passos pelos caminhos mais difíceis. Obaluaiê, orixá da cura e da doença, com seu corpo em chagas, andou comigo. A todas as forças espirituais superiores que me sustentaram nessa caminhada, a minha gratidão.

Aos meus pais, Jânio e Elisabete, pelo amor aos estudos que me ensinaram desde cedo. Aos meus irmãos, Ígor e Ítalo, às cunhadas Bárbara e Karla, aos sobrinhos Heitor, Benjamin, Helena e Kaleb, pelos bons momentos em família. À tia Cristina, que sempre esteve presente, incentivando, e ao primo Daniel, que mesmo da Alemanha lia meus textos e fazia excelentes observações.

Agradeço ao meu professor e orientador, Antônio Clarindo, pela atenção sempre dedicada durante a pesquisa, nas reuniões de orientações *on-line* e no período das aulas presenciais. Agradeço ainda pela liberdade de criação para escrever, pelas valiosas orientações e pela organização metódica das etapas da pesquisa.

Muito obrigado ao professor Francisco Sales Gaudêncio, por responder meus e-mails com pedidos de informações e por abrir sua biblioteca para que eu pudesse completar os documentos para esta pesquisa. As conversas e o material que ele forneceu foram fundamentais para meus estudos.

Agradeço aos professores do PPGH-UFCG na pessoa do estimado professor José Otávio, por suas lições sobre História Ambiental, que de certa forma influenciaram este trabalho. Aos professores João Marcos, com as reflexões sobre a aproximação entre História e Literatura, à professora Marinalva Vilar e seus ensinamentos. Agradeço ao professor Iranilson Buriti pela ideia de inclusão dos professores nos editais de seleção do PPGH, pois acredito que essa ação contribuiu para democratizar o acesso à pós-graduação. Gratidão a todos (as), e de cada um (a) levamos uma lembrança!

Agradeço aos colegas do mestrado, turma 2019.2, em especial a Adelânia, Edgar, Josefran, Luzinete, Elaine, Fernanda, Carlos e Afrânio, entre tantas outras pessoas que de modo

simples contribuíram com comentários e questionamentos que agora fazem parte destas páginas.

Um agradecimento especial a todo o povo de Areia (PB), minha terra natal de outras vidas. Aos meus alunos da EJA noturno da Escola Estadual Álvaro Machado, que sempre me incentivaram.

Este trabalho não seria possível sem o apoio de Natália Azevedo, chefe do escritório do IPHAN no Casarão de José Rufino. Um obrigado especial a Cida e Natália pelas tardes de pesquisas dos documentos, regadas com café e pão doce. Elas facilitaram o acesso aos jornais encadernados dos anos de 1889 e 1890 para o início da pesquisa, e sempre deram informações valiosas sobre a história local. Também agradeço a Gerson Paulino por seu apoio (acesso aos arquivos e ao Teatro Minerva).

São muitos amigos e amigas de Areia, aos quais devo agradecer pelas contribuições.

Foram muitas conversas e observações pelos lugares onde morei por quase dois anos.

Obrigado especial ao amigo historiador Pedro Nicácio Souto, por completar o material da pesquisa, com edições de jornais da coleção do professor Luciano Mendonça, e por indicações de bibliografias. Muito obrigado, Pedro!

À querida amiga e historiadora professora Edilene Félix, ao amigo Iran (do teatro) e ao pessoal do MURA (Museu Regional de Areia) pelo acesso aos documentos, fotos e edições encadernadas do jornal *Verdade*. Obrigado por tudo!

Aos amigos (as) de Areia, agradeço muito pelas experiências: Goretti Lucila (amiga e colega professora no Álvaro Machado), professora Ana Cristina, Aninha do teatro, professor Calby e professora Ângela Albino da UFPB campus Areia, Cíntia e seus bolos deliciosos, Dona Zélia Bezerra e família, Janaína Azevedo, professora e escritora, Aderaldo Trajano, Aderaldo Luciano, Zé Pituca, artista do barro e suas esculturas, Luciana Gomes, colega de trabalho e historiadora, e a todos os meus alunos e alunas da Escola Estadual Álvaro Machado.

[...]

“Em vão me tento explicar, os muros são surdos.

Sob a pele das palavras há cifras e códigos.

**O sol consola os doentes e não os renova.**

As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.

**Quarenta anos e nenhum problema resolvido, sequer colocado.**

Nenhuma carta escrita nem recebida.

**Todos os homens voltam para casa.**

Estão menos livres mas levam jornais  
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.”

[...]

Trechos do poema “**A flor e a náusea**”, de Carlos

Drummond de Andrade.

Do livro *A Rosa do Povo* (1945).



## RESUMO

Esta dissertação faz uma análise dos discursos da propaganda republicana no jornal *Verdade*, desde seu surgimento (1888) até os primeiros efeitos do governo republicano (1892). O *locus* da pesquisa foi a cidade de Areia, na região do Brejo paraibano, lugar de certa prosperidade econômica e desenvolvimento urbano. Nesse contexto de efervescência cultural, surgiu o jornal que iniciou suas atividades a partir da campanha abolicionista na cidade. Na equipe do periódico estavam homens letrados acadêmicos, como Manuel da Silva (editor-chefe), formado em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, como redator o bacharel e professor Francisco Xavier Jr., como tipógrafo o poeta Rodolfo Pires e como colaborador externo o publicista e advogado areiense Dr. João Coelho Lisboa. Outro grupo fazia parte da equipe externa do jornal. A partir das notícias publicadas, buscamos as descrições dos espaços públicos tais como o gabinete de leituras, o teatro e os debates sobre os temas públicos da cidade, utilizando a metodologia da análise do discurso e a história serial, baseado em Foucault (2014). A partir da caracterização da equipe do jornal e dos grupos sociais que participavam, partimos para analisar as principais formações discursivas defendidas pela publicação. As ideologias como positivismo, liberalismo e jacobinismo fundem-se com ideias da religião espírita, como propostas para organização política sob o novo regime republicano. Embora tratássemos sobretudo da cultura letrada de Areia no final do século XIX, buscamos entender como o jornal viu as classes populares e como as práticas culturais permeavam toda sociedade. Ao compararmos os primeiros anos da República com os sonhos de liberdade do tempo da propaganda, vimos que muitos desses sonhos foram frustrados pela instalação de uma República oligárquica.

**Palavras-chave:** Jornal. Formações discursivas. República.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the republican propaganda speeches in the newspaper *Verdade*, since its emergence (1888) til the first effects of republican government (1892). The locus of the research was the city of Areia, in the Brejo region of Paraíba State, a place of certain economic prosperity and urban development. In this context of cultural effervescence, the newspaper that started its activities from the abolitionist campaign in the city emerged. The newspaper's team included literate academic men such as Manuel da Silva (editor in chief), graduated in pharmacy at the Faculty of Medicine of Bahia, the bachelor and professor Francisco Xavier Jr. as a writer, the poet Rodolfo Pires as a typographer and the publicist as an external collaborator and lawyer from Areia city Dr. João Coelho Lisboa. Another group was part of the newspaper's external team. Based on the newspaper's news, we searched for descriptions of public spaces such as the reading room, theater and debates on the city's public issues, using the methodology of discourse analysis and serial history based on Foucault (2014). Based on the characterization of the newspaper's staff and the social groups that participated, we started to analyze the main discursive formations defended by the newspaper. Ideologies such as positivism, liberalism and jacobinism merge with some ideas from the Spiritist religion, as proposals for political organization under the new republican regime. Although we dealt mainly with the literate culture of Areia in the late nineteenth century, we sought to understand how the newspaper saw the popular classes and how cultural practices permeated the entire society. When comparing the early years of the Republic with the dreams of freedom from the propaganda period, we saw that many of these dreams were frustrated by the installation of an oligarchic Republic.

**Keywords:** Newspaper. Discursive formations. Republic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Sobrado do gabinete de leituras – biblioteca .....	27
Fotografia 2 – Interior do Teatro Minerva.....	30
Fotografia 3 – Contraste: o Teatro Minerva no começo do século XX e hoje .....	31
Fotografia 4 – Foto de Manuel José da Silva .....	42
Figura 1 – Mapa do núcleo urbano de Areia em 1847, no alto da serra.....	114
Figura 2 – Fachada da loja “A Fidelidade”- c. início do século XX (?)......	136

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 A FAMÍLIA SILVA E A EMPRESA JORNALÍSTICA</b> .....	<b>19</b>
1.1 O SURGIMENTO DO JORNAL .....	19
1.2 OS HOMENS LETRADOS DE AREIA E O JORNAL .....	25
1.3 OS INTEGRANTES DO JORNAL .....	32
1.4 CARACTERÍSTICAS DO JORNAL.....	43
1.5 O JORNAL, A LIBERDADE RELIGIOSA E O POSITIVISMO.....	57
<b>2 A PROPAGANDA REPUBLICANA NO JORNAL VERDADE: IDEÁRIO DE PROGRESSO E DEMOCRACIA</b> .....	<b>61</b>
2.1 OS JORNAIS E A PROPAGANDA REPUBLICANA .....	61
2.2 AS IDEIAS DA PROPAGANDA REPUBLICANA NO JORNAL.....	63
2.3 POR UMA REPÚBLICA POPULAR: ESCRITOS DE SILVA JARDIM E JOÃO RIBEIRO NO <i>JORNAL VERDADE</i> . .....	69
2.4 A ORGANIZAÇÃO DO NOVO REGIME: IDEIAS DE PROGRESSO E LIBERDADE .....	79
2.4.1 A propaganda republicana: o positivismo e o liberalismo.....	82
2.4.2 A instrução pública na República .....	88
2.4.3 A Igreja Católica e o casamento sob a República .....	89
2.4.4 O trabalho e as regras da República.....	92
2.4.5 Os imigrantes e a República .....	93
2.4.6 As mulheres na República .....	95
2.4.7 Os “homens do povo” na República .....	97
2.4.8 A República é a modernidade: as descobertas e os “caminhos de ferro” .....	99
2.5 A FAMÍLIA IMPERIAL COMO ALVO FAVORITO DAS CRÍTICAS .....	103
2.6 O ESPIRITISMO E A DEMOCRACIA CRISTÃ .....	108
<b>3 A REPÚBLICA DAS LETRAS: A INSTRUÇÃO PÚBLICA E OUTRAS REPERCUSSÕES DO JORNAL VERDADE</b> .....	<b>113</b>
3.1 O AMBIENTE DA CIDADE.....	113

3.2 A ESTRATÉGIA DAS DENÚNCIAS PÚBLICAS NO JORNAL .....	117
3.3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DO JORNAL VERDADE.....	123
<b>3.3.1 A instrução laica .....</b>	<b>123</b>
<b>3.3.2 A instrução para o espiritismo .....</b>	<b>130</b>
3.4 A PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES: CARTAS E NOTAS AVULSAS .....	132
3.5 AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA CHEGADA DA REPÚBLICA.....	137
3.6 O NOVO GOVERNO REPUBLICANO NA PARAHYBA: FRUSTRAÇÕES INICIAIS .....	140
3.7 A CONTINUAÇÃO DO JORNAL.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>FONTES BÁSICAS.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>161</b>
ANEXO A – EXTRATOS DO JORNAL <i>VERDADE</i> .....	162
ANEXO B – EXTRATOS DE <i>VOZES DA REPUBLICA</i> .....	173
ANEXO C – IMAGENS DA REPÚBLICA .....	177
ANEXO D – SCAN DO JORNAL <i>VERDADE</i> – 26 DE OUTUBRO DE 1889.....	178

---

## INTRODUÇÃO

Em meados de 2019 entrei em contato com as edições encadernadas do jornal *Verdade* que estavam no Casarão José Rufino em Areia (PB), através de um amigo espírita que pesquisava sobre os nomes antigos das ruas. Fiquei fascinado pela possibilidade de fazer um projeto de pesquisa sobre o jornal e estudá-lo mais a fundo. Antes, na graduação (2007), fiz um curso de paleografia “forçado” para entender as escrituras de compra e venda de escravos, sendo que o século XIX no Brasil é um tema que desperta interesse pelas inúmeras transformações que carrega. Nesses três anos de contato com as edições do jornal, as percepções sobre as ideias e palavras nele contidas têm melhorado, graças às revisões bibliográficas e ao trabalho de recolher as edições dos anos de 1888, 1889, 1890, 1891 e 1892.

Apesar do fetiche pelos documentos de época, tais como os jornais, reconheço não ser tarefa fácil interpretá-los, analisá-los, e mais difícil ainda ter uma capacidade de síntese diante de muitas informações. Nos jornais, as informações são numerosas, independentes, bem como espalhadas em vários lugares. Para dirimir esse primeiro problema, seguimos os conselhos de Marc Bloch (2001, p. 64): “[...] o historiador, ocupado em compreender e fazer compreender, terá como primeiro dever recolocar em seu meio, banhados pela atmosfera mental de seu tempo, face a problemas de consciência que já não são exatamente os nossos”. Entender o “espírito da época”, como pensavam e quais problemas enfrentavam trouxe um panorama mais abrangente para aquelas ideias inscritas no jornal.

Tomamos o conceito de cultura de Clifford Geertz (2008, p. 4), quando diz:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, sendo a cultura estas teias. Os indivíduos sentem, percebem, raciocinam, julgam e agem sob a direção destes símbolos. A experiência humana é assim uma sensação significativa, interpretada e aprendida.

Com essas palavras, entendemos que a cultura permeia todas as relações sociais, de pessoas letradas e não letradas, faz interseção com aspectos da política e do poder, e assim, essas práticas culturais podem revelar os valores mais importantes em determinado período histórico.

O domínio da História no qual a pesquisa se insere foi a história social e cultural, das ideias, colocando em destaque a interseção entre o cultural e o político. Havia uma preocupação em não deixar as ações individuais diluídas, mas buscar o sentido nos grupos a que pertenciam os sujeitos, estabelecendo nexos. Nesse sentido, Pesavento (2004, p. 75) afirma:

Fala-se mesmo em uma História Cultural do Político, mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social. (PESAVENTO, 2004, p. 75).

No texto de Pesavento (2004), as práticas culturais convergem no aspecto político, na constituição das ideologias e formações discursivas, para a formação das identidades no nível dos sujeitos e dos grupos. O encontro entre a cultura e o político, traçado pela autora, passa pelas representações sociais, e não necessariamente por uma cultura letrada. Foi importante analisar as práticas culturais, porque nos textos do jornal não poderíamos nos ater apenas aos homens letrados, tendo em vista que eram uma minoria; e através das práticas culturais pudemos supor em quais condições se inseriram os “homens do povo” iletrados, na sociedade de Areia (PB) no final do século XIX.

Com o aprofundamento da pesquisa no jornal, delimitamos o tema para a propaganda republicana e os anseios por uma nova sociedade no final do século XIX no Brasil, na visão dos redatores e através dos textos extraídos. Na maioria das vezes, selecionamos os temas que constavam nas manchetes de capa, em artigos de extratos mais longos e na seção Gazetilha, anotando como os assuntos foram abordados em série. Como problema, nos propusemos a responder às seguintes questões: Quais ideologias predominaram na formação discursiva do jornal para a propaganda republicana? Essas ideias políticas favoreciam a participação popular? Como ideias tão diferentes conviviam nos discursos? Quais as principais estratégias dos propagandistas?

Com os problemas colocados e diante da necessidade de aprofundar a compreensão do texto, consideramos a importância de trabalhar com a linguagem, com as palavras usadas e com os significados desgastados pelo tempo. A partir do referencial teórico-metodológico da análise do discurso de Foucault (2014; 2015), pudemos compreender as continuidades e rupturas nos discursos, bem como as intenções veladas.

Como metodologia principal, utilizamos o método genealógico de Foucault, com a proposta de uma história serial, tomando os documentos (edições do jornal) em série. Na

tentativa de compreender o texto jornalístico, usamos dos quatro princípios do método: a inversão, a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade. Como afirmou Foucault (2014, p. 50): “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. A partir da série de jornais, pudemos analisar como os discursos republicanos se construía, os temas que se repetiam, os assuntos de menor importância ou omitidos, bem como as diferenças entre os escritos de autoria dos redatores do jornal e os extratos de textos de outros jornais.

Outro conceito importante para a pesquisa foi o de formação discursiva. Segundo ensina Orlandi (2020, p. 41):

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.

A partir dos ensinamentos da professora Eni Orlandi (2005; 2008), podemos inferir que os sentidos das palavras se dão na interação entre a linguagem e a ideologia, nas interações ideológicas dos grupos e no interdiscurso. Os próprios sujeitos se constituem como integrantes de grupos ao repetirem e afirmarem determinados discursos, sejam eles políticos, religiosos etc. O estabelecimento da subjetividade dos sujeitos se dá na formação discursiva, sendo importante observar as palavras usadas nos discursos para compreender as lógicas inerentes às suas ideologias.

A escolha pelo conceito de formação discursiva se deu para solucionar um problema: muitas vezes não se conseguiu identificar a autoria dos textos dos redatores do jornal ou dos extratos. Nas colunas editoriais de capa do jornal *Verdade*, na maioria das vezes, não havia referência ao autor do texto. E foram poucas as notas ou colunas editoriais no jornal assinadas por indivíduos. Muitos dos escritos no jornal ou textos de outros jornais eram extratos sem identificação de fonte.

Assim tornou-se importante a busca pelos textos originais (quando possível) para comparação, tomando como conceitos de análise as ideias de autor e comentário. Como ensina Foucault (2014, p. 24): “[...] o comentário não tem outro papel, seja quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”. Desse modo, optamos por analisar os textos do jornal a partir desses princípios de agrupamento do discurso (autor e comentário), observando sempre a apropriação social dos discursos.

Desse problema também resulta a escolha por estudar as ideologias que se constituía nas formações discursivas, presentes na propaganda republicana do jornal. Segundo Chauí



(1981, p. 11) a ideologia pode ser definida como “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (ideias e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”. Nesse contexto, a ideologia tem por base a realidade social, mas pode dela afastar-se para construir um mundo ideal. Foi muito do que vimos na propaganda republicana do jornal *Verdade*, quando sonha mudanças sociais sem propor reformas efetivas.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar qual formação discursiva prevaleceu no jornal *Verdade* nos planos para uma nova sociedade republicana, quais os sonhos para o novo regime político na propaganda. Como três ideologias políticas divergentes puderam conviver no jornal (positivismo, liberalismo e jacobinismo), ocupando espaços de acordo com a importância dada pelos redatores; e ainda se somarem às ideias espíritas defendidas pelos jornalistas. Para isso tentamos compreender quem eram os homens letrados, suas profissões, o que faziam, as redes de sociabilidade entre eles e os espaços públicos que ocupavam na cidade de Areia.

O espaço da pesquisa é a cidade de Areia, no final do século XIX. Uma pequena cidade de 3 mil almas, que na época gozava de importância econômica e política na província da Paraíba do Norte. Por conta do desenvolvimento econômico, resultado das condições climáticas favoráveis do Brejo e da produção agrícola diversificada (apesar da decadência da produção de cana-de-açúcar), a cidade apresentou um certo desenvolvimento urbano na segunda metade do século XIX.

Nesse ambiente de crescimento urbano em Areia, na segunda metade do século XIX, surgiu o Teatro Minerva (1859), o gabinete de leitura/biblioteca (1871) e diversos jornais foram publicados: *O Areiense* (primeira fase 1877-1880; segunda fase 1887-1888), *O Século* (1883), *A Educação* (1883) e *Verdade* (1888-1895), entre outros. Esses espaços e os jornais eram símbolos de civilização, da modernidade urbana. Afinal, na cidade de Areia, esse discurso ratificado pelo jornal *Verdade* se repete até hoje, como Areia sendo “a cidade das letras e das artes”. Os areieenses orgulhavam-se do título, porque, embora essa cultura letrada tenha atingido pequena parcela da população, vários de seus conterrâneos se formaram como bacharéis na Faculdade de Recife ou foram professores do Lyceu Paraibano no final do século XIX. Os homens letrados de Areia, mesmo que em pequeno número, conseguiram com suas ideias influenciar toda a Paraíba.

O surgimento do jornal *Verdade* em 1888 está inserido nesse contexto social, de busca de uma imagem de cidade moderna e civilizada para Areia. Os homens letrados, editor-chefe, redatores e tipógrafo eram pessoas instruídas, com formação acadêmica tais como

farmacêutico, bacharel, professor e poeta. Quais ideias queriam comunicar? Quais os principais objetivos do jornal? Que linguagem usavam? Tentaremos responder essas perguntas ao longo do texto, dizendo inicialmente que o jornal começou para dar suporte ao movimento abolicionista da cidade e que ele próprio se dizia como grande propagador das ideias modernas de civilização e debatia as questões públicas da cidade.

O texto da pesquisa está estruturado em três capítulos, em uma sequência de aprofundamento do tema. No capítulo **1 A Família Silva e a Empresa Jornalística**, investigamos os integrantes do jornal, o editor-chefe Manuel da Silva e seu núcleo familiar mais próximo, que o ajudou a constituir o jornal, os colaboradores mais próximos, como o amigo e poeta Rodolfo Pires, professor e bacharel Francisco Xavier Jr., o publicista republicano Dr. Coelho Lisboa e os colaboradores externos do jornal. Nesse capítulo mostramos como se deu o surgimento do jornal, como veículo da propaganda abolicionista. Depois percorremos os lugares ou locais de sociabilidade ligados ao jornal, notadamente o gabinete de leituras/biblioteca, o Teatro Minerva e as associações da cidade. Abordaremos ainda os homens letrados de Areia e as relações com o jornal, bem como as principais características e ideias daquele periódico.

O capítulo, **2 A Propaganda Republicana no Jornal *Verdade*: Ideário de Progresso e Democracia**, constitui-se como uma seção de análise do discurso, investigando as formações discursivas da propaganda republicana. Nesse capítulo usamos os textos de propaganda republicana de Silva Jardim e João Ribeiro para investigar os principais argumentos utilizados, compreendendo as convergências e divergências com as ideias dos redatores do jornal. A partir dos textos desses dois autores, construímos uma tabela comparativa dos principais termos usados para se referir à Monarquia e à República. Buscamos entender nos escritos do jornal como pretendiam construir uma nova sociedade republicana, ou seja, como esta seria organizada. Destacamos a utilização de alguns conceitos importantes como liberdade, democracia, progresso etc. Na proposta de construção de uma nova sociedade republicana, buscamos entender o papel das mulheres, dos homens do povo, dos imigrantes e do trabalho na moralização dos costumes. As críticas à Monarquia e à família imperial também foram analisadas. Estão mais aprofundadas nesse capítulo as análises das ideologias políticas do liberalismo, do positivismo e do jacobinismo, bem como do espiritismo na construção da nova sociedade republicana.

O capítulo **3 A República das Letras: a Instrução Pública e as Repercussões do Jornal *Verdade*** é conclusivo, mostrando como as ideias da propaganda no jornal *Verdade* foram postas em prática e as primeiras desilusões com o regime. Como a notícia da proclamação

da República chegou na cidade de Areia, as primeiras medidas do regime republicano na Parahyba, a desilusão da população da cidade com o regime estão entre os temas noticiados no jornal. Buscamos investigar quais os impactos das reportagens do jornal na cidade, a participação dos leitores, a estratégia das denúncias públicas para captar a atenção dos leitores e a distância entre os sonhos do período da propaganda e as decepções com as primeiras ações do governo republicano.

---

# 1

---

## A FAMÍLIA SILVA E A EMPRESA JORNALÍSTICA

*“É excepcional este jornal, unico que se publica aqui presentemente, por seu programma complexo, sua linguagem vulgar e estylo singelo, seu desinteresse, sua franqueza e imparcialidade”.*

(Coluna Editorial do jornal *Verdade*, edição nº. 22, de 28 de julho de 1888).

### 1.1 O SURGIMENTO DO JORNAL

Era o ano de 1888 na cidade de Areia quando acontecimentos importantes mudaram a sociedade em nível nacional e local. No mês de março surgiu o jornal *Verdade*, em sintonia com os grandes debates nacionais e como continuação de lutas anteriores, empenhando a bandeira do abolicionismo e da propaganda republicana. Tinha Areia três mil almas e a tiragem do jornal era de cerca de duzentos exemplares, sendo publicado na tipografia do jornal *Areiense*. Já na primeira edição, o jornal trouxe a lista dos últimos proprietários de escravos, como uma forma de causar pressão na opinião pública. Essa edição trazia também uma crítica ao “*bárbaro costume*” de açoitar os libertos ou ingênuos mantidos ainda em cativeiro.

Os jornais foram grandes veículos das ideias abolicionistas na cidade de Areia. Já em 1887 Manuel da Silva denunciava no jornal *Areiense* (edição nº. 3, 16 de julho de 1887) que levaria para a justiça aqueles senhores de escravos que mantivessem ilegalmente seus cativos sem declarar as filiações ou matrículas destes na coletoria.

Em sua versão anterior, o jornal *O Areiense* foi um dos jornais mais antigos de Areia, e nessa primeira fase (1877-1880) foi idealizado por Júlio Silva e Joaquim da Silva, tendo sido editado em uma segunda fase na qual passa a se chamar *Areiense* (1887-1888), sob a direção do juiz de órfãos Alfredo Moreira Gomes. Nessa segunda fase do jornal, Manuel da Silva e Rodolfo Pires publicaram seus escritos contra a escravidão, cartas circulares ou protestos, fazendo dele um veículo da propaganda abolicionista na cidade.

Um grupo de homens letrados, sob a organização de Manuel da Silva, reuniu-se em torno da Sociedade Emancipadora Areiense, em 1873. Após a aprovação da Lei do Ventre Livre

(1871), essa sociedade forma-se ainda de modo tímido, apenas com um programa em que se propunha lutar em favor dos escravos e angariar fundos para as alforrias (ALMEIDA, 1946). Mas essa primeira organização falhou, e até mesmo alguns membros eram proprietários de escravos. A tentativa de formalizar a associação também não logrou êxito devido a trapaças locais<sup>1</sup> que extraviaram os documentos que seriam levados ao governo da província.

A Sociedade Emancipadora Areiense voltou reorganizada e com estatutos em 1883, inspirada nas lutas abolicionistas do Ceará (ALMEIDA, 1946), sob a direção de Manuel da Silva e tendo como membro diretor Dr. Coelho Lisboa, com Rodolfo Pires como secretário e Francisco Xavier Jr. como membro diretor. A partir das jornadas abolicionistas da década de 80, as ações em Areia tornaram-se mais recorrentes e conseguiram coletar dinheiro para comprar as alforrias.

A cada carta de alforria, eram celebrados atos públicos da campanha de abolição, com festas, missas e discursos. Esses homens também participaram de ações diretas ao ajudar escravos fugitivos, pressionar senhores de escravos, defender a liberdade judicial de escravos em situação ilegal. Manuel da Silva passou a conferir na coletoria da cidade aqueles escravos matriculados com filiação desconhecida, e passou a denunciar a ilegalidade dessa condição na imprensa. Esse mesmo grupo que se engajou nas lutas abolicionistas da associação irá depois constituir o grupo de redatores e colaboradores do jornal *Verdade*.

No ano de 1873, a cidade de Areia tinha 1.680 escravos, após dez anos de fundação da Emancipadora Areiense em 1883 tinha a metade, e em 1887 apenas 414 escravos (ALMEIDA, 1946, p. 12, 15). Neste ano (1887), a luta torna-se acirrada na cidade, entre os abolicionistas e os escravistas resistentes, e Manuel da Silva publica no jornal *Areiense* uma lista com 45 escravos registrados em cartório com filiação desconhecida, os quais, segundo a Lei do Ventre Livre de 1871, deveriam ser considerados livres (ALMEIDA, 1946, p. 15). Assim, por meio do jornal, Manuel da Silva ameaçou levar para a justiça esses senhores e libertar os escravos.

No ano de 1888 havia apenas 49 escravos na cidade (*Verdade*, nº. 1), e na lista dos últimos proprietários estava o Sr. Francisco Antônio Casullo<sup>2</sup>, italiano famoso por seus atos de

---

<sup>1</sup> Segundo Elpídio de Almeida (1946, p. 10), quando os membros da associação enviaram os estatutos para a sanção do governo provincial, os documentos foram desviados pelos escravistas da cidade, o que impediu a legalização da entidade.

<sup>2</sup> O italiano Francisco Antônio Casullo, chamado pelo jornal de “Chico Casullo”, foi considerado escravista resistente tendo constado na lista dos últimos proprietários de escravos em 1888, na edição nº. 1. Na edição nº. 74, de janeiro de 1889, o jornal publica uma carta de um desafeto seu na Secção Livre, na qual o cidadão denuncia a truculência com que Francisco Casullo mandou seus capangas invadirem sua propriedade. Nas colunas editoriais da capa, o jornal afirma que a carta causaria sensação na cidade e que o italiano tinha muitas influências na província e até na Corte. Ele também se negava a passar carta de alforria a seus escravos (*Verdade*, nº. 3).

agressividade. O jornal denunciou também a resistência deste último dono de escravos naquela região.

A Câmara Municipal entra na questão, pressionada pela Emancipadora Areiense, ao aprovar no mesmo ano um imposto sobre a posse de escravos e um projeto para a regulamentação do trabalho livre (*Verdade*, nº. 3). Em uma reunião de abril de 1888, a Câmara Municipal de Areia se propõe a mediar com os últimos senhores de escravos e a Emancipadora Areiense o fim do regime escravista na cidade. Em abril de 1888, o município é declarado livre pela Câmara Municipal, também após consulta feita por Manuel da Silva na coletoria, sobre a situação dos registros de escravos.

Os historiadores areienses Eleonora Félix da Silva e Pedro Nicácio muito têm contribuído com suas pesquisas para trazer luz aos temas da história local. Em sua dissertação *Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista*, Silva (2010) traça um panorama das transformações urbanas da cidade e mostra como os escravos construíram uma rede de solidariedade e apoio social para alcançarem a liberdade.

Investigando as tramas vivenciadas pelos escravos de Areia, na busca da liberdade no tribunal, Silva (2010) nos conta, através dos processos judiciais em Areia, que os escravos souberam usar a seu favor a Lei do Ventre Livre (1871) e o apoio de homens e mulheres livres. Nas ações judiciais promovidas por escravos aparecem os nomes de Manuel José da Silva diversas vezes, seja como curador ou como depositário de escravos, ou conseguindo somas para completar o pecúlio com a Emancipadora Areiense.

Em diversas outras ações judiciais, conforme relata Silva (2010), vimos o bacharel João Coelho Gonçalves Lisboa figurando como curador e defensor dos escravos, o poeta Rodolfo Pires e o professor Joaquim da Silva como curadores de escravos em várias ações. Sendo estes homens letrados conhecedores das leis do Império, dos trâmites burocráticos e do mundo formal da escrita, puderam ajudar os escravos na construção de redes de solidariedade para a busca pela alforria. Basearam-se na Lei do Ventre Livre de 1871, na constituição de pecúlio pelos escravos e na arbitragem judicial, para conseguir a carta de alforria. Acontecia que mesmo os escravos tendo um pecúlio, ainda assim, precisavam recorrer à justiça para legitimar sua liberdade ou enfrentar a oposição de seus senhores.

O juiz de órfãos de Areia, o Sr. Alfredo Moreira Gomes, foi simpático à causa abolicionista, concedendo inúmeras cartas de alforria<sup>3</sup> (SILVA, 2010, p. 160). Foi também o

---

<sup>3</sup> A partir das informações do jornal *Verdade* e dos estudos de Silva (2010), podemos inferir que havia uma rede de apoio entre os abolicionistas e o juiz Alfredo Moreira Gomes, posto que este grupo, além de participar das ações judiciais de libertação dos escravos, ainda tinha Rodolfo Pires em um posto-chave na administração e a propaganda

proprietário do jornal *O Século* (1883) e dirigiu o jornal *Areiense* em sua segunda fase (1887-1888), momento em que adquiriu a tipografia do jornal e manteve contato próximo com o grupo de Manuel da Silva e seus companheiros nas lutas abolicionistas.

Em sua pesquisa *Areia: uma “Aldeia” negra paraibana em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX*, Pedro Nicácio Souto (2020) investiga o mundo do trabalho no pós-abolição e as condições de vida e trabalho dos homens livres e ex-escravos. O pesquisador também investiga os jornais (*Areiense* e *Verdade*) e os processos judiciais. Nas tramas de histórias, aparece mais uma vez a equipe do jornal *Verdade*, envolvida nas ações abolicionistas judiciais. De acordo com Souto (2015), o jornal incorporou os ideais abolicionistas de Joaquim Nabuco<sup>4</sup>, o que confirmamos nas notas da seção Gazetilha.

Destarte, Souto (2015, p. 59) conclui seu argumento ao afirmar que o jornal *Verdade* defendia apenas a formação de trabalhadores livres, sem a garantia de reformas sociais. Dentro do programa inicial do jornal *Verdade* e dos estatutos da Emancipadora *Areiense*, os abolicionistas se propunham a agir apenas dentro da legalidade, e angariar recursos para comprar as cartas de alforria.

Não encontramos no jornal preocupações com questões de reformas sociais como tema principal, mas havia uma ideia de denunciar os excessos, arbitrariedades e violências das autoridades. Os abolicionistas de Areia começaram publicando suas ações no jornal *Areiense*, e depois quando este chega ao fim, em julho de 1888, continuam nas páginas do jornal *Verdade*.

Aos 31 de março de 1888 foi lançada a primeira edição do jornal *Verdade*. No mesmo dia, um Sábado de Aleluia, momento festivo cristão na cidade, foi também lançado um pasquim apócrifo de nome *Testamento de Judas*. As folhas do pasquim foram deixadas por dois menores no corpo de um espantalho de Judas. Essas páginas eram de críticas às autoridades e algumas personalidades da cidade, a exemplo do Sr. Francisco Casullo, escravista de grande influência. Era amigo do Dr. Faro, talvez porque ambos fossem parecidos em muitos pontos, nas posições políticas monárquicas, na truculência, no conservadorismo e apoio à tradição e nos amigos que tinham na Corte. “Chico Casulo”, como chamou o jornal *Verdade*, ofereceu uma recompensa para quem tivesse informações sobre o autor do escrito.

---

do jornal em favor da abolição da escravatura.

<sup>4</sup> O deputado pernambucano Joaquim Nabuco foi uma das principais vozes do movimento abolicionista, ao mesmo tempo em que defendia a monarquia. Para Nabuco, a emancipação dos escravos deveria ser feita através de uma lei no Parlamento (NABUCO, 2000). O jornal *Verdade* sempre pugnou pelo legalismo das ações e, assim como o monarquista, defendeu a abolição dos escravos sem indenização (*Verdade*, n.º. 21).

Logo, algumas pessoas apontaram os redatores do jornal *Verdade* como supostos autores do escrito maldoso. As primeiras edições do jornal traziam críticas a esse impresso, abordavam como fora bem elaborado, que fazia críticas às autoridades locais e a investigação criminal que ocorre para descobrir o autor. Os primeiros dias do jornal foram já tumultuados por esse outro escrito de vida efêmera. Manuel da Silva e Rodolfo Pires, dentre outros, foram chamados à delegacia para depor sobre a autoria do *Testamento de Judas (Areiense* nº. 13, de 7 de abril de 1888). Seria esse o primeiro estratagema para ofuscar as ações do jornal *Verdade*? Digamos que foi apenas a primeira ação para obstar o jornal.

Poucos meses após a criação do jornal, em maio do mesmo ano, a cidade se reuniu em uma grande festa de quatro dias e comemorou a libertação dos escravos (o famoso 03 de Maio<sup>5</sup>). Aqueles dias de festa e euforia pareciam os três dias gordos de Carnaval. E assim a luta dos abolicionistas continuava: o jornal denunciava maus-tratos aos cativos, a escravização dos “ingênuos”, mas as práticas de mandonismo e violência continuaram. Em carta circular à Câmara Municipal de Areia, convidou os cidadãos para a festa:

[...] esta municipalidade convida a todos os habitantes do município, e bem assim tôdas as autoridades civis, criminais, e policiais para comparecerem, a 1 hora da tarde do dia 3 de Maio p. vindouro, ao Paço Municipal, depois da missa solene celebrada na capela de N.S.do Rosário, afim de assistir à sessão em grande gala. Outrossim, espera e pede esta municipalidade que todos os habitantes desta cidade iluminem as suas casas no referido dia, bem como os dois dias seguintes. (ALMEIDA, 1946, p. 31).

A festa foi grande, como o ápice de um grande movimento social de anos que foi o abolicionismo, com grandes revezes para ambos os lados. A cidade celebrou novos costumes, que rompiam com as tradições monarquistas. Com direito a eventos públicos, com faixas em letra dourada com “Município Livre” na frente da Câmara, discursos inflamados, missas solenes, procissões, casas iluminadas e girândolas (ALMEIDA, 1946). Entretanto, é muito simbólico perceber que a missa solene não foi realizada na capela do Rosário, como se pretendeu inicialmente, e sim na igreja matriz dos brancos, como um sinal a dizer que os tempos mudaram, mas não tanto. Não estava ainda fora do controle das autoridades brancas e escravistas.

O Dr. Faro tentou impedir a festa e censurar a edilidade por apoiar o ato. O jornal *Verdade*, nº. 9, de 23 de maio de 1888, dedicou boa parte de sua edição para criticar esta postura,

---

<sup>5</sup> Tornou-se tradição na cidade realizar as festividades de 03 de maio em homenagem à libertação dos escravos, e a antecipação da cidade à lei de 13 de maio. A praça ao lado do gabinete de leituras, no centro da cidade, também recebeu o nome de Praça 03 de Maio em homenagem à data. Todos os anos, o jornal *Verdade* lançava na data uma edição comemorativa em homenagem a esse dia.



na Secção Livre (boatos), diz sobre o magistrado:

*Que desenganado, na última hora, de não poder privar os abolicionistas de levarem á boca tão saboroso bocado, resignou-se a tomar parte no regozijo geral, só para ter o gosto de telegrafar... ao mundo inteiro...*

*Que não si podendo conter, observou ao Presidente da Camara, que não cahisse em outra...*

O jornal dedicou boa parte de sua edição para criticar o magistrado inimigo, e para tanto fez uso de uma linguagem parecida com a linguagem jurídica, na escrita em que criticou suas posturas como se fosse um relato de inquérito. Também, no texto retirado e em outras edições, percebemos que o magistrado foi a principal autoridade local a se contrapor ao jornal, tentando impedir os apoios da Câmara às ações do jornal ou perseguir seus membros.

O jornal *Verdade*, nº. 91, de março de 1889, em edição comemorativa, após um ano das festas de 03 de maio, comentando a proximidade do aniversário, relembra os memoráveis dias e critica a Câmara Municipal por nem ao menos preparar os atos da solenidade, mesmo tomando para si uma pretensa dianteira na solução do problema da escravidão. E ratificam a ideia precípua do jornal: “*Somos em 89 o que fomos em 88 e o que seremos até o último dia de nossa existência – abolicionistas convictos*”.

Nos meses seguintes, após a euforia com a vitória abolicionista, o jornal levanta a bandeira da propaganda republicana como o que há de mais moderno e civilizado, e associa a monarquia ao atraso. Manuel da Silva poderia agora dedicar sua pena à causa republicana, vencida uma batalha, passou para outra trincheira. Não era um embate político fácil. Areia era uma cidade tradicionalmente monarquista, conservadora, com seus senhores de engenhos acostumados a ter palavra de vida e morte sobre seus escravos. Mas um grupo de homens letrados convergiu suas energias para em torno do jornal *Verdade* defender seus ideais, contra os maus hábitos escravistas resistentes.

Manuel da Silva, que já escrevia em colunas nos jornais *O Século* e no *Areense*, jornais mais comedidos no perfil editorial em comentários críticos e políticos. Juntamente com Rodolfo Pires publica uma carta circular, no jornal *Areense* nº. 4 de 23 de julho de 1887, na qual conclamam todos os últimos donos de escravos a entrarem em acordo com a Emancipadora Areense e libertarem seus escravos (mantidos ilegalmente em cativeiro) ou enfrentarem um processo judicial.

Eles partem para a temerária “empresa jornalística” do jornal *Verdade*, imprimindo seu jeito próprio de questionador, irônico e sarcástico. Mas no primeiro ano ainda imprimem o jornal na tipografia do jornal *Areense*, depois adquirida a tipografia por Manuel da Silva de

seu sobrinho Tito Silva. O jornal *Verdade* surge após o fim das atividades do jornal *Areiense* (1888), como que para suprir sua lacuna, como meio de difusão das ideias dos homens letrados. Seus inimigos, sabendo de seu temperamento, logo apelidaram o jornal de “Mentira”, “Mosquito”, ou talvez comentassem que seria mais um pasquim que logo desapareceria como tantos outros.

Assim, no segundo semestre de 1888, o jornal *Verdade* tornou-se o único jornal a ser editado na cidade, após o fim das atividades do *Areiense*, em junho de 1888.

## 1.2 OS HOMENS LETRADOS DE AREIA E O JORNAL

Naquela época, em que saber latim era uma chave para a erudição e para acesso ao ensino superior, muitos jovens areienses estudaram com o professor Joaquim da Silva ou com professores por ele formados, que na cidade e na Paraíba do Norte foram referência. Muitos deles, como o professor Joaquim da Silva, foram autodidatas em sua formação. Era esta formação em latim que permitia aos filhos da elite da época (e a alguns poucos não tão abastados) ostentar o saber erudito, demonstrado nos longos discursos da época, comuns nos teatros e praças, e nas citações dos jornais, em cartas e documentos. Por isso, os senhores de engenho e os homens ilustrados deveriam conhecer a estrutura e saber recitar diversas frases na língua dos césores (ALMEIDA, 1957, p. 180).

Na política esteve à frente do Partido Liberal em Areia, foi vereador por diversas vezes e presidente da Câmara, foi deputado provincial por cinco vezes e em sua candidatura para deputado geral na Assembléia Geral do Império perdeu para o conservador Diogo Velho Cavalcanti (GAUDÊNCIO, 2007, p. 91). Depois que se aposentou como professor (1865), passou a atuar como rábula em Areia, na defesa de pessoas pobres e escravos, somando-se aos esforços dos abolicionistas de Areia na década de 1880. É de sua idealização o jornal *O Areiense*, que surge em 1877, sob a direção de seu filho Júlio Silva. Esse jornal tem um tom mais contido em suas análises políticas - comparando-se ao *Verdade* - mas também era abolicionista.

Ainda na primeira metade do século XIX, havia em Areia escolas primárias, tanto para o sexo masculino como para o feminino, funcionando em precárias condições. Na maioria das vezes estavam estabelecidas em lugares alugados que serviam de casa para os professores, com poucos recursos materiais, e os próprios docentes deveriam arcar com as despesas, pois seus salários eram pagos de tempos em tempos (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015). Essas

condições demonstram a precariedade da instrução pública em Areia, o que era uma realidade comum à província da Paraíba do Norte.

De modo que era comum as aulas particulares oferecidas pelos professores em suas casas, e em Areia havia vários colégios particulares, que abriam as portas e fechavam diante das adversidades. O próprio Joaquim da Silva ofereceu aulas gratuitas para crianças no período da Grande Seca de 1877, no seu Colégio de Areia, onde também dava aulas avulsas de Latim e Francês na cadeira de instrução pública masculina (GAUDÊNCIO, 2007). Nessa época, Manuel da Silva foi chamado pela comissão de Socorros Públicos para atender como prático<sup>6</sup> aos inúmeros flagelados que chegavam a Areia (ALMEIDA, 1946, p. 7). O professor Francisco Xavier Júnior, entre outros, também teve a sua escola Culto às Letras, que manteve por alguns anos até fechar em 1893.

Assim, a chamada “instrução pública” na época tratava de forma rudimentar de ensinar a contar, ler e escrever. Era comum os alunos serem castigados com violência corporal ou insultos por parte de professores, com métodos mais arcaicos (ALMEIDA, 1957). Em uma sociedade recém-escravista, patriarcal e autoritária, esses costumes eram comuns. Porém, havia aqueles que primavam pelo uso da inteligência sobre a força, e estes eram os homens das letras, escritores dos jornais.

Desde 1835 que Areia contava com uma cadeira avulsa de Latim<sup>7</sup> e Francês. Esta mesma cadeira foi suprimida em 1875 e retornou apenas em 1887 (ALMEIDA, 1957, p. 185). Em vários editoriais de capa, o jornal *Verdade* cobrava das autoridades da cidade e da província a permanência e manutenção da cadeira de Latim na cidade; ou ainda, que leitores sem condições financeiras da Lagoa do Remígio pediam uma cadeira de Latim para o lugar.

Mesmo que fosse uma cadeira frequentada por poucos alunos, dava à cidade ares de civilização, assim como os jornais, o teatro, as reformas urbanas (como na Praça do Consumo, a construção do banheiro do Quebra<sup>8</sup> ou da Estrada da Onça). Também nesse intuito de trazer

---

<sup>6</sup> A palavra “prático” designa uma pessoa que exerce profissão liberal sem diploma. Nesse caso, acreditamos que o farmacêutico Manuel da Silva foi chamado para atuar como médico, tendo em vista a proximidade de sua formação com a medicina.

<sup>7</sup> “Nas três cadeiras de Latim do interior estudarão 40 alumnos, sendo 12 de Mamanguape, 24 na d'Areia e 4 na de Pombal”, segundo relatório de um presidente de província em 1848 (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 137).

<sup>8</sup> O banheiro do Quebra foi um banheiro público para banhistas, instalado anexo a um reservatório de água (tanque) que servia como uma das principais fontes públicas de água, muito próxima do centro da cidade de Areia. “O prédio tinha uma dimensão de, mais ou menos, cinco metros de altura por seis de largura e o comprimento era de doze metros, incluindo o tanque reservatório de água” (LIMA, 2008, p. 38), tendo sido construído em 1885 por iniciativa particular do maestro Tristão Granjeiro de Almeida e Melo. Em setembro de 1952 foi demolido. O jornal *Verdade* também trouxe notas sobre a situação de abandono do banheiro do Quebra e reclamava por melhorias.

a civilização, foi idealizado por Júlio Henrique Silva e construído o jardim público (1892), localizado na rua Santa Rita, por trás da atual igreja católica matriz, onde foram plantadas algumas palmeiras (LEAL, 1958, p. 23) e deveria servir à população como passeio público. Segundo informa Almeida (1957, p. 276), esse logradouro público foi construído com a ajuda dos comerciantes locais. O jornal *Verdade*, à época tendo Rodolfo Pires como editor-chefe, também se empenhou em divulgar a ideia e arrecadar dinheiro para a finalização da obra.

Apesar da pouca instrução da maioria da população, havia um pequeno grupo de homens letrados, alguns conseguindo tornar-se acadêmicos. Em edições do jornal *Verdade*, relatou-se que alguns filhos de Areia estudavam no curso de direito da Faculdade do Recife e vinham descansar das atividades acadêmicas na cidade natal. Entre os acadêmicos de direito estavam um dos redatores do jornal *Verdade*, Francisco Xavier Junior, que viria a assumir o posto de promotor na cidade e foi um dos principais redatores do jornal *Areiense*. Também o colaborador externo do jornal, Dr. João Coelho Lisboa, formou-se nessa prestigiada faculdade. Então, percebe-se que a palavra escrita no jornal *Verdade* era facultada com muito mais frequência aos “literattos”<sup>9</sup>.

No sobrado em que funcionava o gabinete de leituras/biblioteca, aqueles senhores letrados poderiam ler os principais jornais do país, livros religiosos, de literatura universal ou sobre política. Era um lugar de encontros abolicionistas e outros eventos sociais. A biblioteca foi fundada em 1871 por Joaquim da Silva, na Rua do Comércio, atual Rua Presidente Getúlio Vargas n°. 151 (loja do Armazém Paraíba), também chamada “calçada dos pobres”. Não existe mais a biblioteca, lugar de encontros e das lutas abolicionista e republicana. Resta o edifício, no centro comercial de Areia, como loja de produtos eletrodomésticos.

**Fotografia 1 - Sobrado do gabinete de leituras - biblioteca**



Fonte: Google Maps.

<sup>9</sup> Foi com essa palavra que o jornal *Verdade* denominou os homens letrados, instruídos, em oposição à massa popular rude e ignorante.

Nos primeiros anos funcionou também como salão de danças. Foi construído por volta de 1850 pelo velho Manuel da Silva, o pai, e serviria para recepcionar o imperador na cidade em 1859 – que nunca veio. Do outro lado da Praça 13 de Maio estava a loja da Fidelidade, com suas sete portas, vendendo todos os tipos de produtos vindos do Recife, anunciados no jornal *Verdade*, na chamada “calçada dos ricos”.

Depois, Manuel da Silva assumiu a função de bibliotecário e a propriedade do sobrado, passando a anunciar no jornal *Verdade* as aquisições de livros, revistas e jornais, doados por amigos; e os constantes apelos em busca de ajuda do poder público municipal. Em suas primeiras edições, no ano de 1888, o jornal cita o esforço do gabinete em incentivar a leitura na cidade, compreendendo-se essa dificuldade pelo exíguo número de leitores. Nos números seguintes, no ano de 1889, o jornal em diversas edições, anunciava novas aquisições com os respectivos doadores, pedia a devolução de livros emprestados ou convocava a todos para a leitura de livros raros (uma Bíblia em hebraico).

O que liam esses poucos homens ilustrados e algumas “mulheres tímidas”? A partir das aquisições do gabinete de leituras anunciadas no jornal podemos ver quais as referências de jornais e livros. Todos os jornais enviados pelo correio e permutados com o jornal *Verdade* eram depositados no gabinete de leituras. Na edição nº. 165 do jornal *Verdade*, de 21 de setembro de 1889, Manuel da Silva, bibliotecário responsável pelo acervo do gabinete, fez um apelo em carta circular em que convocava “*a imprensa e todos os cidadãos amantes das letras*” para que remetessem “*jornaes e obras instructivas*”, para melhorar o acervo da pequena biblioteca. Segundo ele, era a mais antiga da província (1871) e se mantinha na época apenas com esforços particulares, a despeito falta de ajuda do poder público.

Em inúmeras edições o jornal anunciou as novas aquisições do gabinete de leituras. Em sua maioria eram jornais que chegavam pelo correio. Faziam parte de uma rede de troca de jornais de vários estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte etc.), alguns jornais e revistas da Corte (*Diário do Commercio, Imprensa Evangélica, Reformador, Revista Sul Americana* etc.) e do exterior (*O Apostolado Positivista* – Paris, França) ou jornais em francês e inglês. A redação do jornal recebia essas publicações, depositando-as no gabinete de leituras, e com alguns fazia a troca de jornais pelo correio. Essa grande rede de jornais, e de informações telegráficas neles contidas, fazia circular as informações nos extratos publicados e replicados por outros jornais.

No acervo da biblioteca do gabinete de leituras, os jornais eram maioria, mas havia também alguns livros políticos, romances, opúsculos, livros religiosos católicos e de

propaganda evangélica e espírita. Todos eram doações de particulares que os ofereciam para a leitura pública. Entre alguns dos doadores encontramos o Dr. Coelho Lisboa, que doou os livros *A República Federal* (de Assis Brasil) e o *Almanak Republicano Brasileiro*, e enviava pelo correio edições do jornal *O Cachoeirano* para a coleção do gabinete. Outro doador costumeiro era o pastor presbiteriano João Baptista de Lima, que contribuiu com escritos da propaganda evangélica, tais como *A parábola da pérola* ou *Púlpito Evangelico*. Até hoje Areia vive sob o epíteto de “Cidade das Artes e das Letras”. E não é de hoje que se constrói essa tradição, essa imagem ideal. Em inúmeras edições do jornal *Verdade*, existem pedidos para manter as cátedras de Latim na cidade, que ora permanecem, ora são suprimidas. Manter a cadeira de Latim ou o gabinete de leitura era dar ares de civilização à cidade. Este discurso de que a cidade era vocacionada para as letras e as artes foi patenteado pelo jornal. Almeida (1957) também afirma que a cidade de Areia viveu uma crescente decadência econômica a partir do final do século XIX, acentuada com a implantação da República, lembrando com nostalgia os tempos do auge da cultura e educação em Areia no século XIX.

Devemos considerar que essa cultura letrada atingia apenas um pequeno e seletivo grupo, pois a maior parte da população permanecia iletrada. Como demonstra o *Recenseamento do Brasil de 1872* (IBGE, 1874), quando afirma que Areia tinha apenas 10% de pessoas alfabetizadas (em um universo de cerca de 3 mil habitantes), mas uma classe média urbana significativa: 8 advogados, 1 médico, 3 farmacêuticos, 7 professores ou homens de letras, 10 empregados públicos e 49 artistas (incluindo aí diversas profissões manuais). Esses números demonstram o significativo crescimento urbano na segunda metade do século XIX e as trocas culturais com outros centros urbanos (Recife).

Nessa imagem que se pretendeu construir, Areia foi a cidade de Pedro Américo e Aurélio de Figueiredo, pintores de renome nacional e internacional, de José Américo de Almeida, o político e escritor, e tantos outros. Como os homens letrados do jornal *Verdade*, tentaram dar à sua terra o legado da ilustração e do desenvolvimento intelectual como marca singular da cidade.

Nesse contexto social de poucos leitores, os letrados usaram de várias estratégias culturais para chegar até seus conterrâneos. Outra estratégia foi o uso da música (Hino da Marselhesa) e do teatro. A leitura do texto escrito estava reservada aos eruditos e mais ainda a escrita, como forma de participação e opinião nessa sociedade conservadora. O jornal *Verdade* sob o lema “*Amicus Plato, sed magis amica veritas*” (Platão é amigo, mas a verdade é mais amiga), colocava a dúvida e a ironia na ordem do dia no debate público.

A leitura pública de cartas circulares, de protestos ou de notícias de jornais foi um recurso bastante utilizado pelo grupo abolicionista do jornal. Na botica de Simão Patrício, lugar de encontros, Manuel da Silva lê publicamente sua carta protesto na qual adverte os escravistas de que mesmo após reunião como vigário Bastos, não deveriam os abolicionistas ceder ante quaisquer condições dos escravistas (*Areiense* nº. 3).

O teatro de Areia surgiu em 1859<sup>10</sup>, por iniciativa do professor Joaquim da Silva e Dr. José Evaristo, que, liderando a Sociedade Recreio Dramático, angariou mensalidades entre cerca de 60 membros desde 1857 (ALMEIDA, 1957, p. 188). A ideia inicial foi do maestro Manuel de Cristo Grangeiro (avô de Rodolfo Pires), que com sua banda já tocava em lugares particulares e vislumbrou um lugar para todos os espetáculos (RIBEIRO, 1992, p. 21). Após o grande surto de *cólera morbus* em 1856, em que morreram cerca de 3 mil pessoas, dentre elas o maestro, a cidade consternada precisava de um alento. Por seus esforços, construíram uma casa de artes e organizaram uma associação cultural que administraria e formaria uma geração de artistas que se apresentavam em seu palco.

**Fotografia 2 - Interior do Teatro Minerva**



**Fonte:** Imagem capturada pelo autor, 2019.

Esses senhores, apesar de serem de campos políticos opostos - Joaquim da Silva, líder do partido Liberal e Dr. José Evaristo chefe dos conservadores - estavam unidos na causa da promoção da cultura. O teatro da cidade foi construído pelo esforço de particulares amantes das artes. Além dos espetáculos de companhias do Recife, do Rio de Janeiro<sup>11</sup> e da companhia de

<sup>10</sup> Em 1874, com a invasão dos sediciosos do Quebra Quilos em Areia, o teatro correu o risco de ser destruído pelos revoltosos. Estes o chamaram de “templo maçom” e que, portanto, deveria ser destruído. Foram demovidos desse plano pelo maestro Cândido Fabrício do Espírito Santo e sua banda que tocaram para acalmá-los em frente ao prédio do teatro. Ainda assim, o prédio sofreu avarias com estilhaços de vidros, quebra de candeeiros e o retrato do imperador sendo rasgado (RIBEIRO, 1992, p. 163).

<sup>11</sup> “O ‘Teatro Recreio Dramático’, seu primeiro nome, foi palco do triângulo cultural da Paraíba, artístico brasileiro e internacional, onde as operetas e companhias de teatro que vinham ao Brasil da Europa desfilavam suas peças

teatro local, o lugar foi palco de diversas reuniões e sessões públicas. No caso da construção e atividades do teatro, Manuel da Silva não tomou parte ativa no início, porque ainda estava na Bahia estudando.

Posteriormente, o jornal *Verdade* noticiou os espetáculos, as reuniões ou até mesmo relatou o desempenho dos atores da casa. Um dos atores de maior destaque no palco era o jovem Rodolfo Pires, que com desenvoltura sabia fazer uso da palavra, como poeta e também como ator que soube interpretar. Interpretou inclusive papéis femininos nos palcos (ALMEIDA, 1957, p. 189). Júlio Silva também se destacou como ator amador, em peças como o drama *Milagres de Santo Antônio*.

Em 1885, após divergências entre os grupos do Teatro Recreio Dramático, Joca Xavier (irmão do professor Francisco Xavier Jr.) funda um novo teatro chamado 8 de dezembro ou Teatro Popular, que funcionou improvisado no pavilhão de descaroçar algodão de Joaquim da Silva (GAUDÊNCIO, 2007, p. 200). O jovem Rodolfo Pires seguiu o grupo de dissidentes e com eles foi interpretar em outro lugar. O Teatro Recreio Dramático (atual Teatro Minerva) foi dirigido por Júlio Silva, e após sua mudança para a capital, por Simão Patrício da Costa. Em editorial de 8 de novembro de 1894, o jornal *Verdade* recorda com tristeza e nostalgia os bons tempos do teatro, enumerando as peças e artistas que passaram por aquela casa da arte.

**Fotografia 3 – Contraste: o Teatro Minerva no começo do século XX e hoje**



**Fontes:** Blog Areia Ontem e Hoje, e atualmente (acervo do autor).

O jornal *Verdade* anunciava os espetáculos no teatro como uma diversão que tirava a cidade do marasmo e da falta de novidade, típico das pequenas cidades, distantes dos grandes centros e da Corte. Em sua edição nº. 216, o jornal *Verdade* relatava a encenação de um drama

---

ao longo da capital do império, faziam Recife e também Areia” (SILVA, 2020).



chamado “*A Orphã de Goyaz*” e a comédia “*Uma Patuscada*”; e como era costume em outras edições avaliava a performance dos atores: “*Os representantes que não são profissionaes, exhibiram-se regularmente, tendo o enredo do drama, cheio de lances patheticos, agradado geralmente. A comedia teve bom êxito*”. Aqui podemos inferir que para os homens letrados esses espetáculos não eram tão atrativos, porque não eram mais novidade. Já para o “populacho” o espetáculo era um deleite nunca visto. Através dos espetáculos teatrais a cidade de Areia entrava para o circuito nacional e internacional de apresentações das companhias de teatro.

Uma estratégia adotada por esses homens letrados foi ocupar cargos públicos chave, para conseguir obter influência e ajudar seus amigos nas causas públicas, seja nas questões do abolicionismo ou na propaganda republicana. Assim, o poeta Rodolfo Pires ocupou o cargo de secretário da Câmara e de partidador<sup>12</sup> do júizo, lugar de onde poderia diretamente ajudar a causa abolicionista. Talvez por isso ele tenha sofrido a maior devassa por parte do Dr. Faro, ao ponto de perder os empregos, e foi ameaçado de ser expulso de sua casa (ALMEIDA, 1946, p. 23).

Esses cargos eram depois ocupados por outros familiares, o que demonstra a continuidade dos acordos e dos padrinhos políticos. Como exemplo, temos: Joaquim da Silva torna-se inspetor do tesouro quando vai morar na capital em 1882; alguns anos depois (1893), quem assume o cargo é seu genro, o professor Francisco Xavier Camello Jr.

### 1.3 OS INTEGRANTES DO JORNAL

Manuel José da Silva Júnior, ou Manoel José da Silva, apenas, nome que adotou após a morte de seu pai de mesmo nome. Sobre seu pai, sabemos somente que tinha um sítio nas redondezas de Areia (GAUDÊNCIO, 2007, p. 68) e que teve outros quatro irmãos. Dois eram professores e outro era comerciante. A família tinha poucos recursos, mas primava pela erudição de seus filhos, a exemplo de seu irmão Joaquim. Manoel foi enviado para Salvador, Bahia. Lá estudou por alguns anos e formou-se em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, bem como entrou em contato com ideias abolicionistas.

Após concluir os estudos em 1869, voltou para a sua terra sem grandes perspectivas de trabalho. Ao chegar, procurou estabelecer-se em sua profissão, mas encontrou dificuldades: apesar de ser formado, já existiam na cidade duas boticas, uma delas tocada por Simão Patrício

---

<sup>12</sup> Esse cargo era de partidador, contador e distribuidor, trabalhava junto ao juiz como uma espécie de analista judiciário que deveria portar os processos e fazer sua distribuição, auxiliando o juiz da comarca no andamento dos processos. A edição nº. 31 do jornal *Verdade* noticia o pedido de demissão do partidador, a que eles julgam ser as três dores: “*São três dores bem dolorosas!*”. Rodolfo Pires exerceu esse cargo, foi demitido por Dr. Faro, mas depois retornou para a mesma posição.

da Costa. Este, para precaver-se de qualquer concorrência, busca autorização legal da província e da Câmara para funcionamento.

Manuel da Silva sobrevive dos pequenos atendimentos aos doentes quando da ausência dos dois médicos na cidade, das pequenas rendas de atividades agrícolas e casas deixadas por seu dileto pai. Ao mesmo tempo que é um homem tímido, reservado, também se propõe aos discursos e sempre esteve preocupado com questões públicas. O temperamento forte e de atitude o mantém nos grandes embates dos anos de 1880: ele vai às barras dos tribunais lutar pela libertação dos escravos e confere as listas de matrículas de escravos na coletoria para ver se não havia mais nenhum (ALMEIDA, 1946, p. 15).

O farmacêutico denuncia publicamente as práticas violentas escravistas em Areia, e reclama da falta de números nas casas, usando para isso as páginas dos jornais. É muito provável que todas essas lutas tenham custado muito caro ao seu estado de saúde e concorrido para seu esgotamento final. Os constantes sangramentos que teve antes de sua morte nos levam a crer que padecia à época de uma úlcera, pois que sofreu diversas crises de hematemese nos anos de 1889 e 1890 (ALMEIDA, 1946, p. 40).

É impressionante como Manuel da Silva esteve envolvido em muitas ações: fundou e presidiu a Emancipadora Areiense, a Beneficente Areiense<sup>13</sup>, o jornal *Verdade* e tocou o gabinete de leituras/biblioteca por alguns anos, ajudou com Rodolfo Pires a organizar a Irmandade do Rosário, foi delegado da cidade e fiscal da Câmara Municipal etc. Então, as matérias aparecem no jornal *Verdade* como resultado de todas as ações que realizou na cidade, destacando-se os ideias que promovia e os temas que julgava ser de interesse público, revelando os embates e a sociabilidade dos grupos de homens letrados do qual participava.

Não se trata de enaltecê-lo, mas de reconhecer sua importância como grande articulador de todas essas ações na cidade de Areia. Em sua maleta, com instrumentos de precisão para medir as substâncias que usaria em seus pacientes, ele trouxe também a determinação pela luta constante para a melhoria social.

Se o jornal *Verdade* surgiu a partir das ações e redes de apoio que formaram os sócios da Sociedade Emancipadora Areiense nas lutas abolicionistas da década de 1880, continuou a estabelecer ligações culturais e anunciar as ações do gabinete de leituras/biblioteca, do Teatro Recreio Dramático, o apoio político e cobranças à Câmara Municipal, nas solicitações ao fiscal da Câmara, nos embates contra o Dr. Faro etc.

---

<sup>13</sup> A Associação Beneficente Areiense foi formada com o objetivo de socorrer financeiramente seus sócios em caso de penúria. Suas atividades estavam bastante ligadas ao jornal *Verdade*, pois Rodolfo Pires e Manuel da Silva participaram da direção e as reuniões aconteciam no escritório da redação (Jornal *Verdade*, nº. 30, 31, 51,52).

Além de compactuar das mesmas ideias políticas (abolicionismo e República), os integrantes do jornal estavam unidos por laços de amizade (Manuel da Silva e Rodolfo Pires) e de parentesco (Manuel da Silva com seu sobrinho Tito Silva, e com Francisco Xavier, que foi casado com uma sobrinha de Manuel da Silva). O núcleo central do jornal esteve na família Silva desde a época do jornal *O Areiense* (1877), e foi transmitida pela oficina e a arte tipográfica de Tito Silva ao amigo Rodolfo Pires (tipógrafo) e a Manuel da Silva (editor-chefe).

Até que ponto dirigir e escrever o jornal *Verdade* foi uma empreitada solitária de Manuel da Silva? O passo inicial e o arrojo foi dele, mas outros somaram-se para ajudar nesse trabalho. À redação do jornal acorreram todos os dias pessoas, no final da tarde, para publicar no dia seguinte anúncios os mais diversos, desde cartas contra desafetos pessoais e políticos ou anúncios de achados e perdidos na feira; e até mesmo pessoas escravizadas ilegalmente ou casos de ilegalidades e abusos de autoridades. Os assuntos de interesse público da cidade são uma constante entre os temas do jornal: a modernização e urbanização da cidade, o socorro público durante a seca e os pedidos para a Câmara Municipal e outras autoridades.

Os escritos de interesse público eram publicados de graça, embora o jornal reclamasse que algumas repartições públicas da cidade não enviassem as informações. Após o fechamento do expediente, no final da tarde, eles faziam serão no escritório da redação, no trabalho de composição da tipografia do jornal, para colocar o jornal na praça no dia seguinte logo cedo.

Em abril de 1890, Manuel da Silva caiu convalescente pelas constantes hemorragias e não pôde mais dedicar-se a tocar o jornal, mantendo-se na administração financeira, mas entrega a direção para o professor Francisco Xavier Jr. Como era também tesoureiro bibliotecário, dono do espaço da biblioteca e responsável pela guarda e manutenção do acervo no gabinete, propôs uma reunião no gabinete para a eleição de um novo bibliotecário para a instituição.

Em 30 de março de 1890, após eleição e anúncios do jornal *Verdade* convocando os sócios para a reunião, foi eleito Cândido Fabrício do Espírito Santo como presidente e Rodolfo Pires como novo bibliotecário, com uma pequena presença de sócios na reunião (*Verdade*, nº. 286). A biblioteca foi o último reduto das lutas de Manuel da Silva e parecia justo passar a batuta para seu amigo mais querido.

Na tipografia do jornal *Areiense*, o jornal *Verdade* foi impresso inicialmente sob a técnica de Tito Henrique da Silva até agosto de 1888 (*Verdade*, nº. 28), quando muda-se para Campina Grande, trabalhando como tipógrafo do *Gazeta do Sertão* (de Irineu Joffily) por dois anos (*Verdade*, nº. 325) e passa a tipografia para Manuel da Silva. Nessa tipografia foram impressos os jornais *O Areiense*, *O Século* e *Verdade*. Inicialmente pertenceu a Joaquim da Silva (pai de Tito), depois ao juiz de órfãos Alfredo Gomes e depois foi adquirida por Tito

Silva.

Na sua arte de tipografia, Tito Henrique da Silva, sobrinho de Manuel da Silva, consolidou-se na técnica com o jornal *Areiense*, e foi reconhecido em todo o estado. Escreveu em colaboração no *Gazeta do Sertão* matérias sobre o espiritismo, a fé que professava, assim como outros familiares. Seu irmão Júlio Silva era inclusive médium nas reuniões espíritas na cidade. Era amante da astronomia e estudava por paixão. Tornou-se diretor técnico do jornal *União*, a convite do Dr. Álvaro Machado em 1893. Tito, assim como os outros da família Silva, tinha uma veia de empreender e tornou-se depois dono de uma fábrica de bebidas de caju em João Pessoa.

Outro empreendimento que a família Silva fez foi o Colégio Parahybano, fundado pelo professor Joaquim da Silva em 1882 na cidade de João Pessoa. Mudou-se para a capital para assumir o cargo de inspector do Thesouro. Em vários anúncios no jornal *Verdade* estão publicados os serviços do colégio na capital, que após a morte de Joaquim da Silva passou para a direção de seu filho, Horácio Henrique da Silva, auxiliado por seus irmãos. Seu genro e professor Francisco Xavier Junior também tomou parte na direção e ajudou a organizar.

Depois no Liceu Paraibano, casa de instrução pública na capital, vários desses filhos de Areia assumiram em 1898 cargos de professores na instituição, tais como Tito Silva (Litteratura Nacional), Júlio Silva (Desenho) e Francisco Xavier Junior (Latim), este último foi professor e diretor da escola (CARNEIRO, 2019, p. 62).

Na equipe do jornal, um dos maiores colaboradores foi o jovem Rodolfo Pires de Melo (1860-1892). Este jovem poeta, ator, jornalista, redator e tipógrafo do jornal *Verdade*, funcionário público (partidor do juizado), depois funcionário dos correios, esteve lado a lado com Manuel da Silva, sendo seu grande amigo pessoal por toda a vida, fiel e companheiro das lutas abolicionistas. Era primo do pintor Pedro Américo e filho do maestro Tristão Grangeiro, e uma das suas grandes paixões foi o teatro. Destacou-se como ator e participou de duas companhias de teatro em Areia. Também tinha facilidade com as palavras e foi um poeta reconhecido na cidade, tendo composto o “Hino da Redenção” para a comemoração das festas do 03 de Maio e um hino em homenagem à Virgem Maria (RIBEIRO, 1992, p. 34).

Durante as lutas abolicionistas, sofreu perseguição do juiz Dr. Faro e perdeu o cargo público que tinha. Decidiu com outro amigo migrar para o Amazonas, prática recorrente na época, e antes de partir escreveu uma poesia chamada “O exilado”, despedindo-se dos amigos (*Verdade*, nº. 162). Antes de seguir para a província do Amazonas, o sonho do Eldorado dos

areenses<sup>14</sup> na época, trabalhou na capital como amanuense na repartição de Socorros Públicos, instalada em 20 de maio de 1889 (*Verdade*, nº. 114). Após alguns meses no Amazonas, retornou para a terra e voltou a escrever com seus companheiros. Em novembro de 1889, o jornal anunciou a volta do dileto amigo, responsável por ajudar na fundação do jornal e pela inteligente e incansável ajuda na tipografia (*Verdade*, nº. 187). Depois de Francisco Xavier, tornar-se responsável por dirigir o jornal *Verdade*, como se estivesse tentando levar à frente o legado do amigo.

Um importante colaborador externo do jornal foi o bacharel Dr. João Coelho Gonçalves Lisboa. Nascido em Areia em 1857, onde fez os cursos primário e preparatório, tendo depois ingressado na Faculdade de Direito do Recife, por influência de seu tio, bacharelando-se em 1884. Era um homem fino e sofisticado, que primava pela elegância impecável nos trajes e atitudes. Dr. Coelho Lisboa era o perfeito *gentleman* formado no período imperial, apto a ocupar qualquer cargo público.

Destacou-se por sua erudição e consagrou-se por sua oratória, dedicando-se ao estudo das línguas, dominando latim, grego e alemão (BARBOSA, 2009, p. 82). Quando forma-se em Direito, migra para o Rio de Janeiro e depois para cidade de Cachoeiro do Itapemirim (ES), montando um escritório de advocacia, percorre cidades no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. Dedicou-se às campanhas abolicionistas na sua cidade natal e depois à campanha republicana no Sul do país, ao lado do paraibano Aristides Lobo. Enquanto esteve em Cachoeiro (ES), colaborou com o jornal *O Cachoeirano* e sempre manteve contato com seus conterrâneos, enviando jornais e livros. Foi secretário do *Club Republicano* naquela cidade capixaba.

No auge do período da propaganda republicana nos anos 1880, Coelho Lisboa destacou-se como tribuno eloquente, proferindo palestras, percorreu diversas cidades no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, tendo passado pelas repúblicas platinas do Uruguai e da Argentina. O jornal *Verdade* acompanhava seus passos e noticiava seus feitos na propaganda, enquanto que Coelho Lisboa mandava notícias pelo correio ou em notas nos jornais.

Com o fim do regime monárquico e início do governo republicano, foi nomeado chefe de polícia da Paraíba do Norte e retornou para sua terra natal, fazendo a sua cerimônia habitual: um discurso no Teatro Minerva de mais de duas horas, em que ele prendia a atenção de seus

---

<sup>14</sup> Segundo Galeano (2019), “Meio milhão de nordestinos emigraram para a Amazônia até o fim do século, atraídos pela ilusão da borracha”. O jornal *Verdade* em diversas edições relata os desencantos dos areenses ao retornar, descrevendo uma natureza exuberante de jacarés e árvores enormes, mas também de doenças e privações. A Amazônia foi por isso chamada “Terra da Promissão” ou “Califórnia brasileira” (*Verdade*, nº. 176). Muitos desses areenses fugiam da seca com destino às cidades de Lábrea e Manicoré.

conterrâneos e disparava frases de erudição em latim. Por suas atividades de propaganda republicana, pode ser comparado a Silva Jardim e Assis Brasil, no conjunto dos propagandistas e republicanos históricos que pugnaram pelos ideais republicanos de participação social no novo regime.

Certo é que fez falta a voz do Dr. Coelho Lisboa nos debates que se seguiram na cidade, em torno das ideias republicanas. Ele acompanhava com interesse, de longe, a atividade de seus colegas. Na política foi deputado federal pela Paraíba do Norte por duas legislaturas (1894-1899) e senador de 1905 a 1908. Foi professor de direito no Rio de Janeiro e também ensinou no Colégio D. Pedro II. Viajou para a Europa e depois de formado (1884) não quis ficar em Areia, mudando-se para Cachoeiro (ES), onde era forte a propaganda republicana. Nessa cidade montou seu escritório de advocacia e foi secretário do principal clube republicano. Das terras capixabas seguiu suas incursões de “conferências” pelo Sul do país em prol do novo regime político.

Em inúmeras edições do jornal *Verdade*, Manuel da Silva relata as ações do amigo na contribuição para a causa republicana. Na edição nº. 142 (30 de julho de 1889), na seção Gazetilha, noticia “*O Dr. Coêlho Lisboa nosso conterrâneo e denodado propagandista tem percorrido grande parte da província do Espírito Santo fazendo conferências republicanas*”. Essas palestras realizadas por publicistas como ele tinham importante função de promover a ideia e conseguir novos adeptos. Assim, antes da proclamação da República, fazia-se o embate de ideias e a propaganda ostensiva nos círculos sociais, o que em parte foi esforço desses republicanos históricos. Esses discursos públicos de propagandistas como Coelho Lisboa, Silva Jardim e Lopes Trovão tentaram abrir o debate público para a participação popular no novo regime republicano.

Também o jornal narra a trajetória e os feitos do Dr. Coelho Lisboa: vai morar na capital Rio de Janeiro, onde acompanha Aristides Lobo, depois percorre o Rio Grande do Sul, em seguida conhece as Repúblicas platinas da Argentina e Uruguai, e, por fim, se estabelece no Espírito Santo. Sempre referindo-se a ele de modo elogioso, como “*incansável companheiro das luctas abolicionistas nesta cidade*” (*Verdade*, nº. 160) ou como “*distincto*” ou “*democrata*”. O termo democrata é tomado quase como um partidário do republicanismo, nesse caso, como sinônimos.

Desde que saiu de Areia em 1885, um ano após se formar, o Dr. Coelho Lisboa aparece no jornal como colaborador externo e incentivador, enviando jornais ou livros para o gabinete de leituras, ou contribuindo com a escrita no jornal *O Cachoeirano* nº. 47, de 1889, em que relata os feitos de três republicanos paraibanos: Maciel Pinheiro, Diogo Velho e Joaquim da

Silva. O jornal *Verdade*, nas edições 218, 219 e 220 de 1890, reproduz o extrato do jornal capixaba, com o artigo sobre a vida e feitos do professor Joaquim da Silva, assinado pelo próprio Coelho Lisboa.

Na capa da edição nº. 196 da *Verdade*, de 03 de dezembro de 1889, poucos meses após a proclamação da República e de governo provisório, a notícia em primeira página é “Honra ao Mérito”. Trata-se de um encontro de cidadãos que, sabendo da nomeação do Dr. Coelho Lisboa como chefe de polícia da Paraíba do Norte pelo governo federal, reúnem-se para homenageá-lo. Em outro momento, fazem uma mensagem e subscrição pública de 50 pessoas em homenagem ao conterrâneo agora ilustre. Junto a Rodolfo Pires, uma comissão dirige-se à capital do Estado para recepcionar o conterrâneo. Aos 04 de janeiro de 1890, tarde da noite, ele chega à capital da Paraíba, em um vapor vindo do Rio de Janeiro. Passou cinco anos distante de sua cidade.

O bom filho à casa torna, diriam seus amigos e correligionários. Mais que isso, o bacharel quer coroar seu retorno à terra natal como sempre fez: uma palestra política no teatro, como que para brindar o fim de uma luta percorrendo o país. Todos foram convocados para se fazerem presentes, e o jornal anunciou sua chegada da capital em janeiro de 1890. Na edição nº. 230 do jornal *Verdade*, sob a manchete de capa “Palestra Política”, aos 21 de janeiro de 1890, no Teatro Recreio Dramático (atual Teatro Minerva), o exímio orador fez um longo discurso em defesa do novo regime republicano, e entre os assuntos que o jornal enumerou: elogios ao novo regime político e às Repúblicas platinas, aos homens do governo provisório, como sendo de origem humilde (Aristides Lobo e Quintino Bocaiuva), o papel dos homens letrados na defesa do novo regime político etc. Esse cenário festivo foi coroado com a execução da Marselhesa pela banda, o hino dos republicanos, e sob gritos de “Vivas à República”.

O professor Francisco Xavier Camello Jr. foi o principal redator do jornal e, mais tarde, quando Manuel da Silva ficou convalescente, tornou-se o novo editor-chefe do jornal e comprou a pequena empresa jornalística. Ao jornal ele imprimiu um estilo mais descontraído, com enigmas e imagens. Começou a abordar temas relacionados ao socialismo, falando sobre o nascente movimento operário na Europa. Foi nomeado promotor público da cidade de Areia em dezembro de 1888, a despeito da relutância de Dr. Faro em nomeá-lo (*Verdade*, nº. 59).

O programa de ideias apresentado pelo jornal mudou, pois ele afirmava que divergia em alguns pontos das ideias de Manuel da Silva. Em Areia foi professor particular e organizou o Colégio Culto às Letras. Sua família era originária de Pilar e ele estudou na Faculdade de Direito de Recife. Quando se mudou para a capital foi professor no Liceu Paraibano, deputado estadual, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), prefeito de João Pessoa, tendo

sempre se destacou como um bom professor. Quando estava ainda em Areia, era bom orador nos eventos em que representava a Emancipadora Areiense, quando discorria sobre a história da humanidade e da escravidão (ALMEIDA, 1946, p. 16). Foi ligado à família Silva por laços de parentesco, pois era casado com uma filha de Joaquim da Silva.

Na capa do jornal *Verdade*, nº. 197, com artigo sob o título “Não tenho ambições”, o professor Xavier Jr. tece considerações sobre a passagem da Monarquia para a República, dizendo que defendeu as ideias republicanas por idealismo e não por interesses em cargos. Afirma que por mais de uma vez escreveu artigos em defesa da República e que foi convidado por Manuel da Silva para ser redator do jornal. Ao final do artigo, assim resume suas intenções: “[...] Desejo, por ora, manter-me na minha humilde posição de educador da mocidade, profissão a que me tenho consagrado desde verdes anos” (*Verdade*, nº. 197).

Francisco Xavier Jr., um dos redatores do jornal *Verdade*, sempre se destacou como bom professor. Após mudar-se para a capital, por volta de 1892, torna-se inspetor da instrução pública na Paraíba, quando tenta organizar as poucas escolas públicas e estabelecer os primeiros jardins de infância<sup>15</sup>. No método, o professor Xavier Jr. foi inovador, e já em algumas edições do jornal *Verdade* anunciava que adotava o método do americano Calkins em suas aulas particulares.

Tratava-se do livro *Lição das Coisas*, do norte-americano Norman Allison Calkins, com seu método intuitivo que incentivava o desenvolvimento dos sentidos e percepções das crianças, aguçando a curiosidade – opondo-se apenas ao uso da memorização. Esse livro influenciou as lições contidas no livro *Lições de Língua Materna*, do professor Xavier Jr., e que foi adotado como livro didático nas escolas primárias da Paraíba, além de ser um manual para ensinar as crianças a serem cidadãs formadas com amor à Pátria.

Em dezembro de 1890 (*Verdade*, nº. 396) Francisco Xavier Jr. despede-se dos colegas do jornal (Simão Patrício da Costa e, Adelino José Gomes da Costa ambos procuradores, e Rodolfo Pires de Mello, redator, tipógrafo e novo proprietário) e dos leitores. O jornal traz o anúncio de venda da sua casa na rua do Rosário, a mesma rua em que funcionou inicialmente a tipografia do jornal, no número 5. Também nessa rua morou Manuel da Silva. O professor se despede para viver uma nova fase na capital, mas não sem antes deixar o projeto do jornal nas mãos de outro amigo, de confiança dele e do já falecido amigo Manuel da Silva.

---

<sup>15</sup> Nascimento (2018) afirma que depois o professor Xavier Júnior dedicou-se apenas à carreira docente e tornou-se, no início do século XX, inspetor da educação pública na Paraíba, sendo responsável por instalar um jardim de infância na capital e organizar o sistema de ensino no estado, bem como as condições materiais das escolas e a formação dos professores.



É necessário dizer que havia uma equipe externa do jornal. Ainda que os redatores destacassem não haver repórteres para cobrir as notícias, a equipe externa foi responsável por contratar as assinaturas, resolver seus pagamentos, pendências e distribuir o jornal. Neste grupo temos Simão Patrício da Costa, o dono da botica, que antes disso foi aguadeiro na cidade. Antes de tornar-se dono da botica, trabalhou vários anos para o homeopata Sabino Coutinho, tornando-se dono quando este mudou-se da cidade (ALMEIDA, 157, p. 172). Se antes foi concorrente nos negócios farmacêuticos com Manuel da Silva, tornou-se forte aliado e, em sua botica, foram negociadas as assinaturas e vendidas as edições do jornal, tornando-se seu agente em toda a comarca de Areia. A botica de Simão Patrício era um lugar de reunião, de encontros, onde se podia jogar gamão e debater os assuntos da cidade. Também na botica de Simão podia-se comprar o jornal *Gazeta do Sertão*, vindo de Campina Grande.

Simão Patrício da Costa foi vereador diversas vezes e presidente da Câmara de Areia<sup>16</sup>. Era um dos poucos exemplos de homem que conseguiu ascender socialmente pelos negócios que desenvolvia, o que era bastante raro numa sociedade hierárquica e atrelada a costumes de tradição e prestígio político familiar.

Outro agente ou procurador do jornal na cidade foi Adelino José Gomes de Carvalho, que antes fora procurador do jornal *Areiense*. Nos anúncios do jornal *Areiense* ofereciam-se os serviços de Adelino Gomes como pintor. O jornal *Verdade* foi vendido em várias cidades da província, na capital, em Campina Grande e nas redondezas do Brejo.

Em Campina Grande foi procurador do jornal o cidadão Cândido Fabrício do Espírito Santo, que foi escrivão do juizado de Areia. Como distribuidor do jornal temos Antônio de Barros Gato, em agosto de 1888, do qual não obtivemos nenhuma informação a mais. Dentro da estrutura organizacional, percebemos uma hierarquia do jornal: Manuel da Silva como editor-chefe; Xavier Júnior como redator; Rodolfo Pires como redator e tipógrafo e a equipe externa de distribuição do jornal e arrecadação das assinaturas.

Mas e Manuel da Silva? O que lhe acontece na redação do jornal? Foram muitas as associações e grupos dos quais participou, e o jornal *Verdade* foi a obra de conagração de todas. A imprensa era o meio de dar publicidade às ações das associações e para divulgar as novas ideias<sup>17</sup>. A jornada abolicionista e sua persistência por vencê-la talvez tenha

---

<sup>16</sup> Foi vereador por três vezes (1857-1860), (1860-1872) e (1873-1876) e presidente da Câmara por duas vezes, em 1874 e em 1876, segundo o site da Câmara de Vereadores de Areia (2021).

<sup>17</sup> “O universo cultural de Areia, pleno de homens ilustrados e voltados para as letras, não poderia prescindir de um meio de comunicação que veiculasse notícias, opiniões, que disseminasse as informações e o saber” (GAUDÊNCIO, 2017, p. 210).

comprometido sua saúde, tendo em vista os inúmeros atritos com os escravistas, indo até aos tribunais. O jornal *Verdade* continuou ainda por alguns anos após sua morte, um tanto diferente, sem seu humor perspicaz.

Manuel da Silva foi fiscal da Câmara Municipal de Areia, cargo que exerceu sem receber remuneração, sendo responsável por fiscalizar o asseio e higienização da cidade. Entre outras atribuições do fiscal da Câmara, que eram preservar a ordem pública e fazer cumprir as posturas municipais, Manuel cumpriu bem seu papel como funcionário público. Tanto é que a população solicitou sua volta ao posto, mas já a doença o impossibilitava.

No ano de 1881 tornou-se eleitor na cidade de Areia e o jornal *Gazeta do Sertão* (1888, edição nº. 16) reproduziu sua declaração pública em que dizia somente votar em candidatos republicanos. Eis a declaração:

*Declaro que deixarei de votar em qualquer eleição sempre que deixar de apresentar-se algum candidato republicano. Como eleitor uma só vez votei, em 1884, em candidato que se dizia - abolicionista-; porque sempre entendi que vencida a causa da abolição seria erguida a da República. (Verdade, nº. 41 de 3 de outubro de 1888).*

A partir da declaração vemos que Manuel da Silva adota a estratégia de muitos republicanos pelo país, de somente votar nos candidatos republicanos, como forma de fazer crescer o movimento da propaganda. De acordo com o título eleitoral de Manuel da Silva, que consta no Museu Regional de Areia (MURA), ele foi registrado como eleitor em 1881<sup>18</sup>, com a profissão de farmacêutico e renda anual de dois contos de reis.

Em algum momento de sua vida ele também viajou até a Corte, no Rio de Janeiro, pois encontramos uma fotografia dele tirada no estúdio Henschel & Benque, o mesmo que fazia as fotos do Imperador. Ironias à parte, um republicano também precisava gozar um pouco das novidades da civilização, tais como a fotografia e os círculos sociais influentes da Corte.

---

<sup>18</sup> No ano de 1881 foi aprovada a Lei Saraiva, que introduziu medidas mais severas para controlar a renda mínima como direito a votar. Acabou com os eleitores de paróquia e o voto em segundo grau, mas, por outro lado, a participação nas eleições foi reduzida de 10,8% (1872) para 1% (1881) e 0,8% (1886), tornando as eleições cada vez mais restritas (CANEDO, 2012, p. 531-532).

**Fotografia 4 – Foto de Manuel José da Silva**



**Fonte:** Museu Regional de Areia (MURA).

Em outubro de 1889 Manuel da Silva caiu doente em mais uma crise de sangramento. Após o restabelecimento, ele pôde ver a República ser implantada no Brasil no final de 1889. Seu estado de saúde era agora notícia na seção Gazetilha. Seu amigo Francisco Xavier Jr., com um cartão impresso nas páginas do jornal *Verdade*, saudava o novo regime republicano em seu nome. Depois que o regime foi implantado, o Dr. Coelho Lisboa tornou-se o chefe de polícia da Paraíba e o convidou para ser delegado em Areia. Mesmo com estado de saúde ainda fragilizado, aceitou o cargo.

O gabinete de leituras, a biblioteca, com os jornais e livros acumulados foram seu último reduto de lutas. Logo Rodolfo Pires, o grande amigo, foi escolhido para substituí-lo como guardião da biblioteca. Depressa, ele declarou que o sobrado deveria ser ainda utilizado pelo gabinete de leituras, sem pagar aluguel, após sua partida.

Havia já um ano que ele entregara a direção do jornal ao amigo Francisco Xavier Júnior, e às duas horas e meia da madrugada de 09 de outubro de 1890, faleceu, com 53 anos no leito de sua casa, abatido pela doença. A edição nº. 374 do jornal *Verdade* traz em destaque na capa a notícia de sua morte e um breve resumo de suas ações em vida. Qual seria o legado de Manuel da Silva? Por muitos foi chamado “Apóstolo da Abolição” ou “benemérito cidadão”. Apesar dos títulos que trazem implícita a ideia de doação e entrega desmedida, vimos que ele teve “espírito público”. Foi republicano na melhor acepção da palavra. Foi um agente de transformações da sociedade em que viveu, sabendo articular os diversos atores envolvidos nas

lutas em que tomou parte. Ele foi um abolicionista, republicano, espírita dedicado e um senso crítico temperado com humor.

#### 1.4 CARACTERÍSTICAS DO JORNAL

A terra parecia não ser fértil para a semente da ideia republicana em Areia. As edições do jornal queixavam-se por Areia ser monarquista e apegada à essa tradição política. Nesse sentido, uma “comparação literária” nos chamou atenção porque revelou significativamente essa situação. No jornal *Verdade*, nº. 159, seção Gazetilha, noticia-se que os gritos de “*Viva à República e morras à monarquia*” começam a ser proibidos pelo país a fora, começando pelo Rio de Janeiro. Continua a mesma edição, dizendo:

*Não nos consta que a liberrima ordem tenha sido imitada nesta provincia, especialmente nesta monarchica cidade (grifo nosso), que, em republicanismo, bem poderia trocar o seu prosaico nome de Areia pelo de Quiquendone (nome da romântica cidade onde o Dr. Ox fez suas experiências sobre os efeitos do oxygenio no organismo humano).*

O trecho do jornal é uma referência ao livro *Dr. Ox Experiment - A fantasia do Dr. Ox*, uma ficção científica de Júlio Verne de 1874. A comparação literária cai bem para pensarmos a realidade social em Areia no final do século XIX: a ideia republicana seria um experimento de oxigênio no marasmo e pasmaceira da pequena Areia (Quiquendone). Não seria uma ameaça à tradição monarquista, mas apenas uma ideia nova que renovava ares e às vezes ameaçava algumas posições de privilégio – ainda mais após a proclamação da República.

Nas reuniões e encontros públicos, nas sessões das assembleias estaduais, os gritos de “*Vivas à República*” tornaram-se comuns. Pelo país a fora os jornais noticiavam os *meetings* republicanos, com os integrantes sendo perseguidos pela atuação policial ou algumas reuniões eram canceladas pela presença da chamada “Guarda Negra” que, formada pelos ex-escravos, agia com violência contra os republicanos.

Se não havia espaço para novas ideias na cidade de Areia, o jornal se propunha a ser combativo nesse sentido de levar tais ideias ao conhecimento do público e ser um veículo de comunicação, veículo de instrução pública, lugar de debate de assuntos públicos, “ágora” dos letrados e às vezes de homens simples ou injustiçados. Essa comparação resume melhor a situação da propaganda republicana na cidade, de alcance restrito a pequenos círculos, pois embora houvesse grande empolgação dos redatores com as novas ideias políticas e filosóficas, a maioria ateu-se às tradições ou nem sequer conseguia ler para entender essas ideias.

Pelos escritos e editoriais do *Areiense* e do jornal *Verdade*, viu-se que um jornal na cidade de Areia era uma empresa temerária, nos constantes apelos de ajuda para a continuidade das atividades. O jornal *Areiense* mantém-se com dificuldades de 1887 a 1888, com constantes apelos por ajuda. Durante alguns meses são editados os dois jornais na mesma tipografia do *Areiense*, depois o jornal *Verdade* continua e o *Areiense* chega ao fim. Após a edição nº. 30, o jornal passa a ser editado em tipografia própria e não mais na tipografia do antigo jornal *Areiense*. Sobre os costumes de leitura na cidade, o jornal *Verdade*, nº. 15, de 02 de julho de 1888, em seu editorial assim expõe as dificuldades:

*A leitura nesta terra é a ocupação que mais aborrece á maioria dos habitantes. [...] O que tem dado a esta cidade os foros de civilizada, é o gosto que sempre houve em um pequeno grupo de habitantes que, destacando-se da maioria, collocando-se á frente dos comettimentos arrojados, elevando-a ao gráo de uma das primeiras desta provincia, como se vio ultimamente na questão do elemento servil. Contando-se aqui perto de 3 mil almas, parece incrível que não se possa sem grande sacrificio sustentar uma pequena typographia, que desde 1877 luta para conservar um periódico o "Areiense" cuja tiragem tem sido inferior a 200 números!*

Pelo extrato do jornal acima, percebe-se que na época a leitura não agradava à maioria da população, era uma atividade enfadonha ler, ao invés disso poderiam os populares estar nos sambas, nas jogatinas ou bebendo. O que dava à cidade ares de civilização, segundo a opinião dos redatores, era um pequeno grupo de pessoas, de homens letrados que cultivavam o gosto pela leitura e instrução, esforçando-se pela manutenção da pequena biblioteca.

Se o jornal não era uma empresa lucrativa, ao menos podia contar com a ajuda de muitos amigos. Era obra da iniciativa de um homem (Manuel da Silva), mas escrita por muitas mãos (Rodolfo Pires e Francisco Xavier Jr.); e com a ajuda de muitos amigos e relações foi possível que sobrevivesse por muitos anos, circulando em Areia e em outras cidades da Paraíba. O jornal *Verdade* conseguiu sobreviver por muitos anos (1888-1895), e teve como diretores: Manuel da Silva, Francisco Xavier Jr., Rodolfo Silva, Otacílio de Albuquerque e José da Costa Machado.

A redação do jornal era lugar de encontro desses homens letrados e de todos os grupos de pessoas. De início localizava-se na rua do Rosário, número 5, por trás da Igreja do Rosário. Nas lutas abolicionistas, para lá acorriam escravos para pedir ajuda, pessoas para anunciar achados e perdidos na feira, ou leitores para publicar escritos para seus desafetos etc. Ao final da tarde, a redação encerrava o expediente e os anúncios só poderiam ser publicados no jornal do dia seguinte. Por isso, era comum eles demorarem a anunciar fatos ou notícias passados há vários dias.

Além disso, o jornal relatava a vida pública da cidade. Os grandes temas em debate e os espaços públicos tornaram-se notícia: notadamente o gabinete de leituras/biblioteca, o Teatro

Recreio Dramático, a relação com a Câmara Municipal, os constantes reclames populares ao fiscal da Câmara e os demais temas de interesse público que variam ao longo dos anos (Socorros Públicos, arborização, instrução pública, Estrada da Onça, banheiro do Quebra, urbanização da praça, situação da cadeia pública<sup>19</sup>, estrada de ferro Conde D’Eu etc.). Ainda no final do mês de maio de 1888, após o fim oficial da escravidão, o jornal continuou lutando contra as renitentes práticas escravistas. Na edição do jornal *Verdade*, nº. 10 do final de maio de 1888, assim reporta-se a essa situação: “*Raro é o dia que nos não procuram libertos deste e de outros termos vizinhos reclamando auxilio e pedindo providencias para obterem a entrega de seus filhos que continuam a sofrer duro captiveiro sob o dominio de seus ex-senhores [...]*”.

O jornal chamava a atenção para a manutenção de práticas escravistas na cidade, mesmo após a publicação da lei de 13 de maio de 1888. Denunciava ainda as artimanhas ilegais para manutenção da escravidão, tais como forjar certidões falsas junto ao juiz de órfãos, não matricular escravos ou a situação ilegal dos filhos de escravos menores mantidos na escravidão - os chamados “ingênuos”. Nas suas primeiras, também criticam o hábito bárbaro escravista de usar a violência com açoites para castigar os escravos, exigindo providências das autoridades contra tal abuso.

Como arqui-inimigo do periódico, desde seu primeiro momento, temos o juiz da cidade, o Comendador Dr. Gonçalo Pais de Azevedo Faro (1846-1900), ou simplesmente Dr. Faro, figura monarquista, autoritária e escravista, que usou de seu poder para perseguir o jornal e seus integrantes. O título de “comendador” é bem exemplar de uma sociedade honorífica, ansiosa por destacar os títulos das famílias nobres. Ele personifica uma sociedade em que o mandonismo e a arbitrariedade estavam no ordem do dia. Basta dizer que tinha o costume de ser transportado de liteira. Para o jornal *Verdade*, essa era uma prova de fogo: um embate com um poderoso que errava na aplicação da lei.

O Dr. Faro veio de uma família tradicional sergipana, foi chefe de polícia em Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba, o que demonstra sua articulação política com as grandes figuras de influência na época. Como juiz de direito e órfãos atuou em comarcas no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, na Paraíba e em Pernambuco. O Dr. Faro deve ter vindo para Areia com uma missão de desmontar as ações abolicionistas que estavam em curso no juizado da cidade, articuladas entre o grupo de Manuel da Silva e o juiz Dr. Alfredo

---

<sup>19</sup> A cadeia pública de Areia foi motivo de muita atenção dos redatores do jornal *Verdade* nos primeiros anos (1888-1889), relatando as péssimas condições dos presos, as corrupções e arbitrariedades do lugar. Também na cadeia distribuía-se o jornal gratuitamente (*Verdade*, nº. 45).

Moreira<sup>20</sup>, e por isso perseguiu o poeta Rodolfo Pires, outros membros do jornal e da Emancipadora Areiense.

O próprio jornal, em vários editoriais, afirmava ser a favor do bem e da moralidade pública, e que sempre iria apontar os erros de quem quer que fosse. Por diversas vezes o juiz tentou inibir a ação do jornal, ao perseguir o jovem Rodolfo, seu funcionário imediato na comarca, ou ao tentar proibir a festa da abolição no dia 03 de maio. O comendador tinha influência política até na Corte, pois entre os fatos mais notáveis foi ter conseguido aumentar de três para seis as malas de Correios para Areia (*Gazeta da Parahyba*, 1888, n.º 32). Segundo o jornal *Verdade*, o comendador sabia mandar e também mentia com frequência. Mas parece que não era tão erudito quanto os letrados do jornal, fato que foi noticiado com o costumeiro tom satírico, referindo-se à pouca “ilustração” do magistrado ao elaborar suas peças jurídicas.

Nas edições de dezembro de 1889 o jornal *Verdade* comemorou a saída do magistrado, pontuando sua relação conflituosa com os integrantes do jornal, com os sentimentos contrários de apoio e antipatia na cidade; e assim resume seus feitos na capa do jornal *Verdade*, n.º 139: “[...] Não obstante já ter o público bastante conhecimento das celebreiras do Sr. Gonçalo Faro, juiz de direito dessa comarca, que muito se tem salientado pelo seu apoucamento intelectual, ignorância crassa e índole má [...]”.

O jornal comemora a saída de seu opositor e afirma ter sido o único meio de desafiá-lo na cidade, o qual exerceu “*desastrado domínio da judicatura*” ou “*é um verdadeiro produto da situação que tomou no caso*” (*Verdade*, n.º 202). Nesse ponto, associa a decadência da monarquia à de seu inimigo e partidário da tradição monárquica. Certo é que o juiz causou muitos embaraços à causa abolicionista, servindo de pauta para os combates no jornal inúmeras vezes, por seus atos ilegais e arbitrários. Pessoalmente, contribuiu para perseguir os redatores Rodolfo Pires e Francisco Xavier. O jornal, usando de sua típica linguagem sarcástica, afirma que o juiz costumava usar a liteira e ser recepcionado com banquetes por seus apoiadores, criticando sempre suas ações e arbitrariedades.

O dito juiz passou três anos na cidade de Areia, ou seja, chega em 1886, no auge das lutas abolicionistas. Quando o jornal *Verdade* surge, em março de 1888, já acontece o primeiro atrito: ele ameaçou dar uma pisa nos redatores e quebrar a tipografia (*Verdade*, n.º 97). Isso era bem comum na época. De acordo com os desafetos políticos, jornais eram empastelados,

---

<sup>20</sup> O jornal *Gazeta da Parahyba* n.º 143, de 28 de outubro de 1888, afirma que após um quadriênio o juiz sairia de Areia, e que chegou a fazer parte da redação do jornal *Verdade*, fato depois negado com veemência pelos integrantes do periódico (*Verdade*, n.º 48), em que pese a proximidade com o juiz, que foi editor do jornal *Areiense* e de reconhecerem os serviços que ele prestou à causa abolicionista.

sofriam ataques e violências. O juiz tinha ao seu lado a força da lei e a repressão policial - na verdade esse corpo policial era constituído de praças pegos compulsoriamente entre os cidadãos para compor os quadros da polícia. Mais um dos costumes locais que o jornal adverte como negativo para a moralidade pública.

O jornal não se calou ante a ameaça do juiz. Denunciava seus atos ilícitos e chamava a atenção das pessoas para ler os documentos por ele baixados. O Dr. Faro era para o jornal uma *persona non grata*, representando a lei e a ordem do regime monarquista e escravagista. Ele personificava a mentalidade política conservadora de Areia e agia para defender interesses daquela elite local, tanto é que, com sua saída, também vários areienses lamentam sua partida. O italiano Francisco Casulo, citado nas páginas do jornal por ser um dos mais recalcitrantes donos de escravos e um dos últimos a abandonar a prática, foi também seu amigo de longas datas.

Quais seriam os objetivos do jornal? O que queriam dizer homens letrados de classe intermediária sobre uma sociedade tradicionalmente monarquista? São muitas as respostas, mas há que perceber o momento exato dos discursos e os deslocamentos de sentido, no início do jornal e ao longo de sua formação. O jornal surge inicialmente como abolicionista convicto e assim permanece até o fim da instituição escravista, e logo em seguida levanta o republicanismo como bandeira. Ao longo dos seus editoriais, sempre se propôs a debater os temas públicos, a defender a moralidade, a lei e a justiça, a denunciar as ilegalidades e a lutar pelo esclarecimento dos cidadãos. A propaganda republicana consolidou-se no jornal no final de 1888 e início de 1889, sempre associando a Monarquia ao atraso e a República ao progresso.

Outra importante causa adotada pelo jornal, como forma de luta, foi a instrução pública e educação popular através da leitura do jornal. Em época de poucos leitores e rara educação formal, se propunha a ser um meio de instrução. Os livros também eram raros. Os extratos do jornal traziam matérias sobre diversos assuntos para formação: técnicas de agricultura, mitologia e humanidades dos antigos, a maioria delas em uma seção chamada “Instrução Popular”. As notícias políticas sobre o Brasil e mundo se sobressaiam, além de fatos curiosos e pitorescos do mundo afora.

Havia algumas preocupações do jornal, tendo em vista o pouco hábito da leitura na cidade e a falta de acesso à educação pública gratuita, que consistiam em manter uma linguagem acessível e com temas também atrativos para o grande público. E já na edição nº. 16, o jornal *Verdade* trazia o problema, ao afirmar que jornais anteriores da cidade falharam por manter uma linguagem muito elevada, em razão da baixa instrução, pois: “[...] pouca aceitação deverá ter um jornal escripto em estylo elevado e scientifico, porque o numero dos leitores



*ilustrados é infelizmente muito limitado*". De acordo com os redatores, era necessário adotar diversas estratégias para que o jornal despertasse o interesse da maioria dos leitores. Desta forma, observamos se no jornal havia ilustrações, como atrativo do jornal para pessoas que não sabiam ler. Devido a seu formato pequeno, não se adotou essa estratégia, pois foram quase ausentes as ilustrações no primeiro semestre de 1888. No segundo ano do jornal aparecem algumas poucas imagens, tais como letras que eram símbolos de proprietários de animais (marcas de ferrar animal), a caveira (que aparecia em anúncio de dívidas, em anúncio de falecimento ou como uma seção avulsa), tesoura (do *club* dos faladores) ou mesmo alguns floreios que aparecem para destacar alguns textos comemorativos ou de anúncios. Os redatores já reclamavam ser o espaço insuficiente para outras publicações.

A causa inicial pela qual lutou o jornal foi o abolicionismo, e mesmo após o fim da instituição lutou contra os costumes escravistas que persistiam. Depois, deflagrou a bandeira do republicanismo, mas defendeu os ideais e programas do republicanismo, não apenas o proselitismo político. Em seguidas edições, o jornal sempre cobrava uma posição de moralidade das autoridades públicas, fossem elas monarquistas ou republicanas. Já no primeiro ano (1888), na edição nº. 5, afirmavam os redatores que o jornal era “*o mais poderoso meio de educação popular*”. Após um ano, traz na capa a “*synthese de nosso programa*”<sup>21</sup>:

*Propaganda de todas as idéas progressistas, com liberdade de pensamento e respeito às leis constituidas.*

*Censura de todos os abusos de corporações e auctoridades, em bem da ordem social e dos direitos das classes oprimidas.*

*Divulgação dos conhecimentos uteis a todas as classes, pela transcripção de extractos de obras adoptadas ao meio em que mais circula este periódico nesta comarca.*

Diz ainda a nota que o jornal aceitaria qualquer contribuição escrita de leitores dentro desse programa. Para além das ideias abolicionistas e republicanas, o jornal se propunha a ser um vigilante constante da moralidade pública das autoridades e dos costumes dos conterrâneos, sempre incentivando a leitura e a instrução pública através da publicação de extratos no jornal.

As ideias “progressistas” ou “democráticas” na linguagem do jornal eram sinônimos do ideário republicano, de um sistema político que deveria incentivar a participação política popular e que mudou a forma de tratamento para “cidadão” ou “concidadão” - nivelando desse modo a todos. Outra característica da ação dos jornalistas era primar pelo legalismo nas suas ações ou nas críticas às autoridades locais. O movimento da cadeia pública da cidade sempre foi noticiado pelo jornal. Desde os primeiros números relatou-se o cotidiano da cadeia,

---

<sup>21</sup> Jornal *Verdade*, nº. 142 de 30 de julho de 1889.

mostrando os abusos cometidos. Foram relatadas as ilegalidades e processos contra os carcereiros, os abusos com violência e tortura contra presos, as más condições de alimentação e vestimenta deles. Outro problema recorrente na cidade foi o uso de pessoas comuns para “montar praça” na cadeia e na cidade, denunciada como prática ilegal e nociva. O jornal também anunciava o movimento na cadeia, com o quantitativo de entrada e saída de presos. Dentro de seu programa de ideias, pugnava pela lei e ordem, oposta muitas vezes às classes populares, mas também denunciava os abusos ou negligências das autoridades.

Esses homens letrados, redatores do jornal, eram de classe intermediária, trabalhando como funcionários públicos ou como professor. Qual o lugar desses homens nessa sociedade tradicional, em que os títulos de nobreza e os laços de compadrio político tinham grande influência? Era uma posição intermediária e questionadora da ordem social, na qual um grupo de ilustrados se colocava como arautos da modernidade<sup>22</sup>, criticavam a pobreza material e moral a que estavam submetidas as classes mais baixas e apontavam soluções políticas.

Constituíam-se como uma classe de pessoas letradas (entre funcionários públicos, profissionais liberais, professores, bacharéis, artistas etc.) bastante reduzida em tamanho mas com muito poder de influência através da cultura e da palavra. Estes, não tendo acesso ao poder do Estado, em seu discurso diziam que as tradições, o atraso, a política dos favores e da corrupção deveriam dar lugar a uma nova sociedade baseada no saber e na competência fundada no conhecimento. Em uma sociedade rigidamente hierarquizada como aquela, alicerçada nas tradições da Monarquia, eles vislumbravam através dos postos no serviço público uma forma de ascender na sociedade.

Talvez não fosse a questão de conquistar um privilégio, mas de “distinção social”, através da ilustração que essas pessoas mantinham – acima de uma imensa maioria que não sabia ler e escrever à época. Este grupo social causava assim conflitos e debates, em uma sociedade marcada pela tradição, e buscavam novos ideais políticos que dessem conta de suas aspirações políticas de mudança. Outra ideia recorrente no jornal é de que essa classe média de intelectuais deveria “tutelar” a sociedade local, pois propagava um conhecimento que a levaria ao progresso e à instrução pública e à “elevação moral” dos costumes.

Quem eram os leitores do jornal *Verdade*? Em 1872, o primeiro censo do Brasil aponta que a paróquia de Areia tinha 10% de alfabetizados apenas, o que não mudaria muito nos próximos anos. Assim, existe um público restrito para o jornal, constituído de homens e

---

<sup>22</sup> Nessa distinção social que se fez pela instrução, segundo Iglésias (1997, p. 328), a cultura do humanismo ornamental vinha desde o tempo dos jesuítas pois “[...] Cultura passará a ser um sinal de classe”, marcando “nitidamente a diferença entre a pequena casta e a massa ignorante”.

mulheres mais instruídos, mas também aqueles que têm menos instrução e que entravam em contato com a leitura através do jornal. Supõe-se ser muito comum na época haver lugares e encontros para a leitura pública do jornal, como acontecia em outros lugares.

Na edição nº. 89, de 23 de março de 1889, o jornal *Verdade* afirma em editorial que alguns leitores fazem confusão entre os escritos da redação e os extratos de outros autores, atribuindo esse engano à pouca instrução de alguns leitores:

*[...] Não nos dariamos ao trabalho de esclarecer este ponto se todos os nossos leitores pertencessem à classe dos doutos ou pelo menos a dos que estão habituados à leitura de jornaes, porque esses sabem distinguir os escriptos da redacção dos que são transcriptos ou copiados [...].*

Nesse ponto, o jornal refere-se à confusão que se fez entre a opinião comedida dos redatores e as publicações mais radicais sobre a República, fato que gerou distorções na interpretação de alguns leitores. Ademais, o exercício de buscar a autoria dos escritos é bastante difícil no jornal. Sendo um trabalho coletivo de escrita dos redatores, foram raras as notas assinadas por indivíduos; e na maioria das vezes os escritos expressavam a opinião do grupo. Talvez fosse uma estratégia para amenizar as represálias contra os escritores. Os extratos, mesmo não expressando a opinião direta dos redatores, representavam uma simpatia ou tendência ideológica.

Nas primeiras edições do jornal em 1888, os redatores usaram por diversas vezes o termo “classes”, para referir-se aos segmentos da sociedade local e assim se expressam no jornal *Verdade*<sup>23</sup>:

*Em todas as classes existem bons e maos, e nem sempre o habito é que faz o monge [...] a outros collocados em mais baixa escalla social [...] provocou scenas desagradáveis até nos circulos mais elevados desta cidade [...] Por mais esforços que empreguem os que desejam que tudo marche na melhor ordem, não conseguirão mais que plantar a desaharmonia em todas as classes.*

Chama a atenção o uso do termo “classe” para referir-se aos níveis das camadas sociais, com alguns em um segmento menos favorecido, mas que poderiam evoluir através da instrução e da aquisição de determinados padrões culturais, considerados mais elevados.

E sobre a facilidade com que os populares acreditam em boatos, o jornal assim se refere em sua edição nº. 5 de 24 de abril de 1888:

---

<sup>23</sup> Na sequência, os extratos das seguintes edições do jornal *Verdade*: nº. 3, nº. 4 e nº. 9, de abril e maio de 1888.

***Recrutamento até de mulheres!***

*É o boato que circula nas grutas deste termo, devido á supina ignorancia do povo. (grifo nosso). Dizem que a Rainha não tendo mais escravos para servil-a, ordenara a captura de mulheres deste termo para seo serviço. Que excelente aquisição!!*

A ignorância da maioria dos leitores o jornal atribuiu à falta do hábito da leitura, e portanto, se propõe a adotar uma linguagem mais simples e direta. Muitas vezes usando ditos e falas populares, mas não sem deixar de lado palavras cultas, frases em latim ou termos estrangeiros. A estratégia adotada pelo jornal é usar metáforas e termos da linguagem popular para facilitar o entendimento. Nesse extrato, sobre o “recrutamento” das mulheres, percebe-se a preocupação com a mão de obra livre no pós-abolição e a facilidade com que os populares acreditam nos boatos.

Os temas políticos e públicos se sobrepõem aos demais no jornal, mas há espaços para enigmas, poesias e algumas poucas ilustrações. É possível que diante das dificuldades do jornal, os redatores adotassem estratégias para acessar um público que não tinha muito hábito de leitura. Nesse ínterim para a República, a música, o teatro e outras ações culturais também foram usadas pela propaganda, além de uma linguagem acessível na propaganda escrita do jornal.

Sobre o tom jocoso e irônico do jornal, tomemos como exemplo esse extrato da seção Gazetilha<sup>24</sup>:

***PADRE NOSSO DE UM BEBADO***

*Santo abafadinho, que estás na quartola, purificado sejas, sem agua, venha a nós o vosso liquido, para ser bebido á minha vontade, assim na taberna como em casa. Tres quartilhos por cada hora nos dão hoje; perdoa-me as vezes que te bebo menos, assimcomo te perdoo o mal que ás vezes me fazes; não me deixes cahir atordoado, mas livrai-me da policia. Amem.*

Uma nota como essa na seção de notícias Gazetilha poderia quebrar um pouco o tom sério do jornal, e assim servia para divertir os leitores. Também há outras leituras nas entrelinhas: o combate à bebedeira e vagabundagem que resultavam em prisão, uma crítica velada ao fanatismo católico muito em voga na cidade ou mesmo uma crítica às prisões arbitrárias e atos de violência das autoridades constituídas etc. Isso faz parte da fórmula latina de atuação “*ridendo corriges mores*” (Rindo castigam-se os costumes), citada textualmente em outra situação no jornal, para assim criticar e fazer cair nas graças dos leitores, sem levar em conta a seriedade de possíveis punições de autoridades ou uma possível rejeição dos leitores.

---

<sup>24</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 194 de 28 de novembro de 1889.

Quando o professor Francisco Xavier assume a redação e direção do jornal no final de outubro de 1889, imprime um tom mais lúdico ao jornal. Em editorial, ao assumir o jornal, afirma que diverge de alguns pontos do programa de ideias de Manuel da Silva. Começa a publicar charadas ou enigmas, que consistem em uma mensagem cifrada com números e imagens, para serem desvendadas pelos leitores, e a primeira delas é dedicada ao amigo Manuel da Silva que está doente. Os enigmas eram decifrados pelos leitores e publicadas as soluções nas edições seguintes do jornal.

Nessa estratégia de diferenciar o escrito, de torná-lo mais atrativo, vimos alguns textos em verso, até mesmo na seção de notícias Gazetilha. Apareciam hinos, sonetos e poesias também na Secção Livre ou mesmo no editorial de capa (raramente). Esses textos aparecem como destoantes da maioria do jornal, preocupado com notícias do mundo político e científico. Eram retalhos de outros jornais, de livros ou colaboração de algum leitor, muitas vezes sem autoria definida. Como exemplo desses textos em verso, com a matéria de capa “Embriaguez, Jogatina e Ociosidade”, na última página da seção Gazetilha<sup>25</sup>, temos os versos:

*Já não tenho  
Tinha uma choça - ardeu;  
Tinha um papagaio- fugio;  
Tinha um só dente - cahiu;  
Tinha uma arara - morreu;  
Dous tostões tinha de meu,  
Tentou-me o demo - joguei-os;  
Vendo-me assim já sem meios  
De sustentar os meus brios,  
Tinha uns chinellos, vendi-os;  
Tinha uns amores- deixei-os.*

Essa estrofe, publicada nos principais jornais do país, tais como *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* do Rio de Janeiro, trazem o cotidiano da pobreza, da jogatina, da vagabundagem e dos empregos inconstantes, como era típico na época. Ademais, era uma maneira de rir dos costumes, do modo de vida mais popular, quebrar a seriedade das notícias políticas, e propor uma mudança nesses costumes mais arraigados. A formação da mão de obra livre aparece no jornal como uma preocupação constante.

Na estratégia de chamar a atenção dos leitores, as notícias mais sensacionalistas foram um capítulo à parte. De esdrúxulas a hilariantes, essas notícias chamavam a atenção, e ao fazerem uso da verdade ou não, exploravam o gosto popular pelos boatos e falatórios na cidade, no Brasil e no mundo.

---

<sup>25</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 92, de 02 de abril de 1889.

Citemos algumas dessas histórias para ilustrar: “*Homem ingolido por uma cobra*”<sup>26</sup>; “*um parto de 6 crianças teve uma Norte-Americana, sendo 4 meninos e 2 meninas, todos muito pequenos, porém bem conformados. Que fecundidade!*”<sup>27</sup>; “*Azylo dos Feios - Projecta-se fundar no Estado de Massachussett (Estados Unidos) um asilo para feios e feias [...]. A feialdade vulgar não é admitida*”<sup>28</sup>; “*O homem mais barbado da França [...]*”<sup>29</sup>. Todas essas notícias estavam na seção Gazetilha, que trazia o noticiário do Brasil e do mundo. Essas notícias, para além da verdade nas matérias, traziam o gosto pela curiosidade e o pitoresco, como estratégia para prender a atenção dos leitores menos “ilustrados”.

Em outra edição, o jornal trouxe na seção Gazetilha a notícia “PHENOMENAL”<sup>30</sup> sobre o nascimento de três crianças na cidade que resultou em um aborto. Uma criança nasceu separada e as outras duas eram gêmeas siamesas. Alguém teve a ideia de entregar as duas gêmeas para Simão Patrício da Costa e este as colocou num vidro com álcool. O jornal refere-se ao corpo das crianças como “*peça teratologica, digna de figurar nos museus*”, no que foram proibidos desse intento pelo vigário Odilon, que exigiu fossem todas as crianças enterradas, pois uma delas era batizada. Percebe-se com essa notícia, por parte da equipe do jornal, o interesse do estudo científico, da formação dos gabinetes de curiosidades (talvez no próprio gabinete de leituras) em confronto com as ideias cristãs.

Como estes homens letrados falavam dos costumes do povo? Com certo distanciamento e desprezo pelas festas e costumes mais populares, na maioria das vezes associando-os à embriaguez, vícios, vagabundagem, pobreza material e moral. Uma carta circular<sup>31</sup> do delegado da cidade, inicia-se assim:

*Convido por todos os meios legaes habituar o povo à pratica do trabalho licito e productivo e afastal-o dos focos de vicios e immoralidades, recommendando-vos que não consintaes por forma alguma, que em vosso quarteirão se realizem os divertimentos populares denominados – **Sambas** -, bem como jogos de cartas, dados ou qualquer outro jogo de paradas.*

A manchete da seção Gazetilha é “Os sambas e a jogatina”, em que o delegado (que não era mais Manuel da Silva, pois havia pedido demissão no mesmo mês devido ao seu estado de saúde) alerta os inspetores de quarteirão a anotar os nomes dos donos das casas que permitissem

<sup>26</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 84, de 6 de março de 1889.

<sup>27</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 85, de 9 de março de 1889.

<sup>28</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 90, de 27 de março de 1889.

<sup>29</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 89, de 23 de março de 1889.

<sup>30</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 98, de 16 de abril de 1889.

<sup>31</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 279 de 22 de março de 1890.

as festas com rodas de sambas. Infere-se desse extrato que a visão dos redatores apoia o discurso da lei e da ordem, em detrimento dos divertimentos populares, defendendo uma moral rigorosa e de trabalho árduo, em vez da folga das rodas de samba e jogos. O entrudo de Carnaval é outro costume criticado desde as primeiras edições do jornal, qualificando o evento como bárbaro costume, que deveria ser proibido pelas autoridades locais, mas continuava acontecendo<sup>32</sup>.

Quando o jornal surge em março de 1888 é produzido como hebdomadário, depois publicado duas vezes na semana, sempre com o formato de quatro páginas. Entramos em contato com edições encadernadas, então não podemos precisar qual o tamanho das folhas avulsas em que o jornal era impresso. O corpus documental que temos é dos anos de 1888, 1889, 1890, 1891 e 1892, de antes da República, durante o processo de implantação e das primeiras impressões com o novo regime político, em um total de quase 700 edições.

Ao analisarmos as seções ou partes em que o jornal se dividiu no primeiro semestre de 1888, vimos que aparecem as seguintes seções: Expediente (algumas vezes), Editorial, Gazetilha, Notas Avulsas, Colaboração, Instrução Popular e Secção Livre. No Expediente, os redatores não apareciam, mas eram o poeta Rodolfo Pires e o professor Francisco Xavier, sob a organização do editor-chefe Manuel da Silva. Aparecem nominalmente outros, que são Simão Patrício da Costa, o agente do jornal na cidade, e que o vende em sua botica, bem como o procurador Adelino J. G. Carvalho, com quem os leitores devem se acertar com as assinaturas. Nos editoriais escreviam os redatores sobre os temas em destaque naquela edição, sobre assuntos em evidência na cidade, escritos que muitas vezes apareciam sem título e muito mais sem assinatura do autor. Foram poucas as ocasiões em que os redatores assinaram esses escritos de capa, na maioria das vezes apenas quando tinham anúncios importantes, como transmitir a posse do jornal, ou quando Manuel da Silva pede ajuda para o gabinete de leituras.

Na Gazetilha (ver Anexo D), escreviam notas curtas, parágrafos com notícias da cidade, da Parahyba, do Brazil e do mundo. Na maioria das vezes, notícias do campo da política, da Corte, mas também poderiam ser notícias pitorescas, dados curiosos ou extravagantes do mundo inteiro, sobre ciências ou inventos científicos. O mundo da política imperial dava a tônica na maioria das notícias. Sempre apareciam notas avulsas, a depender da ocasião, que precisavam ser anunciadas. Foi nessa seção que os leitores puderam colaborar enviando as notícias selecionadas. Esse formato fixo de editorial manteve-se na maioria das edições, com outras seções aparecendo e sumindo, e no geral o jornal apresentou quatro seções<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 84, de 6 de março de 1889.

<sup>33</sup> As seções mais fixas do jornal foram: os editoriais ou colunas editoriais, a seção Gazetilha, a Instrução Popular e a Secção Livre. Com destaque também para a seção “Canhenho”, que nos primeiros anos aparece sempre ao final

A seção “Collaboração” vem já no primeiro número, talvez para incentivar a participação dos leitores, pois o jornal anunciava em seu expediente que “*Excepto os escritos que se occuparem da vida privada de quem quer que seja, todos os mais serão aceitos sobre a responsabilidade dos auctores*”<sup>34</sup>. Foi um incentivo para que os leitores participassem enviando escritos sobre temas públicos ou até de críticas às autoridades, porém, aqueles que quisessem escrever contra seus desafetos pessoais deveriam pagar pelas publicações (que apareciam na Secção Livre). Essa seção “Collaboração” não prosperou no jornal e mostrou-se muito instável, ora aparecendo, mas, na maioria das vezes, ausente. Isso demonstra em parte que a participação dos leitores foi restrita.

Na seção “Instrução Popular”, vimos uma grande diversidade de temas. Inicia-se com a preparação dos jurados e as instruções para participar do júri popular, mas ao longo dos anos tratou de diversos temas: técnicas de agricultura, extratos de livros e outros jornais, mitologia, astronomia etc. A seção se consolidou, pois estava ligada a um dos objetivos primordiais: a educação popular e a chamada “instrução pública” na época, com o jornal colocando-se como veículo dessa estratégia. Assim, essa seção trazia extratos de livros e obras de referência sobre os temas para estudo dos leitores.

Sob o título de “Secção Livre” pudemos perceber uma maior participação de leitores que escreviam poesia, notas sobre temas da cidade, notas de desagravo ou bilhetes desaforados contra desafetos pessoais, boatos da cidade, notas de alguém assinados por pseudônimos, notas de despedida, cobranças, e, em especial, notícias sobre pessoas e eventos na cidade etc. A seção se consolidou mais que outras, no entanto, em algumas edições, não aparecia. Devido à quantidade de anúncios que abrangeu, pode ser vista como importante para a manutenção econômica do jornal.

Na matéria de capa<sup>35</sup>, em vez do tradicional editorial dos redatores, uma Secção Livre sob o título “Concidadãos!”, em que exalta as qualidades das ideias republicanas e o centenário da Revolução Francesa, e quem assina a matéria é o pseudônimo “Desmoulins”. Os redatores saem de cena para que alguém anuncie suas ideias, sob a proteção de um nome hipotético que remete à Revolução Francesa. Em outras edições, encontramos os pseudônimos “Marmouset” ou “Rocamble”, que talvez fossem os próprios redatores que usassem para as críticas mais ferrenhas. Em uma dessas notas, Rocamble chama o juiz Dr. Faro de “Urso Branco”. Nessas

---

das edições, juntamente com a seção Gazetilha. As outras partes do jornal poderiam aparecer de modo mais esporádico, conforme a disponibilidade de espaço para publicação ou da urgência em se tratar determinados temas.

<sup>34</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 3, de 11 de abril de 1888.

<sup>35</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 90, de 27 de março de 1889.



notas assinadas por pseudônimos, o alvo preferencial das críticas foi o juiz Dr. Faro, em uma seção chamada “boatos”.

Ao final de 1888, na última edição do ano n.º. 65, de 26 de dezembro, o jornal *Verdade* faz um apelo aos assinantes para que paguem as mensalidades ou que, caso o jornal chegue ao fim, seria restituído o valor aos assinantes<sup>36</sup>. Termina o jornal a edição com a nota “Ultima Hora” em que diz: “*estamos sempre em duvida a respeito do futuro desta folha*”. Para manter-se, o jornal buscou formas alternativas de financiamento: espaços de anúncios de profissionais ou casas comerciais, publicação de editais da Câmara Municipal ou do juiz municipal e até mesmo impressão de cartões de visita.

Nos primeiros meses de 1889, o jornal *Verdade* passou a ser publicado três vezes por semana, nas terças, quintas e sábados, em uma intensificação da propaganda republicana, e com uma proposta de tornar-se diário, mais barato e acessível para mais leitores, o que não foi possível. No primeiro ano, aparece sob o subtítulo “Órgão abolicionista e noticioso”, e depois em 1889 com o lema “Órgão progressista e noticioso”. Aqui a palavra progressista era tomada quase que como sinônimo de adepto das ideias republicanas. A tiragem do jornal passou de uma média de 200 exemplares (1888) para 320 exemplares em 1889<sup>37</sup>, sendo vendido nos arrabaldes da cidade e em outros lugares da província. A assinatura trimestral do jornal custava mil reis (1\$000), a assinatura por um mês 400 reis e o jornal avulso custava 50 reis.

Entre tantos escritos da redação, extratos de jornais e de livros, é realmente difícil identificar a interferência pessoal de Manuel da Silva nos temas publicados. Com certeza ele selecionava os assuntos com os redatores para serem posteriormente publicados. Mas fomos buscar aqueles temas com maior interferência dele. Na seção “Canhenho” presente em 1889 e no segundo semestre de 1888. *Canhenho* significa caderno de notas, de apontamentos, e foi nessa seção que Manuel da Silva colocou suas dicas de saúde, descrevendo fórmulas farmacêuticas, prescrevendo produtos naturais e ensinando produtos caseiros para problemas de saúde. Era o lugar do jornal em que poderia exercitar sua profissão de farmacêutico, ao dar dicas médicas e fazer prescrições de remédios.

O jornal relatou que os leitores colecionavam essa parte da publicação (seção canhenho) em recortes, incentivando-os a fazerem uma organização alfabética de acordo com a lista dos males que os acometiam, com os possíveis remédios prescritos. A seção traz, em suma, o resumo da outra profissão de Manuel da Silva no dia a dia que foi de visitar os doentes e

---

<sup>36</sup> A assinatura do jornal era trimestral, com os valores sempre pagos com antecedência.

<sup>37</sup> De acordo com informações do jornal *Verdade*, n.º. 172, de 8 de outubro de 1889.

prescrever drogas ou adaptar para soluções caseiras – quando não era possível dispor de remédios.

### 1.5 O JORNAL, A LIBERDADE RELIGIOSA E O POSITIVISMO

Como o jornal se posicionou sobre o tema da religião? Esse é um aspecto muito importante, pois é um dos grandes componentes da mentalidade da época. Mesmo que os redatores se posicionassem como cristãos (espíritas e católicos), tentaram manter-se independentes das imposições do catolicismo e dos ataques dos mais fervorosos. Em matéria de religião, o jornal defendeu a “liberdade de cultos” diante do fanatismo católico na cidade. No jornal *Verdade*, nº. 12, os redatores ratificam seu entendimento com relação a esse tema: “[...] não aceitamos o inferno nem o purgatório de Roma; não cremos na infalibilidade dos papas nem em outras invenções da Igreja Romana, as quais respeitamos por obediência as leis. Somos adeptos da *Philosophia Espirita*”.

Segundo Matos e Nunes (1993, p. 88): “A religião oficial do Brasil monárquico era o catolicismo, e a Igreja subordinava-se ao Estado através de duas instituições: padroado e beneplácito”. Nessa relação intrincada entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, uma boa parte do corpo burocrático foi constituído por padres, bem como as leis eram influenciadas pelos preceitos religiosos católicos.

Pelo instituto do padroado, o imperador indicava os padres para os cargos na igreja, e estes tornavam-se funcionários da administração pública. No instituto do beneplácito, havia a escolha dos bispos pelo papa, que depois seriam ratificados pelo imperador – também responsável por ratificar as bulas papais no Brasil. Na década de 1870, a chamada “questão religiosa” expôs a fragilidade dessa relação, quando D. Pedro II manda prender dois bispos que desobedeceram suas ordens de manter os maçons na igreja. Apesar desses conflitos, foi difícil para outras religiões estabelecerem-se no Brasil, tendo em vista que o catolicismo fazia parte da estrutura administrativa do Estado monárquico.

O jornal posicionou-se como propagador da religião espírita, associando-a à ciência, à instrução e até mesmo ao positivismo. Por que então ensinar, no jornal, a doutrina de Allan Kardec? Talvez porque essa fosse nova, mais elaborada, baseada em conhecimentos e experimentos, e portanto, mais próxima do positivismo e dos ideais da República. Assim, formariam uma opinião pública de uma nova religião, que serviria de base para um novo regime político.

O jornal *Verdade*, em seu programa de ideias, declarava-se espírita em muitas capas de editorial, fazendo propaganda das novas ideias religiosas. Se apoiava as ideias cristãs, por outro lado, acreditava que o espiritismo seria um instrumento para o “*progresso moral*”, porque “*há de infallivelmente transformar os costumes*”<sup>38</sup>.

A proposta era unir religião e o saber científico, o que não foi compreendido pela maioria da população, que ainda tinha preconceitos contra o espiritismo. Quem na época fosse espírita poderia ser taxado de “louco”, “possesso” ou “ridículo” e esse debate público sobre o espiritismo se refletiu nos principais jornais do país na Corte.

Sobre esse clima de disputa de visões sobre a doutrina espírita nos principais diários do Brasil, o jornal *Verdade* destaca: “*A imprensa da corte, principalmente, jogava ao desprezo publico o Spiritismo, como obra de feitiçaria e de charlatanismo*”<sup>39</sup>. Na época há um embate entre o *Jornal do Commercio*, que em uma matéria afirmou que “*o Spiritismo leva ao hospício, passando pelo ridículo*”<sup>40</sup>, enquanto que o jornal *O Paiz* defendia que os espíritas seriam “*homens de crenças firmes, de provado patriotismo, de alta filantropia, servos respeitáveis, verdadeiros quakers!*”<sup>41</sup>.

A edição n.º. 133 da *Verdade* reproduziu fielmente o editorial da edição n.º. 158 do *Reformador*, jornal da federação espírita brasileira na Corte, com esses comentários dos jornais da Corte em torno do tema espiritismo. Era uma mudança na visão que se tinha da religião espírita, uma disputa na retórica dos jornais; embora a maioria dos espíritas estivesse sujeita à excomunhão e ao desprezo público pelos católicos. O jornal *Reformador*, que foi uma das maiores influências do jornal *Verdade*, firmava sua posição ao defender a religião espírita dos ataques de outros jornais, publicando cartas, circulares e comunicados aos associados.

Para se proteger, os redatores do jornal *Verdade* associaram-se a grupos espíritas<sup>42</sup> como a Federação Espírita do Brazil e a União Spirita do Brazil, divulgaram no jornal os comunicados e circulares, bem como incentivaram os leitores a assinarem a publicação quinzenal do *Reformador*<sup>43</sup>. Uma das publicações espíritas em enxertos no *Reformador*, de sucesso entre os

<sup>38</sup> Essas frases constam nas colunas editoriais do jornal *Verdade*, n.º. 101, de 23 de abril de 1889. Na capa, o jornal trazia a idéia do crescimento da doutrina espírita no Brasil, e que inevitavelmente seria a próxima religião a dominar o país.

<sup>39</sup> Jornal *Verdade*, n.º. 133, de 9 de julho de 1889.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> Sousa Júnior (2017, p. 5) chama a atenção para um importante aspecto dos grupos espíritas: o **federalismo**. Assim, a Federação Espírita Brasileira agia de modo a apoiar a formação de federações estaduais e a multiplicação dos centros espíritas.

<sup>43</sup> O *Reformador* foi lançado em 1883 no Rio de Janeiro, tendo como fundadores Antônio Pinheiro Guedes, Angelo

leitores do jornal *Verdade*, foi “*A casa mal assombrada*” de Bezerra de Menezes. Aos poucos, a fé espírita tentava se estabelecer e buscar respeito entre os cidadãos, apesar dos olhares de estranheza da maioria. Era uma tentativa de legitimar uma crença, dar-lhe respeito e importância, quando ainda era tratada como “seita”.

Outro jornal que os redatores recebiam pelo correio era o *Imprensa Evangélica*. Era um antigo jornal de propaganda evangélica na Corte, publicado desde 1864, e, apesar da perseguição dos católicos “*ultramontanos, jesuítas, carolas*”<sup>44</sup>, em suas oito páginas tomou como tema central os debates sobre religião e críticas à religião católica.

Assim, o jornal não se absteve de defender outros credos. Há uma polêmica nesse sentido no jornal *Verdade*, nº. 18, de 14 de julho de 1888, com um editorial intitulado “Fanatismo”. Trata-se da tentativa de católicos de expulsarem da cidade o “Ministro Evangelista”, o pastor da igreja presbiteriana João Batista, a quem o vigário Odilon inicialmente mantêm-se contra, mas depois articula-se com o Dr. Faro para consumar o ato.

O jornal toma partido em defesa da liberdade de culto, do legalismo e da defesa do pastor, citando as tentativas do legislativo brasileiro de legalizar em definitivo a liberdade de culto. Em diversas edições posteriores encontramos anúncios no jornal sobre as pregações do evangelho, na casa do pastor.

As ideias positivistas estão muito presentes no jornal, apesar de constar nominalmente em apenas uma capa do jornal. As referências e apelos à ordem e moralidade públicas, à união das classes, ao incentivo ao trabalho e bons costumes são significativos. As referências à família, à pátria e à humanidade também são uma constante nos discursos. Esse discurso aponta a República como o modelo político mais avançado, baseando-se em determinados valores morais, pois a religião seria agora um laço para a humanidade<sup>45</sup>, como defendiam os

---

Angelini Tarteroli e o português Augusto Elias da Silva, passando a ser o veículo oficial de todo o movimento espírita na época vinculado à Sociedade Acadêmica, Deus, Cristo e Caridade. A Federação Espírita Brasileira foi fundada no ano seguinte (1884), e aos poucos o jornal tornou-se revista e passou também a ser a publicação oficial da federação. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reformador>. Acesso em 18 abr. 2021.

<sup>44</sup> Na edição nº. 45, de 1889, o jornal *Imprensa Evangélica* comemora seus vinte e cinco anos de atividade, a despeito das tentativas de impedir suas publicações. Apesar das perseguições, consolidou-se como um dos principais jornais da Corte.

<sup>45</sup> Para os positivistas, a religião para a humanidade ou religião positiva seria aquela baseada no conhecimento científico, não metafísica, de um certo fetichismo, mas caracterizada sobretudo pelo materialismo. Em uma espécie de culto cívico, os sujeitos deveriam seguir os ensinamentos dessa religião e adaptar-se às regras sociais, em busca de unidade social. O editor-chefe do jornal *Verdade*, Manuel da Silva, era espírita e, portanto, algumas ideias chocavam-se com as ideias positivistas, tais como o enfoque no materialismo dos positivistas. Embora seguisse a filosofia positivista, o editor do jornal o fazia de modo difuso, adaptando-a diante de outras ideias como o liberalismo e as crenças espíritas. Apesar das diferenças ideológicas, havia alguns pontos em comum entre espíritas e positivistas: “Os positivistas religiosos acreditavam na eternidade e imortalidade subjetiva da alma, cultuando os mortos pelo legado que deixaram para a cultura humana”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%A3o\\_da\\_Humanidade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%A3o_da_Humanidade). Acesso em: 18 abr. 2021.

positivistas. Os conflitos sociais seriam resolvidos no seio de suas comunidades e o indivíduo tudo faria pelo sacrifício à pátria. Eis que apontavam para um novo ideal de pátria: a República. E logo o adjetivo “patriótico”, para eles, tornou-se quase sinônimo de “defensor dos ideais republicanos”.

Como analisamos nas coleções do jornal, as formações discursivas do positivismo, do liberalismo e do jacobinismo francês estiveram presentes nos escritos autorais dos redatores e nos extratos de outros textos. Na tentativa de perceber as ideias próprias dos redatores e distinguir da opinião dos extratos de textos, buscamos investigar os principais argumentos e ideias defendidos pela propaganda republicana veiculadas no jornal *Verdade*. É o que veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

---

## 2

---

# A PROPAGANDA REPUBLICANA NO JORNAL VERDADE: IDEÁRIO DE PROGRESSO E DEMOCRACIA

*“O povo caminha para a democracia pura, e lá chegará mais ou menos brevemente.”*  
(*Verdade*, nº. 16, 5 de julho de 1888)<sup>46</sup>.

### 2.1 OS JORNAIS E A PROPAGANDA REPUBLICANA

Era o ano de 1888 e após a abolição da escravidão. Havia no Brasil um clima a favor da República. Não que a ideia fosse popular, mas tentava-se criar uma aceitação em favor do novo regime entre os intelectuais e a classe média urbana (CARVALHO, 1987, p. 25). Outras ideias surgiam no país, os jornais difundiam notícias e boatos que solapavam as bases do regime monárquico; e pelas ruas gritava-se “*Vivas à República e Morra a Monarquia*”. Embora fossem poucos os prosélitos do novo regime, acreditou-se que a República seria o novo, a modernidade, e, portanto, era questão de tempo para estabelecer-se.

A partir da análise das manchetes de capas e notícias no jornal *Verdade*, vimos que o tema “República” ainda aparece de forma tímida no primeiro ano (1888). Apenas notícias de alguns fatos da propaganda pelo país, na seção Gazetilha, de encontros, manifestos ou congressos republicanos, nas diversas províncias do país, ou adesões de figuras importantes ao Partido Republicano. A primeira nota que aparece sobre o assunto, no Jornal *Verdade*, edição nº. 4, de 18 de abril de 1888, na seção Gazetilha, é a seguinte: “**Movimento republicano: Grande numero de cidadãos dos mais conceituados da provincia do Sul tem adherido as ideias republicanas, fazendo declarações pelos jornaes**”.

---

<sup>46</sup> Na edição nº. 16, lemos a carta circular do presidente do partido republicano Joaquim Saldanha Marinho, em que pede a união de esforços na propaganda republicana e afirma: “*O povo caminha para a democracia pura, e lá chegará mais ou menos brevemente*”. Essa frase reflete a corrente majoritária no partido, a dos evolucionistas. Com “democracia pura” queria dizer República.

Os jornais tiveram importante papel na formação da opinião pública a favor da República. Nesse sentido, as declarações de adesões das pessoas no jornal reforçaram a estratégia dos republicanos de dar visibilidade ao movimento. Além das adesões, o *Verdade* publicou as cartas circulares do partido republicano, a eleição de deputados que se declaravam republicanos em Minas Gerais, a carta programa do *club* liberal do Pará ou informava sobre a formação dos *clubs*<sup>47</sup> republicanos pelo país.

No final do ano de 1888, no dia 5 de dezembro, *Verdade*, nº. 59, o jornal começa a publicar o compêndio do jornalista republicano Antônio da Silva Jardim chamado “*A Republica no Brazil*”. Era um escrito mais teórico e longo, feito para a propaganda, e foi publicado em dezesseis edições do jornal, do final de 1888 para o começo de 1889. Esses escritos de Silva Jardim foram saudados na edição nº. 59 como “*luminoso escripto*” e figuravam, na maioria das vezes, nas colunas editoriais da capa do jornal.

Antes o objetivo principal do jornal era a propaganda abolicionista. Com a proclamação da abolição da escravidão em maio de 1888, puderam dedicar-se ao combate do regime monarquista e seus vícios, entre os quais apontavam a burocracia excessiva, os favorecimentos pessoais e o atraso econômico e cultural a que estava relegada a maioria dos brasileiros. Ao que transparece, dos escritos republicanos da propaganda no jornal, fazia parte da estratégia derrubar a escravidão, para assim desestabilizar a Monarquia.

O país fervilhava com as ideais republicanas, e logo após a abolição da escravidão a sociedade brasileira passava por uma grande mudança nos costumes, quais sejam: a substituição para o trabalho livre, o combate à ociosidade; entre as práticas de violência e mandonismo que permaneciam. Formava-se uma rede de jornais, na Corte e nas províncias, replicando pelo país as notícias de outros jornais e dos telégrafos, responsável por uma opinião pública nacional que debatia os grandes temas sociais, criticando os excessos e o autoritarismo imperial ou noticiando fatos da capital do Império.

No Rio Grande do Sul, na cidade de São Borja, no início de 1888, os vereadores propõem uma moção pedindo um plebiscito, consultando a população sobre a possibilidade do terceiro reinado (MORO,2020). A moção foi proposta pelo vereador republicano Aparício Mariense, e que após alguns revezes, foi aprovada. Como retaliação, os vereadores que votaram a favor foram destituídos e sofreram inquéritos, ordenados pelo governo imperial.

---

<sup>47</sup> Os *clubs* republicanos foram importantes associações de ações políticas em prol da propaganda republicana, nos quais se agregavam os eleitores ao partido. Formaram-se muitos *clubs* nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo noticiou o jornal *Verdade* (edição nº. 232), surgiram os primeiros *clubs* republicanos em Pernambuco antes do advento da República, mas na Paraíba o primeiro deles apareceu na capital após a Proclamação.

Devido à repressão do governo, o fato ganhou mais repercussão na imprensa, e os jornais *A Federação* (RS), órgão republicano gaúcho, reproduziu matérias sobre o caso; e na Corte, *O Paiz* (órgão oficial do partido republicano) também aproveitou a oportunidade para tecer críticas ao autoritarismo monárquico. Algumas câmaras de vereadores em São Paulo também lançaram moções como a de São Borja, com o acontecimento ganhando repercussão nacional, graças à cobertura dos jornais republicanos.

O caso da “Moção Aparício<sup>48</sup>” demonstra a repercussão nacional de um fato político, e como os propagandistas republicanos souberam articular-se e aproveitar a ocasião. O Rio Grande do Sul, como poucas províncias, já começava a organizar o partido (1881) em clubes republicanos. O papel da imprensa na divulgação da propaganda e ações republicanas foi preponderante<sup>49</sup> e começava-se a questionar a legitimidade do governo imperial a partir do problema da sucessão.

## 2.2 AS IDEIAS DA PROPAGANDA REPUBLICANA NO JORNAL

Sobre o projeto ideológico, de construção da República, Carvalho (2017) afirma que três correntes estavam em disputa pela hegemonia, na constituição do novo governo:

Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século. (CARVALHO, 2017, p. 9).

No jornal *Verdade* encontramos uma mescla das três tendências, mas com uma clara preponderância do positivismo difuso (não ortodoxo) e do liberalismo político e econômico de influência norte-americana. Houve no jornal alguns flertes com o jacobinismo, mas sem aprofundar os debates sobre mudanças sociais. A soberania popular e o exemplo da Revolução Francesa foram postos como ideal a serem alcançados, mas não pelo expediente da revolução, e sim, pela via pacífica e gradual.

---

<sup>48</sup> A “moção Aparício” foi também uma ação de Aparício Mariense da Silva como maçom da Loja Vigilância e Fé, de São Borja (RS), tendo ele encaminhado esse documento para lojas maçônicas do Brasil, para a Câmara Municipal e para a Assembléia provincial. Eis alguns trechos: “A Maçonaria que se levante, opondo-se firmemente, no caso fatal da morte do imperante á sucessão de Izabel.

Que evite por todos os meios honrosos, embora violentos, a coroação da princesa.

O povo que se governe e a Maçonaria que intervenha para a fundação de um governo livre e moralizado” (CASTELLANI, 2001).

<sup>49</sup> “[...] após o Manifesto Republicano, iniciou-se um intenso trabalho de articulação nas províncias com as fundações de clubes e jornais de propaganda os quais conseguiram realizar uma ação política que alcançou todo o território nacional” (MORO, 2020, p. 3).



O jornal manteve sempre essa característica do legalismo, de primar pela ordem, em detrimento de possíveis agitações sociais decorrentes da mudança de regime. Seria essa uma influência das teorias positivistas? É possível que sim. Os positivistas defendiam o regime da ordem e de uma modernidade inevitável (evolucionismo), associada à ciência. Segundo Carvalho (2017, p. 22), para os positivistas conceitos como família e pátria eram muito caros, pois faziam parte da convivência comunitária: “Para Comte, individualismo e vontade geral eram ambas noções metafísicas. O que o comtismo introduzia eram as formas de vivência comunitária, a família, a pátria e, como culminação do processo evolutivo, a humanidade”. Na forma como os positivistas idealizavam a sociedade os conflitos entre as classes eram suprimidos e as vontades individuais submetidas aos interesses comunitários.

O liberalismo foi a ideia defendida pelo jornal *Verdade*, como fórmula de organização social que primava pela ação dos sujeitos, em prol de sua evolução econômica e moral, através do trabalho e da liberdade econômica. O jornal (edição nº. 53) publicou o escrito de Benjamin Franklin chamado “*A Sciencia do Bom Homem Ricardo ou Meios de Fazer Fortuna*”, um clássico do liberalismo norte-americano que tornou-se popular nos Estados Unidos, na França, e também no Brasil (ARRIADA; TAMBARA; DUARTE, 2015). Os valores defendidos nesse escrito são: a valorização do trabalho e do tempo, de enriquecer através da parcimônia e do homem que se faz pelo trabalho diligente. O liberalismo defendia assim a chamada “liberdade dos modernos”<sup>50</sup>, da livre iniciativa dos sujeitos na economia e vida privada, com algumas restrições na participação política, tendo em vista a ideia de representação parlamentar.

As ideias dos jacobinos (entre eles estava Silva Jardim) era de um modelo mais popular e radical de participação política dos cidadãos. Eles tomavam a Revolução Francesa como ideal de ação política, e defendiam a ampla participação popular: “No caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos” (CARVALHO, 2017, p. 10). Os jacobinos defendiam a “liberdade dos antigos”<sup>51</sup>, a liberdade do homem público participar das decisões políticas de forma direta, assim como foi na Grécia antiga e em Roma. Era a República das virtudes e do homem público.

---

<sup>50</sup> [...] “o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos” (CONSTANT, 2015, p. 1).

<sup>51</sup> [...] “exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania inteira, em deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz, em concluir com os estrangeiros tratados de aliança, em votar as leis, em pronunciar julgamentos, em examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados; em fazê-los comparecer diante de todo um povo, em acusá-los de delitos, em condená-los ou em absolvê-los” (*Ibidem*, p. 1.).

Outras novas ideias, que chegavam ao Brasil na segunda metade do século XIX, contribuíram para formar nos intelectuais e nos grupos de homens letrados um cenário favorável à República, pois:

Desde os anos de 1870, a intelectualidade nacional vinha sendo alimentada, como bem se sabe, por uma infusão de novas filosofias que entraram no país. Ao positivismo já posto na camada letrada, se somou, então o evolucionismo, o cientificismo e o materialismo. Eram filosofias que configuravam uma visão de mundo em tudo oposta ao conjunto de ideias e teorias que forjaram o sistema simbólico imperial. (MELLO, 2011, p. 124).

Nesse novo sistema de pensamento forjado pela propaganda, a República representaria a modernidade, a busca pela ciência, o progresso, o governo do saber, em detrimento de um governo da tradição, dos velhos costumes e do clericalismo. A República seria o rompimento dos costumes, a laicização da sociedade e a busca por explicações científicas. Eram ideias da modernidade do século XIX que serviram de base para a instalação definitiva de alguns princípios do capitalismo – notadamente o liberalismo.

Segundo Fernandes (2008), a República no Brasil foi um projeto político que enfrentou muitas instabilidades na primeira década, com o vazio de poder institucional deixado pela Monarquia, e só consolidou o poder das oligarquias ao final do século XIX:

Porém, apesar do projeto oligárquico já estar delineado e parcialmente implementado ainda durante o Governo Provisório, é ao longo da primeira década republicana que as “várias repúblicas possíveis” travam embate, já que, até a institucionalização da política dos governadores por Campos Sales, ainda havia espaço para isso. (FERNANDES, 2008, p. 14).

Nesse embate, das “repúblicas possíveis” e os sonhos de liberdade, para uma nova sociedade republicana, temos o jornal *Verdade* como arauto do positivismo e do liberalismo econômico, pugnando por uma sociedade mais livre, porém sem direitos sociais para todos. Os redatores queixavam-se da “*aristocracia de meia tigela*”, do “*sistema de papelório*” da Monarquia, e propunham uma instrução pública como meio de transformação, para chegar gradualmente na república de cidadãos ilustrados.

O jornal, ao flertar com o jacobinismo, com as ideias de propagandistas como Silva Jardim, também vislumbrou na República um novo sistema político em que houvesse maior participação popular. Talvez esse fosse apenas um recurso da retórica da propaganda, tendo em vista que o jornal não aprofundou temas sociais ou de participação política, ou porque acreditavam que a participação deveria se dar nos limites da lei e da ordem - como defendiam os positivistas.

Os redatores do jornal *Verdade* almejavam uma mudança dos costumes e da mentalidade pela instrução. Essa mudança passava pela educação cívica, conforme pregavam os positivistas, que daria aos cidadãos o conhecimento sobre os seus direitos e deveres. Somando-se às ideias liberais do jornal, a saída para a transformação social estaria na ação dos sujeitos, na moralização dos costumes e na obediência às leis.

Assim, de acordo com diferentes planos de República, havia dois grupos dentro do partido republicano no Brasil (FERNANDES, 2008). Estes grupos pensaram a forma de alcançar o regime republicano de formas antagônicas, conforme a ideologia e posicionamento político de seus integrantes. De um lado, estava o grupo dos **evolucionistas** de Quintino Bocaiúva, que planejavam chegar à República de maneira gradual, a partir da propaganda e da evolução dos fatos, sem grandes perturbações da ordem social. No outro lado estavam as posturas incendiárias de Silva Jardim com a ideia de fazer a República chegar pela **revolução social**, com a participação efetiva da população.

O jornal *Verdade* apesar de “flertar” com a corrente revolucionária do partido republicano, manteve-se na defesa do evolucionismo como melhor forma de chegar à República. O jornal publicava as decisões, reuniões e manifestos do partido republicano na Corte, e falava de Quintino Bocaiúva com certa admiração. Dentro das ideias do programa do jornal, o evolucionismo, a ideia da ordem e da lei, somavam-se às ideias positivistas, porque além da mudança de regime a preocupação era fazê-lo de modo pacífico e ordeiro, sem derramamento de sangue. Mas as ideias incendiárias de Silva Jardim, com suas críticas mordazes e de apelo popular também fascinaram os redatores do jornal.

Talvez o apelo à soberania popular e as referências à Revolução Francesa no jornal *Verdade* fossem mais uma estratégia para obter adesão popular, sem um compromisso social com mudanças sociais ou reformas, tendo em vista que o jornal não se propôs a debater as questões sociais do Brasil e não levou a sério a ideia da revolução social. Ao longo das edições dos anos 1888, 1889 e 1890, as reportagens demonstram um perfil conservador, que embora defendessem algumas mudanças, não abriam mão da lei e da ordem na organização social.

Os propagandistas republicanos descritos no jornal *Verdade* souberam utilizar de várias estratégias: artigos em jornais, conferências dos oradores populares, incentivo ao voto em candidatos republicanos nas eleições, formação de *clubs* republicanos nas cidades, festas alusivas às datas históricas significativas etc. Os propagandistas souberam utilizar de um repertório cultural que atingia as pessoas letradas, mas também os iletrados. Os redatores do jornal também adotaram estas estratégias na cidade de Areia, exceto a criação de um *club* republicano.

Entre as principais ações da propaganda republicana destacamos a ação dos oradores populares, que com seu poder de retórica prendiam audiências por horas, mas não foi só isso. A propaganda republicana se viu fortalecida por inúmeras conferências proferidas por homens que percorriam o país divulgando o novo ideal político. Entre estes destacaram-se logo Aristides Lobo, Assis Brasil, Lopes Trovão, nosso já conhecido Coelho Lisboa, e Silva Jardim. Após as conferências dos oradores populares, seguia-se a formação de *clubs* republicanos nas cidades e adesões ao partido. Silva Jardim foi considerado um dos mais famosos e radical, de discurso eloquente e incendiário, promoveu inúmeras palestras políticas, onde deslegitimava o governo e acusava o sistema político pelo atraso do país.

Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi professor, jornalista, formado em Direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, onde teve influências abolicionistas e republicanas. Sobre Silva Jardim, Fernandes (2008, p. 148) assim se refere: “O papel de ‘demolidor do regime monárquico’ talvez tenha sido melhor encarnado por ele do que por qualquer outro propagandista do novo regime”. Silva Jardim pensou um projeto alternativo de República, com apelo para a participação e soberania populares, conciliando ideias jacobinas e positivistas, e em menor escala o liberalismo.

Em seus escritos de propaganda, Silva Jardim pretendia uma República baseada na soberania popular, assim como ideias da Revolução Francesa (a fé no progresso de Condorcet e a vontade geral de Rousseau), mas que seria viabilizada pelo poder do ditador presidente e legitimada pelo sufrágio universal (FERNANDES, 2008). Foi ligado aos pensadores positivistas, no entanto, rompe em um segundo momento com a filosofia positivista ortodoxa, devido às restrições impostas por essas ideias à sua atividade partidária.

Silva Jardim começou a se destacar no início de 1888, proferindo palestras com audiências repletas e atentas. Proferiu 30 discursos em 27 dias, andando pelo Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio de Janeiro (FERNANDES, 2008, p. 108). Na Corte, era conhecida sua influência entre as camadas populares, constituindo-se como uma das vozes mais intensas, de uma retórica incendiária. Como propagandista foi um homem de ação, que soube argumentar e movimentar a cena. Criou polêmicas com importantes figuras políticas de seu tempo, a exemplo de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva.

Nos planos do golpe militar republicano (1889), ele constava como elemento para agitar as massas, todavia deveriam ser mantidos em segredo os planos para que ele não tomasse parte nas decisões do novo governo (FERNANDES, 2008, p. 199). Quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sob a condução do vereador José do Patrocínio, oficializou a proclamação da República na capital, antes disso, estava acompanhado de Silva Jardim em ajuntamento popular

que se reunira na porta de um jornal. Mas Silva Jardim só foi informado no dia a respeito dos planos do golpe militar associado aos evolucionistas do partido republicano que, liderados por Quintino Bocaiúva, ajudaram a construir a cena política do novo regime.

Em meados de 1889, Silva Jardim planejava outras ações para agitar a cena política. Durante a posse do gabinete do governo de Ouro Preto pretendia realizar um *meeting* para ofuscar o novo governo. Os ânimos políticos estavam muito acirrados, com o perigo iminente de violência de ambas as partes, entre monarquistas e republicanos. Tem sua ação impedida pelo próprio partido republicano. Não satisfeito, resolve seguir viagem para o Norte no mesmo navio que o Conde D'Eu, mesmo sem autorização do partido (FERNANDES, 2008). O conde faria uma propaganda em favor do terceiro reinado. Em seu rastro, Silva Jardim faria a contraofensiva da propaganda republicana. Foi a maior audácia de sua parte, tanta afronta aos monarquistas.

Na Bahia foi recepcionado pela Guarda Negra, que queria agredi-lo; em Pernambuco foi bem recebido, mas não pôde fazer conferência no Recife por falta de segurança (FERNANDES, 2008). As polêmicas e sobressaltos renderam bons frutos ao partido republicano e à propaganda, sempre noticiadas pelos jornais do país, embora a figura de Silva Jardim fosse vista com reservas pela direção do partido republicano, por causa de seu apelo popular e revolucionário na implantação do regime republicano.

Em edições de julho de 1889 (nº. 131 e 137), o jornal *Verdade* relata os fatos dessa viagem ao Norte, tomando um claro partido em favor do propagandista republicano. A seção Gazetilha, dos fatos políticos, noticiava que enquanto Silva Jardim era “*recebido entusiasmamente*” em Timbaúba ou “*anciosamente esperado*” (sic) em Goyanna, já o conde D'Eu, apelidado de “*conde dos cortiços*”<sup>52</sup>, era recepcionado com desprezo e indiferença popular, apenas com formalidade pelas autoridades nas capitais do Norte, segundo noticiava o jornal.

---

<sup>52</sup> Essa alcunha dada ao Conde D'Eu, pelos jornais da Corte e adotada no jornal *Verdade*, pretendia manchar sua imagem ao associá-lo à exploração de um dos maiores casarões do centro antigo do Rio de Janeiro: o Cabeça de Porco. O príncipe era acusado de tomar parte nos negócios de exploração dos aluguéis e da pobreza dos cerca de 2 mil moradores, nesse que foi o maior cortiço da capital. Os termos “cabeça de porco” tornaram-se sinônimo de cortiço no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro.

### 2.3 POR UMA REPÚBLICA POPULAR: ESCRITOS DE SILVA JARDIM E JOÃO RIBEIRO NO *JORNAL VERDADE*.

No começo de dezembro de 1888, o jornal *Verdade* começa a reproduzir em suas edições um compêndio das ideias de Silva Jardim intitulado “*A Republica no Brazil*”. Foi escrito para a propaganda política republicana, a partir da conferência na Sociedade Francesa de Ginástica no Rio de Janeiro, sendo reproduzido pelo jornal *Gazeta de Notícias* e vários jornais pelo país.

Ao reunir as 16 edições que formam o compêndio “*A Republica no Brazil*” (ANEXO A), pudemos analisar as principais ideias e argumentos defendidos por Silva Jardim no auge de sua propaganda republicana. Faltou ainda uma pequena parte do compêndio, entre as edições que não conseguimos localizar.

Esse artigo foi um dos mais longos reproduzido pelo jornal *Verdade*, do que resulta a importância dada à propaganda de Silva Jardim, embora houvesse algumas divergências com os escritos. Buscamos observar os principais argumentos, ideias e temas, levantados por Silva Jardim, que faziam parte de outros discursos da propaganda.

Nesse texto, Silva Jardim usou a palavra POVO nada menos do que 37 (trinta e sete) vezes. Disso se subentende que o modelo ideal republicano, por ele proposto, deveria se basear na soberania popular. Apesar de algumas contradições, esta é a ideia central quando diz: “[...] *D`aqui se conclue que a Monarchia é um governo de privilegio, da vontade de um homem: que a Republica é o governo da opinião publica, do desejo de uma nação. Que na Monarchia o povo é governado; que na Republica o povo se governa [...]*” (ANEXO A).

Segundo ele, enquanto a Monarquia seria o governo de um só, dos privilégios e do autoritarismo, na República o povo teria liberdade para participar das decisões, tomando parte na vida pública. No entanto, o texto deixa claro que existem condições e situações que limitam essa participação, essa liberdade do povo para agir e participar. No meio desse caminho aparece a palavra *privilégio*, diretamente associada à Monarquia, suas práticas e instituições, o qual seria um grande obstáculo para a igualdade civil.

Em outro trecho, vemos expostos os pré-requisitos para a implementação da República: “*As condições principaes para que um povo possa constituir uma Republica são: amar a liberdade, a igualdade perante as leis, a fraternidade, a ordem, o progresso, a instrução, ter patriotismo, bons costumes privados e públicos etc.*” (ANEXO A). As condições colocam por terra os privilégios da ordem monárquica e estabelecem a igualdade de direitos, a isonomia, como primeiro fator de cidadania. E além disso, a liberdade era declarada aos quatro cantos,

como princípio básico, uma palavra que, assim como “democracia”, estaria intrinsecamente associada à República pelos propagandistas - quase que como um sinônimo.

As frases acima (que podem ser observadas no Anexo A), também são uma referência à educação cívica, de amor à pátria, em um momento histórico (final do século XIX) em que as disciplinas escolares estavam se estabelecendo, a exemplo da História. E para se estabelecerem serviam de sustentação aos Estados nacionais e seus fins políticos de propaganda. Na propaganda republicana do Brasil, essa ideia não passou despercebida e foi utilizada como estratégia para consolidação do novo regime político.

Ainda sobre a participação popular, diz Silva Jardim: “*o povo não é que faz a eleição*” (ANEXO A). Ele afirma isso sobre as condições políticas de baixa representatividade da Monarquia, em que os deputados são inexpressivos, ou que a Lei Saraiva<sup>53</sup>, de 1881, que instituiu a reforma eleitoral, diminuiu drasticamente a participação dos eleitores. Nesse ponto, critica a ideia de ser eleitor a pessoa com uma renda anual de 200 mil reis, e que, na sua opinião, deveria ser eleitora toda pessoa letrada. Temos aí uma primeira limitação dessa suposta cidadania republicana: seriam eleitores e cidadãos de direito apenas as pessoas ilustradas, letradas - esse critério também limitava a participação. De todo modo, ele apontou para a grande limitação do sistema representativo na Monarquia: depois da reforma eleitoral de 1881, menos 1% da população poderia votar!

Ao se referir às condições sociais do país, Silva Jardim usa de uma linguagem eufemisticamente conciliadora, talvez porque sua plateia de fazendeiros paulistas não esperasse ouvir algo diferente: “*Não há paiz em que haja mais igualdade que este: não se faz aqui questão de raça, nem da cór das pessoas; não há aristocracia, todos precisam trabalhar, porque o paiz é pobre, o trabalho iguala mais ou menos a todos*”.

De modo muito ameno, no texto acima, Silva Jardim coloca os conflitos sociais no Brasil: as questões raciais, a abolição e as questões sociais decorrentes, o trabalho e a aristocracia, todos esses conflitos sociais evidentes no Brasil são tomados de forma harmônica e romantizados. O tema do abolicionismo foi bastante delicado para a maioria dos republicanos, principalmente por causa da adesão dos fazendeiros que aderiram à República após a abolição, os chamados “republicanos de 14 de maio” (FERNANDES, 2008, p. 90). Essa é uma contradição, pois como a participação popular atingiria a todos, se houvesse uma classe de

---

<sup>53</sup> A Lei Saraiva de 1881 trouxe algumas modificações na legislação eleitoral: instituiu a eleição direta (sem os eleitores de paróquia), estabeleceu o alistamento eleitoral perante o juiz municipal e o documento do título de eleitor, mas sua marca maior foi estabelecer a renda anual de 200 mil reis como critério para torna-se eleitor (BRASIL, [2020]). Com isso, as últimas eleições do Império tornaram-se cada vez menos participativas, reduzindo-se a proporção de eleitores de 10% para menos de 1% (CANÊDO, 2012, p. 530).

excluídos, de párias sociais? Seria uma democracia que não atingiria a todos, seria na verdade, uma oligarquia, sob o disfarce constitucional.

Falando ainda sobre o alcance desse modelo político, e talvez respondendo à pergunta: “o povo está preparado para a República?”, temos a seguinte afirmação: “*Não é preciso que um povo seja muito instruído, para ser republicano; basta que seja capaz de entender o seu dever, e cumpri-lo; assim forma-se uma opinião pública, pequena, mas sensata*” (ANEXO A). Aqui, no texto de Silva Jardim, temos bem evidentes os limites dessa democracia: a República seria fruto da iniciativa de um pequeno grupo de homens ilustrados, responsáveis por criar uma opinião pública favorável; seria tutelada pelos “homens notáveis”, mas do povo se esperava lutar pelo regime e cumprir seus deveres.

Não há nenhuma referência no texto de Silva Jardim (ANEXO A) sobre qual a solução para os ex-escravos na nova sociedade republicana. Nesse sentido, também o jornal *Verdade* omitiu esse assunto e pouco se falou sobre os “negros”, a não ser das violências contra eles praticadas, mesmo com o fim da escravidão, os crimes a eles associados ou notícias muito esparsas. Vemos, por exemplo, na edição nº. 184 de 05 de novembro de 1889 do jornal *Verdade* que, segundo informava o *Guttemberg Journal*, dos Estados Unidos, existiam cerca de 120 jornais impressos por pretos naquele país. Desse modo, ao observarmos a trajetória do jornal *Verdade*, percebe-se que o jornal não deu continuidade às antigas lutas abolicionistas, omitindo o tema da condição social dos libertos em seus escritos posteriores à libertação de 13 de maio de 1888.

Por todo o texto de Silva Jardim (ANEXO A), não há nenhuma referência à palavra DEMOCRACIA, embora fale-se por diversos outros termos em soberania popular, talvez porque a compreensão do termo seja diversa da que temos hoje. A ideia de democracia de Silva Jardim aproxima-se dos gregos antigos, da democracia das virtudes, da ampla participação popular. Hoje compreendemos a palavra democracia como o jogo político dentro do sistema parlamentar de representação da soberania popular. Silva Jardim acreditava que a República deveria ser resultado da soberania popular e da ação de um ditador republicano, com um executivo forte<sup>54</sup>. Em quais condições seria essa participação popular, nos textos escritos de Silva Jardim? Na propaganda seria ampla e irrestrita, modelo ideal de divulgação; mas na vida real e prática, das teorias positivistas, seria tão restrito como para as ideias oligárquicas.

---

<sup>54</sup> “Tributário da visão positivista, Jardim defende sistematicamente a ditadura republicana. Apenas a existência de um regime centralizado politicamente poderia levar à organização do país em moldes republicanos” (FERNANDES, 2008, p. 177).



E mais uma vez retomamos a palavra POVO no texto de Silva Jardim, como o “*populos*”, como a massa desordenada, como a ralé errante. É a grande massa que provoca a revolução, mas é também elemento perigoso e incontrollável. A respeito do povo e da manutenção da ordem no regime monárquico, Silva Jardim declara: “*Não há respeito à lei: o povo já tem entrado pela cadêa, tirado os presos, os tem morto na rua. Alguns juizes têm sido apedrejados e enxotados de seus termos*” (ANEXO A). O povo representava a sedição, por isso, a mudança de regime colocava a ordem e a legalidade como grandes preocupações dos positivistas. Com a mudança de regime, poderia haver instabilidade. Dessa maneira, afirmava ele em seu texto, primeiro deveria vir a mudança do regime político, depois viriam as reformas necessárias.

Acreditava Silva Jardim que a mudança do regime político se daria via revolução, e para tal ação enérgica, justificava dizendo: “*Um povo deve sempre evitar as revoluções, mas deve usar d’esse recurso extremo quando os governos quizerem impedir sua marcha para a liberdade, a ordem e o progresso*” (ANEXO A). Está implícita no seu comentário a tese do evolucionismo do partido republicano, mas ele justifica a revolução como um “recurso extremo” contra um governo injusto.

E para que tal revolução ocorresse, no campo das ideias e dos costumes, deveria se trabalhar “*nos jornaes, na tribuna, nas eleições*” (ANEXO A), formando-se então uma opinião pública que precipitaria a Monarquia para o fim. Essas foram estratégias adotadas pelos propagandistas republicanos: atacar por todos os lados, nas colunas dos jornais, nos discursos públicos dos oradores populares e nas eleições. As palavras “ordem” e “progresso”, do ideário positivistas inscritas na bandeira nacional, representam a manutenção da ordem social e hierarquia, em uma aparente “*comunhão*” das classes; e do progresso científico do qual a República seria o modelo político inevitável, de uma evolução histórica e civilizatória. Estas eram ideias positivistas conservadoras.

Por diversas vezes no texto de Silva Jardim (ANEXO A) a palavra LIBERDADE é citada (nove vezes). Como um ideal a ser atingido, o qual não se alcançava com a Monarquia. Apesar de se dizer, na época, que a Monarquia era um regime liberal, que o imperador permitia a livre imprensa, a crítica nos jornais e a existência de um partido republicano. O texto de Silva Jardim desconstrói esses argumentos mostrando que o governo monárquico era autoritário, ele mesmo provava disso com a proibição de seus encontros pela polícia e as intimidações com ações violentas da Guarda Negra<sup>55</sup>. Então, nesse ponto, refletimos: qual liberdade pretendiam

---

<sup>55</sup> Foi um grupo de capoeiristas e ex-escravos chamado “Guarda Negra da Redentora” organizado pelo abolicionista José do Patrocínio, que, além da Corte do Rio de Janeiro, atuava em outras províncias para intimidar

os propagandistas republicanos, como Silva Jardim? Era a liberdade civil, de ação e a liberdade econômica, mas não necessariamente significava direitos civis ou sociais.

Ao abordar a situação de decadência em que a Monarquia deixou o Brasil, e falando sobre a questão da liberdade, Silva Jardim destaca: “*O Brazil é um paiz actualmente muito desgraçado. A liberdade que elle tem não está garantida na lei: as leis mandam castigar tudo o que for contra a monarchia, contra a religião, contra o imperador etc.*” (ANEXO A). Nesse sentido, nos termos que coloca, a lei não serviria ao princípio de defesa da isonomia dos cidadãos, e sim para as perseguições e arbítrios dos monarquistas e do imperador.

Nesse famoso compêndio de Silva Jardim, quais seriam os argumentos mais utilizados para deslegitimar a Monarquia no Brasil? Vamos analisar alguns deles. A Monarquia brasileira seria ilegítima, porque desde 1831 que D. Pedro I havia sido destituído pelo povo, logo, a aclamação de Pedro II ao trono seria inválida (ver ANEXO A). Esse argumento se repetiu nos discursos republicanos e em outros trechos do jornal *Verdade*. Outro argumento: haveria uma vocação histórica dos brasileiros para a República, desde os tempos coloniais, passando pela pós-Independência, desde as revoluções liberais do século XIX no Brasil (Confederação do Equador, Revolução Farroupilha, entre outras), os brasileiros se dispunham a morrer para defender as ideias republicanas. Ou seja: buscava-se legitimar esse “sentimento republicano” no Brasil através da demonstração de suas raízes históricas.

Por outro lado, Silva Jardim (ANEXO A) buscava construir um quadro de caracterização negativa da Monarquia: o regime seria perdulário, ineficiente, corromperia os homens com suas instituições; o imperador fazia o juguete de suas vontades com os partidos políticos. A Monarquia seria uma instituição decrépita e decadente, da tradição, do atraso, não se coadunava com o progresso e o futuro. Estaria fadada ao fim inevitável, por causa de sua própria decadência, devido ao modo como operava.

Outro argumento colocado por Silva Jardim nesse texto e repetido por outros republicanos: o Brasil era um caso único de monarquia nas Américas, uma exceção, que não se afinava com as repúblicas americanas. De acordo com esse argumento, o Brasil ficava isolado de seus vizinhos e de países mais adiantados como os Estados Unidos, por ter ainda um sistema de governo diferente e único em todo o continente. Nos jornais da Corte, a Argentina era um modelo de república sul-americana para os republicanos brasileiros.

---

as conferências republicanas, defendendo a Monarquia e o reinado de Isabel pelo uso da força. O jornal *Verdade* noticiou os embates violentos entre monarquistas e republicanos pelo país, percebendo que na província da Parahyba esta agremiação ainda não havia se formado (*Verdade*, edição n.º. 145), devido ao tráfico interprovincial de escravos.

Nos arremates finais do artigo *A República no Brasil (ANEXO A)*, Silva Jardim coloca a questão da sucessão do trono como sendo um momento crucial para a ação dos republicanos. Eles deveriam exigir a renúncia de D. Isabel, o exílio do Conde D'Eu, com a participação popular no campo de São Cristóvão. O cenário da queda da Monarquia imaginado por Silva Jardim previa o povo nas ruas e a proclamação na cidade do Rio de Janeiro, seguido pelas outras províncias. Nas cenas finais da proclamação da República entraram os militares e esse quadro sofreu pequenas alterações, a maioria delas para restringir a participação popular.

Da forma como a situação estava posta na propaganda de Silva Jardim, e a Monarquia apresentada com todos seus males e vícios, a República seria a única salvação para o Brasil. Ao se referir a esse texto (ANEXO A) de Silva Jardim, Fernandes (2008) assim resume as ideias do orador popular:

A República era o tônico para todos os males que se abatiam sobre o país: miséria, falta de instrução, conflito social, exploração. Nesse sentido, não se tratava de uma república que apenas findaria na reforma institucional. Era a mudança social que se buscava, mas não há clareza de como isso seria possível. Aparentemente, a simples mudança das regras e das instituições daria conta do projeto. (FERNANDES, 2008, p. 160).

Nesse cenário criado pela propaganda (ANEXO A), a República seria o remédio para todos os males, a cura de todos os vícios da Monarquia. A República seria o governo das virtudes, da ordem social, do progresso científico, da participação e educação cívicas. A República nasceria sob o signo da mudança, da liberdade de ação, no entanto, não se tem muito claro do ponto de vista prático das ações políticas em que isso implicaria. Mas o certo é que para eles, cedo ou tarde, a República viria.

Em 1881, Assis Brasil lançou o livro *A República Federal*, no qual já constavam os mesmos argumentos usados por Silva Jardim nesse artigo para deslegitimar o regime monárquico e instituir um novo governo republicano. Esse livro foi uma importante referência teórica para os republicanos, e trazia o exemplo da organização do partido republicano no Rio Grande do Sul, obra que estava presente na biblioteca do gabinete de leitura dos redatores do jornal *Verdade*.

Em seu artigo (ANEXO A), Silva Jardim faz referência à contribuição de Assis Brasil à causa republicana, junto a outros gaúchos como Júlio de Castilhos, no jornal *A Federação*. O livro de Assis Brasil influenciou os escritos de Silva Jardim, na medida em que apresenta os mesmos argumentos para deslegitimar a Monarquia. De modo semelhante, no livro teórico, Assis Brasil analisa três sistemas de governo: Monarquia Absolutista, Monarquia

Constitucional e República. Coloca que a Monarquia Constitucional é apenas um paliativo, para os monarquistas democratas, mas que de fato só existem duas formas de governo: ou a Monarquia Absoluta ou a República.

Para demonstrar, no livro, a superioridade da República sobre a Monarquia, Assis Brasil usa o principal argumento de que a Monarquia é fruto do desejo e da vontade de um só, resquício do “direito divino”, de um poder de privilégio, inviolável, sagrado e inquestionável. A Monarquia assentava-se em um poder arbitrário e inquestionável, sendo que a República seria o resultado de todas as vontades da Nação. “Nas antigas cidades democráticas, em Roma e na Grecia, a palavra república era empregada como synonymo de estado ou nação” (BRASIL, 1888, p. 37). A questão fulcral da soberania era essa: não residia no soberano e sim na representação das vontades da Nação, que seriam expressas no processo eleitoral. A maioria desses argumentos de Assis Brasil foi também usada por Silva Jardim em seu texto de propaganda republicana (ANEXO A).

Nas colunas editoriais de capa do jornal *Verdade*, nº. 89 de 23 de março de 1889, após as edições dos artigos de Silva Jardim, sob o título “*A propaganda republicana*”, os redatores advertem os leitores sobre as diferenças entre seus escritos e os extratos do jornal. Que embora os escritos incitem à revolução como meio de se chegar à proclamação da República, os redatores eram da opinião de que deveriam chegar a ela pela via pacífica, afirmando: “[...] *pugnamos pela Republica servindo-nos do meio que sempre pareceu mais licito, isto é, pela propaganda pacífica*”. (*Verdade*, nº. 89).

O jornal *Verdade* tinha essa forma de agir sempre dentro da lei, o que estava em seu programa, e por outro lado, parecia apoiar a revolução e a luta armada como último recurso necessário para se contrapor ao poder absoluto da Monarquia. Não podendo apoiar explicitamente a subversão da ordem, na proposta revolucionária, fizeram-no com a transcrição dos escritos com essa opinião.

Ao longo de 1888, quais são as outras notícias sobre o partido republicano? O jornal acompanhava os passos da propaganda na Corte e nas províncias onde a propaganda era mais forte, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas. Nesses estados estavam organizadas as seções do partido e os *clubs* republicanos. Em São Paulo um congresso republicano (1888) propõe uma ação mais rigorosa para “*combater o terceiro reinado em todos os terrenos*” (edição *Verdade*, nº. 12), pela combinação das ações na imprensa, as tribunas dos parlamentos e os *meetings*. Seguindo essa tendência dos “evolucionistas” do partido republicano, em Minas elegem-se deputados republicanos provinciais e esperam-se mais eleitos para a Assembleia Geral (*Verdade*, nº. 53).

No Anexo B, temos o artigo *Vozes da Republica*, publicado pelo jornal em julho de 1889. Foi escrito sob o pseudônimo de Elisa Lentz, na *Revista Sul Americana*, mas na verdade era de autoria do professor e autor de manuais escolares de História e Gramática, o Sr. João Ribeiro. Os extratos eram menores que o de Silva Jardim, e pode-se dizer menos teóricos, mais simples, ainda assim, como os artigos deste, também ocuparam as colunas editoriais da primeira página do jornal *Verdade*.

João Ribeiro foi abolicionista e republicano histórico, escrevendo em jornais do Rio de Janeiro desde a década de 1870, em favor dessas duas causas. Seu livro *História do Brasil*<sup>56</sup>, publicado pela primeira vez em 1901, tornou-se muito famoso e reeditado várias vezes.

No artigo “*Vozes da Republica*”, João Ribeiro traz argumentos no sentido de deslegitimar a Monarquia, com ataques abertos ao imperador e à família imperial. Talvez por isso o pseudônimo de Elisa Lentz, para se proteger de possíveis represálias. “*Que tem o povo com Dom Pedro ou com Izabel? Donde provem o interesse do paiz por essa familia, que nos parasiteia ha sessenta anos, comendo, bebendo, dissipando com os comensais e com os inevitaveis compadres [...]*” (ANEXO B). De acordo com o autor, no lugar dos interesses particulares do imperador, de sua família e dos seus favorecidos, deveria acontecer uma mudança dos costumes e dos interesses dos cidadãos, tomando parte na pátria republicana.

No artigo (ANEXO B), João Ribeiro faz inicialmente um breve apanhado histórico em que procura demonstrar que “*a instituição monarquica foi apenas um factor intruso e sem prestígio tradicional*”. A monarquia foi implantada no Brasil à revelia do povo. “*O povo brasileiro nunca sonhou reis, nem imperadores*”. Que mesmo sendo uma instituição política invasora, seu projeto foi apenas possível por causa do engodo do “constitucionalismo”. E que essa estratégia do constitucionalismo funcionava no passado, mas que às portas da República não funcionaria mais. Volta-se, assim como fez Silva Jardim, para o argumento histórico de deslegitimar a Monarquia, como uma instituição sem raízes populares e históricas no Brasil.

Ribeiro destaca três formas de estratégia para a propaganda republicana: a palavra, a doutrina e as eleições. A palavra seriam os discursos, expressos de modo livre. A doutrina seriam os ensinamentos mais fechados, sectários, próprios de uma corrente política e ideológica (no caso os republicanos). E o processo eleitoral como lugar natural dos embates políticos que

---

<sup>56</sup> Com esse livro, reeditado várias vezes, João Ribeiro imprimiu uma nova visão de História: “Foi o primeiro historiador brasileiro, assim, que introduziu a chamada *Kulturgeschichte* (História cultural) que, como seu filho Joaquim Ribeiro mais tarde registrou, “deixou de ser a história de governadores, vice-reis e imperadores para ser a história natural do povo brasileiro”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Brasil\\_\(Jo%C3%A3o\\_Ribeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Brasil_(Jo%C3%A3o_Ribeiro)). Acesso em: 01 mar. 2021.

dariam legitimidade às ideias republicanas.

A respeito desses pontos ele discorre: *“Em toda patria, existe o embrião sentimental do republicanismo”* (ANEXO B). Seria preciso fecundar com a palavra esse sentimento de entusiasmo com a República por todo o país. A questão que se coloca é: até que ponto havia um real entusiasmo pela República no Brasil, ou isso era apenas fruto da retórica da propaganda republicana para convencer? Não resta dúvida de que os inúmeros jornais e os *clubs* republicanos que se formaram na década de 1880 criaram esse clima favorável para a adesão em massa. Os jornalistas, intelectuais e tribunos, com a palavra fecundavam as mentes da população, de que a República significava o que havia de mais moderno e próximo da ciência.

Em outra parte do texto ratifica a estratégia de atuar nas eleições: *“Os republicanos ainda quando não possam vencer, devem perturbar e trabalhar para o aniquilamento dos partidos monarquicos”* (ANEXO B). Sabendo-se do jogo político entre conservadores e liberais, devia-se tomar lugar e marcar posição sempre na oposição ao partido que estivesse no poder, tendo em vista a alternância desses dois partidos. Mais adiante em seu escrito, Ribeiro afirma que as eleições são uma das grandes causas do atraso do país, porque são feitas por causa de interesses particulares.

João Ribeiro prossegue, mostrando-se mais comedido e sutil que Silva Jardim no que tange à forma como a República seria implantada, apontado para a possibilidade da revolta no final de seu texto. Assim, afirma: *“[...] Eu acredito que a minha patria fará a republica ou levantar-se-á com ella, apesar da ancia do urubu, da gula imperante do verme [...]”* (ANEXO B). Em linguagem metafórica, bastante utilizada no texto, faz claras referências à putrefação como a decadência da Monarquia, e também das últimas tentativas de indivíduos de se beneficiarem de um regime decadente, prestes a sucumbir. Em outro ponto do texto conclama o povo a reagir contra as explorações do regime: *“Povo! Tem brio!”* (ANEXO B).

O ideal da “pátria republicana” destaca-se no texto de João Ribeiro. E esse ideal seria possível com a implantação do novo regime e a mudança que este provocaria nas instituições. *“Corrupto é o regimen, e corrupto são os homens educados n`elle”* (ANEXO B), diz, ao se referir ao regime monárquico. Desta assertiva e de outras passagens, subentende-se que a República pretendida seria aquela das virtudes, da coisa pública e dos direitos iguais para todos, conforme apregoavam os gregos antigos. Por fim, em seu texto, Ribeiro tece uma crítica: *“E porque certo deputado de talento Isabelista hoje não é Republicano? Não é difficil dizel-o”* (ANEXO B). Ele estava referindo-se a José do Patrocínio, que fora republicano, deixando muitos republicanos ressentidos de sua nova posição. Em vez disso, tornou-se defensor da Monarquia, admirador da Princesa Isabel, organizando quase que um culto a sua personalidade.

Foi também o organizador da chamada Guarda Negra, entidade formada por capoeiristas e ex-escravos, escalados para praticar ações violentas contra os republicanos. No texto, José do Patrocínio é retratado como alguém que se perdeu em meio às benesses do poder, concedidos pela família imperial.

João Ribeiro afirma, ao final do texto: “*Ruy Barbosa ou Joaquim Nabuco são d’aquelles que poderiam ser, e serão um dia dos nossos*” (ANEXO B), referindo-se a duas figuras intelectuais de relevância na política do final do século XIX, que seriam vistas como adesão de peso ao partido republicano. Rui Barbosa, que sempre teve posições liberais, tornou-se republicano de última hora, sendo depois de implantada a República o ministro da Justiça no governo provisório. Joaquim Nabuco foi um dos defensores mais eloquentes da Monarquia, mas pela via constitucional, e apresentou ao Parlamento brasileiro o projeto de lei do federalismo.

As críticas à Monarquia feitas por João Ribeiro são muito parecidas com as do orador popular Silva Jardim: a Monarquia era o motivo do atraso do Brasil, uma instituição decadente que desvirtuava os costumes, com os privilégios e o personalismo do imperador, sua família e seus amigos. As críticas eram bastante contundentes, mas como seria a organização política de uma futura República no Brasil? Caberia de fato uma ampla participação popular? Os aspectos criticados no regime monarquista seriam solucionados pelo novo governo republicano?

A partir da análise dos Anexos A e B, dos argumentos e ideias apresentadas nos artigos de Silva Jardim e João Ribeiro, pudemos retirar os seguintes binômios como características principais dos dois regimes de governo, segundo a visão idealizada por ambos os autores:

## **MONARQUIA - REPÚBLICA**

*Atraso X Progresso*

*Privilégio. X Igualdade*

*Corrupção X Moralidade*

*Personalista X Popular*

*Tradição X Modernidade*

Tomando essas palavras como os argumentos da propaganda republicana, vimos que o binômio atraso/progresso foi um dos mais utilizados pela propaganda republicana para colocar a necessidade de superar a Monarquia, como sistema político atrasado e que não condizia com o progresso da civilização. A palavra “privilégio” aparece nos dois textos (ANEXOS A e B)

associada à Monarquia, como um sistema de privilégios, seja da hereditariedade do monarca, das regalias da família imperial ou dos favorecimentos pessoais aos apadrinhados do regime.

O que se pretendia no regime político da República, segundo os escritos desses dois teóricos da propaganda, era a igualdade civil, numa palavra: que todos fossem “cidadãos”. Esse novo pronome de tratamento trazia implícita a ideia da isonomia. A corrupção consorciada com o privilégio seriam as marcas de um regime que se baseava em favorecimentos pessoais, essas seriam as marcas da Monarquia. O imperador era uma figura intocável, inviolável, sagrada, que não respondia por seus erros segundo as leis, sendo mais um aspecto do personalismo do regime. A República seria a salvação para o país, tendo em vista que moralizaria os costumes, a partir da reforma das instituições políticas, e conduziria para o inevitável progresso histórico, da modernidade civilizatória.

#### 2.4 A ORGANIZAÇÃO DO NOVO REGIME: IDEIAS DE PROGRESSO E LIBERDADE

As edições do jornal *Verdade* no ano de 1889 multiplicam-se, pois agora o periódico passa a ser impresso três vezes por semana. A campanha republicana intensifica-se em seu último ano. 1889 é um ano de um bom presságio para os republicanos, pois é o centenário da Revolução Francesa, modelo político de muitos propagandistas adeptos da corrente dos jacobinos mais radicais.

Em 27 de fevereiro de 1889 o título da manchete das colunas editoriais é “89”, e sobre essa expectativa do centenário da revolução eles afirmam: “*N’este anno, há um seculo, um povo extraordinario, n’uma chamma de coragem, indignado e sublime, corria as ruas de Pariz, regougando de raiva, pallido de horror, e ia quebrar a Bastilha – a prisão secular.*” (*Verdade*, nº. 82). Em outro trecho da matéria, o jornal diz que, apesar do trabalho de propaganda das conferências, da tribuna, dos discursos, é preciso que cada cidadão se prepare, numa clara referência a armar-se contra a Monarquia. A Revolução Francesa, como toda a cultura francesa, tornou-se um modelo de ação política e civilizatória, bem como o atraso da Monarquia brasileira estava associado ao Antigo Regime francês<sup>57</sup>.

E com as mudanças sociais e políticas, surgem palavras novas no jornal: cidadão ou concidadão. Estas palavras são fruto da influência francesa, bem como a adoção dos *clubs* republicanos como forma de organização. Esse seria o novo pronome de tratamento, para tratar

---

<sup>57</sup> Sobre esse aspecto da propaganda dos republicanos radicais, os jacobinos, Carvalho (2017, p. 27) afirma: “A versão jacobina, em particular, tendia a projetar sobre a Monarquia brasileira os mesmos vícios do *Ancien Régime* francês, por menos comparáveis que fossem as duas realidades”.



a todos com igualdade. Mas, embora os republicanos tenham sido tratados por “*cidadão*”, “*patriota*” ou “*democrata*” nos textos do jornal *Verdade*, foi também no Brasil que se criou a palavra “*generalíssimo*” para se referir ao marechal Deodoro (*Verdade*, n.º. 250), como que uma necessidade de distinção social, de superioridade, típica da Monarquia, mas que permaneceu arraigada na sociedade brasileira.

Em uma outra edição do jornal *Verdade*, n.º. 197, de 5 de dezembro de 1889, vemos na seção Gazetilha a nota “*Tratamento oficial*”, informando sobre as novas formas de se referir às autoridades e cumprir as formalidades, com o novo regime republicano. O tratamento “*Excellencia*” e “*Senhoria*” deveria ser substituído por “*Vós*”, e a saudação final, típica das cartas e comunicados que dizia “*Deus Guarde*”, deveria dar lugar ao cumprimento republicano “*Saude e Fraternidade*”. “*A Republica tem cousas! Si essa medida equalitaria agradou aos Vossas Mercês fez franzir os sobrolhos aos Excelências*” (*Verdade*, n.º. 197), diz ainda a nota, como forma de justificar as mudanças nas formas de tratamento, a intenção de nivelar a todos na República, o que não agradou aos antigos poderosos.

Passemos para outros conceitos caros à propaganda republicana, que constaram no jornal, são eles: **liberdade, democracia e progresso**. São temas recorrentes e que tem um significado especial na construção desses discursos. Essas palavras aparecem quase como equivalentes à República. Por que a liberdade foi reclamada pelos propagandistas da república, e mais que isso: a que tipo de liberdade se referiam? Seria a liberdade civil de cada cidadão de agir livremente ou seria também a liberdade econômica obstada pela burocracia monárquica?

Em sua edição n.º. 83, de 02 de março de 1889, sob a manchete de capa “*Liberdade de mais*”, o jornal *Verdade* traz considerações sobre a liberdade no regime monárquico e qual o conceito para os republicanos. Os defensores da monarquia afirmavam que “*vivemos em um paiz onde ha liberdade de mais*”. Ao tomar essa afirmação dos monarquistas, os propagandistas construía suas críticas ao mostrar que a liberdade em excesso era a ruína do país, e o que eles propunham era a primazia da ordem, das leis e das instituições. “*Não é a liberdade sem ordem o ideal da republica*”, afirmava ainda o texto, extrato do jornal *Republica de Curitiba*. Isso mostrava uma dupla preocupação: por um lado dar mais direitos aos novos cidadãos da República, e por outro lado rebater a crítica de que a República precipitaria o país na revolução e no caos social.

Na edição n.º. 93, de 04 de abril de 1889, com a manchete de capa “*A Republica*”, o jornal *Verdade* anunciava: “*É urgente a mudança de forma de governo em nosso paiz. É necessário que a monarquia desapareça e que a Republica surja brilhante com o seu cortejo de reformas liberaes e palpitantes*”. A partir da leitura desse extrato do jornal *Republica*

*Federal*, podemos inferir que na visão dos redatores a República se fazia urgente e inevitável para o progresso econômico do país, e que entre as liberdades proclamadas pelos propagandistas republicanos, a liberdade econômica era uma das mais caras. Expressos nos termos “*reformas liberaes*” estão os princípios do liberalismo, das atividades econômicas “livres”. Mas e as reformas de alcance social, que proporcionassem cidadania e participação? Essas não se fazem lúcidas no texto e pouco aparecem nas edições do jornal.

Democracia: essa palavra tão apreciada nos discursos políticos, mas ao mesmo tempo de uma significação tão elástica, que vem mudando ao longo do tempo. Democracia seria um sistema político de ampla participação popular ou de representação de legisladores eleitos pelo povo? No caso dos propagandistas republicanos, tomaram a palavra “democrata” como defensor do regime e “democracia pura” quase como sinônimo de República.

Mas qual democracia pretendiam os redatores do jornal *Verdade* com o novo regime? Pelos escritos do jornal e nos moldes do positivismo, era o estabelecimento da lei e da ordem, do progresso científico e da instrução dos cidadãos, o que implicaria na evolução social a partir dos esforços dos indivíduos para uma vida em comunidade. No caso do liberalismo econômico e político, a proposta era de retirar o poder de atuação política dos indivíduos através da representação e compensá-los com liberdade nas atividades econômicas (CONSTANT, 2015, p. 5).

Entretanto, as ideias para organização social não se restringem ao positivismo e liberalismo apenas. Havia também no jornal um apelo à soberania popular, à participação ampla na construção do novo regime. Nesse sentido, vimos algumas edições (nº. 186, 211 e 348) que enaltecem a Suíça como exemplo modelar de República federativa.

A Suíça, na época chamada de “*Suissa*” ou “*Confederação Helvetica*” foi tomada como exemplo para a organização da República no Brasil, na ótica dos redatores do jornal *Verdade*, pela sua administração sem corrupção e com poucos impostos, e mais ainda pela ampla e direta participação popular. Na edição nº. 186, de 9 de novembro de 1889, o jornal relata a viagem do senador Saraiva à Suíça para estudar o sistema federativo, ainda dentro dos instantes finais da Monarquia. Na outra edição nº. 348, de 9 de agosto de 1890, o jornal é enfático em elogiar o modelo suíço:

*É uma democracia invejável [...]. Em alguns cantões da Suissa, e entre outros nos de Unterwalden e Glaris, todos os eleitores se reúnem ao ar livre, no fim de Abril de cada anno, para discutir e votar diversos alvitres e escolher os membros do governo e da judicatura. A taes reuniões dão o nome de Landsgemeindes.*

*É talvez o unico lugar da Europa onde em sua plenitude e sob a forma antiga, revivem a democracia hellenica e a romana.*

O que podemos inferir do extrato sobre o modelo suíço de democracia? Primeiro que o momento (agosto de 1890) era de mudanças e estabelecimento institucional da República como força política que precisava de modelos para reorganizar o contexto político e social após a queda da Monarquia. Outro aspecto que os redatores colocam em destaque é a participação popular, a soberania a partir do povo. Nesse sentido, a democracia antiga, dos gregos e romanos, seria o modelo ideal, na medida em que propõe a participação direta e efetiva dos cidadãos.

#### 2.4.1 A propaganda republicana: o positivismo e o liberalismo

“Progresso” era uma palavra bastante usada pelos positivistas e que, por sua influência, aparece nos textos dos propagandistas, incluindo o jornal *Verdade*. Mas o que seria esse progresso? Seria o avanço moral e material de uma sociedade, expressa na ordem e nos costumes, no princípio da lei, bem como nos avanços científicos. O binômio ordem/progresso é inseparável, nesse sentido, representando um ideal de sociedade para os positivistas. No livro *A Republica Federal*, Assis Brasil se refere ao tema assim: “O progresso é o desenvolvimento da ordem”. Nessa frase, o teórico republicano retoma uma das frases mais célebres do mestre positivista Auguste Comte.

Na capa da edição nº. 380 do jornal *Verdade*, sob o título PROGRESSO, o jornal avalia que após um ano a República já o teria alcançando<sup>58</sup>, pois: “[...] Nada pode aplacar a febre de negocios que arde no Brazil principalmente depois de 15 de novembro. Os bancos e as companhias desabrocham, todas as manhãs, como os cogumelos, após as tépidas noites de outomno [...]”.

Esse trecho, originário do jornal *Brézil Republicain*, fora reproduzido no jornal *Pátria Mineira*, de onde o jornal *Verdade* replica a matéria. A visão apresentada de “progresso” resume-se ao liberalismo, à febre especulativa do capitalismo, que se desenvolveu com o novo governo republicano. Mais uma vez, a liberdade era para comprar, vender, enriquecer ou empobrecer, com a febre dos capitais especulativos que tomaram conta do Brasil. Não era um progresso de bases sociais sólidas, sustentado no trabalho e nas reformas sociais, que dessem a todos o direito ao progresso.

---

<sup>58</sup> Como efeito negativo desse liberalismo no Brasil, nos primeiros anos da República deu-se a febre do capital especulativo, das emissões de dinheiro e títulos sem controle, da **política do encilhamento**, que criou riquezas ilusórias e levou à bancarrota de fortunas. Sobre essa febre especulativa do contexto de surgimento da República assim ensina Carvalho (2017, p. 31): “O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana”. No caso do jornal *Verdade*, este deu voz aos princípios liberais, seja nos editoriais ou ao transcrever o artigo *Sciencia do Bom Homem Ricado*.

O progresso para os positivistas era bastante divergente da visão dos liberais, tendo em vista que acreditavam no evolucionismo da humanidade para chegar ao estado positivo, baseados no método científico. Segundo acreditavam os positivistas, os indivíduos deveriam abrir mão de certas liberdades, para participar da vida comunitária. Em um de seus principais escritos doutrinários “*Apelo aos conservadores*”, Augusto Comte ratifica essa posição:

O fim deste opusculo permite-me apenas indicar a solução religiosa do principal problema político, conciliar a ordem com o progresso. Tal solução dimana da Família na educação universal e é completada pela sistematização da Patria. (COMTE, 1899, p. 73).

Assim, na visão dos positivistas, o indivíduo deveria se submeter à ordem, às leis às instituições de vida comunitária, primeiro na família e depois sacrificar-se pela pátria. Nos escritos de Comte havia a preocupação em conciliar progresso e ordem, portanto a revolução como estratégia política estava fora de questão, em vez disso deveria formar os sujeitos para obedecer, ter amor à pátria e conviver em laços de altruísmo.

Nessa sociedade idealizada pelos positivistas, os conflitos eram suprimidos pela boa convivência comunitária, aguardando as mudanças naturais provocadas pelo evolucionismo social. O jornal *Verdade* usou do vocabulário positivista (família, pátria, humanidade, altruísmo, classes etc.) e, assim como os positivistas defendeu a ideia de um executivo forte na implantação da República, com a instituição do ditador presidente.

Para analisar as ideias do liberalismo norte-americano, no jornal *Verdade*, tomamos o extrato *A Sciencia do Bom Homem Ricardo ou Meios de Fazer Fortuna*, cujo autor é Benjamin Franklin. Esse texto, escrito por um dos pais da independência dos Estados Unidos, que era parte de seu *Almanaque do Bom Homem Ricardo*, escrito e publicado no século XVIII (de 1732 até 1758), proporcionou-lhe fama e riqueza naquele país. No Brasil, tornou-se conhecido nas práticas de leitura por integrar os manuais escolares e constitui-se hoje um texto raro (ARRIADA; TAMBARA; DUARTE, 2015, p. 251).

O escrito foi considerado um clássico do liberalismo nos Estados Unidos e no mundo ocidental, devido aos valores que incentivava. Nas edições do jornal *Verdade*, nº. 52, 53, 56, 58, 61, 62, 64, 71 e 72, as partes do texto são publicadas de modo esparsa e finaliza nas edições nº. 85, 86 e 87. A publicação esparsa começa no final do ano de 1888 e vai até o começo de 1889, intercalada com outras publicações como a *Republica do Brazil*, de Silva Jardim. Essa descontinuidade é justificada na edição final, sobre a rejeição dos leitores: “*escripto que nos consta ter desagradado a alguns de nossos leitores, que se dizem caceteados e que já não leem a ‘Verdade’ sempre que se enfrentam com o Bom Homem Ricardo*” (*Verdade*, nº. 87). Apesar

da resistência dos leitores, os redatores insistem em publicar todo o texto, por considerarem importantes os valores liberais nele contido. A *Sciencia do Bom Homem Ricardo ou Meios de fazer Fortuna* conta a história de um homem que chega a cavalo numa fazenda para um leilão. Lá todos recebem conselhos do velho Abraão, das sabedorias contidas no *Almanaque do Pobre Ricardo*, contendo fórmulas ou ensinamentos morais, sobre desperdício ou diligência do tempo, parcimônia nos gastos materiais - com a economia e poupança como recomendações principais. Busca-se criar uma mentalidade capitalista, em que a ociosidade é negativa e na qual o indivíduo não deve depender nem confiar em ninguém.

Entre os conselhos dados pelo pai Abraão estavam: “*o tempo he o mais precioso dos bens, desperdiça-lo he a maior das loucuras, diz o bom homem Ricardo*” (*Verdade*, nº. 58); “*A actividade, como diz o bom homem Ricardo, he a mãe da prosperidade e Deus ajuda a quem trabalha*” (*Verdade*, nº. 61); “*Empregai bem o vosso tempo se quereis merecer o descanso, e não desperdiceis huma hora, por que não podeis dispor de um minuto*” (*Verdade*, nº. 62), “*he melhor deitar sem ceia, do que levantar com dívidas*” (*Verdade*, nº. 86). O extrato era um texto de formação das ideias liberais, pois pretendia incentivar valores capitalistas como o aproveitamento do tempo para o trabalho e combate à ociosidade, bem como a poupança como garantia financeira e fonte de enriquecimento.

Outras ideias do liberalismo tentaram estabelecer-se no Brasil, com a instalação do governo republicano. Como afirma Viscardi (2017, p. 33): o federalismo foi o principal projeto político apresentado pelos republicanos. A este argumento se contrapunha o da Monarquia que poderia manter a unidade do Império, através da centralização. A proposta dos republicanos era a descentralização administrativa, de dar mais autonomia às províncias, mais liberdade para agir. No entanto, havia o risco sério de fragmentação do país em pequenas repúblicas<sup>59</sup>. Sendo essa ideia tão importante para os republicanos (particularmente os paulistas) durante a propaganda e depois no início do governo provisório foi essencial compreender como funcionaria o Estado republicano.

Já na sua edição nº. 12, de 11 de junho de 1888, o jornal *Verdade* trazia a seguinte nota na seção Gazetilha: “*Está em voga as ideias de descentralisação – federação das provincias – constituição de estados federais ou separação e Republica. Os velhos partidos politicos se desorganizam*”. No texto, justifica-se o federalismo como estratégia de descentralização

---

<sup>59</sup> Para os positivistas, o ideal era de “pequenas pátrias” para a atuação dos cidadãos (FERNANDES, 2008, p. 169), o que poderia levar à fragmentação do país. Mas, dentro do partido republicano, não foram todos que aceitaram essa proposta, pois Silva Jardim defende o federalismo e a união do país, enquanto que o teórico paulista Alberto Sales defende essa ideia em seu livro “*A Patria Paulista*” (1887).

administrativa, com a instituição de um posterior pacto federativo, talvez tomando como exemplo os Estados Unidos. Isso não garantiria a unidade do país, tendo em vista que cada província poderia ou não aderir à República. Os partidos políticos sofreram os efeitos da ideia, pois mesmo o partido republicano foi segmentado em partidos estaduais, a exemplo o famoso PRP (Partido Republicano Paulista) e outras seções regionais.

Em outro momento, na edição nº. 174 de 12 de outubro de 1889, o jornal *Verdade* noticia a diplomação do deputado pernambucano Joaquim Nabuco e deseja que este mantenha-se fiel ao projeto de federação que apresentou ao Parlamento brasileiro em 1885. Em outra edição o jornal publicou as palavras de Joaquim Nabuco quando disse: “*A republica está de facto crescendo e já appareceu*” (*Verdade*, nº. 53). Com essas palavras o jornal supõe que o principal defensor da Monarquia cedo ou tarde seria republicano. Joaquim Nabuco (1849-1910) foi uma das vozes mais eloquentes na defesa da Monarquia, seja na tribuna como parlamentar ou nos jornais, como na Coluna Neutra de *O Paiz* onde dividia espaço com propagandistas republicanos (FERNANDES, 2008, p. 112). Nabuco fazia parte daqueles que defendiam medidas liberais, tais como a monarquia constitucional e parlamentar, para se contrapor aos avanços da propaganda republicana. Seu projeto de federação foi mais uma estratégia de reformar as instituições políticas monarquistas, fazendo frente às ideias republicanas (NABUCO, 1992, p. 22).

Afinal, qual o modelo de federalismo que previam para a organização da República? Essa ideia foi mais detalhada pelo jornal apenas após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a posse do governo provisório. Então, viu-se de fato a necessidade de debater a ideia, como uma forma de organização administrativa do novo Estado republicano.

Na edição nº. 377, de 18 de outubro de 1890, primeiro ano de instalação do governo provisório republicano, sob o título “*Organização dos partidos*” (sic), o jornal *Verdade* traz em suas colunas editoriais informações de como seria a organização do Estado republicano. A matéria fala sobre a reunião do Congresso federal para a aprovação da Constituição no dia 15 de novembro e da provável aprovação de um pacto federativo no texto constitucional. O jornal transcreve a seguir o decreto nº. 802 do governo provisório, em que conclama os estados a organizarem suas próprias constituições e elegerem suas assembleias constituintes, que deverão depois empossar os governadores e vice-governadores. Era uma tentativa de organizar a administração dos estados e cobrir o vácuo de poder deixado pelo centralismo da Monarquia.

Na edição do jornal *Verdade*, nº. 378, em “Organização dos partidos II”, lemos importantes pistas de como pensavam a organização política da República: “*É na liberdade da administração municipal que reside o mais solido apoio da liberdade individual do cidadão;*

*e é na liberdade do cidadão que repousa o systema politico democrático*". Isto posto, é como se no âmbito do município, da pólis, o cidadão pudesse exercer sua cidadania e seu poder de escolha. Aqui, liberdade é tomada como condição *sine qua non* para a democracia, conseqüentemente do exercício político na República. Mas o que seria ainda essa liberdade? Nesse caso específico, seria tomar parte nas decisões públicas dos municípios, com responsabilidade e em obediência às leis. Em uma seqüência, seria: organizar a administração dos estados, e depois os municípios, de acordo com o pacto federativo; e, no plano local, dar consecução às ideias republicanas de participação. Era uma clara referência dos princípios liberais.

Voltando ao Anexo A, sobre o tema federalismo, o propagandista republicano Silva Jardim se refere a termos como "*Republica Federativa Brasileira*", "*autonomia das províncias*", "*federação*", como um dos principais objetivos do partido republicano, porque pretendia que cada província se formasse como um estado, um país. De imediato, isso poderia agradar às províncias mais poderosas, como São Paulo, mas trazia o medo da separação territorial vista nas independências da América espanhola. De todo modo, a grande preocupação dos republicanos era dar maior autonomia às províncias, pois no regime monárquico elas não podiam sequer escolher seus próprios presidentes.

Na ótica dos liberais, à moda dos EUA, o federalismo era apenas uma saída política para as ambições do liberalismo econômico, e não necessariamente para dar direitos de cidadania. Conforme destaca José Murilo de Carvalho: "Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime" (CARVALHO, 2017, p. 26). O liberalismo foi uma ideia forte particularmente entre os republicanos paulistas, e isso influenciou a defesa que faziam do federalismo.

Mas qual o conceito de República no jornal *Verdade*, quais as ideias políticas implícitas nesse conceito? Tomemos uma imagem como ponto de análise: uma caricatura de mulher em um suplemento do jornal. Essa imagem apareceu no ano de 1891<sup>60</sup>, dada como suplemento aos leitores (junto à edição *Verdade*, nº. 458), em comemoração ao terceiro ano da libertação dos escravos, em 03 de maio de 1888. A República aparece na imagem clássica de uma mulher, como uma deusa da Antiguidade, assim como foi retratada muitas vezes na *Revista Illustrada*,

---

<sup>60</sup> 60 No ano em que a imagem aparece no jornal *Verdade* (1891), Manuel da Silva já havia morrido, o professor Francisco Xavier Jr. já havia se mudado para a capital e talvez só estivesse ainda no comando do jornal o poeta Rodolfo Pires. Mas buscamos estabelecer comparações com imagens anteriores no jornal, por entender que as ideias continuavam, apesar das mudanças dos redatores.

de Ângelo Agostini. Mas existem alguns elementos importantes em sua composição. Ela porta um barrete frígio, chapéu que fora símbolo dos revolucionários jacobinos franceses, em um claro apelo popular à revolução (vide ANEXO C).

No alto da imagem, dois textos se sobrepõem: “*Salve 03 de maio*” e “*Ave Libertas*”, ambos selados pela imagem de uma estrela. Os enunciados fazem referência à tradição do jornal de comemorar o 03 de Maio como o dia da abolição da escravidão na cidade, bem como de associá-la ao movimento republicano. Mais uma vez os termos “Liberdade” e “República” são associados.

Em 1891, a República já estava em vigor há dois anos, e poderia perceber-se quais os anseios para o novo regime. Em uma moldura maior, a deusa republicana carrega com a mão esquerda a inscrição: “*OS HOMENS SÃO IGUAES PERANTE DEUS E A LEI*”. É o princípio da igualdade civil, da isonomia dos cidadãos, pressuposto básico para a fraternidade da pátria republicana. Com a mão direita, a deusa impõe mais alto e com letras menores, os dizeres: “*Suum Cuique Tribuere*”, que equivale a “A cada um o que é seu”, um princípio de justiça defendido pelo jurista romano Ulpiano.

A República da caricatura parece vislumbrar com um olhar forte: a liberdade, a justiça e a igualdade, inscritos sob os princípios de um direito naturalista e romano. Mais do que a simples igualdade, quando as duas frases são confrontadas, parece claro que a proposta é da justiça redistributiva, que compensaria as prováveis diferenças. Assemelha-se muito aos ideais da Revolução Francesa, nos seus lemas “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, pois em ambas construções está implícita a ideia da justiça social.

Em outra edição do jornal, um ano antes, já aparecia o barrete frígio associado à proclamação da República (vide ANEXO C). Na edição do jornal *Verdade*, nº. 389, comemorativa de 15 de novembro de 1890, aparecia na capa o brasão de armas da República e nas colunas editoriais de abertura o barrete frígio, junto ao título “15 de novembro”. Na imagem que buscam construir sobre esse fato histórico está que a proclamação foi o fruto do desejo da Nação de abolir o privilégio de uma família, e que pelo empenho de um grupo de “patriotas” associado com o exército e a armada foi possível que adotassem um regime político idêntico a toda a América.

Os redatores do jornal *Verdade* pretendiam mostrar os acontecimentos de 15 de novembro como uma revolução com participação popular. Esse símbolo de liberdade na Revolução Francesa (barrete frígio<sup>61</sup>) é usado para ilustrar o texto, para a tentativa de construção

---

<sup>61</sup> Desde a Roma antiga, a mulher foi tomada como símbolo de liberdade, e durante a Revolução Francesa, como símbolo da República (1792). O barrete frígio identificava os libertos na antiga Roma e foi símbolo de revolução,



de uma imagem popular da República brasileira, e também quando abordava a importância dos mártires Tiradentes ou Frei Caneca, e dos propagandistas Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Silva Jardim, Coelho Lisboa, Lopes Trovão para a implantação do regime republicano no Brasil.

#### 2.4.2 A instrução pública na República

Nas páginas do jornal *Verdade*, na seção “Instrução Publica” estavam os assuntos relacionados à proposta de educação popular. E o fato é que esse tema interessou muito aos jornalistas, pois fazia parte do plano de implementação da República, na medida em que a educação popular seria uma educação cívica, uma educação que prepararia para o novo regime político e seus valores. “*A ignorancia é o maior dos males e a fonte immediata de todos os vícios, desgraças e calamidades*” (*Verdade*, nº. 95). O jornal ratificava que a ignorância e a pouca instrução do povo eram um dos principais males, responsável pelos demais. Era o motivo da falta de virtudes e das sedições populares.

A “ilustração” dos cidadãos traria as virtudes e o senso de responsabilidade nas ações públicas. Seria então a República um regime de governo guiado por uma “vanguarda” de homens ilustrados e virtuosos? Essa seria a pretensão.

Embora defendessem a melhoria da instrução pública sob a República, reconheciam a situação da educação pública na Paraíba, ao afirmar: “*É deplorável e vergonhoso o estado de nossa educação pública*” (*Verdade*, nº. 201). Reclamavam das condições materiais das salas, com pouco mobiliário e péssima higiene, dos métodos didáticos atrasados dos professores etc. E desejavam que a República, recém-proclamada, pudesse atender à demanda de uma educação popular: “[...] *a patria entra em uma nova phase, que todo o cidadão vai conquistar ampla liberdade de acção em suas funções sociaes e individuaes*” (*Verdade*, nº. 201).

O próprio jornal *Verdade* se colocava como veículo de educação popular através da leitura. E quando o jornal incentivava a leitura de suas páginas ou no gabinete de leituras/biblioteca, propunha um estudo autodidata de temas considerados importantes para a formação, como era muito comum na época. Na seção “Instrução Popular”, que ora aparecia nas colunas editoriais da capa ou na sua parte interna, o *Verdade* abordou temas educativos, como regras para tribunal de júri, mitologia, astrofísica, técnicas de agricultura, espiritismo etc.

---

durante e após a Revolução Francesa (CARVALHO, 2017, p. 79-80).

E por que a República deveria incentivar a instrução pública, de acordo com o jornal *Verdade*? Porque seria por excelência o sistema político da ciência, do progresso e da razão, portanto, não poderia prescindir do conhecimento como fator de progresso, formando cidadãos aptos a participar ativamente da vida política.

Em outra edição, o jornal estampa o seguinte trecho: “[...] a instrução tem sido considerada o mais poderoso factor da prosperidade de um povo” (*Verdade*, nº. 233). Assim se reporta ao tema, comparando o Brasil com os Estados Unidos e a Argentina, referindo-se ao progresso de ambos, tendo em vista os enormes investimentos na área. Segundo a matéria do jornal, a instrução pública não era apenas um direito de todo cidadão, mas um fator de progresso e civilização de uma nação. Na mesma edição, termina com uma frase intrigante: “*Muita luz faz mal ao matuto*”. Como “matuto”, entendemos homem do povo, quer dizer que muitas informações tornariam o povo sedicioso? Soa contraditório a tudo o que o texto vinha dizendo, de democratização de acesso ao saber, mas revela a visão do jornal de que a maioria das pessoas não estava preparada para ter acesso às novas ideias. Ou seja, corrobora a visão dos redatores de que o povo era rude e inculto, como vimos em outros trechos do jornal.

### 2.4.3 A Igreja Católica e o casamento sob a República

A relação entre a Igreja Católica e a Monarquia brasileira foi de intimidade, de cumplicidade. A Igreja estava vinculada com o governo e era a fiscalizadora da opinião pública no Império (SOUTO MAIOR, 1978, p. 62). A Igreja foi toda uma máquina burocrática de funções administrativas do Estado, fazendo todos os registros civis (nascimentos, óbitos, casamentos e alistamento eleitoral). A religião estava atrelada ao poder. Mas a relação Igreja Católica e Monarquia tendeu a piorar cada vez mais após a chamada questão religiosa (1874), quando D. Pedro II mandar prender os dois bispos que não obedeceram sua determinação de aceitar os maçons nas igrejas.

Desde o período da propaganda republicana essa proximidade entre a Igreja Católica e o Estado imperial foi criticada e a liberdade de cultos foi invocada pelos republicanos. Como uma das primeiras ações do governo provisório da República, temos o decreto de separação da Igreja e Estado. No começo de 1890, o jornal *Verdade* noticia:

*No Brazil, porem, onde esta religião foi até poucos dias a religião official, imposta ás consciencias pelo governo, vimos o grande conflito entre a Egreja e o Estado, que deu em resultado serem processados e condemnados dous notaveis atletas do catholicismo – os bispos Fr.Vital e D.Antonio. (Verdade, nº. 233, de 13 de janeiro de 1890).*

O texto refere-se à separação da Igreja Católica do Estado brasileiro e do peso que teve a questão religiosa no contexto da queda do governo monarquista. Voltemos ao artigo de Silva Jardim sobre a questão religiosa, quando diz: “*A religião está decadente: Dom Pedro II, prendendo os bispos, enfraqueceu a religião e humilhou os padres*” (vide ANEXO A). Os propagandistas republicanos souberam usar os conflitos decorrentes da questão religiosa, para aprofundar o isolamento político da Monarquia.

Através de leis, o governo republicano tentou modificar os costumes e reduzir as influências da Igreja Católica. No jornal *Verdade*, nº. 225, de 15 de janeiro de 1890, as colunas editoriais na capa trazem o título “*A Igreja e o Estado*”, publicando o texto de decreto de separação oficial entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. O decreto é mostrado como uma decisão do Marechal Deodoro, na qualidade de representante da nação, que estabelece como regra para todas as autoridades, federais e estaduais que não se deveria manter qualquer religião oficial no país. Os artigos seguintes abordam a liberdade de culto e a proteção aos locais sagrados, e outro artigo extingue o regime do padroado. Estava estabelecida mais uma liberdade prometida pela República: a liberdade de culto. Mas uma coisa é a lei, outra são os costumes.

Outras leis surgiram para tolher ainda mais o poder da Igreja Católica, e foram alvos de críticas dos religiosos - como acompanhamos nas edições do jornal *Verdade*. A lei do registro civil deu aos cartórios o direito de registrar as pessoas, em detrimento dos antigos registros eclesiásticos. A lei do casamento civil instituiu o casamento profano, fora do espaço sagrado da Igreja, embora não estabelecesse o recurso do divórcio.

Ao longo do ano de 1890, o jornal *Verdade* noticia o “movimento” dos registros civis na cidade, fazendo o quantitativo de nascimentos, óbitos e casamentos. Embora esse movimento fosse pequeno a cada mês, demonstrava uma mudança dos costumes, a que a República queria associar-se, a saber, a moralização dos costumes, a organização dos padrões familiares, da propriedade, da lei e da ordem.

Sobre as mudanças de comportamento, é interessante destacar a instituição do casamento civil. Analisado de perto pelos redatores do jornal, esse casamento “profano” provocou estranhamentos entre os populares. O jornal, em sua edição nº. 234, de 25 de janeiro de 1890, traz em suas colunas editoriais da capa o título “*casamento civil*” com as seguintes afirmações:

*[...] O povo inculto, que não gosa ainda de uma instrução que lhe forneça a verdadeira compreensão dessas medidas tendentes a assegurar melhor os seus direitos, os interesses da família, é sempre explorado em sua ignorancia por espiritos refractarios à ordem e à tranquillidade publica [...].*

O jornal refere-se ao povo como “inculto” ou “ignorante”, que não consegue compreender o significado dos atos do novo governo, acreditando facilmente em boatos e mentiras sobre o casamento civil, lançados pelos opositores.

Acompanhamos o desenrolar do assunto nas próximas edições. Em um número posterior, o jornal afirma que “*o que mais preocupava o espírito do povo eram os impedimentos*” (*Verdade*, nº. 242), e nessa edição traz também alguns artigos da lei do casamento civil. O jornal explica que a lei proibia o casamento entre parentes ascendentes e descendentes, parentes sanguíneos ou por afinidade, até o segundo grau. Assim, tios não poderiam casar com sobrinhos, irmãos entre irmãos e pais com filhos (mesmo que adotivos). Foi mantida a cláusula do incesto. O casamento entre primos – que deveria ser muito comum na época - não foi objeto de proibição, para alívio dos leitores.

Na edição nº. 242, o jornal *Verdade* esclarece que com a nova lei do casamento civil algumas garantias permanecem: antes ou depois do casamento civil os noivos podem participar das cerimônia religiosas que desejassem. Além da garantia da cerimônia religiosa, a lei previa que o casamento era indissolúvel, chegando ao fim apenas com a morte de um dos cônjuges. Na opinião do jornal (*Verdade*, nº. 242), o objetivo da lei seria a manutenção dos laços familiares: “*O casamento civil vem trazer mais largas garantias aos interesses da família, estabelecendo regras para sua melhor constituição nas relações sociaes*”. Nesse contexto de padronização do casamento civil, os redatores do jornal *Verdade* seguiam a conhecida fórmula dos positivistas de convivência social, inscritas na trindade da convivência comunitária, nas palavras Família-Pátria-Humanidade (COMTE, 1899, p. 66-67). A família era o núcleo básico dessa sequência, lugar das primeiras relações, seguida pela Pátria ou lugar de exercício da cidadania e território político, seguindo pela Humanidade ou lugar da raça humana e civilizada.

Mas ao que parece, tomando as edições do jornal, o casamento religioso ainda era mais importante para o povo, e que o casamento civil despertou curiosidade e estranhamento. O jornal *Verdade*, nº. 377 relata os primeiros casamentos civis na cidade, não deixando de observar algumas mudanças de atitudes:

*Notou-se, com geral admiração, que os contraentes, compareceram perante o juiz trajados à moda caseira, principalmente a noiva que vestia o mais simples vestido de chita, e enrolava-se em um chales ordinário.*

*Perguntando os curiosos si não tinham roupa mais decente, responderam que sim; mas estava reservada para receberem o sacramento em face do altar.*

*Assim procediam porque lhes tinham aconselhado que não podiam ir à igreja com a mesma roupa de que se tinham servido no acto profano.*

*Quanta ignorância reina ainda cá pela roça!*

Infere-se pelo relato dos jornalistas que o casamento civil era visto pelo povo com desconfiança, como um ritual profano. Isto fica evidente quando os noivos não querem usar as mesmas roupas no ato civil e depois na cerimônia religiosa, por superstição. Talvez o casamento civil fosse, de início, percebido apenas como formalidade legal, que deveriam cumprir perante o Estado. E o casamento religioso era mais importante, pois representava o ato público de demonstração de compromisso perante aquela sociedade. O povo foi, mais uma vez, descrito como rude e ignorante sobre as medidas adotadas, apegando-se às antigas tradições.

#### **2.4.4 O trabalho e as regras da República**

Para além das questões Estado-Igreja Católica e a laicização dos costumes, outro tema recorrente no jornal após a proclamação republicana foi a regulamentação do trabalho livre e a repressão à vadiagem. Dentro dos princípios morais defendidos pelos redatores do jornal, a ociosidade era a origem de várias perturbações sociais e de crimes. O trabalho era a fonte das virtudes do homem. “*A ociosidade é um perigo constante, pois está cercada de todos os vícios, associada de antemão a todos os crimes*” (*Verdade*, nº. 263). Assim, a vagabundagem deveria ser tomada como um caso de polícia, a ser reprimida na sociedade por leis de regulamentação do trabalho, e por ações policiais de repressão para conferir o trabalho e a procedência de cada pessoa.

Esse discurso de valorização do trabalho estava inserido em uma sociedade pós-abolição, que abolira legalmente a escravização, mas que as práticas de violência contra os trabalhadores permaneciam. A sociedade da preguiça de uns, e do trabalho exaustivo de outros, da época escravista precisava mudar. A preocupação era mesmo com a formação de uma reserva de trabalhadores aptos a exercerem as funções manuais, antes realizadas apenas pelos escravos. Era preciso criar leis e outros mecanismos, no governo republicano, para a constituição de uma classe trabalhadora permanente:

*Uma sabia lei de locação de serviços ou estabelecimentos publicos industriaes e agricolas, especie de colonia presidio, em que sejam collocados esses individuos sem profissao definida, forçando-os ao trabalho, será uma medida que produz uma dupla vantagem: segregar do seio da sociedade esses entes que prejudicam a sua estabilidade, e operar uma regeneração pelo ensinamento do trabalho. (*Verdade*, nº. 203, dezembro de 1889).*

O texto refere-se claramente à repressão da vadiagem como caso de polícia, tornando criminosos todos aqueles sem profissão definida. A ideia era forçar ao trabalho e educar pelo trabalho em colônias penais agrícolas, separar esses indivíduos da sociedade para depois

reinseri-los através do trabalho. Em outra edição, o jornal elogia que tais medidas começam a ser adotadas pelo chefe de polícia do estado de Pernambuco: em repressão à vagabundagem, as pessoas desconhecidas e sem ofício devem se retirar dos distritos, serem presas ou assinar um “*termo de bem viver*”<sup>62</sup> (*Verdade*, nº. 260).

Nesse quadro que o jornal *Verdade* desenhou para a vadiagem, entram outros vícios, vistos como consequência imediata da ociosidade, a saber: a embriaguez, a jogatina e as rodas de samba. Os divertimentos populares não são vistos com bons olhos pelos redatores do jornal, quase sempre associados com a vagabundagem, como vício e porta para os crimes. No jornal *Verdade*, nº. 92, de abril de 1889, com o título de capa “*Embriaguez, jogatina e ociosidade*”, o jornal assim se reporta com relação a esses desregramentos: “*É um mal que todos temos diante dos olhos e por influencia delle exclusivamente tem se augmentado de modo progressivo o numero de crimes, que, afinal, é onde vão ter quantos se entregam as bebidas, ao jogo e á ociosidade*”.

A repressão a esses males era um caso de polícia que não deveria ficar impune, segundo o jornal. Conforme percebido ao longo de suas edições, as rodas de samba parecem ter sido costumeiras na cidade de Areia, apesar da repressão. Na visão do jornal, a criminalidade estaria diretamente associada à vadiagem e aos vícios como a bebida e a jogatina. Apenas o trabalho como ocupação virtuosa deveria ser a regra para a nova sociedade republicana, com a moralização dos costumes.

#### 2.4.5 Os imigrantes e a República

Como proposta de renovar a sociedade brasileira e os costumes, a questão de integração dos imigrantes estrangeiros<sup>63</sup> veio à tona mesmo antes da proclamação da República. A palavra “regeneração” ficou muito em voga nos escritos do jornal *Verdade* para referir-se aos problemas e conflitos sociais, e a necessidade de “corrigir” os costumes. Inicialmente, podemos pensar que tal termo referia-se apenas à moralização dos costumes, mas na verdade iria muito além disso. Quando falam em “regeneração” referem-se também às questões raciais no Brasil e à

<sup>62</sup> Pelas informações contidas nas edições do jornal *Verdade*, supomos que esse “*termo de bem viver*” seria assinado por alguém sem trabalho, comprometendo-se a conseguir atividade laboral e informando residência fixa.

<sup>63</sup> Segundo Iglésias (1997, p. 223), os grupos de colonização de imigrantes começam no Brasil no início do século XIX e tinham como principais objetivos o povoamento do território brasileiro e a dignificação do trabalho manual, tendo em vista que a sociedade brasileira em seus costumes seculares escravistas via o trabalho manual como degradante. A partir da década de 1870, da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) e da campanha abolicionista, a imigração europeia cresce exponencialmente no Brasil.

crença de que todos os nossos problemas e atrasos eram resultantes da miscigenação racial e da inaptidão para o trabalho.

O Sr. Joseph Arthur Gobineau (1816-1882), teórico francês do corpo diplomático que veio representar seu país no Brasil (1869-1870), havia escrito o livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), sendo um dos principais responsáveis pela propagação da ideia da degeneração da raça brasileira<sup>64</sup>. Todo o atraso social brasileiro seria resultado, segundo ele, da miscigenação.

E qual seria a solução para esse problema, de acordo com esse darwinismo social? Uma das saídas, segundo Gobineau, seria incentivar a imigração europeia. Seguindo essa tendência, os redatores do jornal *Verdade* defendiam que a integração dos imigrantes estrangeiros traria muitos benefícios sociais ao incorporar mudanças de costumes no Brasil. Em Areia havia uma pequena comunidade de italianos, noticiada no jornal, tais como Giuzepe Perazzo, que ajudou no movimento do abolicionismo, ou Francisco Antônio Casulo que foi um conhecido escravista resistente.

A ideia de naturalizar todos os estrangeiros no Brasil já havia no Império. Mas foi com a proclamação da República que veio o “decreto da grande nacionalização”, que deu aos estrangeiros o direito de escolher pela nacionalidade brasileira e suas garantias. Após esse decreto, os estrangeiros deveriam fazer uma declaração por escrito nos municípios, se aceitavam ou não ser brasileiros, conforme noticiou o jornal.

No dia 21 de dezembro de 1889, pouco tempo após a República, o jornal anuncia: “*Todos os estrangeiros residentes no Brazil, na data da proclamação da Republica, são considerados cidadãos brasileiros, salvo recusa*” (*Verdade*, nº. 207). O jornal informava que a intenção do governo era integrar os estrangeiros, inclusive alistando-os como eleitores. No entanto, alguns preferiram manter a antiga nacionalidade, como foi o caso da grande maioria dos cidadãos suíços em Pernambuco (*Verdade*, nº. 270).

Os brasileiros, quando olhavam para si (século XIX), tinham vergonha do que viam, de sua constituição física e de sua cultura, pois, baseando-se em teorias externas, faziam crer que nosso atraso social era inevitável devido à miscigenação. Os redatores do jornal *Verdade* ratificaram essas ideias em seus escritos, principalmente em relação à preocupação com a inaptidão das classes populares para o trabalho manual.

---

<sup>64</sup> Nas palavras de Sousa (2013, p. 22), temos um resumo do pensamento de pensador francês sobre a degeneração da raça brasileira: Aos olhos de Gobineau, além de se mostrarem “esteticamente repugnantes”, os brasileiros carregavam defeitos ainda mais graves, como o de serem avessos ao trabalho, “evitam mover uma palha para fazer qualquer coisa de útil, até mesmo para se afogarem”, dados a vícios e, também, eram pouco férteis e fisicamente enfraquecidos, o que garantiria sua diminuição e aniquilamento em menos de dois séculos.

#### 2.4.6 As mulheres na República

Na segunda metade do século XIX surgem no Brasil publicações específicas para mulheres, que expressavam os embates em torno de seu papel social (COELHO; BAPTISTA; 2009). A primeira dessas publicações é o *Jornal das Senhoras* (1852), que tinha por objetivo questionar o tipo de tratamento dado às mulheres e valorizar seus papéis como mãe e esposa. No contexto da crescente urbanização e de transformações socioeconômicas no final do século XIX, há uma certa flexibilização no papel da mulher, mas ela mantém-se circunscrita ao espaço privado do lar: “[...] o mundo moderno atribuiu à mulher funções próprias do domínio privado, como o cuidado da casa e dos filhos, na manutenção de uma estrutura que permitiu aos homens o envolvimento com assuntos políticos e econômicos” (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 87).

O jornal *Verdade* não ficou indiferente ao tema “mulheres”. Embora esse não fosse tópico tão recorrente e presente em suas páginas, figurava sempre como uma curiosidade, como notícia pitoresca. As mulheres apareciam em notas como organizadoras da festa da padroeira de Nossa Senhora da Conceição ou em outras ações filantrópicas. Com notícias esparsas apareciam notas sobre o “*bello sexo*” ou “*sexo fragil*”. Não encontramos nenhuma capa do jornal com referências às mulheres, e todas as notícias a elas relacionadas estavam na seção Gazetilha, com pequenas notas sobre seus feitos. Em geral, os grandes feitos descritos sobre mulheres inteligentes e engenhosas eram notícias sobre outros países, na seção Gazetilha.

Dentro desse tema, surgem algumas notícias divergentes no jornal *Verdade*: as mulheres como sendo frívolas, fúteis ou fonte de desgraças; ou as mulheres sendo engenhosas, exercendo a profissão do jornalismo, como meio de pugnar por seus direitos; as primeiras mulheres eleitoras no Brasil; ou ainda, a moda feminina e os cuidados com a saúde das mulheres. Vejamos, nesse sentido, os versos:

*É p'ra nós a mulher um grande bem,  
E p'ra nós a mulher é grande mal,  
É no mundo a alegria principal  
E por ella é que o mal p'r'o mundo vem.  
(Verdade, nº. 126, 22 de junho de 1889).*

Percebe-se nesse extrato, e em outros textos, uma visão da mulher como fonte de degradação para os homens – de uma certa misoginia. Em um sentido oposto, o jornal relata a engenhosidade de mulheres que dirigem jornais, como de uma mulher em Paris que há dez anos se disfarça de homem para gerenciar um periódico sem que o marido saiba (*Verdade*, nº. 95). O jornal *Verdade* noticia também um jornal em Boston (EUA), chamado “*Ella*”, totalmente



produzido (desde a tipografia) por mulheres e para elas voltado, com um público de 15 mil assinantes (*Verdade*, nº. 200). Nas notas do jornal, pudemos observar o periodismo das mulheres como lugar de expressão e de luta por direitos.

Na edição nº. 378, de 21 de outubro de 1890 do jornal *Verdade*, a seção Gazetilha traz uma nota sob o título “*Efeito do espartilho*”, em que o jornal evoca a autoridade do discurso médico para desaconselhar o uso do espartilho: “[...] *De 100 raparigas que usam espartilho, 25 morrem de doença de peito, 15 em consequencia do primeiro parto, 20 tornam-se anemicas e 25 contraem molestias do figado e do estomago.*” E ao final questiona até que ponto a moda e a vaidade podem comprometer a saúde das mulheres. Nas palavras dos redatores, a despeito da pequena porcentagem que restaria sadia, nenhuma delas parecia ser menos frívola, diante da obrigação maior que seria gerar filhos saudáveis.

Com a aproximação do regime republicano, a crescente propaganda e a necessidade de engajamento popular, o jornal tenta resgatar o papel da mulher na sociedade com esse papel de “agente de filantropia” e até mesmo no aspecto político. O jornal defendeu o alistamento das mulheres, alegando que não haveria distinção entre homens e mulheres no exercício da cidadania. Na edição de 8 de outubro de 1889, *Verdade*, nº. 172, na seção Gazetilha sob o título “*Mulheres eleitores*”, o jornal defende: que a igualdade entre homens e mulheres é constitucional e, “*portanto, podem muitas senhoras requerer e serem incluídas no alistamento eleitoral, como já algumas tem conseguido e estão em seu direito*”.

Nesse sentido, as notícias de alistamento das mulheres se avolumam no jornal:

***Eleitor... feminino*** –D. Izabel de Souza Mattos obteve da academia de medicina da corte um diploma de cirurgião dentista; com o seu titulo obteve no Rio Grande do Sul o diploma de eleitor, em 1885; mudou-se este anno para a corte e para lá transferiu o seu domicilio politico. É provável que não tenha votado, porque é republicano o 1º eleitor feminino brasileiro. (*Verdade*, nº. 161, de 12 de setembro de 1889).

***Dois senhoras*** foram incluídas no alistamento eleitoral em Barbacena, segundo um telegramma inserto na Gazeta de Noticias. (*Verdade* n.º 181, 29 de outubro de 1889).

Um grupo de senhoras da melhor sociedade paraense vae fundar um Club republicano, para fazer valer desde logo os direitos do bello sexo perante as urnas. (*Verdade*, nº. 184, 5 de novembro de 1889).

***Mais uma?*** – Requereu inclusão no alistamento eleitoral na cidade do Recife, a bacharela Delmira Costa. (*Verdade*, nº. 172, 8 de outubro de 1889).

O jornal *Verdade* traz nos trechos acima as primeiras tentativas no país das mulheres em se alistar e participar das eleições. Não era algo fácil para elas, tendo em vista que enfrentaram dificuldades para serem inscritas como eleitoras e mesmo depois de alistadas, viam seu direito de votar sendo obstado. Nesse cenário, tomamos como exemplar o caso de Isabel de Souza Mattos ou Isabel Mattos Dilton, sobrenome que herdou do marido inglês, que foi

considerada pela imprensa como “a primeira eleitora do Brasil”.

A partir da leitura do extrato do jornal *Verdade* sobre Isabel Mattos, surgiu a dúvida sobre se ela teria mesmo votado. Isabel Mattos foi uma das primeiras mulheres a obter diploma como dentista<sup>65</sup>, sufragista, republicana histórica, poetisa e escreveu para jornais feministas<sup>66</sup>. As informações são de que após uma disputa judicial pelo alistamento, ela teria conseguido ser eleitora em grau de recurso<sup>67</sup> e teria votado para deputado provincial nas eleições de 1887.

As ações da sufragista bahiana Isabel Mattos foram noticiadas pela imprensa<sup>68</sup>, assim como fez o jornal *Verdade*, mas esse não foi um caminho fácil para as mulheres percorrerem. Havia a burocracia, os impedimentos legais e as consequentes brigas jurídicas. Já no período republicano (1890) ela teve seu direito ao alistamento negado pelo Ministério do Interior<sup>69</sup>, quando tentou lançar candidatura como deputada pelo estado da Bahia. Apesar dos pedidos dos propagandistas pela maior participação das mulheres na política, em 1891 a primeira assembleia constituinte republicana vetou o sufrágio feminino (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 88).

#### 2.4.7 Os “homens do povo” na República

Qual seria o lugar dos “homens do povo” na construção da República brasileira, na visão do jornal *Verdade*? Era um lugar restrito, tendo em vista que desde o final do Império a proposta era tornar eleitores todos aqueles que soubessem ler e escrever. Uma República de homens e mulheres letrados, sem vícios, dedicados ao trabalho, obedientes às leis, esse era o ideal. Mas a realidade social era de uma grande massa populacional de iletrados excluídos das decisões e da participação política e cidadã.

Em alguns trechos vimos que o jornal se referia ao povo como “ignorante” ou “rude”, sem educação formal e leitura. Houve notas sobre o movimento de Quebra Quilos<sup>70</sup>, que

<sup>65</sup> De acordo com a Lei Saraiva (BRASIL, 1881), além da renda, outro fator que daria o direito ao alistamento eleitoral era a diplomação.

<sup>66</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel\\_de\\_Mattos\\_Dillon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel_de_Mattos_Dillon). Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>67</sup> *Idem*.

<sup>68</sup> **Dentista** – *Está na Côrte a cirurgian dentista, exm<sup>a</sup> sr<sup>a</sup> d. Isabel Mattos Dillon, que vae abrir na capital do Imperio o seu gabinete de trabalho (A Verdade, n.º. 38 de 29 de novembro de 1888 – Itajubá (MG)).* Nessa mesma edição, o jornal mineiro informava que em São Paulo um grupo de mulheres escrevia uma revista semanal chamada *A Família* – com o objetivo de lutar pela emancipação feminina - na qual Isabel Mattos também constava como uma das redatoras.

<sup>69</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel\\_de\\_Mattos\\_Dillon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel_de_Mattos_Dillon). Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>70</sup> “*Isto faz nos lembrar a vergonhosa sedição – Quebra-Kilos – desta província quando os papeis, como causa de todos os males do povo, no entender daqueles pobres de espirito, victimas da ignorância, eram aqui procurados e destruidos de envolta com os padrões da Câmara Municipal, que até hoje não teve meios de comprar outros*” (*Verdade*, n.º. 163, 17 de setembro de 1889). Nas palavras de Souto Maior (1978, p. 2), o movimento do Quebra

demonstram estarem as ações do movimento na memória dos redatores, com um tom de desdém pelas ações populares. Foram vistos como rudes, “bárbaros”, incapazes de compreender as propostas do novo regime republicano. Nas notas do jornal *Verdade*, parecia que a falta de instrução tornava os populares mais suscetíveis às rebeliões.

As ideologias positivistas de lei e ordem ou as teorias republicanas elaboradas, inseridas no jornal *Verdade*, não se coadunavam com a sedição popular de Quebra Quilos, pois este movimento formado em sua maioria por agricultores iletrados, foi caracterizado por uma maior espontaneidade de ações e pautas dispersas (SOUTO MAIOR, 1978).

Ainda assim, algumas notas do jornal *Verdade*, na seção Gazetilha, mesmo que raras, trouxeram algumas notícias de “homens do povo” na cidade:

*Ha dias enferma- recebeu antehontem o sacramento a velha Apolonia, como é geralmente conhecida, que nesta cidade exercia desde longos annos a profissão de parteira. (Verdade, nº. 269, de 11 de março de 1890).*

*Falleceu e sepultou-se no cemiterio desta cidade Luis do Nascimento Pinto conhecido por Luis Papagaio. – Homem do povo, exercia ha muitos annos a profissão de almocreve, occupando-se constantemente em viajar desta para a cidade do Recife, para onde conduziu centenas de contos de réis, em confiança, por conta do commercio desta praça. Era solteiro e vivia em companhia da mãe e irmãs a quem servia de arrimo. Descanse em paz. (Verdade, nº. 63, 19 de dezembro de 1888)*

*Falleceu no dia 23, ainda bem moço, o artista José de Andrade que ha muitos annos exercia aqui a profissão de selleiro, da qual tirava subsistencia para numerosa familia que deixou na orfandade. Apesar de ser muito trabalhador e deligente morreu pobre, como geralmente succede aos que se dedicam as artes entre nós. Os bons espiritos o guiem ao seio do eterno. (Verdade, nº. 65, de 26 de dezembro de 1888).*

Quais pistas podemos seguir a partir dos extratos do jornal acima? Todas elas são notas de falecimento, que geravam comoção e mostravam um certo reconhecimento social da figura anunciada. Os três eram pessoas simples, entretanto com profissão conhecida e respeitada. Se para o jornal o ideal de pessoa era ser letrado, instruído e culto, os leitores queriam também saber notícias sobre esses homens e mulheres do povo, que constituíam a maior parcela da sociedade, e portanto o jornal atende a essa demanda.

A “velha Apolonia” era a parteira que representava uma alternativa de práticas medicinais populares na cidade de Areia, com apenas dois médicos, e que muitas vezes, na ausência destes, não tinha nenhum. As notas na seção “Canhenho” do jornal *Verdade* e as notícias sobre a perseguição aos “*curandeiros*” realizada pelo governo imperial (*Verdade*, nº.

---

Quilos foi “uma sedição pré-política” de agitação social, com objetivos políticos às vezes não muito claros: “os sediciosos ora estudados pertencem ao inframundo especial dos que não têm nem escrevem livros expondo ideias”. Ainda segundo o autor, Areia foi um dos epicentros das ações do movimento, onde os revoltosos entraram nas casas de comércio para quebrar os pesos/medidas e invadiram a Câmara Municipal onde também queimaram papéis (SOUTO MAIOR, 1978, p. 42).

132), demonstram que a cidade recorreu às práticas da medicina popular, no que o jornal foi condescendente, porque não via alternativa senão recorrer a esses expedientes populares de cura.

O almocreve Luis Papagaio, “Homem do povo”, pela nota demonstrava ter prestígio social e no comércio, pela confiança de levar e trazer somas de dinheiro entre Areia e Recife. Sua profissão era errante, de viajante, levando e trazendo novidades, em mercadorias e informações. Era ele um meio de transporte para as mercadorias na época, em uma cidade que tinha uma feira muito movimentada.

O “artista”, o seleiro José de Andrade era “trabalhador e diligente” mas morreu pobre. E o jornal comenta que, apesar da quantidade de artistas<sup>71</sup> na cidade, estes não tinham o devido reconhecimento. Em outra edição (*Verdade*, nº. 23), com o título “*preconceitos de trabalho*”, o jornal combate a cultura da indolência, da preguiça, típica de uma sociedade exploradora do trabalho escravo, onde todo trabalho manual era visto como indigno. Essa quantidade de profissões de trabalho manual e artesãos de diversos tipos tais como seleiros, pintores, ourives etc., na cidade de Areia, demonstra um crescente processo de urbanização. Por outro lado, com essa nota havia a tentativa do jornal *Verdade* de construir um discurso recorrente em defesa do trabalho manual<sup>72</sup>.

#### **2.4.8 A República é a modernidade: as descobertas e os “caminhos de ferro”**

Dentro das ideias do positivismo, o conhecimento empírico e a ciência entram para legitimar a verdade do saber. O conhecimento científico era o ideal civilizatório a ser atingido por qualquer sociedade (COMTE, 1899, p. 87). O jornal *Verdade* sempre noticiou as descobertas e inventos, ao redor do mundo. Tomamos como exemplo as notícias sobre o inventor americano Thomas Edison, inventor da lâmpada elétrica. Por suas invenções, ele foi citado em inúmeras edições do jornal. E como exemplos da modernidade e do progresso, em matérias veiculadas pelo jornal *Verdade*, destacamos as notícias sobre a Exposição Universal de Paris em 1889 e sobre a estrada de ferro Conde D’Eu na Parahyba.

---

<sup>71</sup> Os artistas eram as pessoas com profissões manuais tais como seleiros, carpinteiros, pintores, ourives etc. Pelos relatos do jornal *Verdade*, havia uma boa quantidade de artistas em Areia (49 artistas, de acordo com o Recenseamento de 1872 – IBGE, 1874), o que demonstra um bom desenvolvimento das atividades urbanas na segunda metade do século XIX.

<sup>72</sup> Com o andamento da pesquisa nas edições do jornal *Verdade*, podemos compreender que esse apelo dos redatores ao trabalho e de combate à vadiagem foi também o resultado de circunstâncias sociais agravadas pelos grandes contingentes populacionais de retirantes da seca que chegavam a Areia (1889-1890), pois que nesse contexto os conflitos sociais e o banditismo viam-se agravados. Sobre os efeitos sociais da seca: *Verdade*, nº. 111, 121 e 130, de maio de 1889.

Nas notas da seção Gazetilha, o jornal acompanhou com interesse as invenções de Edison, chamando-o de “*rei da electricidade*” ou “*grande inventor norte-americano*”. A esse respeito o jornal relata:

*Edison – É esperado em Lisboa este grande inventor norte-americano; e julgam provável que daquela cidade embarque para visitar o Brasil.*

*Sobre a vida deste grande homem extrahimos o seguinte: Aos 11 annos Edison vendia jornaes na linha ferrea de Michigan ao Canadá; de vendedor de jornaes passou a jornalista; de jornalista passou a ser telegraphista.*

*Poucos annos depois, vendia Edison a uma companhia americana por 180 contos o seu privilegio de invenção do telephone de carbone. Com a exploração da luz electrica, na America, ganhou 14 mil contos. (Verdade, nº. 174, de 12 de outubro de 1889).*

As diversas notas da seção Gazetilha do jornal *Verdade* intituladas com “*Edison*”, “*Ainda Edison*” ou “*Sempre Edison*” mostram as inúmeras invenções do norte-americano ao longo do ano de 1889, sempre demonstrando interesse pelas notícias das novidades, proporcionadas pelos conhecimentos científicos. A nota acima, além de mostrar as invenções e feitos de Edison, busca divulgar a imagem do *self made man* norte-americano, de alguém que, com seus esforços pessoais, conseguiu enriquecer na “*America*”, pelo trabalho duro de seus inventos. Seria mais um traço das ideias do liberalismo norte-americano no jornal *Verdade*, de um ideal de sociedade que desse oportunidades econômicas a todos. Os Estados Unidos foram retratados no jornal como uma terra de prosperidade econômica e oportunidades.

Outra novidade no campo das ciências em 1889 foi o evento da Exposição Universal de Paris. O jornal *Verdade* não deixou de relatar os feitos e números dessa exposição. Esse evento internacional, que se propunha a ser universal e demonstrar a grandiosidade da “*civilização europeia*”, ocorreu de maio a outubro de 1889 e foi acompanhado de perto pelo periódico areense. Foi nesse período que a torre Eiffel foi construída, com 300 metros de altura, como a construção mais alta do mundo na época e a entrada da exposição. O jornal relatou os ferimentos dos trabalhadores na construção da torre e sobre um jornal que se editava no alto da torre chamado *O Figaro da Torre Eiffel* para noticiar a exposição (*Verdade*, nº. 125).

A Exposição Universal de Paris (1889) foi noticiada no jornal *Verdade* como “*monumental exposição universal de Paris*”, destacando sua grandiosidade com a grande quantidade de visitantes. A França era o ideal de terra civilizada, da cultura, de onde vinham as ideias que influenciavam os homens letrados do Brasil. O jornal sofreu essa influência da cultura francesa, particularmente nas ideias políticas. Ademais, face às demonstrações de avanço da “*civilização europeia*”, qual era o lugar do Brasil nesse grande evento científico?

Em outra edição o jornal nos oferece uma pista nesse sentido, ao narrar um fato relacionado à participação do Brasil na exposição universal. Diz a nota da seção Gazetilha:

*Uma família – de selvagens antropófagos, compostas de 9 pessoas caçadas a tiros, achava-se a bordo de um vapor francez com destino á Exposição de Pariz! Felizmente a policia da corte tratou de impedir que se realizasse a miserável especulação de quatro entes degenerados, que procuravam desacreditar-nos no grande comicio das nações civilizadas, abrindo sobre o deshumano e immoral procedimento dos vis especuladores rigoroso inquérito. (Verdade, nº. 169, de 1 de outubro de 1889).*

O que se depreende da nota do jornal? A partir das diversas notas sobre o evento, vimos que o Brasil não teve destaque na participação da exposição, a não ser pela premiação dada a D. Pedro II e ao barão de Macahubas pelo “incitamento e desenvolvimento do ensino no Brasil” (*Verdade*, nº. 186). Em vez disso, o Brasil era visto como nação exótica, bárbara e incivilizada. Por isso, os franceses queriam levar os índios brasileiros antropófagos para expor em Paris, como “peças” antropológicas que demonstrassem o nosso atraso civilizatório. Nesse intento foram impedidos pelos policiais da Corte, para não expor um lado negativo do Brasil no exterior.

Outra ideia recorrente de progresso e modernidade, que aparecia entre as ideias republicanas no jornal *Verdade* foram as estradas de ferro, também chamadas de “*caminhos de ferro*”. Havia na província da Parahyba a estrada de ferro Conde D’Eu, que logo no início do regime republicano ainda tinha esse nome, e que depois tentaram mudar para Estrada Borborema. O jornal noticiou sobre a estrada de ferro Conde D’Eu, sobre a estação mais próxima em Mulungu<sup>73</sup>, e no final do ano após a proclamação da República, passou a pedir o prolongamento da estrada até a cidade de Areia.

Já na edição nº. 163, de 17 de setembro de 1889, o jornal *Verdade* descreve a despedida de dois ingleses chamados Dansmure e Willian Wiat, respectivamente superintendente e contador da companhia da estrada de ferro Conde D’Eu. Eles passaram alguns dias na cidade de Areia, e avaliaram a possibilidade de a estrada de ferro passar ali. Ao mesmo tempo em que o jornal agradece a educação dos estrangeiros, em doar jornais ingleses para a biblioteca do gabinete de leituras, solicitam que ambos se empenhem na ideia de trazer o trem até a cidade.

Logo após a proclamação do novo regime político, o jornal noticia que está na ordem do dia o prolongamento da estrada de ferro Conde D’Eu para o governo provisório, mas até a

---

<sup>73</sup> Nas notícias do jornal *Verdade*, a estação mais próxima a Areia era Mulungu. Segundo estudo detalhado de Soares (2018), a estrada de ferro Conde D’Eu foi construída por etapas e os terrenos desapropriados ao longo da década de 1880, em um traçado da capital até a cidade de Independência (Guarabira). Essa estação final foi concluída em 1884. Havia outro ramal para a cidade de Pilar, e as duas linhas se encontravam na estação Cobé. O jornal mostrou que havia uma proposta de prolongar a estrada para Alagoa Grande, a partir da estação de Mulungu, e depois o próximo prolongamento seria para Areia.

cidade de Alagoa Grande. Nesse sentido, se mobiliza para trazer o trem até Areia, e nas capas dos jornais *Verdade*, nº. 210, 211, 212 estampa a ideia do prolongamento da linha de trem até a cidade. Algumas edições aparecem com a ilustração de um trem a vapor.

Entre os principais argumentos para conseguirem o prolongamento da estrada de ferro, estava:

*[...] uma região como esta que conta cerca de duzentos engenhos de moer cannas, produz café de excelente qualidade, cujo cultivo já é muito desenvolvido, fumo, algodão e cereais em quantidade tal que a tem constituído o celeiro dos sertões não só deste estado como do Rio Grande do Norte, em tempos anormais, como actualmente succede. (Verdade, nº. 212, 28 de dezembro de 1889).*

Nesse argumento está contida a ideia de que a região era próspera economicamente e que com o trem viria o progresso e maior desenvolvimento econômico, o que foi um argumento muito bom, tendo em vista que a estrada de ferro foi construída para escoar a produção para o porto na capital. Segundo os levantamentos de Soares (2018), as três estações de trem próximas ao Brejo foram as mais lucrativas da estrada de ferro. Outro aspecto do extrato é a visão da região como sendo “*celeiro dos sertões*”, com o Brejo sendo um lugar de reserva alimentar para os outros pontos da Paraíba e Rio Grande do Norte, em tempos de seca.

A empreitada de construir uma estrada de ferro poderia ser cara, e então o jornal apontava uma conhecida solução:

*Portanto, o meio mais eficaz que vemos para amparar os indigentes contra os terríveis assaltos da fome, é a construção do prolongamento da nossa estrada de ferro, em cujos trabalhos ordenará o governo sejam collocados esses centenares de braços sem occupação. (Verdade, nº. 211, 27 de dezembro de 1889).*

No trecho acima, o jornal *Verdade* propõe a já conhecida fórmula de trabalho dos “socorros públicos”, desde a grande seca de 1877 e em períodos posteriores (1889), de ajuda aos retirantes pelo trabalho, como meio de viabilizar os trabalhos de prolongamento da estrada, com menos custo para o governo e com a redução dos “desocupados”. O jornal já havia noticiado as ações da comissão de “Socorros Publicos” em Areia, descrevendo os grupos encarregados e as tarefas realizadas, a exemplo do calçamento da Praça 03 de Maio (antiga Praça do Consumo) e da construção da estrada da Onça.

A proposta de trazer os “caminhos de ferro”, o trem para Areia, era para trazer um símbolo do progresso e da modernidade à época e de fazer reconhecer a importância econômica e política da cidade. Mais uma vez as questões sociais são postas de lado, o jornal defende o liberalismo econômico, quando afirma: “*A todo individuo assiste o rigoroso dever de contribuir com a sua quota de acção em beneficio da comunhão social*” (*Verdade*, nº. 210). Com essas

palavras, começa essa edição defendendo o prolongamento da via férrea. O progresso e o desenvolvimento social faziam-se pela suposta ação individual, e nesse sentido o jornal dava sua parcela e pedia aos conterrâneos que lutassem pela chegada do trem.

Como vimos, o progresso ficou circunscrito ao ideal de progresso econômico, da livre iniciativa dos cidadãos, inscrito nas ideias do liberalismo norte-americano. Esse ideal também influenciou no aspecto político ao centrar no individualismo como forma de ação. Nesse contexto, as grandes questões sociais do Brasil não foram aprofundadas pelo jornal *Verdade*: o destino dos ex-escravos, a desigualdade social e os direitos de cidadania que deveriam ser concedidos pela República.

## 2.5 A FAMÍLIA IMPERIAL COMO ALVO FAVORITO DAS CRÍTICAS

Um outro tema recorrente nas críticas do jornal *Verdade* foi a família imperial, vista como fonte de privilégios, de distribuição de favores e de gastos desnecessários. Analisemos agora como os propagandistas republicanos e os redatores do jornal *Verdade* construíram uma imagem negativa dos membros da família imperial, como parte da estratégia de propaganda republicana.

O imperador D. Pedro II foi a personagem central desse enredo<sup>74</sup>. Sua imagem patriarcal estampava os selos de impostos de compra e venda, das transações nos negócios no período imperial. Ao longo do tempo, os monarquistas buscaram construir uma imagem dele como o “pai da nação”, de “homem sábio e instruído” e responsável pela estabilidade política e social no Brasil após o período conturbado da Regência (CARVALHO, 2008, p. 28). Era inegável que apesar da timidez e de seus atos comedidos, o imperador gozava de grande popularidade, particularmente entre a população do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1987, p. 29). Esses fatos não passaram despercebidos pelos redatores do jornal *Verdade* que, devido à popularidade do velho monarca, fizeram, na maioria das vezes, uma crítica comedida.

Os propagandistas republicanos buscaram desconstruir a imagem do sábio e “pai da nação”, desse paternalismo monárquico. O jornal *Verdade* limitou-se a noticiar sobre o imperador e sua família, sem emitir maiores opiniões ou críticas sobre ambos, apenas falando em alguns casos sobre os supostos gastos excessivos da família imperial. O jornal deixou para

---

<sup>74</sup> Apesar de a propaganda republicana centrar fogo no imperador devemos lembrar que na época o Conselho de Estado, formado por 10 conselheiros escolhidos por ele, tinha poderes administrativos e decisórios que chancelavam a ação do Executivo, em meio às sucessivas mudanças de gabinetes dos dois partidos (Liberal e Conservador). No final de seu governo, o imperador D. Pedro II não demonstrava interesse pelo poder e procurava cada vez mais distrair-se com seus estudos e livros (CARVALHO, 2008).



os escritos extraídos de outros as críticas mais pesadas contra o imperador, talvez por temer uma repressão legal por parte dos agentes do governo.

Voltemos ao texto “*A Republica no Brazil*”, famoso opúsculo da propaganda republicana de Silva Jardim publicado pelo jornal *Verdade*. Nele, o jornalista radical faz críticas incisivas ao imperador: “*O imperador que o Brazil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam. Governou muito tempo, quase 50 annos, sem que ninguém o atrapalhasse, e o facto é que nada fez: a nação ahi está muito mal*” (ANEXO A). Desse enunciado, subentendemos que, apesar da popularidade, o imperador poderia ter feito muito mais pelo Brasil, pois suas decisões não enfrentavam oposição.

A imagem que se construiu do imperador, pelos propagandistas, era de que suas decisões eram fruto de seu capricho e desejos pessoais. Nesse sentido, Silva Jardim continua no opúsculo: “*pouco caso fazia das leis, e governava a sua vontade*” (ANEXO A). Esse é um dos pontos criticados pelo autor, quando diz que o imperador era inviolável, não sendo responsabilizado por suas ações.

O propagandista continua e as críticas ao imperador se avolumam no sentido de desmontar a imagem de grande estadista: “*fez com que as republicas da Prata [...] ficassem tendo ódio de nós*”, “*metteu-nos numa guerra desastrosa com o Paraguay*”, “*não tinha capacidade politica*”, “*agora consta que está caduco*” ou “*o imperador nunca foi um sábio*” (ANEXO A). A partir das sentenças, percebe-se que Silva Jardim pretendia demonstrar a incapacidade do imperador em governar, seja por não ter habilidade política de negociar com os vizinhos da América do Sul, seja por não ter mais boa saúde ou por não ter habilidade no jogo político. Mas a maior crítica e o ponto central foi desfazer a imagem de “sábio” que se atribuía ao imperador, e que ele gozava no Brasil e no exterior.

Ao longo de mais de cinquenta anos de poder, o Imperador conseguiu construir uma imagem de sábio, intelectual e polímata (CARVALHO, 2008). Ao final de seu governo foi visto como um homem que se interessou mais pelas ciências e as artes, do que pelos meandros do poder. Além de ser poliglota, dedicou-se a manter contato com cientistas e pesquisadores de seu tempo, tendo viajado para os Estados Unidos, entrando em contato com o inventor do telefone Graham Bell, na exposição universal de 1876 da Filadélfia<sup>75</sup>.

Em viagem ao Egito na década de 1870, o monarca registrou em fotografias as viagens ao Egito e norte da África, numa coleção que ficou conhecida como a maior do século XIX

---

<sup>75</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_II\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_II_do_Brasil). Acesso em: 22 de abril 2021.

pertencente a um governante<sup>76</sup>. De modo que apesar da tentativa de desconstrução dos republicanos da imagem de D. Pedro II, ele foi um homem culto e gozava de popularidade, tendo entre seus feitos a importante realização de ordenar o reflorestamento da floresta da Tijuca que forneceu água potável aos moradores do Rio de Janeiro.

O jornal *Verdade*, mesmo defendendo as ideias republicanas, viu-se na obrigação de informar sobre o imperador, a pedido dos seus leitores. Assim, o jornal noticiou a vida do imperador e da família real, os gastos da Corte, a viagem para o exílio etc. Foi notícia também (*Verdade*, nº. 151, 165 e outras edições) o atentado contra a vida do imperador feito pelo português Adriano Augusto do Valle em 15 de julho de 1889. Ele estava embriagado e desferiu um tiro contra a carruagem do monarca na saída do teatro. Ele teria dado gritos enaltecendo a República ao fazê-lo, mas o tiro não atingiu Pedro II. O jornal acompanhou o caso, quando ficou concluído que o português agiu sozinho, sem a ajuda de outros republicanos. O fato poderia ganhar repercussão, e por isso o imperador não quis processar o português.

Na edição, pouco tempo após o novo regime republicano, o jornal *Verdade* resume na seção Gazetilha, o legado do imperador:

*O Segundo Reinado- D.Pedro de Alcantara reinou desde 23 de Julho de 1840 até 15 de Novembro ultimo, isto é, 49 annos, 3 mezes e 22 dias, sem levar em conta o periodo de 9 annos, 3 mezes e 16 dias de regencia durante sua menoridade. No seu reinado teve 36 ministerios com 345 ministerios. (Verdade, nº. 219, de 8 de janeiro de 1890).*

Fazendo um balanço do período, o jornal chama a atenção para o tempo de governo de D. Pedro II, muito longo, somando quase sessenta anos no total, e ao mesmo tempo marcado por uma grande rotatividade de ministérios, que poderiam ficar no governo pouco mais de um ano. Essa sucessão de ministros demonstra a ineficiência da política imperial da formação de governo de gabinete, aliada à interferência pessoal do imperador.

Ao longo de inúmeras edições do início de 1890, o jornal *Verdade* interessou-se por noticiar sobre a família imperial, sobre o estado de saúde do ex-imperador, agora chamado de “D. Pedro de Alcantara”, sobre o banimento da família imperial, sobre a viagem de exílio até a Europa e as notícias sobre as condições de vida na França, como a seguinte nota sobre a viagem da família imperial para o exílio:

*A familia ex imperial até a ultima hora foi bastante onerosa ao Brasil. É assim que para leval-a do Rio de Janeiro a Lisboa, a Companhia Brasileira de Navegação a Vapor apresentou, segundo consta a um jornal, ao governo provisório uma conta de 160:000\$ pela viagem redonda do paquete Alagoas. (Verdade, nº. 235, de 27 de janeiro de 1890).*

---

<sup>76</sup> A coleção de fotografias chamada “Coleção D. Thereza Cristina Maria” tinha mais de 23 mil fotografias e foi doada pelo imperador à Biblioteca Nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2007).

O jornal acompanhou de perto, como os principais jornais do país, a viagem da família imperial para o exílio a bordo do paquete *Alagoas*. Outras edições comentam sobre o decreto de banimento do imperador pelo governo provisório (*Verdade*, nº. 217), ou a crise nervosa que sofreu o príncipe Pedro Augusto de Saxe durante a viagem (*Verdade*, nº. 234). O regime republicano, entre suas primeiras ações, decretou o banimento da família imperial e de outros membros do antigo governo imperial (a exemplo do Visconde de Ouro Preto) e o fim de qualquer pensão para os membros da família imperial. Estes não deveriam voltar ao território nacional; e se o fizessem deveriam ser presos imediatamente. A família imperial não poderia ter bens no Brasil e os que tivesse deveria liquidá-los em dois anos (*Verdade*, nº. 217).

Essas medidas do governo republicano e as notícias do jornal sobre o ex-imperador e sua família traziam o medo da volta da monarquia e uma possível movimento popular de restauração monárquica no Brasil. A marinha brasileira foi particularmente simpática a esse movimento monarquista e também a população negra de ex- libertos na cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1987). Mas o banimento da família imperial foi uma saída política conciliatória, para evitar convulsões sociais, assim como já previam os propagandistas como Silva Jardim em seus escritos (vide ANEXO A, sobre o Conde D’Eu). No jornal o conde D’Eu aparece como o único da família imperial a pensar na reação, ao propor que tropas do exército em Mato Grosso se colocassem contra o novo governo republicano.

Continuando a noticiar a situação da família imperial, o jornal relatava a situação de penúria econômica em que se encontravam, o leilão do espólio imperial e as propostas de ajuda econômica do governo republicano - que foram sempre negadas pelo ex-imperador.

Sobre a saúde do ex-imperador, o jornal noticia o seguinte:

*D. Pedro de Alcantara – Telegramma de Paris, no dia 5, diz o seguinte: D. Pedro de Alcantara piorou consideravelmente, e acha-se em estado comatoso. Já recebeu todos os sacramentos. O Dr. Charcot, que foi chamado a Cannes, verificou uma grande fraqueza no doente, mas diz não haver mais perigo imediato. (Verdade, nº. 297, de 15 de abril de 1890).*

Com a morte iminente de D. Pedro, colocava-se outra questão para a possível continuidade do movimento restaurador da monarquia: a sucessão do trono. Nesse ponto, os propagandistas da República souberam muito bem explorar, ao dizer que não havia um monarca preparado, como argumentou Silva Jardim (ANEXO A).

Emergem então outros dois personagens centrais para esse enredo familiar e histórico: a princesa Isabel e o conde D’Eu. Assim como a figura séria do velho imperador, o casal seria um sustentáculo para a continuidade da Monarquia. Veremos como os propagandistas e o jornal

buscaram construir uma imagem negativa de ambos, para desfazer qualquer possibilidade de um terceiro reinado.

Sobre ela, em sua propaganda republicana, Silva Jardim assim se refere: “*Todos concordam que essa senhora não tem jeito para governar. Já o facto de ser mulher dificulta-lhe muito os negocios [...] Não tem instrucção nenhuma, gosta muito de festas, e é muito beata [...] quem havia de governar seria seu marido*”. (ANEXO A).

Na imagem construída, Isabel era uma mulher frívola, festeira, sem pulso, sem instrução, que seria controlada pelo marido, e que ainda trazia a pecha de “carola”, sendo ligada aos interesses conservadores da Igreja Católica. Ela, que se correspondia com o Papa Leão XIII, e que dele recebeu a comenda da *Rosa de Ouro* em maio de 1888 pelo ato de “libertação” dos escravos no Brasil (APOLOGISTAS CATÓLICOS, 2016).

Em homenagem à princesa Isabel foi promovido um culto de sua personalidade, encabeçado pelo jovem deputado José do Patrocínio, que comandava também a Guarda Negra (FERNANDES, 2008, p. 123-124). Foi então denominada de “*A redentora*”, e buscou-se associar a imagem da princesa como a principal articuladora política para a libertação dos escravos no Brasil, buscando dar popularidade entre os ex-escravos. Na verdade, era uma forma de dar sustentação política à sua figura, inclusive com ações violentas promovidas pela Guarda Negra, que agia em defesa da Monarquia e contra as atividades políticas dos republicanos (comícios e palestras).

Mas além da pecha de ser beata, o pior argumento que os propagandistas usaram era de que se ela se tornasse a imperatriz do Brasil, quem haveria de governar seria seu marido que era estrangeiro.

Em seu opúsculo republicano *A Republica no Brazil*, Silva Jardim descreve assim o príncipe consorte:

*É um homem feio, surdo, muito atroado, veste-se mal, fala errado, muito grosseiro, muito carola e muito aristocrata [...] É muito sovina; é público que alugou cortiços a gente pobre [...] Depois do dinheiro a coisa que o Conde D’Eu mais gosta é da guerra [...] Se elle governar, teremos guerra logo [...] Felizmente, no Brazil não há quem goste desse homem [...].* (ANEXO A).

O texto constrói a imagem do conde como o estrangeiro sem escrúpulos que tenta enriquecer a todo custo, que poderia colocar o Brasil em uma guerra, e que não dispõe de simpatia popular. Em outras edições, o jornal também faz referência a esse apelido popular que recebeu, quando o nomearam de “*conde dos cortiços*”, para se referir aos negócios escusos que supostamente operava na capital. No caso do conde, a imagem negativa reforça a ideia de um estrangeiro sem escrúpulos, grosso e belicoso, como futuro imperador do Brasil.

## 2.6 O ESPIRITISMO E A DEMOCRACIA CRISTÃ

A partir dos extratos de outros jornais e dos escritos da redação do jornal *Verdade*, vimos que este periódico é um amálgama de diversas opiniões e correntes de pensamento, algumas delas bastante divergentes. Destacamos três ideias básicas do jornal: positivismo, liberalismo e espiritismo. Se positivismo e liberalismo poderiam convergir em muitos pontos, em outros havia conflitos, tendo em vista que o positivismo primava por uma ordem conservadora e o liberalismo pela liberdade individual de ação. Mesmo que os redatores e editor-chefe seguissem um positivismo difuso, como puderam conciliar o cientificismo e o evolucionismo, com as ideias do espiritismo?

Em todas as edições do primeiro ano do jornal (1888) não vimos nenhuma referência ao espiritismo como matéria de capa, mas abordaram a liberdade religiosa e uma capa de título “*Fanatismo*” referia-se aos excessos dos católicos, ao propor a expulsão da cidade do pastor presbiteriano. Mas parece que no primeiro ano do jornal, o tema “espiritismo” ficou em segundo plano, um tanto por causa da luta abolicionista e depois republicana, mas também talvez por medo de publicar um assunto polêmico e desconhecido para seus leitores.

Curiosamente, a primeira capa que aborda o tema do espiritismo aparece no jornal *Verdade*, nº. 104, em abril de 1889, com a manchete “*Positivismo e Espiritismo*”. Como conciliar dois temas tão conflitantes? Se o positivismo foi a base ideológica da maior parte dos escritos e extratos do jornal, como conciliar com uma religião, tendo em vista que para o pensamento positivista o pensamento religioso fazia parte do primeiro estágio de evolução (estado teológico) e deveria ser superado pela ideologia positiva para chegar ao terceiro estado (estado positivo). Para solucionar esse dilema, os redatores apontavam uma solução:

*Os Espiritas, armados com o facho da experiencia e da observação, munidos pela sciencia moderníssima, transpõem os marcos fincados pelos positivistas, e, de mãos dadas com os pilotos da barca do progresso, navegam em pleno mar da eternidade de accordo com as leis que regem a criação, bradando aos retardatários: Avante! Caminhei conosco para o seio do Eterno; somente lá encontraremos a verdade. (Verdade, nº. 104, de 30 de abril de 1889).*

Ainda na mesma edição (*Verdade*, nº. 104), referindo-se às teorias positivistas, os redatores comentam que estas buscam as leis fixas que regem a natureza e os fenômenos físicos, mas que essas teorias não conseguem explicar a tudo. Como se percebe no extrato acima, para os redatores, o espiritismo iria além do materialismo proposto pelos positivistas e, mesmo que utilizassem do conhecimento prático das ciências, buscariam na evolução espiritual e no pós-vida a explicação para os mistérios da vida atual.

O fato é que o espiritismo é visto por seus próprios praticantes (editor-chefe do jornal) como uma religião que deveria incentivar os estudos e a aproximação com as ciências. Isso foi dito também por Allan Kardec. Seria uma evolução espiritual através do cultivo do saber. Em nota, na seção Gazetilha, o jornal convida os leitores e o público da cidade para ler as obras de referência: “*As Obras de Allan Kardec, sobre o Espiritismo encontram-se no Gabinete de Leitura desta cidade, à disposição do publico*” (*Verdade*, nº. 107, de 09 de maio de 1889).

Para a maioria da população, os espíritas eram vistos como “*loucos*” ou “*possessos*”, além do receio de se apresentarem como espíritas em público porque poderiam ser excomungados. É isso que noticia o jornal *Verdade*, nº. 133, com a capa “*Spiritismo*”, em uma nota da *União Spirita do Brasil*<sup>77</sup>, que aborda a forma como os jornais da Corte tratavam os espíritas à época. Certamente não era diferente na pequena Areia. Como já vimos, o catolicismo era muito forte e esteve a ponto de expulsar o pastor evangélico. Os espíritas do jornal, no caso, o editor-chefe Manuel da Silva e muitos de seus familiares, lutavam pela liberdade de culto prometida pela República.

Nos anos seguintes (1889-1890), o jornal passou a publicar nas colunas da Instrução Popular o tema *Noções Elementares de Espiritismo*, por Allan Kardec (1862). Foram bem mais de 50 edições do jornal com essa seção! De todas as séries de temas abordados, essa foi a maior que vimos nesta pesquisa. Não por acaso, esse tema aparece na seção “Instrução Popular”, pois os redatores queriam formar uma opinião pública favorável concernente ao espiritismo, ao mesmo tempo em que instruíam as pessoas sobre o assunto. Era nessa seção que entravam outros tópicos de formação geral, tais como mitologia, agricultura e ciências naturais (astronomia).

Durante esses dois anos, a coluna sobre a doutrina espírita alternou entre a capa (a maioria das vezes) ou a parte interna do jornal. Conforme a República foi implementada e outros temas sociais e políticos de maior urgência surgiam, ocupavam as capas do jornal e a seção voltava para a parte interna. Essa coluna era constituída de recortes de diversos livros ou revistas: *Livro dos Médiuns*, *Livro dos Espíritos* ou da *Revista Espírita de Paris*, todos escritos sob inspiração de Allan Kardec. Nessa coluna, foram abordados temas como o desenvolvimento do espiritismo nos Estados Unidos, a mediunidade, a reencarnação e a vida após a morte etc.

---

<sup>77</sup> A União Spirita do Brasil foi uma associação literária que recebeu donativos do jornal *Verdade* com o objetivo de publicar obras espíritas (*Verdade*, nº. 234).

Dessa série das ideias de Allan Kardec, publicadas no jornal, buscamos entender qual o conceito de “espiritismo” e quais as ideias dos espíritas para a sociedade. Sobre o conceito precípua do que é espiritismo, vejamos:

*O Spiritismo também tem seus aprendizes; e quem quer esclarecer-se, não deve ir colher ensinamentos em uma só fonte, porque só pelo exame e a comparação que se pode firmar um juízo. (Verdade, nº. 143, 1 de agosto de 1889).*

*O Spiritismo é a ciência que nos faz conhecer essa lei, como a mecânica nos ensina o movimento, a óptica as da luz. (Verdade, nº. 155, 29 de agosto de 1889).*

A partir dos extratos do jornal, na coluna “Instrução Popular”, e baseando-se nos escritos *Noções Elementares de Spiritismo*, de Allan Kardec (1862), podemos inferir que o espiritismo, segundo seus seguidores, era uma religião de estudos, em que as teorias eram comprovadas com experimentos e que os escritos eram baseados em anos de experiências. Ainda na primeira frase, percebe-se a necessidade de construir um conhecimento não sectário, que não seja fechado, mas aberto para várias possibilidades. O segundo enunciado refere-se ao espiritismo como a ciência que estuda as leis que regem as relações entre o mundo visível e o invisível, ou seja, está acima das leis que regem as relações materiais da Terra.

Em outro trecho, ao referir-se à questão da reencarnação, ainda nessa mesma série dos escritos de Allan Kardec, chama-nos atenção a forma como se aborda o tema, dentro das doutrinas espíritas à época:

*Um chinês, por exemplo, que progrediu suficientemente, e não encarnará mais em sua raça um meio correspondente ao grau que elle atingiu, se encarnará entre povo mais adiantado.*

[...] “o povo degenerará e acabará por extinguir-se

[...] “Há raças rebeldes ao progresso? A raça negra é susceptível de subir ao nível das raças europeias? A escravidão é útil ao progresso das raças inferiores? – Como se pode operar a transformação da humanidade? (Verdade, nº. 277, 20 março de 1890, seção Instrução Popular).

Os enxertos acima evidenciam uma visão sobre a reencarnação atrelada ao darwinismo social, ideia para justificar o pensamento colonialista europeu, de superioridade frente a outros povos no século XIX. Com base no texto de Kardec, a ideia era de que, pela reencarnação e a evolução espiritual, os “povos bárbaros e sem civilização” poderiam alcançar o progresso ao reencarnarem entre povos mais adiantados na escala evolutiva.

Os integrantes do jornal *Verdade*, dentro da lógica de associar-se para defender interesses comuns, estavam ligados à *União Spirita do Brazil*. Em diversas edições traziam as cartas circulares e convocações para reuniões e chamados da associação. Também replicavam as notícias e estudos do principal jornal espírita no Rio de Janeiro, o *Reformador*. O jornal *Verdade* incentivava seus leitores a também assinarem esse jornal espírita. Era uma forma de

defender-se dos ataques e manter-se informados sobre o que acontecia na capital do país e no mundo.

O que representaram as ideias espíritas dentro desse contexto de implantação da República? Apesar das diferenças com as outras ideologias (positivismo e liberalismo), as ideias espíritas defendiam o cientificismo e o evolucionismo social. De acordo com os escritos do jornal *Verdade*, dentro de uma proposta de democracia cristã, o espiritismo seria a evolução natural do catolicismo. No mais, as ideias espíritas de incentivo ao estudo e conhecimento científico estão atreladas à proposta de instrução e progresso dos propagandistas republicanos. Também a bandeira da liberdade religiosa - outra reivindicação dos propagandistas republicanos - abria os caminhos para o estabelecimento dos grupos espíritas.

E os nossos “personagens históricos” do primeiro capítulo, por onde andavam esse tempo todo? No segundo capítulo demos espaço apenas para as ideias deles. Esperamos que isso não tenha soado tão impessoal, mas precisávamos analisar de fato as principais ideias do jornal, associadas à propaganda republicana e ao ideal de sociedade que defendiam. Pretendemos fazer entender como as formações discursivas se constituíram, nesse amálgama de ideias diversas, forjando as identidades das pessoas, com base nas ideologias.

No início do regime republicano, no final do ano de 1889, o amigo e colaborador do jornal *Verdade*, Coelho Lisboa, foi nomeado pelo governo provisório como chefe de polícia da Parahyba do Norte, como um reconhecimento por seus serviços à propaganda republicana. Tão logo tomou função, ele pede a Manuel da Silva que assuma o cargo de delegado em Areia. Apesar de uma rejeição inicial à ideia, este acata a proposta como uma medida que poderia ajudar a causa republicana a se estabelecer.

Após restabelecer-se de uma crise de sangramentos, Manuel da Silva atuou como delegado em Areia de janeiro a março de 1890. Através das edições do jornal *Verdade*, buscamos entender quais as principais ações dele à frente do cargo. Entre elas, estavam a manutenção da lei e da ordem, repressão à vagabundagem e manutenção dos “bons costumes” na cidade<sup>78</sup>.

A ideia principal era de que sob o domínio da República, a lei e a ordem deveriam imperar na sociedade, fazendo-se sentir uma mudança de hábitos. Conforme relata o jornal em relação à repressão ao vício e à apreensão pela polícia de uma mesa de jogos: “[...] a Republica ha de fazer respeitar as leis, como uma medida em proveito de todos” (*Verdade*, nº. 226). Foi

---

<sup>78</sup> Entre essas medidas “moralizadoras” estavam a proibição de entrada de feirantes montados em cavalos carregados, em dias de feira, dentro do espaço urbano, para evitar acidentes com os transeuntes (*Verdade*, nº. 223); e a proibição de homens entrarem na cidade com as camisas por fora das calças (*Verdade*, nº. 300).



uma preocupação constante de Manuel da Silva manter a lei e a ordem, sob os domínios do novo governo republicano, o que se demonstra pelas muitas cartas circulares publicadas no jornal para os inspetores de quarteirão.

A cidade de Areia foi dividida em nove quarteirões ou distritos policiais, cada um deles sob a responsabilidade de um inspetor de quarteirão (*Verdade*, nº. 220). Eram cidadãos bem “conceituados” e residentes na circunscrição em que atuavam. Nas portas das casas dos inspetores constavam placas com a inscrição de sua função pública. Os inspetores de quarteirão eram os “olhos” do delegado e subdelegado, e deveriam fazer cumprir a lei e as circulares.

Assim, em nível local, as promessas iniciais da propaganda republicana de maior liberdade, de progresso e democracia ficaram resumidas à instalação de um regime da lei e da ordem, da moralização dos costumes, na repressão da vagabundagem, dos jogos e dos vícios como a embriaguez. Nesses moldes, foi um regime conservador, buscando estabelecer-se pelo discurso moralizador do trabalho, mas sem abrir perspectivas para as conquistas sociais ou as participações dos novos cidadãos.

Vimos até agora as formações discursivas que serviram de base para a propaganda republicana no jornal *Verdade*, as críticas à Monarquia, os principais argumentos dos propagandistas; e as ideias para construir um modelo ideal de sociedade no novo regime político da República. Veremos no próximo capítulo as primeiras ações do governo provisório da República, como a notícia chega à cidade de Areia, a questão da instrução pública, as primeiras desilusões políticas, os impactos do jornal na cidade e a diferença entre o sonho e a realidade republicana.

---

**3**

---

## **A REPÚBLICA DAS LETRAS: A INSTRUÇÃO PÚBLICA E OUTRAS REPERCUSSÕES DO JORNAL *VERDADE***

*“A ignorancia é o maior dos males e fonte immediata de todos os vicios, desgraças e calamidades”.*

(Das colunas editoriais do jornal *Verdade*, nº. 95, de 9 de abril de 1889, extrato de autor desconhecido).

### 3.1 O AMBIENTE DA CIDADE

Subindo as encostas da serra da Borborema, no promontório, temos o pequeno núcleo urbano que foi declarado vila em 1817 (ALMEIDA, 1957, p. 20), sendo a segunda da Parahyba do Norte, após a capital. A cidade de Areia desenvolveu-se através da agricultura e também como entreposto comercial, lugar de passagem de viajantes, com um pequeno agrupamento de casas de palha<sup>79</sup> na chamada “Rua do Grude” (ALMEIDA, 1957, p. 12), com alguns casarões.

No século XIX, a cidade foi testemunha de várias batalhas dos liberais, tais como as últimas batalhas da Revolução Praieira (1817), embates da Confederação do Equador (1824) e as ações dos populares na revolta de Quebra Quilos (1874), que, como era de costume, queimaram papéis, ameaçaram destruir o teatro e quebraram os pesos e medidas da Câmara Municipal (ALMEIDA, 1957). O jornal reclamou que, depois de muito tempo, a Câmara não tinha ainda condições de repor esses padrões de pesos e medidas.

---

<sup>79</sup> “*Areia, acompanhando as simeosidades da montanha, são alinhadas e offerecem bellas quadras por cauza das praças e largos em diferentes pontos. A maior parte das casas são terreas, havendo 16 sobrados e entre estes alguns de bello aspecto*”. Descrição do núcleo urbano de Areia em 1881, feita pelo professor Joaquim da Silva (apud GAUDÊNCIO, 2007, p. 293). Na segunda metade do século XIX, mesmo existindo na maioria casebres de palha, havia alguns poucos casarões de pessoas que enriqueceram com o comércio e as atividades agrícolas.

**Figura 1 – Mapa do núcleo urbano de Areia em 1847, no alto da serra.**



**Fonte:** Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) (MORAES, 2008, p. 13).

A cidade se estendia da Rua do Sertão (da esquerda para a direita no mapa), passando pela Rua Pedro Américo (antiga Rua Direita no mapa), seguindo pela igreja matriz católica, o beco do Jorge e a Praça do Consumo, seguindo pela Rua do Rosário (no meio do mapa), lugar onde ficava a Igreja do Rosário dos Pretos e prédio de primeiro andar onde ficava a cadeia no subsolo e a Câmara Municipal no primeiro andar. Seguindo em frente, depois do paço municipal e da Igreja do Rosário, havia uma enorme gameleira no meio da rua, reverenciada pelos moradores em meio a muitas lendas<sup>80</sup>.

Foi na Rua do Rosário, nº. 5, o primeiro escritório da redação do jornal *Verdade* (na tipografia do *Areiense*), depois mudaram-se para a Rua Direita, em frente ao beco do teatro, isso quando adquiriram a tipografia do jornal *Areiense* (a partir do jornal *Verdade*, nº. 30, em 25 de agosto de 1888). Como não havia numeração nas casas, afixaram uma placa com o nome “*typografia*”.

Seguindo mais adiante, após a Câmara Municipal, o caminho chega a um lugar onde eram as execuções da forca, a descida para a “Rua do Grude”, depois o caminho seguia descendo para a chamada Estrada da Serra da Onça, que ligava até Alagoa Grande. De modo que o núcleo urbano principal da cidade constituiu-se no Alto da Serra<sup>81</sup>, numa planície, a qual os habitantes locais chamam de “chã”. E existem muitas chãs ao redor da cidade.

<sup>80</sup> “Corriam lendas a respeito da majestosa árvore. Uma delas fazia concluir seu nascimento com o nascimento da cidade. teria brotado de uma estaca de curral, ao tempo em que Areia se resumia a uma estalagem de beira de caminho, no sertão de Bruxaxá” (ALMEIDA, 1957, p. 297).

<sup>81</sup> Ao pesquisar a morfologia urbana de Areia, em suas correlações sócio-econômicas e ambientais, (MORAES, 2008, p. 13) afirma que “o auge do desenvolvimento econômico e urbano na segunda metade dos oitocentos” e de decadência econômica no início do século XX porque a cidade ficou fora dos trajetos ferroviários.

Aos sábados era a feira, como tem sido até hoje. Também era dia da semana para publicar o jornal. Não havia uma casa de comércio para abrigar os feirantes, motivo também de reclamações do jornal. A cidade se enchia de transeuntes, mascates e almocreves para trazer e levar suas mercadorias, seja para o Recife, seja para o sertão e Cariris Velhos da Parahyba. Em notas da seção Gazetilha, o jornal anunciava os objetos achados e perdidos, a má qualidade das carnes vendidas pelos marchantes e os preços dos produtos vendidos na feira.

A cidade era toda constituída por altos e baixos, a mais de 600 metros acima do nível do mar, um sobe e desce nos lombos dos animais, para trazer mercadorias e informações. Nas encostas das montanhas havia as fontes de água tais como o Quebra, o Perunga e o Bonito, que abasteciam a cidade<sup>82</sup>. Mas a mais próxima localizada dentro do núcleo urbano era a fonte do Limoeiro. Rodeada por matas, com mais de cem engenhos de cana-de-açúcar, com plantações de algodão e lavouras de subsistência, nos tempos das grandes secas (1877, 1889 etc.), a cidade atraía centenas de retirantes em busca da segurança alimentar, proporcionada pelo que o jornal *Verdade* chamou de “o celleiro dos sertões”<sup>83</sup>.

Em seu livro *Problemas Urgentes* (1909, p. 99-100), o advogado areiense, senador, antigo colaborador do jornal *Verdade*, João Coelho Gonçalves Lisboa, relembra na tribuna as cenas lamentáveis dos retirantes desfalecendo de fome pelas ruas, e que em 1877<sup>84</sup> (a grande seca) a cidade com cerca de 5 mil almas foi “invadida” por cerca de 26.000 pessoas.

Sobre a economia de Areia, assim se reporta Moraes (2008, p. 12): “Sua economia esteve pautada sobretudo, em culturas de subsistência, algodão, café e algave, mas o pilar do seu desenvolvimento econômico foi o cultivo de cana-de-açúcar”. Em alguns momentos, essa cultura da cana entrava em crise, como em 1883, com a praga da gomose (ALMEIDA, 1957, p. 151). E assim alternam-se outras culturas como o algodão, tentativas de implementar o plantio de café, bem como os alimentos de subsistência como mandioca, milho, feijão etc. O Brejo paraibano serviu de reserva alimentar no século XIX para outras regiões do interior da Parahyba e do Rio Grande do Norte, conforme os escritos do jornal.

Nos planos de construir uma imagem de cidade moderna, o jornal *Verdade* colaborou noticiando e lutando por melhorias, acompanhou as reuniões e espetáculos no Teatro Recreio

---

<sup>82</sup> Segundo relato do professor Joaquim Henrique da Silva (1881) (*apud* GAUDÊNCIO, 2007, p. 289), havia na cidade 16 olhos d’água, 5 fontes de água e um açude. Algumas dessas fontes públicas de água estavam entregues ao abandono, conforme relato do professor e os reclames do jornal *Verdade* para que o fiscal da Câmara tomasse providências para fazer a manutenção das fontes.

<sup>83</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 212, 28 de dezembro de 1889.

<sup>84</sup> “Em 1877, vem a terrível seca destruidora; a fome, a seca, a peste, a miséria invadia todos os lares pobres, e os ricos a sofrerem a invasão dos famintos” (LEAL, 1958, p. 23). “Sobreveio a seca de 1877, que foi de todas a pior, a que deixou a província transformada em vasto campo de desolação” (ALMEIDA, 1956, p. 131).

Dramático e as ações do gabinete de leituras/biblioteca e seu “*Gabinete Litterario*”<sup>85</sup>. Além disso, estampou em suas páginas a proposta de arborização da cidade<sup>86</sup> e acompanhou as obras de calçamento das ruas do centro e da Praça do Consumo<sup>87</sup> - obras estas realizadas pela Comissão de Socorros Públicos que recebia recursos para dar comida aos retirantes ao mesmo tempo em que trabalhavam (1889-1890).

Cidade entreposto, lugar de passagem de retirantes e viajantes, lugar de lutas, mas também de repressão política. Em uma nota sob título “*Falta de Segurança*” o jornal chamou a atenção para a existência de cerca de 500 retirantes na cidade e de como isso perturbava a ordem social: “*É bastante considerável o numero de retirantes que se acham agglomerados nesta cidade e suas vizinhanças. Nestes ultimos dias calcula-se que perto de 500 os que chegaram em busca de serviços, não só do centro como das catingas e brejos visinhos*” (*Verdade*, nº. 113 de 23 de maio de 1889). A essa altura dos fatos já estava montada a Comissão de Socorros Públicos em Areia, inicialmente com dois contos de réis para empregar na ajuda aos retirantes. A preocupação era de a verba acabar e os retirantes ficarem sem sustento e sem seguir viagem para a capital através da estação de trem de Mulungu, e os conflitos decorrentes dessa situação. Diante desse quadro, o jornal solicitava ao governo da província medidas urgentes: enviar mais verbas de socorros públicos, aumentar o policiamento da cidade de 40 para 50 praças e dar bilhetes de passagem de trem para que os retirantes seguissem viagem da estação de Mulungu até a capital.

Nas palavras de Horácio de Almeida, Areia foi terra de “carrancismo” (ALMEIDA, 1957, p. 215), de lutas políticas renhidas entre famílias e grupos políticos, nas quais os arbítrios e violências estavam a favor do grupo político que estivesse no poder. Um caso bastante exemplar de briga política foi o assassinato do deputado conservador Trajano Chacon a mando de Carlota Lúcia de Brito, a esposa do também candidato a deputado provincial Joaquim Simeão Leal, em 1859. Embora o crime tenha sido motivado por questões pessoais de palavras ofensivas contra a amante de Joaquim Leal, mostra que a violência e a ilegalidade eram estratégias usadas contra opositores políticos. Foi comum nessa época na cidade o uso da força, inclusive da repressão policial contra desafetos políticos, bem como atentados e o uso de grupos armados para intimidar, com procurados pela polícia se escondendo em fazendas de outras

---

<sup>85</sup> “Areia, na Paraíba, tem um ‘Gabinete Litterario’ e uma biblioteca franqueada aos sócios” (CARVALHO, 1994, p. 21).

<sup>86</sup> Segundo o jornal *Verdade*, desde a década de 1860 houve tentativas de arborização, e no ano de 1877 o padre Herculano Vieira tenta incentivar, inclusive transportando grandes mungubas para plantar na cidade. Interessante notar que o ano de 1877 é o da grande seca, com grandes impactos sociais na cidade.

<sup>87</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 135, de 13 de julho de 1889.

regiões.

Podemos compreender o papel do jornal *Verdade* como elo de sociabilidade e divulgador de modernização urbana, no contexto das transformações do segundo meado do século XIX. Pois se Areia era vista por outras cidades como modelo de civilização, por suas ruas serem asseadas e calçadas, como disse o jornal *Gazeta do Sertão*<sup>88</sup>; também fazia parte desse sonho feliz de cidade ter um veículo de imprensa. Ter um jornal dava ares de civilização a uma cidade. O jornal assumiu esse papel de ser um arauto da modernidade e das melhorias da cidade (tais como o calçamento e arborização da cidade) e mesmo como portador das vontades populares. Embora tenha sido o único jornal a se manter na cidade por mais tempo<sup>89</sup> no final do século XIX (1888-1895), assim como os outros jornais enfrentou muitas adversidades.

Em um lugar com várias arbitrariedades, desmandos dos poderosos e das autoridades públicas, o jornal poderia ser um importante veículo para denunciar seus atos e chamar a atenção para a opinião pública. Também o jornal *Verdade* foi um instrumento de comunicação dos principais espaços de cultura da cidade, no final do século XIX. O gabinete de leituras-biblioteca, o Teatro Recreio Dramático e a feira foram espaços prediletos de notícias do jornal<sup>90</sup>.

### 3.2 A ESTRATÉGIA DAS DENÚNCIAS PÚBLICAS NO JORNAL

Nesse clima político-social e em meio aos costumes da cidade, qual seria o papel de um jornal? Desde as primeiras edições, os redatores deixaram claro que não se propunham a bajular os poderosos, e que seu papel como imprensa era “*dar publicidade para moralizar os costumes*”<sup>91</sup>. Reconheciam ser tarefa difícil e não lucrativa tocar o jornal, pois que “[...] *Difficil*

<sup>88</sup> “Este aspecto geral da cidade revela a incuria de todas as suas administrações municipais, que nem ao menos com o exemplo da vizinha cidade de Areia, tentaram qualquer melhoramento de hygiene e aformoseamento”, assim diz o jornal *Gazeta do Sertão* n.º 9 de 1889, nas colunas editoriais de capa, comparando a urbanização e calçamento de Campina Grande com Areia.

<sup>89</sup> Em 6 de janeiro de 1891, a edição n.º 410 da *Verdade* noticiava que na cidade estava sendo publicado um jornal de estudantes chamado “*Escola*”, dirigido pelo areiense Ulysses Costa. Esse jornal teve poucos meses de vida, conforme também noticiou o jornal *Verdade*. Ainda uma observação importante: “*um fato que chama a atenção em 1895, a cidade de Areia possuía quatro jornais em circulação: VERDADE, DEMOCRATA, O MOSQUITO e LIBERTADOR*” (ARAÚJO, 1986, p. 100). O DEMOCRATA durou três anos (1892-1895), O MOSQUITO, dois anos (1894-1895) e o LIBERTADOR, um ano (1895).

<sup>90</sup> “*Esse tripé formado pelo clube, biblioteca e gabinete de leitura, ao qual se deve somar o Teatro Recreio, polarizava a vida social da cidade no que tange ao entretenimento e às distrações da ‘boa sociedade areiense’*”. Assim se refere Gaudêncio (2007, p. 204) aos espaços de sociabilidade da cidade no final do século XIX, e que embora o jornal *Verdade* noticiasse esses espaços de distinção social dos homens letrados, também noticiava o cotidiano da cidade e a feira.

<sup>91</sup> Jornal *Verdade*, edição n.º 5, de 24 de abril de 1888.

*empresa é a daquelle que tenta regenerar de chofre os costumes desta terra*<sup>92</sup>.

Essa característica de denúncia das autoridades e atos públicos foi marcante no jornal, o acompanhou por todos esses anos iniciais (1888-1892), ao ponto de os redatores afirmarem que o que os legitima a falar enquanto imprensa era ser porta-voz dos interesses públicos e das classes excluídas<sup>93</sup>. Ou seja, na visão dos próprios redatores, ter um jornal na cidade era símbolo de progresso social, de melhoramento dos costumes e da sociedade local, porque, como órgão de imprensa, se colocaria no papel de vigiar as leis, destacar os bons exemplos, fazer reclames dos problemas sociais, lutar pelo progresso e ainda seria instrumento de educação popular.

Talvez o jornal *Verdade* tenha sobrevivido durante todos esses anos (1888-1895) justamente porque soube aliar as propostas de educação popular, propaganda republicana e espírita ao fator das denúncias públicas. Sem as denúncias públicas das autoridades, das arbitrariedades, o jornal não teria conseguido adesão popular a sua causa. Embora a demanda por edições fosse pequena e os leitores minguados na cidade, a tipografia sobrevivia dos pequenos impressos e com a ajuda daqueles que julgavam importante ter um jornal como veículo de comunicação na cidade. A proposta de levar o periódico para outras cidades, principalmente na região do Brejo, também ajudou o jornal a se manter.

Já desde a edição nº. 1, de 31 de março de 1888, o jornal *Verdade* traz denúncias sobre a continuação da prática de açoites contra os libertos e ingênuos, e uma lista dos últimos donos de escravos elaborada pela Emancipadora Areiense, apesar de haver a Lei dos Açoites de 1886 que proibia essas práticas. Nesta edição, os redatores cobravam as cartas de alforria prometidas aos escravos, bem como denunciavam as estratégias dos senhores para mantê-los escravizados, ameaçando publicar uma nova lista negra dos donos de escravos no jornal ou em folha avulsa.

No dia 5 de abril de 1888, as colunas editoriais trazem um pouco da recepção de parte dos leitores: *“alguns typos habituados a pratica de actos escandalosos e criminosos empaledeceram sem duvida, e, tremulos de raiva e medo, jogaram fóra, se é que não romperam o nosso 1º nº.”* (*Verdade*, nº. 2). O jornal, desde o início, confrontou as práticas e costumes escravistas tais como a violência, a tortura e a visão de que o trabalho manual seria degradante. Também criticavam os vícios tais como a jogatina, a embriaguez e as rodas de samba, associando sempre a ociosidade ao crime.

Talvez por isso a recepção inicial por parte dos leitores, no geral, não tenha sido boa, pois atacavam costumes e práticas arraigadas. Ainda assim, os redatores do jornal usaram

<sup>92</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 9, de 23 de maio de 1888.

<sup>93</sup> Jornal *Verdade* edição nº. 231, de 22 de janeiro de 1890.

estratégias inteligentes para atrair o público de leitores porque consideravam o modo de dizer mais importante que o conteúdo das denúncias. “*Não é a verdade quem nos perde; mas o modo como se diz*”. Com essa frase de Voltaire concluem as colunas editoriais<sup>94</sup> e evidenciam o cuidado que tomariam ao abordar os temas.

O primeiro desafio enfrentado pelo jornal foi a ausência de um grande público de leitores, tendo em vista que, de acordo com o *Recenseamento do Brasil de 1872* (IBGE, 1874), menos de 10% da população da cidade sabia ler e escrever<sup>95</sup>, um panorama que não deve ter mudado muito nos anos seguintes. “*A leitura nesta terra é a ocupação que mais aborrece á maioria dos habitantes*”<sup>96</sup>. Para solucionar esse problema, os redatores desenvolveram estratégias para conquistar leitores: publicar um jornal pequeno de 4 páginas, em linguagem simples, e barato. De 1888 a 1889, o jornal aumentou a quantidade de impressos por dia, de 200 para 300 edições. Outros jornais que existiram antes na cidade, tais como *Areiense* (1887-1888) e o *Século* (1883) foram mais comedidos nas críticas às autoridades e nas opiniões políticas, enquanto o jornal *Verdade* fez disso sua marca principal, temperando tais críticas com ironias e sarcasmos em linguagem simples.

Mas essa expansão deve-se mais à distribuição do jornal para outras cidades (tais como Campina Grande) e ao envio de exemplares pelo correio para alguns poucos assinantes e para outros jornais pelo país afora ou para repartições públicas na Parahyba<sup>97</sup>. Imaginemos que cerca de um terço desses jornais ficasse na cidade (cerca de 100 cópias) e fizessem parte de uma rotina de leituras públicas na botica de Simão Patrício da Costa, no gabinete de leituras, com seu clube literário, e no Teatro Recreio Dramático. De fato, foram poucos os leitores proficientes, e supomos que boa parte do público do jornal deve ter acompanhado as notícias através de leituras públicas ou de outrem mais habilitado para fazê-lo. Mesmo assim, o *Verdade* cumpriu a contento seu papel de pugnar por melhorias sociais e criticar as arbitrariedades das autoridades públicas, sendo um importante veículo de informações.

O jornal se propôs a ir mais além na questão de “*regenerar os costumes*” e de consolidar um público de leitores quando coloca em seu programa, como um dos três ítems principais, a questão da educação popular através dos excertos do jornal. O jornal *Verdade* tinha um

---

<sup>94</sup> Jornal *Verdade*, edição n.º. 2, de 5 de abril de 1888.

<sup>95</sup> De acordo com o Recenseamento do Brasil de 1872 (IBGE, 1874), a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Areia englobava uma população de 25.549 almas, das quais apenas 2.343 sabiam ler e escrever. Na época essa área englobava Areia e outras cidades ao redor tais como Pilões, Remígio etc.

<sup>96</sup> Jornal *Verdade*, edição n.º. 15, de 2 de julho de 1888.

<sup>97</sup> Jornal *Verdade*, edição n.º. 142, de 30 de julho de 1889.



programa eclético ao se colocar como imprensa, sempre no lugar de oposição ao governo estabelecido<sup>98</sup> e em seu programa básico estabelecido ao longo dos três anos iniciais estavam: 1 - propaganda republicana, 2 - denúncia de arbitrariedades e interesses públicos, 3 - educação popular através de seus escritos.

Em nota, ao final da edição de 1 de dezembro de 1888, o jornal traz a seguinte nota explicativa: “*Publicamos de graça qualquer noticia de interesse geral, que nos for endereçado de qualquer ponto desta provincia, bem como reclamações contra abusos e arbitrariedades de qualquer auctoridade*” (*Verdade*, nº. 58). Em outras edições, explicou que não publicava mais informações porque as autoridades públicas da cidade muitas vezes não as forneciam. Na nota, fica evidente que uma das funções precípua do jornal era a denúncia de arbitrariedades e abusos de autoridades públicas, e que ao dar publicidade aos atos poderia lutar por uma “regeneração social” e fariam jus ao nome do jornal. Aliada à questão da denúncia das autoridades públicas e abusos, estava a proposta de educação popular, no sentido de formar uma opinião pública que resistisse a esses abusos ou que cobrasse os direitos das pessoas.

Ao longos desses primeiros anos (1888, 1889, 1890), o jornal fez várias denúncias: solicitou numeração das casas, limpeza das fontes públicas, as condições dos presos da cadeia, reclames contra a prática de cidadãos comuns montarem praça como soldados, propugnou por ações de autoridades públicas, pedido de um carteiro ao chefe dos correios; os abusos de autoridade e ilegalidades do juiz Dr. Faro e os constantes reclames dirigidos ao fiscal da Câmara. Estes últimos foram as mais constantes porque esse fiscal era o responsável por fazer as correções de posturas municipais, determinar obras e cuidar da ordem na cidade. De tão acostumado a ser citado nos escritos do jornal, o fiscal da Câmara já respondia diretamente aos seus redatores pelas demandas públicas.

No final de 1888, os redatores queixam-se à Câmara e ao fiscal sobre as condições de limpeza das principais fontes de água da cidade:

*A Camara Municipal não deve ser indifferente ao pessimo estado das principaes fontes que fornecem agua aos habitantes desta cidade.*

*As aguas estão seccando e a lama podre depositada no fundo das cacimbas deverá já e já ser removida, sob pena de ficar a população obrigada a beber agua encharcada, com grande risco da saude pública. (Verdade, nº. 40, de 28 de setembro de 1888, na seção Gazetilha).*

---

<sup>98</sup> Por isso nunca adotaram a defesa do partido liberal nem do partido conservador, apenas do partido republicano (jornal *Verdade*, edição nº. 204, de 18 de dezembro de 1889).

Era uma questão séria colocada pelo jornal: a saúde pública na higiene das fontes de água da cidade. Os redatores solicitavam ao fiscal que vistoriasse o local, e com as verbas da Câmara realizasse a limpeza dessas fontes. Porém, como em outras situações, o fiscal dava como desculpa não estar autorizado pelo procurador da Câmara a realizar a despesa. E eles (fiscal, Câmara e procurador) ficavam nesse “jogo de responsabilidades”, sem resolver as demandas.

Mas no caso do pedido de limpeza das fontes de água, solicitado pelo jornal, a demanda foi atendida em parte, no mês seguinte: “*Ora graças - já foi concertada a fonte do - Limoeiro - a que mais serviços presta a população desta cidade; as outras - Bonito e Perunga - continuam no mesmo estado: - dous poços de podridão!*”<sup>99</sup>. Aos poucos, o jornal conquistava espaço na cidade, colocando-se como arauto de questões públicas, ao ver sendo atendidas suas demandas.

Nesse caso das fontes de água, também há uma preocupação dos jornalistas com os novos hábitos de higiene e saúde, resultado dos novos conhecimentos científicos da segunda metade do século XIX<sup>100</sup>. Era preciso organizar a cidade e, portanto, torná-la limpa. Se antes acreditava-se apenas que os “miasmas” eram as fontes de todas as doenças, agora sabia-se que outros cuidados também eram necessários a partir das novas práticas sanitárias. Entrou em voga no jornal a palavra “higiene”, com um sentido mais amplo do que a conhecemos hoje, como toda e qualquer medida preventiva que favorecesse a saúde. Em outras edições, o jornal falou na higiene do sono<sup>101</sup> e reclamou do lixo amontoado no perímetro da cidade<sup>102</sup>.

Quando chegava o período das chuvas, era comum o jornal cobrar ações do fiscal da Câmara para limpar as fontes de água ou melhorar as estradas, que se tornavam intransitáveis. No caso das estradas que passavam pelas propriedades rurais, era dever dos donos das fazendas mandar limpar duas vezes por ano (de acordo com posturas municipais), conforme noticiou o jornal (*Verdade*, nº. 95), mas essa medida muitas vezes deixava de ser feita pela apatia do fiscal da Câmara.

---

<sup>99</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 43, de 10 de outubro de 1888, seção Gazetilha.

<sup>100</sup> Esse discurso do jornal alia-se ao discurso médico que buscava estabelecer-se no Brasil, através da autoridade médica como única responsável pelas questões de saúde pública. Segundo Guimarães (1991, p. 11), era função da medicina urbana na França do século XVIII: “Organizar ‘distribuições e sequências’ (fontes, esgotos, barcos que abasteciam a cidade, lavanderias)”. Essa medicina urbana social da França vai se estabelecer no Brasil ao longo do século XIX, através das primeiras sociedades médicas que demarcam suas atuações na exigência legal para a prática da medicina, na condução de políticas públicas de saúde, combate às epidemias e nos projetos de urbanização. O olhar médico esquadrihava e modificava a cidade.

<sup>101</sup> “*Não se levantem tarde*” recomendação de célebre higienista no jornal *Verdade* edição nº. 93, 4 de abril de 1889.

<sup>102</sup> “*A não ser isto, ha muito tempo estaria a população desta cidade livre dos miasmas exalados dos monturos, que so agora, depois de muitas reclamações, foram removidos em parte [...]*” *Verdade*, nº. 126 de 22 de junho de 1889.

Ainda sobre a questão das fontes públicas, o jornal noticia, em uma nota na seção Gazetilha intitulada “CACIMBA DO PERUNGA”<sup>103</sup>, que essa fonte pública, abastecendo mais de mil habitantes da cidade, precisava de pequenos reparos com vistas a um melhor asseio e conservação. A nota foi veiculada no jornal a partir de uma reivindicação de um assinante que pegava água e reclamou das condições da fonte. O fiscal respondeu o de sempre: - Não havia dinheiro para a obra.

Em outra situação noticiada na seção Gazetilha<sup>104</sup>, os leitores pedem que os redatores mandem chamar o fiscal da Câmara (que morava no distante distrito de Matta Limpa) para vir fazer correição de “*latrinas modernas*” na Rua Pedro Américo. A esse pedido respondem os redatores em nota: “*Era o que faltava! Para taes reclamações não contem com a Verdade*”<sup>105</sup>. Por que os redatores não concordaram com esse pedido? Talvez considerassem extrapolar seu raio de ação propor correição de latrinas, mas deixa evidente que para os leitores, o jornal tornou-se um instrumento de reivindicações públicas e fiscalização na cidade. Outro tema recorrente nas denúncias públicas do jornal: a violência policial ou particular. Casas e fazendas eram invadidas por capangas, pessoas eram espancadas. A quem recorrer diante de arbítrios muitas vezes cometidos pelos próprios agente da lei ou fazendeiros poderosos? Não foi à toa que o jornal fez questão de publicar os artigos do Código Penal (na seção Instrução Popular) para dar aos leitores conhecimento sobre direitos como o *habeas corpus* e os crimes contra a liberdade individual, para evitar prisões arbitrárias ou sem o devido processo legal.

Nesse sentido, sobre a violência policial é exemplar a seguinte nota da seção Gazetilha:

**Espancamento** - *Ao nosso escriptorio veio hontem uma mulher idosa que disse-nos chamar-se Maria Philippa de Jesus e ser sogra de José Ferreira de Souza, conhecido por José Bello, e pediu-nos que levassemos ao conhecimento das auctoridades superiores o procedimento criminoso da policia desta cidade, que depois de prender o seu referido genro, no dia 16 do corrente, em sua casa no sitio “Capim do Cheiro” e conduzil o amarrado para a “Lagóa do Remigio”, foi elle alli espancado na praça publica.*

*Estes e outros factos semelhantes muito teem contribuido para o desespero do povo que se vê privado das garantias a que tem direito. (Verdade, nº. 37, 19 de setembro de 1888).*

Pela nota do jornal podemos perceber que a senhora Maria Philippa de Jesus, em um ato de coragem e ousadia, recorre à redação do jornal como último meio de dar conhecimento dos fatos às autoridades superiores, contra os desmandos da polícia de espancar seu genro em praça

<sup>103</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 77, de 9 de fevereiro de 1889.

<sup>104</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 104, 30 de abril de 1889.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

pública. O fato que causou clamor popular e medo pode ser associado às práticas escravistas, que na maioria das vezes optavam pela violência como um castigo e espetáculo público. Todas essas práticas agressivas oriundas da escravidão, sejam de açoites, espancamentos ou arbitrariedades de autoridades públicas foram combatidas e denunciadas no jornal desde seu início e, portanto, muitas pessoas recorriam à redação do *Verdade* para denunciá-las.

No ano de 1889, a redação do jornal *Verdade* enviou às principais repartições públicas da província e para as redações dos principais jornais (independentemente de permuta) as cópias do jornal, e com isso dava conhecimento às autoridades o que acontecia na cidade de Areia, para que fossem tomadas as providências em relação aos reclames da população. Colocando-se como único órgão de imprensa na cidade, o jornal assumia o papel de informar às autoridades e outros membros da imprensa o que acontecia<sup>106</sup>.

Ao fazerem algumas considerações sobre o título e as funções principais do jornal, nas colunas editoriais da capa da edição do jornal *Verdade*, nº. 126, de 22 de junho de 1889, os jornalistas referem-se aos assinantes e aos amigos próximos dos funcionários da empresa, e que ainda assim o compromisso do jornal seria com a informação veiculada e não com os interesses pessoais em jogo. Nessa mesma edição, diz em suas colunas “*que em tempo algum servirão para lisonjear nem para satisfazer caprichos de quem quer que seja*”. Se a alguns desagradava por questões pessoais e críticas lançadas a ponto de angariar muitos inimigos, por outro lado alguns leitores achavam que o jornal não fazia a crítica devida aos agentes e repartições públicas. Os redatores justificavam as críticas dizendo seguir fielmente seu programa inicial ou em outros momentos aguardavam o momento certo para fazê-las.

### 3.3 A INSTRUÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DO JORNAL VERDADE

#### 3.3.1 A instrução laica

Por essa época (1888-1890), havia na cidade de Areia duas cadeira das primeiras letras<sup>107</sup> (uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino), sendo que as cadeiras avulsas de Latim e Francês haviam sido suprimidas<sup>108</sup> sob alegação de falta de recursos do

<sup>106</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 142, 30 de julho de 1889

<sup>107</sup> Segundo o Recenseamento do Brazil de 1872 (IBGE, 1874), a população escolar de 6 a 15 anos, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Areia era de 438 que frequentavam escolas, contra 6.317 que não frequentavam.

<sup>108</sup> As cadeiras avulsas de Latim-Francês foram criadas em 1835, funcionando até 1875. Nesse primeiro momento, o professor Joaquim da Silva regeu as cátedras por mais de vinte anos (1841-1865). As cadeiras são encerradas em 1875 e voltam em 1887, sendo novamente suspensas em 1891 e restabelecidas somente em 1893 (ALMEIDA, 1957, p. 180-185).

tesouro provincial. Por iniciativa do professor Francisco Xavier Jr. e dos integrantes do jornal *Verdade* fundou-se uma escola preparatória para as provas da instrução secundária, com aulas particulares realizadas por Xavier Jr. e custeadas por particulares, com divulgação no jornal.

Nesse contexto, a instrução pública ou educação formal do governo era restrita a um pequeno número de pessoas e outros recorriam às aulas particulares nas casas dos professores, para que mediante pagamento conseguissem obter os títulos escolares, após esses cursos preparatórios e os exames decorrentes. Para continuar os estudos acadêmicos, as famílias de ricos comerciantes, de fazendeiros e donos de engenhos formavam um padre ou um bacharel, por motivo de orgulho e de status, enviando-os para Recife, Salvador ou para a Europa (GAUDÊNCIO, 2007, p. 194).

A maioria da população era pobre e não tinha acesso à instrução e o jornal seria um veículo de instrução pública de fácil acesso para essa camada, isso era uma tese dos redatores, pois havia a barreira do letramento dessa classe. Se era difícil encontrar os livros e compêndios indicados para a instrução primária das primeiras letras, os leitores poderiam entrar em contato com os textos através do jornal e também no gabinete de leitura/biblioteca mantido pelo jornal.

Com o intuito de educar e formar o povo nos temas considerados de relevância, o jornal lançou já no primeiro ano de 1888 a seção chamada INSTRUÇÃO POPULAR, uma coluna que hora aparecia nas capas do jornal, hora na parte interna e muitas vezes não foi publicada por falta de espaço. Assim, não foi uma coluna fixa do jornal, a exemplo da seção Gazetilha (com suas breves notas políticas e notícias do Brasil, da cidade, do mundo) que nunca faltou no jornal. Aliada a uma notícia do dia ou manchete principal, a seção “instrução popular” poderia trazer um esclarecimento bastante educativo sobre o tema. Por exemplo: na edição *Verdade*, nº. 54 o jornal traz em sua capa a manchete principal “*subtração de jornaes*”, falando sobre o roubo de jornais nos correios e ao mesmo tempo na seção Instrução Popular publica uma parte do código criminal, sobre a violação de correspondências.

Ao longo de 1888, essa seção publicou os mais diversos temas: sobre estudos científicos de astronomia (eclipses da lua, características do planeta Terra etc.), trechos do Código criminal da época com artigos sobre a liberdade individual, o livre exercício dos direitos políticos, prevaricação etc.; a publicação da série de artigos de formação liberal e capitalista, a “*Sciencia do Bom Homem Ricardo*”, baseados nos escritos do almanaque de Benjamin Franklin. Há uma variedade de temas e áreas de interesse, desde a iniciação científica (astronomia), passando pelo conhecimento do direito processual e dos direitos e deveres dos cidadãos, até chegar na formação política e moral do capitalismo, voltado para exaltar o trabalho e a acumulação. A proposta dos redatores era educar, modificar os costumes, através desses escritos.

A partir de setembro de 1888 o jornal começou a publicar uma série de “*charadas, enigmas e logogriphos*” na seção de Instrução Popular. A ideia do jornal era instruir os leitores com pequenos extratos de textos teóricos, mas também com informações lúdicas como as charadas e enigmas em pequenas frases. Nesse sentido, contribuiria também com o letramento de seus leitores. A proposta não foi bem aceita, porque muitos não compreendiam as soluções das charadas. Diante disso, os redatores afirmaram que era ignorância dos leitores ou incapacidade de reconhecerem essa condição. Tomemos como exemplo de uma charada o seguinte extrato:

- CHARADAS NOVISSIMAS -

2-2 Serve para guardar-se o que faz o pinto em Roma.

1-1 No livro não é bôa para comer.

1-2 Aqui este sobrenome berra.

2-2 Esta parte do corpo accende-se no mar.

Areia, 7 de setembro de 1888.

A e B. (Jornal *Verdade*, edição nº. 34 de 8 de setembro de 1888).

Não eram tão fáceis as charadas para um público que, na maioria dos casos, começava o letramento. Se os redatores não entendiam totalmente a lógica de funcionamento das charadas e pediam ajuda a colaboradores externos, tampouco os leitores compreenderam. Era uma sequência de números e sílabas em códigos, que eram mais complexas ainda nos logogrifos - porque envolviam mais números e mais textos. Nas edições seguintes, o jornal explica como solucionar aquelas frases aparentemente sem sentido: “*A 2ª publicada no nº. de sabbado, decifra-se assim: 1 No livro ... li; 1 Não é boa ...ma; conceito: Para comer. -Lima-*”,<sup>109</sup>. Assim, o jornal buscou demonstrar como se resolvia a charada associando os números no início da frase com as sílabas das palavras-chave da resposta e as palavras finais como conceito chave.

Era uma estratégia lúdica de educação popular para o letramento dos leitores, que parece não ter empolgado muito, tendo em vista que tornaram-se muito esporádicas no jornal. Faltou espaço para publicá-las ou houve rejeição dos leitores, muito provável que ambos os fatores.

Talvez a equipe do jornal tenha obtido mais êxito na proposta de denúncia de abusos e de erros das autoridades do que nesse intento de educar a população pela leitura do jornal. Um caso exemplar da recepção do jornal é que a série de artigos “*Sciencia do Bom Homem Ricardo*” foi publicada em edições muito esparsas, e ao final da publicação o jornal reconheceu que os

---

<sup>109</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 36, de 15 de setembro de 1888.

leitores se sentiram “*caceteados*” todas as vezes que tinham que ler esses artigos<sup>110</sup>. Os leitores não se sentiram atraídos por aquelas histórias de Benjamin Franklin, que evocavam valores capitalistas como a poupança, o trabalho dedicado e o individualismo.

Ao final do ano de 1888, os redatores fazem um apelo aos assinantes para que mantenham as assinaturas em dia, e afirmaram que se o jornal chegasse a encerrar suas atividades seria devolvido o valor da assinatura trimestral<sup>111</sup>. Salve 1889, salve! O ano começa com a intensificação da propaganda republicana no jornal, com diversas manchetes e a continuação da publicação do artigo propagandístico “*A Republica no Brazil*” de Silva Jardim, bem como da série de artigos de a “*Sciencia do Bom Homem Ricardo*” na seção de “Instrução Popular”. No final de 1890, os redatores emitem nota nas colunas editoriais de capa com o mesmo problema: pedem aos assinantes que paguem as mensalidades trimestrais, sem as quais não poderiam levar a empresa adiante<sup>112</sup>.

Acompanhando as séries de temas e matérias, publicadas na seção “*instrução popular*” durante o ano de 1889, vimos serem poucos os tópicos que coincidiam com os assuntos da educação formal escolar (tais como astronomia e mitologia dos povos antigos). A maioria dos assuntos versou sobre aspectos da vida prática e dos costumes, demonstrando que uma das estratégias dos redatores foi incentivar a educação popular através dos escritos do jornal. Nessas colunas, os grandes temas na seção foram: noções de mitologia, noções de agricultura e noções de espiritismo. As noções de mitologia eram notas sobre mitologias de diversos povos tais como os druidas, egípcios, hindus etc. As noções de agricultura eram notas informativas sobre técnicas agrícolas para manejo do solo, de como melhorar as práticas agrícolas.

Na edição *Verdade*, nº. 118, de 4 de junho de 1889, nas colunas editoriais da capa, os redatores chamam a atenção para a decadência em que se encontra a instrução pública na cidade de Areia e na província, afirmando que na cidade havia apenas duas cadeiras de instrução primária, a cadeira de Latim, suprimida há tempos, e a necessidade dos habitantes de pagar aulas particulares: “*os paes de familia que não dispoem de recursos para educar seus filhos em*

---

<sup>110</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 87, de 16 de março de 1889.

<sup>111</sup> “*Enquanto não soubermos com quem podemos contar para o fiel desempenho de nossos deveres, estaremos sempre em duvida a respeito do futuro de nossa folha*”, assim diz a nota na última edição nº. 65 do jornal *Verdade*, de 26 de dezembro de 1888.

<sup>112</sup> Ainda no começo de julho de 1890 a impressão do jornal foi suspensa por uma semana. A edição *Verdade*, nº. 333 (de 28 de junho de 1890) noticia que está suspensa a publicação e os valores serão devolvidos aos assinantes. O jornal volta em 8 de julho com o título de capa *Reapparece a “Verdade”*, com o costumeiro apelo para que os assinantes mantivessem em dia os pagamentos trimestrais. Esses apelos aos assinantes foram constantes, desde o ano de 1888, e foram mais enfáticos ao final de cada ano. Acreditamos que não seja apenas “jogo de cena” a suspensão do jornal, e sim o resultado das dificuldades financeiras pelas quais passou.

*collegios ou aulas particulares (bem poucos há que mereçam este nome), deixarão seus filhos privados do conhecimento de muitas materias que nas capitaes ensinam-se gratis” (Verdade, nº. 118).* Também afirmavam que na capital havia professores públicos gratuitos, mas havia outro problema: não tinham muitas vezes habilitação para o cargo, sendo colocados por interesses políticos. Outra opinião do jornal é que, devido à baixa qualidade da instrução pública na Parahyba, os nossos representantes políticos não eram levados em conta na Corte e os paraibanos eram tratados pela pecha de “Quebra Kilos”<sup>113</sup>.

Na edição nº. 128 do jornal *Verdade*, de 27 de junho de 1889, vimos uma importante participação de um leitor que se expressou sobre a situação da educação pública na povoação da Lagoa do Remígio. Com destaque, o jornal publicou a carta na íntegra, seção de notícias (Gazetilha):

*Senr. redactor*

*Deparando com um escripto, no nº118 da Verdade vimos que com muita razão o fez, visto como conhecemos o despreço que dá o governo á intrucção publica, quazi o unico serviço prestado a este infeliz paiz.*

*Agora vamos ver com a nova politica, ou por outra com os novos governadores é lembrada esta povoação, que embora pauperrima é digna de melhor sorte.*

*Em o anno passado foi votada uma cadeira, do sexo masculino, para este logar e até a data desta estamos á espera!*

*Há, por tanto, muita urgencia na provisão desta cadeira, visto como com toda crise achamo-nos com 2 aulas particulares dentro da povoação (mais ou menos frequentadas) e sustentadas por paes de familias pobres, que com os maiores sacrificios pagam a mensalidade de 1, 2,3 ou mais filhos, a fim de não os verem privados d'aquelle dom sagrado a que todos têm o direito de obter grátis.*

*Sabendo que V. tem sustentado a ardua tarefa de pugnar pelo bem e interesse geral, convictos estamos de que nos ajudará a mostrar ás auctoridades competentes a necessidade que há de ser provida esta cadeira.*

*Lagôa do Remigio 21 de junho de 1889.*

*Os lagôenses.*

Ao ler a notícia na edição *Verdade*, nº. 118, os leitores de Remígio sentiram-se identificados com os anseios de também ter na povoação uma cadeira de instrução do sexo masculino. Mesmo aprovada em lei, a cadeira não foi implantada. As constantes trocas de governadores e as consequentes mudanças políticas provocavam instabilidade na província, seja na instrução pública ou em outras áreas. Portanto, os leitores vislumbravam no jornal *Verdade* um veículo para as reivindicações públicas, mesmo sabendo que seria difícil ter seu pleito atendido. Esses leitores deixam claro em sua carta a educação pública como um direito para todos, tal fato em parte pode ser atribuído ao jornal pelo trabalho de formação de opinião pública em favor da educação pública gratuita. Ao comentar a carta, os redatores apoiavam o

<sup>113</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 5, de 24 de abril de 1888.



pleito, mas afirmavam que eles não deveriam “gastar seu latim”. Nessa mesma edição, (*Verdade*, nº. 118) o jornal reclamou das más condições materiais dos lugares de instrução pública na Parahyba, mas as críticas se centraram na formação pedagógica ausente na maioria dos professores.

Além da publicação de matérias para a educação popular através do próprio jornal, os redatores ajudaram a instalar um curso de instrução secundária, com aulas preparatórias de Latim, Português e Francês, segundo noticia a seção Gazetilha de 3 de fevereiro de 1890 (*Verdade*, nº. 241). Como informa o jornal, de manhã eram as aulas de Latim e Português (das 9h até as 12h) e as aulas de Francês à tarde (das 5h às 6h). A ideia inicial do curso preparatório para instrução secundária foi do Dr. Coelho Lisboa, em visita a Areia, sendo bem recebida pela população e divulgada pelos redatores do jornal *Verdade*.

As aulas eram ministradas pelo professor, redator e revisor do jornal, o professor Francisco Xavier Camello Jr. Outras pessoas foram encarregadas de receber doações para o curso, o auxiliar do jornal boticário Simão Patrício da Costa e o vigário Odilon Benvindo de Almeida. Apesar da baixa participação e interesse dos leitores, os redatores do jornal mostraram que poderiam ir mais além, ao fundarem um segundo nível de escolaridade na cidade, preocupados com a formação de um público de leitores e também com a continuação dos estudos superiores nas academias.

O jornal *Verdade* defendeu a ideia da implantação do curso preparatório secundário na cidade, e para tanto fez propaganda em suas páginas e incentivou a doação de particulares para sustentar o curso. A ideia era de que o curso iniciaria com os esforços particulares, e depois o governo da Parahyba assumiria a responsabilidade de bancar as despesas. Na edição do jornal *Verdade*, nº. 244, de 6 de fevereiro de 1890, apresenta-se uma lista nominal dos alunos que estudavam no curso. Havia estudando na cadeira de Latim 13 homens e 1 mulher, em Português eram 14 homens e 4 mulheres, e em Francês apenas 5 homens. Com um total de 37 alunos, entre 32 homens e 5 mulheres, o curso obteve uma excelente adesão, tendo em vista esse quantitativo total<sup>114</sup>. Ainda assim, era um curso voltado em sua maioria para a elite política e econômica, pois, conforme vimos, os sobrenomes dos alunos eram de filhos dos ricos comerciantes ou de famílias tradicionais da política de Areia. Podemos supor que também eram eles os principais doadores dessa empreitada educacional.

---

<sup>114</sup> A título de comparação, no auge da cadeira de instrução secundária de Latim, o professor Joaquim da Silva tinha 19 alunos na cidade de Areia em 1860. Vimos pelos anos anteriores e posteriores que esse quantitativo de alunos muitas vezes foi bem abaixo de 20 ou às vezes chegando até quase trinta alunos (GAUDÊNCIO, 2007, p. 266-276).

Embora os redatores do jornal fundassem um curso preparatório para o curso secundário, o professor Xavier Jr. avisa pelo jornal que ainda ofereceria as aulas particulares do curso primário:

*SECÇÃO LIVRE*  
**- ENSINO PARTICULAR -**

*O abaixo assignado continúa a ensinar primeiras letras em seu domicilio sendo nesta tarefa auxiliado por dous de seus alumnos de preparatórios.*

*Neste sentido procurará observar os processos mais adiantados, seguindo de preferencia, tanto quanto é possível em sua localidade central, o methodo indicado por Calkins em sua importante obra - Lições de Coisas.*

*Cada alumno pagará 4\$000 mensaes adiantadamente.*

*Francisco Xavier Junior*

*Areia - 1890*

*(Verdade, nº. 245, de 7 de fevereiro de 1890).*

Temos então duas ações educativas anunciadas no jornal em fevereiro de 1890: um curso preparatório para o curso secundário e as aulas particulares do curso primário. Talvez porque a cadeira de instrução primária pública não desse conta de toda a demanda de alunos que precisassem estudar. As duas iniciativas de ensino particular foram conduzidas pelo professor Xavier Jr., que no período se tornaria o editor-chefe do jornal *Verdade*. Mesmo nessas condições e com o apoio do jornal, não eram todas as famílias que poderiam dispor dos 4 mil reis mensais para a educação dos filhos e precisavam recorrer às doações das subscrições dos amigos. A República chegou, mas a promessa de uma instrução pública para todos vinha a passos lentos.

Como exercício de comparação, vejamos alguns preços, noticiados no próprio jornal. Tomamos como base não a moeda em si, mas o poder de compra. Uma mensalidade no curso primário particular com o professor Xavier Jr. custava 4 mil réis. Na edição nº. 245, o jornal traz na capa a informação de que uma assinatura trimestral (em média 36 edições) do jornal *Verdade* custaria 1.500 reis adiantado, ou seja, uma mensalidade do curso primário custearia um semestre de assinatura e ainda sobravam mil réis! Na edição *Verdade*, nº. 118, de 4 de junho de 1889, o jornal noticiava os preços dos itens básicos da feira: 1.500 réis equivalia ao preço de 10 litros de farinha, 500 réis um quilo de carne, 680 réis um quilo de café e 8.000 réis um centro de rapaduras. Assim chegamos à conclusão de que o curso primário particular era caro e a assinatura do jornal era barata, portanto, uma alternativa melhor para o letramento daqueles mais pobres, pois que com a quantia de 4 mil réis se poderia fazer assinatura quase anual do jornal e servir ao mesmo tempo a vários leitores.

### 3.3.2 A instrução para o espiritismo

As noções de espiritismo da seção Instrução Popular, embora começassem tímidas em maio de 1889, tornam-se no mês de agosto de 1889 a maioria das capas do jornal. Era necessário informar aos leitores o que era essa nova religião chamada “espiritismo”<sup>115</sup>, e os redatores fizeram-no ao transcrever para as colunas de uma seção educativa com textos das principais obras codificadas por Allan Kardec e do jornal espírita *Reformador*.

Esses artigos sobre o espiritismo formam a maior série de textos publicados pelo jornal nesses três primeiros anos! Embora nem todos os redatores fossem espíritas (talvez apenas o redator chefe Manuel da Silva), com Rodolfo Pires o tipógrafo sendo católico e o professor Francisco Xavier Jr. também, ainda assim o jornal buscou esclarecer os principais pontos da doutrina espírita e deu publicidade às reuniões dos evangélicos presbiterianos na cidade, em uma época que o fanatismo católico impunha muitas barreiras aos outros credos.

No contexto histórico de perseguição aos espíritas, por parte do clero católico e da imprensa, acusando-os de loucos, endemoniados, curandeiros e charlatões, o jornal *Verdade* empenhava-se em defender a fé espírita, juntamente com a maior influência do jornal que foi o *Reformador* (o mais antigo periódico de divulgação espírita no Brasil). Desde a década de 1870 havia uma efervescência das ideias espíritas na Corte, seja por parte dos imigrantes franceses ou pelos intelectuais e a classe média urbana brasileira (SOUZA JÚNIOR, 2017). Em 1884 é criada a Federação Espírita Brasileira, no Rio de Janeiro, para coordenar as ações dos centros espíritas pelo país. Os escritos do jornal *Verdade* tentaram construir uma imagem do espiritismo como uma nova religião, baseada na ciência, no evolucionismo e na moralização dos costumes, sendo portanto uma religião cristã nova e mais moderna<sup>116</sup>.

Em uma época que os livros eram raros e de difícil acesso, o jornal trouxe a publicação na íntegra das principais obras codificadas por Allan Kardec - *Livro dos Espíritos* (1857), *Livro dos Médiuns* (1861) e *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864) - na seção Instrução Popular.

---

<sup>115</sup> As publicações do jornal *Verdade* sobre a doutrina espírita parecem ser dos primeiros esforços de divulgação da religião na Parahyba do século XIX: “[...] as primeiras notícias do movimento espírita remontam à década de 80 do século XIX, tanto na capital, a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve, no nosso entendimento, à maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um número cada vez maior de pessoas às leituras espíritas” (SOUZA JR., 2017, p. 5).

<sup>116</sup> “Por volta dos anos de 1870, as ideias emanadas da doutrina espírita começaram a ferver na Corte. Um dos principais fatores para a aceitação do espiritismo no Rio de Janeiro no meio intelectualizado foi a sua característica de caráter modernizador” (SOUZA JR., 2017, p. 3).

A ideia era esclarecer sobre os principais pontos da doutrina espírita através dessas três obras basilares. Esses extratos espíritas além de basear as experiências religiosas em supostos conhecimentos científicos, visavam também construir um discurso de respeito e de autoridade para a nova religião, diante da perseguição católica que os acusavam de charlatanismo ou como “seita”.

Sobre os impactos dos textos de Kardec no público brasileiro, Sousa Jr. (2017, p. 3) assim resume: “A doutrina codificada por Allan Kardec trazia consigo características já inerentes ao universo religioso e cultural do Brasil: a crença em espíritos e no sobrenatural. Porém, com uma leitura científica, filosófica, moralizadora e sobretudo, “civilizada” de sua origem europeia”. Se a doutrina espírita dialogava com antigos costumes brasileiros como a crença popular nos espíritos, por outro lado, introduziu aspectos novos como os conhecimentos científicos, os questionamentos filosóficos e a moralização dos costumes. A ideia dos espíritas era unir ciência, filosofia e religião, em uma doutrina que fosse menos sectária e aberta para as pesquisas científicas, do progresso, bem como o diálogo com as outras religiões<sup>117</sup>.

Era necessária uma mudança de mentalidade para aceitação do espiritismo como religião, e os redatores do jornal *Verdade* entendiam que isso passava pela Instrução Popular. É bem sintomático, nesse sentido, que tenham colocado na seção “Instrução Popular” as matérias sobre os principais pontos da doutrina espírita, e esta tenha sido a maior série de artigos publicados pelo jornal, perfazendo mais de 50 edições, de maio de 1889 até abril de 1890. No segundo semestre de 1890, o tema espiritismo some da seção de instrução, talvez sob os efeitos do debate em torno do novo Código Penal de 1890, que criminalizou o espiritismo, e em seu lugar publicam textos sobre ciências naturais e astronomia.

No começo do ano de 1890, a coluna “Instrução Popular” continua publicando os temas noções de agricultura e noções de espiritismo, mas no segundo semestre do ano dedica a seção para o tema das ciências naturais. Surge também outro tema: homens célebres (Homero, Cícero, Moisés, Sócrates, Confúncio etc.). Vêm à tona escritos sobre astronomia, física e química, nos excertos para os leitores.

Por que no segundo semestre de 1890 o jornal silencia sobre o tema do espiritismo nessa coluna?<sup>118</sup> Será que a repressão aos espíritas se intensificou ao ponto de não haver espaço para publicar ensinamentos sobre o tema? Não temos uma resposta precisa sobre isso. Talvez esse

---

<sup>117</sup> Outro jornal sempre enviado para o gabinete de leituras do jornal *Verdade* foi o *Imprensa Evangélica* (1864), o primeiro jornal evangélico em língua portuguesa editado no Brasil por missionários presbiterianos dos EUA.

<sup>118</sup> Foi em 1890 que o novo Código Penal tipificou o espiritismo como crime, associando-o às práticas de curandeirismo e charlatanismo.

seja o efeito de Manuel da Silva não estar mais à frente do jornal e da seleção de matérias e em seu lugar estar o professor Francisco Xavier Jr.

Como efeito, na mudança de direção do jornal e com a morte de Manuel da Silva em 09 de outubro de 1890, o jornal deixou de acompanhar as ações da *Federação Espírita do Brasil*<sup>119</sup> no Rio de Janeiro através do jornal *Reformador* e dedicou-se a outros temas como a situação da Parahyba após a República, o movimento operário na Europa, as eleições e a nova Constituição, a formação de um partido operário e outro católico no Brasil etc.

Ainda falando sobre os textos de formação do espiritismo e a propaganda espírita no jornal, é interessante destacar uma situação de silenciamento desse veículo. Embora o jornal publicasse os textos do *Reformador*, incentivasse a assinatura desse importante jornal espírita, replicasse os comunicados e cartas circulares dos grupos espíritas, não vimos em nenhuma edição sequer uma referência escrita a alguma reunião espírita na cidade de Areia. Havia um grupo de espíritas na cidade que eram Tito Silva, Manuel da Silva, e seu sobrinho Júlio Silva como médium nas reuniões. Mas por segurança contra as perseguições, o jornal não publicou nada sobre as reuniões, que talvez ocorressem na casa de algum praticante<sup>120</sup>.

A partir do segundo ano do jornal *Verdade* (1889), a defesa do espiritismo foi uma das principais bandeiras, ao lado da propaganda republicana. E mesmo fazendo uso de constantes denúncias públicas de abusos de autoridades e reclames populares, os redatores sabiam que convinha esperar a oportunidade certa para publicar determinados assuntos. Nessas estratégias também consideravam que a maneira de falar era muito importante, mais importante que os temas abordados. O espiritismo foi um desses temas delicados, e por isso não foi abordado no primeiro ano do jornal (1888) e também deixou de ser no final de 1890.

### 3.4 A PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES: CARTAS E NOTAS AVULSAS

Quem eram os leitores que poderiam participar dos escritos no jornal? Eram aqueles que dominavam os códigos da escrita, os doutos, acadêmicos, aqueles que por riqueza familiar ou ajuda de apadrinhados conseguiram estudar em escolas formais de primeiras letras, aulas particulares ou eram autodidatas. O jornal separou a “Secção Livre” para os anúncios

---

<sup>119</sup> A Federação Espírita Brasileira esteve atrelada ao jornal *Reformador*. A federação surge em 1884, por iniciativa do português Augusto Elias da Silva- que também foi fundador do jornal.

<sup>120</sup> “No período de 1881 a 1910 houve diversas perseguições policiais ao espiritismo, sendo proibidas as sessões de muitos grupos espíritas [...]. Os locais onde se realizavam as sessões espíritas eram apedrejados e às vezes os perseguidores colocavam até bombas e dinamites para destruir os lugares das reuniões” (SOUSA JR.,2015, p. 131).

publicados a pedido no jornal e a seção “Collaboração” para aqueles que enviassem textos. A seção “Collaboração” não prosperou, existindo apenas no primeiro ano e depois desaparecendo. Já a “Secção Livre”, embora muito esporádica, continua nas edições de 1889 e 1890. Pelo que investigamos, até os extratos de notícias ou notas de outras fontes, como a Gazetilha, eram influenciadas pelos leitores, seja no interesse das notícias (a vida do imperador no exílio) ou quando enviavam os extratos de outros jornais para que a redação da *Verdade* publicasse.

Tomemos como exemplo a participação direta dos leitores nas cartas enviadas por dois leitores areienses que moravam fora. A partir dos escritos consultados, podemos inferir que estes também tiveram um importante papel como incentivadores e ajudaram a sustentar economicamente o jornal, com suas assinaturas.

Uma carta do ilustre conterrâneo, o pintor Pedro Américo, aparece na edição *Verdade*, nº. 40, de 28 de setembro de 1888. Nela, o artista lamenta não poder ir até Areia, devido a problemas de saúde e uma logística de retorno à Europa, e despede-se de seus concidadãos prometendo na próxima viagem ao Brasil passar por sua terra. Já depois da República estabelecida, no início de 1890, em carta<sup>121</sup>, o pintor pede apoio ao jornal para sua candidatura ao Congresso Constituinte daquele ano. Posteriormente, o jornal *Verdade* fez uma ampla campanha política em prol da sua eleição, quando na edição nº. 273, de 13 de março de 1890, traz sob o título “*Aos Cidadãos Artistas*” em prol do pintor como representante na Assembléia Constituinte de 1891, e embora o nome fosse muito ligado ao ex-imperador e à Monarquia, justificam o apoio: “*elle é o homem puro, producto do trabalho meritorio da actividade artistica, a quem o sentimento do patriotismo desperta neste grande momento da reconstituição da pátria, de que será um consciencioso operário*” (*Verdade*, nº. 273). Após Pedro Américo enviar uma carta circular ao periódico (que não foi publicada), o jornal cai em campo para obter apoio da classe de artistas na cidade e no Estado da Parahyba.

Outro leitor areiense que envia carta ao jornal é o Dr. Belino Souto, então juiz municipal em Santa Anna do Parnahyba em Matto Grosso. O Dr. Belino foi também companheiro das lutas abolicionistas em Areia, eventos de participação intensa dos redatores do jornal. Mas a reclamação principal de Dr. Belino Souto é não receber todas as edições do jornal *Verdade*, as quais teriam sido furtadas por funcionários dos correios, pois o serviço postal só permitia que pequenos jornais enviassem suas edições em conjunto e nunca avulsas. De sua carta, destacamos este trecho: “*Pela ultima remessa dos numeros 22, 23 e 24 vi que a publicação de vosso periodico passou a ser duas vezes por semana, o que demonstra a boa acceitação por*

---

<sup>121</sup> Jornal *Verdade*, nº. 221, 10 de janeiro de 1890.

*parte dos que se interessam pela prosperidade do nosso torrão natal”<sup>122</sup>.*

O trecho da carta do Dr. Belino era bastante otimista, pois os redatores faziam um esforço hercúleo para manter o jornal, tendo em vista o constante apelo por ajuda para que os assinantes pagassem suas assinaturas. Embora houvesse uma forte rejeição inicial, aos poucos os leitores começaram a perceber a importância do jornal como órgão de imprensa para denunciar e se queixar de problemas públicos.

O jornal *Verdade*, para quebrar a resistência dos leitores, investiu na estratégia de denúncia dos atos públicos, como diz a nota de capa:

*Alguns leitores deste periodico, que levaram a mal o seu programma, augurando-lhe um futuro desastroso, já se vão convencendo da sua utilidade (grifo nosso), e nos têm procurado reclamando a sua remessa, pedindo ao mesmo tempo que lembremos algumas medidas e censuremos alguns abusos de funcionarios publicos, mostrando satisfeitos pelos resultados já obtidos em favor dos orphães, ex-libertos, ex- ingenuos, jornaleiros etc., por providencias que consta terem sido dadas por algumas auctoridades. (Verdade, nº. 23, de 1 de agosto de 1888).*

A população da cidade em geral entendeu a importância do jornal como veículo de informação para solicitar providências ao fiscal da Câmara ou de outras autoridades públicas. Assim, todos poderiam se convencer da importância daquele veículo de imprensa, desde os doutos até os “matutos” que chegavam na feira e transitavam pela cidade. Mesmo assim, podemos supor que pessoas não letradas conseguissem participar de alguma forma, enviando para a redação cartas ou comunicados escritos por outras pessoas. Tendo em vista a diversidade de mensagens na coluna chamada “Secção Livre”, acreditamos que essa prática foi bastante comum.

Na “Secção Livre” do jornal, os leitores poderiam participar com notas avulsas, e nesse caso poderiam ser escritas por terceiros, para serem enviadas à redação. Eram cartas de despedidas, anúncios públicos de cobranças, cartas contra desafetos, avisos de cavalos roubados, anúncios de eleitores republicanos<sup>123</sup>, editais da Câmara e do juiz, notas de profissionais oferecendo serviços (sapateiros, fotógrafos, dentistas, comerciantes, produtos homeopáticos, serviços advocatícios etc.). Os escritos de interesse particular eram pagos, já os escritos de interesse público eram de graça nesta seção.

Era uma grande diversidade de serviços anunciados e que muito provavelmente ajudaram a sustentar a empresa tipográfica, juntamente com outras estratégias, como realizar

<sup>122</sup> Jornal *Verdade*, nº. 55, de 21 de novembro de 1888.

<sup>123</sup> Foi comum as pessoas anunciarem em notas no jornal que estavam aderindo ao partido republicano e que a partir daquele momento só votariam em candidatos republicanos. Assim também fez o próprio Manuel da Silva (*Verdade*, nº. 58), quando afirmava que só votaria em candidatos de seu novo arremetimento partidário.

pequenas impressões (cartões de visita ou listas para pagamento do imposto de gado). Essas notas publicadas não eram apenas da cidade de Areia, mas polarizavam a região do Brejo<sup>124</sup> e até mesmo notas de cidadãos de Campina Grande, como fez Cristiano Lauritzen contra um desafeto (*Verdade*, nº. 75). No ano de 1888, aos assinantes do jornal eram cobrados 40 réis por linha publicada e aos não assinantes o preço seria combinado, um preço bem barato diante do enorme trabalho que era a composição dos tipos escritos no jornal! Por uma quantia módica, qualquer pessoa poderia enviar seus escritos, fosse uma poesia de amor, uma carta de despedida ou anúncios de serviços. Os escritos eram pagos e sob a responsabilidade de quem os enviasse, mas sob algumas condições impostas pelo jornal<sup>125</sup>.

Na mesma “Secção Livre” temos duas participações de um leitor anônimo, protegido sob o pseudônimo “Zé Povinho”. Na época o jornal *Verdade* recebia um jornal do Ceará com esse mesmo nome e o depositava no gabinete de leituras. Zé Povinho participou de duas edições (nº. 63 e nº. 64, de dezembro de 1888). Essa personalidade imaginária dos anseios populares abria suas notas sempre com o título “*TRÊS PERGUNTAS*”. Eram sempre perguntas sobre questões de interesse público, bem ao gosto e estilo do jornal. Vejamos a seguinte nota:

#### TRÊS PERGUNTAS

*Ha quem tenha privilegio para deixar de cair suas casas nesta cidade no mez de Novembro de cada anno, como ordenam as posturas municipaes? Está em vigor a lei que obriga os proprietarios a conservar as estradas em bom estado, rocçando-as pelo menos duas vezes por anno?*

*Por que razão o fiscal da Camara não fez correição para verificar o estado das estradas, et cetera! (Verdade, nº. 63, 19 de dezembro de 1888).*

Na edição seguinte (*Verdade*, nº. 64), Zé Povinho continua a ocupar as colunas da “Secção Livre” com suas três perguntas. E assim questiona: “*Porque razão não houve jury este ano no termo de Pilões?*” Quais inferências podemos ter a partir dos escritos desse leitor? Primeiro que muito do que Zé Povinho escreve corrobora os escritos do jornal, na cobrança ao fiscal da Câmara, nos pedidos para haver o juri em Pilões e nos pedidos de tratamento isonômico da lei. Ao estilo do jornal, o leitor reclamou apenas de questões públicas e chamou a atenção do fiscal da Câmara para cumprir sua função de fiscalizar a todos, sem distinções de amizade

<sup>124</sup> “*Temos agentes: Na Capital, em Mulungu, Serra da Raiz, Caiçara, Araruna, Bananeiras, Serraria, Pilões, Campina, Alagôa Nova, Esperança, Arára e Lagôa do Remígio*” assim diz o expediente do *Verdade* edição nº. 66 de 1 de janeiro de 1889. Ao se analisarem os expedientes (1888, 1889, 1890), observamos que já desde o primeiro ano (1888) os redatores do jornal pretendiam abranger as vendas para Campina Grande e para a capital.

Embora houvesse variação na área de abrangência ao longo dos anos, o Brejo permaneceu desde o início como área de atuação principal.

<sup>125</sup> Todo escrito que não fosse de interesse geral deveria ser assinado, sendo imprescindível manter o decoro, e em linguagem decente (*Verdade*, nº. 265 de 6 de março de 1890).



política ou de poder econômico. Zé Povinho, com passagem meteórica no jornal, deu voz aos anseios do povo e não apareceu mais nas edições dos anos de 1889-1890. Embora ele se calasse, surgem outros leitores reivindicando questões públicas em outras partes do jornal.

Foi também na “Secção Livre” que os profissionais urbanos (sapateiros, dentistas, fotógrafos e comerciantes etc.) ofereciam seus serviços. Nessa coluna, o rico comerciante Antônio Pereira dos Anjos anunciava suas viagens sob encomenda a Recife para buscar mercadorias, e uma grande variedade de produtos na sua loja chamada *A Fidelidade*, casa de 7 portas. Na loja podia-se comprar um “*Variadissimo sortimento de fazendas, miudezas, ferragens, molhados, drogas, medicamentos* (grifos do texto original) [...] *Chapéos para homens, senhoras e crianças [...] Arreios ingleses Livros e papel para todos os misteres*”<sup>126</sup>.

**Figura 2 – Fachada da loja “A Fidelidade”- c. início do século XX (?)**



**Fonte:** Edilson Gueges da Costa, grupo “Paraíba em Foto” (Facebook).

Era também na loja *A Fidelidade* que se comprava o algodão em pluma para ser posteriormente comercializado em outras praças. É importante destacar que o desenvolvimento do comércio em Areia impulsionou a urbanização e ajudou a consolidar novos hábitos, entre os quais estava o jornal. A partir do extrato do jornal acima, podemos perceber que a loja *A Fidelidade* também vendia livros e que certamente tinha um catálogo de obras oferecido aos clientes para encomenda.

No mesmo mês da proclamação da República, novembro de 1889, vemos a seguinte nota no jornal:

<sup>126</sup> Jornal *Verdade*, nº. 229, de 20 de janeiro de 1890.

*SECÇÃO LIVRE**Aos homens do povo*

*Em vista do que acaba de decretar o Governo Provisorio da Republica- è considerado eleitor todo o cidadão que souber ler e escrever - a nós, homens do povo, que nunca tivemos as regalias politicas do cidadão, compete-nos correspondermos as vistas do Governo da Republica, com o nosso patriotismo, com a nossa dedicação a causa da democracia que é a nossa propria causa.*

*[...]*

*23 Novembro.*

*Um do povo.*

*(Verdade, nº. 193, 26 de novembro de 1889).*

A nota do leitor acima aborda a questão do letramento como condição para o exercício pleno da cidadania no Brasil, agora como medida legal do novo governo, vislumbrando a participação efetiva como cidadão nas eleições. Na nota, o leitor conclama as pessoas para a escolha criteriosa dos deputados no Congresso Constituinte, sabendo escolher entre aqueles que sempre lutaram pelos ideais republicanos e aqueles republicanos de última hora (os aproveitadores do antigo regime monárquico).

Apesar do entusiasmo do leitor com as notícias do novo governo republicano, os direitos de participação política não se estenderam para muitas pessoas<sup>127</sup>, tendo em vista que eram ainda poucos os brasileiros alfabetizados no final do século XIX. As modificações iniciais propostas pela República não significaram avanços importantes na participação dos cidadãos (como eleitores), pois manteve o critério da renda como condição para o alistamento eleitoral e a alfabetização dos eleitores, embora se omitisse da responsabilidade de ofertar instrução pública para todos os cidadãos<sup>128</sup>.

### 3.5 AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA CHEGADA DA REPÚBLICA

No dia 17 de novembro de 1889, dois dias após o evento da proclamação, o jornal lança na cidade um boletim com a seguinte notícia:

---

<sup>127</sup> “O novo regime nada inovou em termos de igualdade civil. O sufrágio censitário foi abolido, mas para fazer parte do corpo eleitoral, a capacidade de ler e escrever continuou a ser exigida. Ora, a exclusão dos analfabetos pela Constituição gerou uma dupla discriminação porque ela também isentava o governo do dever de fornecer a instrução primária, que constava do texto imperial [...]. A taxa de analfabetismo da população adulta era de mais de 50% [...]” (CANÊDO, 2012, p. 531).

<sup>128</sup> Apesar da exigência da Constituição republicana (1891) de que os eleitores soubessem ler, o mesmo texto legal não previa a gratuidade do ensino, o que representou um grande retrocesso. Nos tempos do Império, o ensino primário era gratuito para todos os cidadãos, conforme o artigo 32 da Constituição Política do Império (1824).

**BOLETIM DA VERDADE**

*Cartas da cidade de Guarabyra nos transmitem o seguinte telegramma de 15 corrente, oriundo da Côrte: "Exercito sublevado. Ladario gravemente ferido - Ministerio preso - Governo republicano provisorio: Deodoro- Bocayuva e Benjamin- Ministerio intimado deixar poder, obedeceu, menos Ladario." Familia Imperial seguia hontem para a Europa- o Batalhão 27, desta provincia adheriu a REPUBLICA. PARABENS AO PAIZ !!*

*Areia, Novembro 17 de 1889.*

*(Verdade, nº. 190, de 19 de novembro de 1889).*

Os inimigos políticos do *Verdade* logo acusaram os redatores de serem mentirosos, de espalharem boatos, conforme relata a edição do jornal. No mesmo dia à noite (17 de novembro), os redatores disseram que a notícia foi confirmada por um telegrama no *Gazeta da Tarde* do Recife. Segundo noticia a mesma edição, houve na cidade alegria, foguetes e ansiedade por notícias. Talvez a maioria da população da cidade não entendesse o significado das mudanças ou nem estivesse tão alegre como notícia. Havia sim uma ânsia por mudanças políticas, por melhorias nas condições de vida da população, pelas trocas nos cargos administrativos que iria ocorrer.

Esse boletim foi publicado avulso dois dias antes na tipografia do jornal e distribuído para anunciar a notícia, sendo depois publicado sob a manchete "*BRASIL REPUBLICANO*" (*Verdade*, nº. 190). Assim também fizeram para anunciar a libertação da escravidão na cidade, emitiram um boletim com a notícia no início de maio de 1888. Neste boletim sobre a troca do regime político, o jornal resume as principais mudanças, com os três maiores nomes do governo provisório, com a adesão do Exército e do batalhão na Parahyba e a resistência da Armada (Marinha) na pessoa do Barão do Ladário. A despeito da demora de receber notícias do Rio de Janeiro, os redatores tinham pressa de informar aos leitores sobre os últimos acontecimentos e a implantação do regime político para o qual tanto lutaram.

Ao analisarmos as manchetes das capas do mês de dezembro de 1889 no jornal *Verdade*, podemos perceber as primeiras preocupações com o advento do regime republicano. Os redatores destacam a necessidade de maior participação política dos cidadãos, da indicação de cargos mais criteriosa escolhendo pessoas comprometidas com causas públicas e o receio de que os mesmos oportunistas do período monárquico chegassem a ocupar esses postos. O combate à ociosidade e enaltecimento do trabalho como virtude moral. A melhoria da instrução pública na Parahyba entrava como uma prioridade para a regeneração dos costumes. Essas questões estavam interligadas, pois a instrução pública estava diretamente ligada a uma maior participação política dos cidadãos.

Ainda no final do mês de dezembro de 1889, as edições do jornal *Verdade* multiplicam-se, passando a ser um jornal diário, publicado todos os dias úteis. Se antes eram três edições semanais, agora passaram a ser seis edições! Parecia que a empolgação com a proclamação da República trazia mais vontade de falar sobre os temas da cidade. “*Publica-se todos os dias uteis*” dizia o expediente do jornal. Essa publicação diária vai apenas até 30 de abril de 1890. Ao assumir a direção do jornal em maio de 1890, Francisco Xavier Jr. volta com as três publicações semanais<sup>129</sup> (nas terças, quintas e sábados), explicando que são suficientes essa quantidade de edições e que a oficina estaria dedicada a outros serviços - talvez pequenos trabalhos tipográficos que rendiam algum lucro para a empresa. Caso imprimissem o jornal todos os dias, não haveria tempo para outros serviços de impressão. O que pretendiam os redatores ao tornar o jornal diário e dobrar sua publicação semanal? Talvez intensificar a propaganda republicana para assegurar as bases sociais do novo regime político.

Nesse período de publicações diárias, intensas, os temas mais abordados foram: a propaganda republicana em favor da República e a defesa do regime contra o ataque dos antigos chefes monarquistas, a organização da República em nível federal e estadual, a instrução pública, as secas e as crises alimentares com pedidos das verbas de socorros públicos etc. A propaganda republicana no jornal consistia em dizer que esse período era de transição e seria necessário paciência para esperar pela regeneração da pátria brasileira. Havia uma grande preocupação com o estabelecimento definitivo da República, e na maioria das vezes o jornal tentou defender o regime das críticas, mas em outros momentos não foi possível.

Apesar da forte propaganda republicana desde 1888 e do estabelecimento do regime, dos anseios de mudança, aos poucos chegam as primeiras frustrações. Algumas o jornal tenta amenizar, outras torna explícitas, dada a gravidade da situação. Vamos explicar: já em janeiro de 1890 o governo estadual suprime a cadeira de instrução primária de Areia. Como o governo republicano de Venâncio Neiva poderia ser contra a instrução pública, se iria contra os princípios republicanos e contra toda a propaganda do jornal em prol da educação? Em editorial de capa, o jornal *Verdade* justificava que o governador suprimira temporariamente as cadeiras de instrução primárias em Areia não por falta de recursos, mas pela formação inadequada dos professores<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Declaração de Xavier Jr. sobre o retorno das três publicações semanais (*Verdade*, nº. 311, de 8 de maio de 1890).

<sup>130</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 239, de 31 de janeiro de 1890.

### 3.6 O NOVO GOVERNO REPUBLICANO NA PARAHYBA: FRUSTRAÇÕES INICIAIS

Foram várias as frustrações republicanas com o primeiro governo de Venâncio Neiva na Parahyba. Essa questão do estabelecimento e organização da República aparece nas edições dos primeiros meses de 1890 como uma grande preocupação. Para alguns, Venâncio Neiva era visto como ainda muito ligado ao Partido Conservador, portanto, diretamente jungido aos grupos políticos do antigo regime monárquico. Mesmo assim, o jornal se propôs a fazer um jogo bastante sutil de linguagem: ao mesmo tempo em que defendia a República, cobrava também os antigos anseios que defendeu durante a propaganda republicana.

Nesse contexto de implementação da República na Parahyba, uma das maiores frustrações do jornal foi com a questão das verbas para o chamando socorro público aos indigentes e retirantes da seca. Durante os anos de 1889-1890, o jornal acompanhava a implantação da Comissão de Socorros Públicos na cidade de Areia, os trabalhos realizados na cidade e o valor enviado. Também denunciou os desvios das verbas relacionados a esse mister para ajuda aos retirantes da seca, durante o período monárquico<sup>131</sup>. Mas parece que os anseios de moralização e eficiência da máquina pública não melhoraram com a República, conforme relata a capa do jornal com o título "*TRISTE SITUAÇÃO*", da qual extraímos: "*Desde que o governo republicano sucedeu ao do imperio foram suspensos nesta localidade os socorros públicos, justamente na quadra mais afflictiva para os famintos, pois estavamos no periodo mais culminante da secca*<sup>132</sup>."

De modo que em 1890 o governo do estado da Parahyba era motivo de descontentamento dos leitores do jornal e até mesmo dos redatores, por não corresponder aos anseios republicanos. Se antes havia a verba dos socorros públicos na cidade de Areia, no tempo do império<sup>133</sup>, mesmo que com corrupção e morosidade, agora nem isso! O jornal denunciava que mais uma vez os retirantes se aglomeravam na cidade e os itens alimentícios para auxiliá-los apodreciam na estação de trem de Mulungu, tamanha era a inércia do governo<sup>134</sup>. Também o pedido para que a cadeira de instrução secundária de Latim retornasse para Areia foi negado pelo governo do Estado, conforme noticiou o jornal em 1890.

<sup>131</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 249, de 12 de fevereiro de 1890.

<sup>132</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 257, de 25 de fevereiro de 1890.

<sup>133</sup> Pela Constituição Política do Império (1824), no artigo 31, estavam garantidos os chamados "socorros públicos".

<sup>134</sup> Jornal *Verdade*, edição nº. 257, de 25 de fevereiro de 1890.

As duas cartas publicadas na capa do jornal em março de 1890 são sintomáticas dos reclames populares. Os redatores, em nome do povo, expõem as primeiras decepções com a República na Parahyba, queixando-se em carta aberta ao governador Venâncio Neiva. Vejamos o que diziam essas missivas ao governador:

**Pelo Povo - Illustre cidadão governador**

*[...] o povo acompanha com anciedade todos os vossos actos, prescrutando por meio delles toda a vossa intenção, o vosso senso administrativo; e eis que de repente retrahse se aquella ampla confiança e parece restabelecer-se o domínio da descrença em melhoramentos dos negócios publicos deste municipio [...].*

(*Verdade*, nº. 268, de 10 de março de 1890).

**Pelo Povo - Illustre cidadão governador II**

*[...] Começaram por queixar-se amargamente de que nenhuma medida tomasses ainda no sentido de attenuar os sofrimentos do povo necessitado, que, sem encontrar aqui trabalho que lhe proporcione os necessarios meios de subsistencia em consequencia da falta absoluta de chuvas, definha a olhos vistos minado por longa fome, ou entrega-se á rapina, perturbando a tranquillidade publica.*

(*Verdade*, nº. 269, de 11 de março de 1890).

Vamos contextualizar os extratos. A primeira nota, como início da carta ao governador, expõe as expectativas e esperanças que o novo regime gerou nos leitores e republicanos de Areia, vendo na mudança política uma oportunidade para atendimento de antigos anseios desde os tempos monárquicos. Mas ao observarem os primeiros atos administrativos do governador, sentiram descrença no novo governo, o que o jornal *Verdade* tentou atenuar - dizendo ser pouco tempo hábil para mudanças da República - mas não escondeu as reivindicações de seus leitores.

Na continuação da carta ao governador (na segunda nota), os redatores detalham os motivos principais do descontentamento dos leitores com o governo do Estado. Detalham na nota acima o principal motivo: a falta de ajuda aos retirantes da seca no município de Areia. A ausência dos “socorros públicos” com verbas estaduais e a organização dos grupos de trabalho decorrentes. Em vez disso, as pessoas estavam definhando de fome, alimentando-se graças à caridade de particulares ou de “*plantas bravias*” (*Verdade*, nº. 269). Esse componente social dos retirantes chegando aos montes em Areia era um explosivo da ordem pública. E o governo do Estado não enviava as verbas de “socorros públicos” para alimentar aquela multidão de famintos, mas, segundo o jornal, para outras localidades do Estado já enviava pela segunda vez. Essa foi a queixa principal, mas havia outras duas: a demora na nomeação do Conselho de Intendência municipal; e a melhoria na instrução pública com a volta das cadeiras de instrução suprimidas por economia pelo Estado (*Verdade*, nº. 269).

Os primeiros tempos da República no Brasil foram conturbados, com golpe sobre golpe. Na Parahyba, o governo de Venâncio Neiva estabeleceu-se no poder apenas em 6 de dezembro

de 1889, após breve “tutela” dos militares, mas em diversas ocasiões os comandantes do 27º Batalhão de Infantaria tentaram dar-lhe um golpe e tomar o poder (GUIMARÃES, 2021).

Na Proclamação da República, o coronel Honorato Caldas (27º Batalhão de Infantaria) tentou manter-se no poder à força e resistir à nomeação de Venâncio Neiva. No final de 1891, o presidente Deodoro dissolveu o Congresso e depois renunciou ao cargo. Com a subida de Floriano Peixoto ao poder no final de 1891, o 27º Batalhão de Infantaria formou uma junta governativa (coronel Cláudio Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho), a qual tenta pela força assumir o poder e ameaçar Venâncio Neiva (GUIMARÃES, 2021). Mas ele mantém-se no poder, com o apoio do governo central e da influência dos militares - entre estes seu irmão Tude Neiva.

A República na Parahyba foi mantendo-se em meio a esses atropelos, tentando institucionalizar-se e formar seus quadros de apoio. No cerne de toda essa desordem, os militares sentiram-se legitimados para “tutelar” o poder, embora agissem de modo arbitrário e sem respaldo popular.

### 3.7 A CONTINUAÇÃO DO JORNAL

Após a morte de Manuel da Silva em outubro de 1890, o jornal *Verdade* continuou a duras penas (como de costume), com o núcleo de colaboradores mais próximos que agora passavam a conduzir diretamente a empresa. O professor Francisco Xavier Jr. mesmo ocupado em muitas tarefas de educação particular, dando aulas em casa e nos cursos primário e secundário, tornou-se o redator chefe e substituiu Manuel da Silva na direção do jornal. Mas a direção financeira da empresa ainda cabia a Manuel, mesmo doente. Após sua morte, a propriedade da tipografia deve ter passado a sua esposa D. Emilia A. L. Vianna - com quem casou no final de 1889<sup>135</sup>.

O jornal *Verdade* não foi um instrumento de uma vontade individual, mas sim uma ferramenta de reivindicações públicas, de sociabilidade, um grupo com determinados ideais, para noticiar os espaços públicos da cidade. Seus integrantes, ao compreenderem esse legado, souberam mantê-lo quando chegavam à condução da pequena empresa tipográfica. Com pequenas diferenças na condução de Manuel da Silva, Francisco Xavier Jr. e Rodolfo Pires, a identidade principal do jornal se manteve ao longo dos anos iniciais (1888-1892).

---

<sup>135</sup> Manuel da Silva casou-se com D. Emília em 5 de outubro de 1889, em um casamento às pressas, sob a *condição in articulo mortis* (casamento nuncupativo), quando estava muito doente, para poder legalizar seus filhos (*Verdade*, nº. 174).

Em nota nas colunas editoriais da capa<sup>136</sup>, no final de 1890, é a vez do professor Francisco Xavier Jr. se despedir do jornal e dizer que deixa todas as contas pagas. Agradece a colaboração da equipe, em especial Simão Patrício da Costa, Adelino Carvalho e Rodolfo Pires, e parte para uma nova vida na capital, onde vai trabalhar em cargos públicos e atuar como professor no Lyceu Paraibano. Para o jornal foi uma grande perda, não dispor mais daquela inteligência do professor, um dos principais redatores do *Areiense* (1887-1888) e que aos poucos tornou-se também um dos principais redatores e editor-chefe do jornal *Verdade*.

Para a equipe do jornal, existirem revezes no caminho não era novidade nenhuma. E a grande questão que se colocava era quem iria levar à frente a empresa? Com a saída do professor Xavier Jr., havia o temor de que o jornal sucumbisse, como aconteceu com tantos outros jornais na cidade. No escritório da redação do *Verdade* foram vários os pedidos para que o poeta Rodolfo Pires assumisse a direção do empreendimento<sup>137</sup>.

Após um pouco de relutância em assumir a direção, Rodolfo Pires, em nota na capa do jornal, anuncia a decisão:

*Reluctei a principio em acceitar tão espinhosa quão defficil tarefa, mas, por amor a terra do meu nascimento e ao seu desenvolvimento nas vias do progresso, firmei no dia 1º do corrente o contracto para dirigir esta pequena folha assumindo toda a responsabilidade intellectual e material da empreza [...].*

*Areia 4 de dezembro de 1890.*

*(Verdade, nº. 397, de 4 de dezembro de 1890).*

Na nota, o poeta Rodolfo aceita a incumbência da direção, reconhecendo as dificuldades que enfrentaria, agora sem o apoio do “*illustrado Xavier Jr.*”. Como argumento principal para aceitar o cargo de editor-chefe, coloca a ideia de manter o progresso da terra como já fazia o jornal desde seu primeiro ano em 1888. Mas havia outro motivo em jogo: o periódico era produto inicial das campanhas abolicionistas com o amigo Manuel da Silva e outros tantos, e que depois tornou-se um veículo da propaganda republicana, de informações e denúncias públicas conhecido na cidade e região. Rodolfo foi, junto com Manuel da Silva, um dos fundadores do jornal, e agora, quando via sua empresa sob risco, decidiu assumi-la e continuar a defender as ideias do programa do jornal, mantendo as principais características.

O jovem poeta Rodolfo Pires, grande amigo de Manuel da Silva em várias empreitadas (a principal foi a campanha abolicionista), também teve vários cargos burocráticos na cidade<sup>138</sup>

<sup>136</sup> Jornal *Verdade*, nº. 396, de 2 de dezembro de 1890.

<sup>137</sup> Jornal *Verdade*, nº. 397, de 4 de dezembro de 1890.

<sup>138</sup> Os cargos por ele ocupados: redator e tipógrafo do jornal *Verdade*, agente do correio, juiz da confraria do Rosário, secretário da Beneficente Areiense, bibliotecário do gabinete de leituras, diretor da Companhia



e foi o principal tipógrafo do jornal após a saída de Tito Silva no final de 1888. Assim, quando assume a direção, pretende com isso levar adiante um trabalho que desde o início fôra dele e de seus amigos. Por conta dos cargos que ocupou, ele reunia a competência de homem letrado e, além disso, o carisma e reconhecimento popular para a função de diretor do jornal.

Ao analisarmos as matérias de capa no primeiro semestre do ano de 1891, pudemos perceber as principais preocupações de Rodolfo Pires à frente do *Verdade*. Ele não mudou muito as principais características e, embora mantivesse o programa inicial<sup>139</sup>, imprimiu ao jornal um dinamismo, noticiando o cotidiano da cidade. A característica principal do veículo, de noticiar os temas de interesse público e das denúncias públicas, foram mantidas.

Alguns temas levantados pelo novo redator chefe Rodolfo foram abordados no passado: a exaltação ao trabalho e crítica aos jogos, a situação da casa de caridade do Padre Ibiapina, a ausência de numeração das casas na cidade, a ação dos “atravessadores” na feira etc. Velhos problemas que eram abordados no jornal pelos três anos. Na seção Gazetilha, o redator separava agora as reivindicações populares nas notas “*queixas do povo*”. Como nos anos anteriores (1888, 1889, 1890) o fiscal deveria responder aos questionamentos de ordem pública dos leitores, através do jornal. Nesse sentido é exemplar a seguinte nota:

*Queixas do povo - Não supponha o cidadão Fiscal que o aperriamos por gosto, mas o povo nos asucrina e obriga-nos a estar uma vez por outra a lhe fazer perguntas. Ainda hontem foram ao nosso escriptorio algumas pessoas e perguntaram: - Têm privilegio os proprietarios de uma marcenaria sita a rua Pedro Americo desta cidade para conservar madeiras em frente da mesma ?! Não podendo satisfazer a curiosidade pedimos o auxilio do cidadão fiscal.*  
(*Verdade*, edição nº. 449, de 11 de abril de 1891).

Essas notas da seção Gazetilha tornaram-se quase fixas, pois eram publicadas com muita frequência (1891), com os reclames e o pedido ao fiscal da Intendência Municipal para que resolvesse o caso. Outros temas foram retomados como a defesa da instrução pública como medida essencial para a “regeneração” social que a República demandava. Mais uma vez o jornal anunciava a abertura de um curso particular (primário e secundário) de instrução na cidade de Areia<sup>140</sup>.

---

Dramática, diretor das comemorações de 3 de maio, partidador do juízo, escrivão de delegacia, secretário da Câmara e da Emancipadora Areiense, professor particular, ator amador e poeta (*Jornal Verdade*, nº. 699, de 1 de dezembro de 1892). Diante de tantos cargos públicos ocupados, entendemos a importância do poeta Rodolfo Pires na dinâmica social da cidade.

<sup>139</sup> O programa inicial desde 1888 foi defender os três pontos principais: propaganda republicana, instrução popular e as denúncias públicas. Após a Proclamação da República, o espaço dedicado à propaganda cedeu lugar à defesa do novo regime e sobrou espaço para outros temas.

<sup>140</sup> Após a partida do professor Francisco Xavier Jr., a cidade ficou carente de professor e sob a condução de

Na seção “Instrução Popular”, em 1891, o jornal continua a estratégia de educar através dos extratos do jornal e estampa textos sobre botânica, zoologia, história universal etc. As apresentações no Teatro Recreio Dramático são noticiadas esporadicamente, nas campanhas para arrecadar fundos para a construção do jardim público proposto por Júlio Silva, até o requinte de minúcias sobre o desempenho dos atores amadores na “chronica teatral”<sup>141</sup>.

Embora o redator Rodolfo Pires mantivesse as características essenciais do jornal, é interessante observar como alguns temas continuam vindo à tona enquanto outros são suprimidos, conforme as conveniências do momento. Pela primeira vez o Carnaval passa a ser notícia de capa. Nesse contexto dois temas se destacam: socorros públicos e o espiritismo. No começo de 1891, Rodolfo Pires não abordou mais a questão dos “socorros públicos”, o auxílio enviado pelo governo para os indigentes e retirantes da seca, talvez porque o ano não fosse de seca como fora em 1889. As reportagens de capa de 1891 não relatam mais eventos de seca na cidade, como havia noticiado o jornal em 1889-1890.

Outro tema que vem à tona de modo rápido em 1891, apenas para explicar aos leitores porque sumiu, foi em relação ao espiritismo. No ano de 1891, há uma única edição que aborda o assunto sob o título de capa “*O Espiritismo e o Novo Código Penal*”, com destaque para o seguinte trecho:

*Hoje que nossas liberdades vão pouco a pouco visando horizontes mais vastos, hoje que predomina no espírito brasileiro a ideia de poder, confiado no liberrimo sentimento do Governo, professar a religião que bem melhor se adapte a sua consciencia (?) querer se abafar e condemnar uma seita em pleno dominio republicano, é uma idéia atroz, e não devem os actuaes directores do paiz, em quem reconhecemos altivez e sobejos conhecimentos, consentir que passe despercebida a representação que lhes foi derigida e fique a philosophia espirita equiparada ao vicio, e como elle (?) condemnada segundo o preceito dos artigos 157 e 158.*

(Jornal *Verdade*, nº. 414, de 17 de janeiro de 1891).

Apesar da nota acima, na qual o redator acreditava nas promessas iniciais de liberdade religiosa e Estado laico, propagadas pelos defensores dos ideais da República (entre eles o redatores do jornal em sua campanha desde 1888), o que se viu como atitude do governo provisório republicano foi a criminalização do espiritismo com o Código Penal de 1891<sup>142</sup>, ignorando uma representação movida pelos espíritas do jornal *Reformador* e da Federação Espírita Brasileira contra os artigos da referida lei.

---

Juventino Cabral e Alipio Salles instalaram uma escola particular com cursos primário e secundário.

<sup>141</sup> Jornal *Verdade*, nº. 443, de 31 de março de 1891.

<sup>142</sup> Art. 157 – Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000. (*apud* GOMES, 2013, p. 69).

De modo deturpado, o espiritismo foi associado ao ocultismo, magia, curandeirismo, charlatanismo, e, portanto, representaria uma ameaça à ordem e saúde públicas. A promessa de liberdade religiosa da República não veio para os espíritas e seguiu-se no Rio de Janeiro um forte embate entre os principais jornais da capital (*Jornal do Commercio*, *Apóstolo* e *Reformador*) em torno do novo Código Penal de 1891. Ainda em 1890, o *Jornal do Commercio* publicava os artigos que estavam sendo debatidos antes da homologação da lei, e após os efeitos da lei, as colunas deste jornal serviram de embate entre os espíritas e o Estado.

Enquanto o *Jornal do Commercio* abria suas colunas para o debate entre os espíritas e o Estado republicano, o *Apóstolo* defendia a fé católica e tentava barrar o avanço do espiritismo na capital e em outras partes do Brasil. O jornal *Reformador*, que surgiu em 1883, antes da Federação Espírita do Brasil (1884) mas depois unindo-se a essa associação como órgão de divulgação oficial. Nas colunas do *Jornal do Commercio* os redatores do *Reformador* usaram espaço para defender o espiritismo como religião séria, baseada na ciência, filosofia e moral e não apenas um crime contra a tranquilidade pública, como havia sido tipificado no Código Penal de 1890 no artigo 157. Esse artigo da lei parece ter sido o cerne da questão e a tentativa de desqualificar o espiritismo (particularmente a mediunidade) como charlatanismo e prática ilegal da medicina.

Sob a direção de Rodolfo Pires o jornal não mais publicava os comunicados e circulares da Federação Espírita do Brasil ou os extratos do jornal *Reformador* como fez o jornal *Verdade* em 1889 e primeiro semestre de 1890, nem os ensinamentos dos livros espíritas na seção “Instrução Popular”. Tudo isso foi paralizado pela repressão do novo Código Penal de 1890. Mas ainda assim defendeu a liberdade religiosa de praticar o espiritismo, pois essa tinha sido uma bandeira do jornal desde seu primeiro ano (1888).

A organização religiosa que passou a ser noticiada por Rodolfo Pires foi a confraria da Irmandade do Rosário, da qual ele foi um dos principais organizadores junto com seu já falecido amigo Manuel da Silva. Nessa agremiação, Rodolfo era juiz confrade<sup>143</sup>, que era o principal cargo de liderança. Essa foi uma característica pessoal de Rodolfo: sempre estar à frente de cargos burocráticos e organizativos de grupos. Pelos extratos do ano de 1891, vimos que a Irmandade do Rosário foi responsável por acompanhar os enterros dos irmãos associados, prestar auxílios e construir catatumbas<sup>144</sup>. Aqueles irmãos que não cumprissem esse dever de

---

<sup>143</sup> *Jornal Verdade*, edição n.º 411, de 10 de janeiro de 1891.

<sup>144</sup> Foi, nesse sentido, uma espécie de irmandade da boa morte, de preparativos, pois entre as atividades dedicavam-se a coletar esmolas e construir catatumbas no cemitério (*Jornal Verdade*, edição n.º 421, de 3 de fevereiro de 1891).

acompanhar o enterro de seus confrades, eram punidos a pagar multas com o valor fixado em velas.

No final de 1892 morre o poeta Rodolfo Pires, conforme noticia o jornal *Verdade*: “No dia 28 de Outubro, passado, padecendo de doença veio a falecer Rodolpho Pires, junto com Manoel da Silva, no qual foi um ‘soldado’ na campanha abolicionista, foi também fundador deste periódico” (edição de 1º de novembro de 1892 do jornal *Verdade*). Seguiram-se inúmeras homenagens em notas e poemas, nesta edição e nas seguintes.

Com a morte do poeta Rodolfo Pires chega ao fim o núcleo básico inicial do jornal, que foi fundado sob o calor das campanhas abolicionistas, e continuou com a campanha republicana, do qual faziam parte Manuel da Silva e Francisco Xavier Jr. Noticiou ainda o jornal que o gabinete de leituras-biblioteca encontrava-se em estado de abandono por falta de um bibliotecário<sup>145</sup> (Rodolfo foi o último), apesar de o espaço funcionar nas dependências do jornal. Após a morte de Rodolfo, os livros da biblioteca-gabinete de leituras foram saqueados (ALMEIDA, 1957, p. 196). A edição de 13 de dezembro de 1892 do jornal *Verdade*<sup>146</sup> traz o relato de duas apresentações no Teatro Recreio Dramático do drama *O orphão e o mendigo* e a comédia *Dispa essa roupa*, detalhando sobre a performance dos atores no palco, realizadas em prol da viúva de Rodolfo Pires, tendo arrecadado 131 mil réis.

Depois de tantos combates, depois de enfrentar o Dr. Faro, de ver abolida a escravidão, de muitos sonhos da República serem frustrados, ainda resistiu a *Verdade*. Outros rostos, com outras cabeças, assumiram a direção da pequena empresa tipográfica. Não sabemos quais estratégias usaram para sobreviver economicamente ou legitimar seu espaço de fala. Assumi a direção após a morte de Rodolfo Pires o médico Otacílio de Albuquerque que, também apreciador das artes, foi seu companheiro de palco nas apresentações. No passado, ele havia sido um dos redatores do periódico *A Escola* (1890), um jornal de estudantes, dirigido por Ulysses Costa e impresso na tipografia do jornal *Verdade* (ALMEIDA, 1957, p. 198).

O jornal foi publicado até 1895, sob a direção de José da Costa Machado, e nesse ínterim não sabemos como se deu a transição de Otacílio Albuquerque para José da Costa Machado; nem quais as características do jornal que continuaram ou mudaram. De algum modo, a *Verdade* continuou a ser dita, publicada e lida, não sabemos se da mesma forma atrevida e ousada como

---

<sup>145</sup> Jornal *Verdade*, edição de 24 de novembro de 1892, não sabemos o número da edição porque nossa coleção se encerra na edição 692, de 15 de novembro de 1892. Transcrevemos essa informação a partir dos resumos do professor Francisco Sales Gaudêncio sobre algumas notas do jornal *Verdade*.

<sup>146</sup> Novamente não tivemos acesso a essa edição do jornal, apenas indiretamente pela transcrição do professor Francisco Sales.

foi nos anos iniciais.

O jornal *Verdade* chega ao fim em 1895<sup>147</sup>, não sabemos exatamente sob quais circunstâncias, pois não entramos em contato com edições desse período. O seu maior legado foi trazer os temas sociais relevantes para o debate público, no que influenciou outros jornais de sua época (*Democrata*, *Mosquito* e *Libertador*)<sup>148</sup>. Em 1895, o jornal *Democrata* foi empastelado pela ação de seus inimigos. Todos esses outros jornais também concluíram suas atividades, fechando um ciclo de rápido crescimento da imprensa na cidade.

Toda verdade é inconveniente, atrevida, carrega interesses velados, mas, a bem da sociedade, precisa ser dita.

Não sabemos como, mas **A *Verdade*** foi sufocada, calou-se no ... **FIM.**

---

<sup>147</sup> Segundo Almeida (1957, p. 198), o jornal *Verdade* circulou por oito anos (1888-1896), mas Araújo (1986) afirma que ele existiu até 1895. No catálogo da Biblioteca Átila Almeida (UEPB) existem outras edições com as quais não entramos em contato, dos anos de 1893, 1894 e 1895, mas não constam edições de 1896.

<sup>148</sup> De acordo com Almeida (1957), o jornal *Libertador* era órgão oficial do partido republicano, impresso na tipografia do *Verdade* e vivia em polêmica com o *Democrata*, que fazia oposição ao governo do Estado. Nesse contexto, o jornal *Verdade* também lançou críticas ao *Democrata*, em defesa do governo estadual. Ao que tudo indica, o jornal *Verdade* tornou-se nos anos finais um panfleto em defesa do governo republicano estadual, algo impensável para seus fundadores.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrarmos em contato com as edições do jornal *Verdade*, nos deparamos com uma diversidade enorme de temas e informações. Assim como um naturalista que entrasse na Mata Pau Ferro (Areia (PB)) pela primeira vez, ficaria deslumbrado querendo descrever tudo que via, pois julgava ser a primeira pessoa a desbravar o lugar. Apesar do “deslumbramento” com alguns temas, optei pela história serial como método de análise, porque assim pude entender o contexto de cada documento.

Além disso, optei por analisar as principais características do jornal *Verdade* sempre na correlação com as ideias republicanas. Foi necessário fazer escolhas, recortes de temas e assuntos que julguei serem mais importantes para compreender as ideias do jornal. A proposta principal desta pesquisa não foi fazer a história do jornal, mas a investigação sobre as ideias republicanas coincidentes com a maior parte do tempo de vida daquele veículo de imprensa.

Ao longo dos anos da pesquisa, surgem alguns questionamentos. Muitos de forma espontânea, outros se impõem pelo desenrolar da pesquisa. Desde o projeto inicial, fui questionado se estaria realizando uma pesquisa sobre a elite de Areia, sobre as famílias de renome. Nossa proposta não era produzir uma história da elite social. Então, uma questão básica que se impôs foi: o jornal *Verdade* seria um jornal de elite? Era sim uma elite cultural, mas do ponto de vista social e econômico era uma classe média, formada por acadêmicos de farmácia, direito, funcionários públicos e professores, que tentava ter acesso às decisões e ao poder.

De modo bastante contraditório, no jornal, essa “elite cultural” de homens letrados desdenhava da ignorância do povo, mas ao mesmo tempo se colocava como porta-voz desse mesmo “populacho” ignorante e rude – na concepção de seus redatores. Talvez o jornal fosse um espaço para barganhar e legitimar um poder que essa classe média ainda não tinha como veículo de comunicação, pois todos eram reféns do poder local dos velhos caudilhos da política, com ânsia de participar das decisões daquela sociedade.

Ainda outra reflexão se coloca: se o jornal começou sendo abolicionista, por que silenciou sobre as condições de vida dos ex-escravos? A estratégia das denúncias públicas no jornal foi importante para aproximá-lo da população em geral, e embora fosse inicialmente uma

tática de sobrevivência, com o tempo tornou-se marca registrada do jornal ao longo dos anos. Mesmo nas ações de denúncias públicas não vimos a defesa aos negros agora libertos, a não ser nos anos iniciais do jornal, quando se denunciava a violência praticada pelos escravistas.

Não podemos cair no erro do anacronismo ou de julgar as personagens históricas dentro de um maniqueísmo de bem versus mal. Mais que isso, devemos compreender as razões que os levaram a agir de determinada forma, as idiosincrasias, as sociabilidades, os laços sociais, os grupos envolvidos e as ideias em jogo.

Revelar essas conexões nos leva a pensar o “espírito de época” na História, em um esforço de mais compreender que julgar. A intersecção entre os aspectos culturais e políticos são muito bons nesse sentido, pois oferecem um rico material para análise. Como disse Napolitano (2014, p. 17): “O historiador não é bombeiro nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes”. Nesse esforço de retórica que é a escrita da História, entre a subjetividade do presente e a interpretação do passado, tentei pontuar as principais características do jornal e das ideias republicanas nele contidas.

As três principais ideologias identificadas na propaganda republicana do jornal foram: liberalismo norte-americano, o jacobinismo francês e o positivismo. Essas três ideias influenciaram os primeiros tempos de República e a organização do Estado, servindo de base para práticas sociais e políticas. Inicialmente, pensamos que o jornal estaria marcado sobretudo pelo positivismo difuso, pela linguagem e ideias contidas em suas páginas (apesar de ser tema de apenas uma capa do jornal).

Podemos apresentar algumas conclusões acerca dessas ideias jornalísticas e o lugar que ocupavam. Com o aprofundamento da pesquisa, percebemos que a ideologia predominante foi o liberalismo norte-americano, que nos escritos do *Verdade* serviria de base para toda a atividade política, com a liberdade de ação circunscrita aos assuntos econômicos e uma tímida participação política. Era a ideia do capitalismo moderno nascente, de acumulação, de incentivo à iniciativa privada e do individualismo, em detrimento da vida comunitária. Alguns leitores, no entanto, não aceitavam essa visão e rejeitaram os escritos do jornal.

O jacobinismo francês aparece no jornal em textos, nas imagens do barrete frígio, e nos flertes de revolução que transparecem especialmente nas edições do ano de 1889, ano do centenário da Revolução Francesa. O jacobinismo foi forte no Brasil entre os republicanos históricos mais exaltados, dos quais Silva Jardim foi seu orador mais representativo. Embora não concordasse com tudo dos escritos radicais, o jornal publicou na íntegra um opúsculo de Silva Jardim chamado *A Republica no Brazil*. O jornal *Verdade* flertou com a ideia de revolução

armada para fazer a República, mas como último recurso. Na maior parte do tempo, foi partidário da corrente evolucionista do partido republicano, tais como Quintino Bocaiúva. Ao mesmo tempo, a ideia de ampla participação social dos jacobinos também seduzia o jornal, embora fossem partidários de uma maior centralização política.

Nesse ponto chegamos ao positivismo. As ideias positivistas estiveram sempre presentes nas suas letras: no apelo à lei e à ordem, na ideia da ausência de conflitos entre as classes e uma suposta organicidade social, na crença na ciência e no evolucionismo, no papel da família e da mulher na organização da vida social etc. O positivismo era a ideia básica para a organização da vida social e política durante a República, e como tal foi defendida pelo jornal. Nesse contexto de ideias positivistas, os redatores defenderam também a ditadura do Executivo no início do governo provisório da República – o que se choca diretamente com as perspectivas políticas liberais de funcionamento de um parlamento eleito pelo povo ou com as ideias jacobinistas de maior participação popular.

Quais eram os sonhos de liberdade no jornal *Verdade*? Como vimos, no período da propaganda republicana, a palavra “liberdade” pareceu tornar-se sinônimo da palavra “República”, tendo em vista os muitos anseios e expectativas com o novo regime político. Havia nas pessoas o desejo de maior participação política, de melhoria das condições socioeconômicas, de maior liberdade religiosa, de conquistar mais instrução, e todos esses anseios foram captados pela propaganda republicana. A classe média urbana no Brasil, representada pelos redatores do jornal, via na proclamação da República uma oportunidade de libertar-se das amarras políticas e do controle da aristocracia.

Nesse sentido, a proclamação da República parecia a solução para todos os males. Todos esses desejos populares foram barrados por uma República militar e oligárquica que, apesar de colocar a palavra “cidadão” como pronome de tratamento, não implementou a maioria das mudanças. Mas é importante registrar que outras formas de organização da República foram sonhadas e planejadas. O jornal *Verdade* refletiu em sua propaganda republicana as diversas ideias políticas e os projetos de poder, alguns não hegemônicos.

Outra noção de destaque no jornal foi em relação ao espiritismo. Ao iniciar a pesquisa, pensamos que essa ideia era secundária no jornal, mas tendo em vista o espaço que ocupou e a correlação com o tema República, vimos que ela foi, na verdade, uma das bases do periódico nos primeiros anos (1889-1890). A propaganda do espiritismo no jornal centrou-se em divulgar as principais obras codificadas por Allan Kardec e tentar dissimular a religião, buscando respeito e reconhecimento para essa nova fé. Esse movimento em prol do espiritismo unia-se ao movimento por mais liberdade religiosa antes da proclamação da República, juntamente com



algumas denominações evangélicas.

O tema aparece no jornal apenas em 1889 e, com a criminalização das práticas de espiritismo com o Código Penal de 1890, some do jornal no segundo semestre. Não conseguimos maiores informações sobre a recepção dos leitores sobre em relação ao assunto, mas supomos ser muito polêmico, tendo em vista que o jornal nunca publicou nenhuma nota sobre as reuniões espíritas na cidade. Ainda, no arranjo de ideias contraditórias aglutinadas pelo jornal, o espiritismo chocava-se frontalmente com as ideias materialistas do positivismo, mas, por outro lado, fazia coro por mais liberdade religiosa e menos poder para a Igreja Católica – reforçando a ideia do Estado laico republicano.

A instrução pública foi um tema recorrente e importante para o jornal, não por acaso. Era uma questão de sobrevivência incentivar a leitura, seja no gabinete de leituras, seja através dos extratos do próprio jornal ou divulgando em suas páginas os cursos primários e secundários que surgiam na cidade. A proposta era defender uma educação através da instrução pública oficial, gratuita para todos, mas, ao mesmo tempo, o jornal se colocava como instrumento de educação popular, ao veicular matérias instrutivas e que facilitassem o letramento inicial dos leitores.

No contexto social da época, segundo os redatores, a educação pública seria mais um importante instrumento de “regeneração social” de que precisava a República para estabelecer-se como nova ordem política. Esse foi um dos pontos de maior frustração, tendo em vista que nas cartas dos redatores do jornal dirigidas ao governador Venâncio Neiva em 1890 esse é um dos pontos de maior insatisfação popular com a República, tendo em vista a supressão da cadeira de instrução primária em Areia nos primeiros anos republicanos.

Ao longo da pesquisa, outro tema foi se impondo: os socorros públicos e a seca. Apesar de ser muito interessante, não pude abordá-lo de modo mais aprofundado, tendo em vista a quantidade de informações para analisar. Mas tal temática foi tratada na correlação com o tema República e como parte inevitável do contexto social da época, que caracterizou-se pela grande quantidade de retirantes na cidade de Areia, de mobilidade social, de vadios e furtos. Portanto, o discurso do jornal de exaltação ao trabalho e de combate à vadiagem faz parte desse contexto social, de uma cidade invadida por viajantes que vinham de outras regiões em busca de alimento e ameaçavam a ordem social.

Na memória social da cidade havia o medo dos efeitos da grande seca de 1877, na qual muitos retirantes desfaleciam de fome pela cidade e que em grande quantidade provocaram distúrbios sociais. Esses eventos foram noticiados pelo jornal *O Areiense* em sua primeira fase, sob a direção de Júlio Silva e o professor Joaquim da Silva. A partir dessa memória, durante a

seca de 1889-1890, o jornal *Verdade* acompanhou atentamente a formação da Comissão de Socorros Públicos em Areia, noticiou os montantes em dinheiro e comida destinados à cidade (dois contos de réis inicialmente) e os trabalhos de melhoramento urbano (calçamento das ruas, reforma das estradas) realizados pelas equipes de socorros públicos. Mas com o estabelecimento do governo republicano na Parahyba, essas ajudas estatais também tardaram em chegar à cidade, o que foi motivo de reclames dos leitores e até dos redatores do jornal.

Qual teria sido o legado desse pequeno-grande jornal para a cidade de Areia? Vimos que, pelos padrões da época, tinha uma pequena tiragem, entre 200 a 300 edições. Por outro lado, o jornal não pode ser compreendido fora do seu contexto social e cultural, de homens letrados e de classe média, mas que tentavam interferir sobre sua realidade social ao se colocarem como porta-vozes das classes populares.

Nesse sentido, o jornal foi um importante veículo de comunicação que englobava outros espaços sociais: o gabinete de leituras-biblioteca nasceu e viveu anexo ao jornal; o teatro da cidade nasceu de esforços particulares e o jornal sempre noticiou seus eventos e descreveu a atuação dos atores, além do que foi lugar de reuniões; o funcionamento de associações atreladas ao jornal, tais como a Beneficente Areiense e a Irmandade do Rosário; a descrição dos aspectos urbanos e fatores de modernização, a exemplo da limpeza das fontes de água da cidade; a divulgação dos cursos particulares de instrução pública e a luta por instrução pública gratuita, entre outros tantos temas.

O jornal, ao debater os temas públicos e ao fazer uso da estratégia das denúncias públicas, dos problemas da cidade, colocou na ordem do dia o debate sobre essas questões, venceu as barreiras financeiras e de aceitação, mantendo-se por alguns anos como principal veículo informativo da cidade e depois influenciou outros jornais que surgiram no ano de 1895.

A que conclusões podemos chegar com este trabalho? Que o jornal *Verdade* foi um cadinho de ideias de liberdade, sonhos de uma liberdade republicana, muitas vezes com ideias bastante contraditórias, mas que sempre mantiveram a característica de lutar por melhorias sociais. Sobretudo dentro do contexto das ideias liberais e positivistas (bastante conservadoras), flertando com ideias jacobinas (até de revolução), os redatores buscaram incentivar a participação popular nas questões políticas e da vida pública. Muitos desses sonhos republicanos de maior liberdade, da época da propaganda republicana não se concretizaram com o advento da República, mas servem de referência para pensar que outros projetos políticos foram sonhados para o lugar do projeto hegemônico de República oligárquica que venceu.

Ao final desta pesquisa, vislumbramos outras trilhas para futuras investigações, tendo como base o corpus documental do jornal *Verdade*, a saber: história da educação e da leitura na

Paraíba, história das religiões (espiritismo), história ambiental do Brejo, história do cotidiano da cidade de Areia no século XIX, a chegada do espiritismo na Paraíba, história das transformações urbanas em Areia no século XIX e os relatos das ações das obras e serviços dos “Socorros Públicos” de enfrentamento à seca etc. Esperamos com esse trabalho que tenhamos contribuído também para reunir as edições dos primeiros cinco anos do jornal *Verdade* e para a manutenção da memória de informações históricas tão ricas e importantes.

Devo dizer-lhes também que, ao longo deste trabalho, tive algumas pretensões: lutar pela preservação do jornal *Verdade* (suas memórias ou vozes sociais), somando-se ao esforço da preservação do patrimônio histórico de Areia. Por alguns anos vivi por aquelas ruas históricas tão belas e cheias de histórias, portanto, tentei fazer uma escrita engajada no sentido de tentar valorizar a história e a cultura locais.

Não queria que este trabalho ficasse em uma prateleira empoeirada da academia, mas que, transformando-se em um texto vivo e em permanente reescrita, chegasse ao povo daquela cidade que tão bem me acolheu.

---

## FONTES BÁSICAS

### **Biblioteca Átila Almeida - UEPB.**

Primeiras edições do jornal *Verdade*, ano de 1888 (nº. 1 a nº. 20).

### **Biblioteca particular do professor Francisco Gaudêncio.**

Edições do jornal *Verdade*, ano de 1888 (coleção completa do nº. 1 ao nº. 65); edições avulsas do jornal *Areiense* e listas de resumos de pesquisas com notas sobre o jornal *Verdade* e outros jornais sobre Areia.

### **Biblioteca particular do professor Luciano Mendonça.**

Edições do jornal *Verdade* do ano de 1890 (completa), através do historiador Pedro Nicácio Souto.

### **Casarão de José Rufino em Areia (PB).**

Edições encadernadas do jornal *Verdade* do ano de 1889 (completo) e primeiro semestre de 1890.

### **Museu Regional de Areia (MURA).**

Edições do jornal *Verdade* de 1891 (completo) e 1892 (quase completo); fotografia, título de eleitor, diploma e outros objetos pessoais de Manuel da Silva.

### **Biblioteca Nacional Digital.**

Edições digitalizadas dos jornais *Areiense*, *O Século*, *O Cachoeirense*, *A Federação*, *Gazeta do Sertão*, *Gazeta da Parahyba*, *Imprensa Evangélica*, *Reformador*, *Revista Ilustrada*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Areia e a abolição da escravatura**: o apostolado de Manoel da Silva. Recife: Gráfica do Jornal do Commercio, 1946.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. v. 1. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **Pedro Américo**: Ligeira notícia biográfica do genial pintor paraibano. João Pessoa: Edepb, 2013.

APOLOGISTAS CATÓLICOS. **A Rosa de Ouro dada pelo Papa Leão XIII à Princesa Isabel pela Abolição da Escravatura**. s.l., 29 mar. 2016. Disponível em: <https://www.apologistascaticos.com.br/index.php/magisterio/documentos-eclesiasticos/decretos-bulas/868-a-rosa-de-ouro-dada-pelo-papa-leao-xiii-a-princesa-isabel-pela-abolicao-da-escravatura>. Acesso em: 20 abril 2021.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: Imprensa e Vida. Jornalismo Impresso 1826 a 1986. 2. ed. ilustrada. João Pessoa: Grafset, 1986.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro; DUARTE, Sheila. A Sciencia do Bom Homem Ricardo: um texto de leitura escolar no Brasil imperial. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, maio-agosto, 2015.

ASSIS, Gabriella Lima de. Hayden White entre a história e a literatura. **Albuquerque**: Rev. Hist., Campo Grande, v.4, n.8, p. 131-151, jul./dez. 2012.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas na Paraíba do século XIX**: de Antônio Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 2009.

BARROS, José D'Assunção. História das Idéias – em torno de um domínio historiográfico. **Locus**: Rev. Hist., Juiz de Fora, v 13, n 1, p. 199-209, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. **A Republica Federal**. 5. ed. estereotypada. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1888.

BRASIL. Decreto nº. 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva. Reforma a legislação eleitoral. In: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Glossário Eleitoral Brasileiro**, Brasília, DF: TSE, [2020]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CALKINS, Norman Allison; BARBOSA, Ruy. **Primeiras lições de coisas**: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227357>. Acesso em: 23 maio 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA (PB). **Vereadores antigos**. Areia (PB), 2021. Disponível em: <http://camaraareia.pb.gov.br/parlamentares/vereadores-antigos/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Cidadania no Brasil – Democracia - Aprender a votar. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Josélio. **Lyceu Parahybano**: Berço da Cultura e do Jornalismo. João Pessoa: EPC, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II, Ser ou não ser**. 2. ed. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLANI, José. **A Maçonaria na década da Abolição e da República**. Londrina: A Trolha, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n.º. 17, jun. 2009.

COMTE, Augusto. **Apelo aos conservadores**. Igreja Positivista. Tradução de Miguel Lemos. Rio de Janeiro: I.A.P. B., 1899.

CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. [1819]. Trad. Emerson Garcia. São Paulo: Atlas, 2015 (Coleção Clássicos do Direito, v.3).

CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial**: Documentos diversos (1821-1860). Vitória: SBHE; Virtual Livros, 2015.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Colleção D. Thereza Christina Maria**. Álbuns fotográficos. Rio de Janeiro: Centro de Processos Técnicos, 2007. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/terezacristina/apresentacao.htm>. Acesso em: 22 abril 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: LM & P, 2019.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva**: um empresário ilustrado do Império. Bauru (SP): Edusc, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [1926]. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **A Paraíba e a proclamação da República**. João Pessoa: IHGP, 2021. Disponível em: [http://www.ihgp.net/luizhugo/a\\_pbeaproc\\_rep.htm](http://www.ihgp.net/luizhugo/a_pbeaproc_rep.htm). Acesso em: jun. 2021.

GUIMARÃES, Maria Helena Pires. A higiene na sociedade na segunda metade do século XIX. **Rev. baiana saúde pública**, Salvador, v.8, nº. 14, p. 9-26, jan-dez. 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. O Brasil monárquico. tomo II: reações e transações. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874?. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: jun. 2021.

KARDEC, Allan. Noções elementares de Spiritismo. Itens 7-21. Perfectibilidade da raça negra. **Rev. Spirita de Paris**, Paris, p. 97, 1862.

LEAL, Júlia. Carta da professora Júlia Leal da cidade de Areia, endereçada a um parente. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, v.13, p. 23-241, 1958.

LIMA, José Alves de. **O Quebra, velha fonte de recordação de Areia**. Areia (PB): Edição do autor, 2008.

LISBOA, João Coelho Gonçalves. **Problemas Urgentes**: Oligarchias, Seccas do Norte e Clericalismo. Discursos pronunciados pelo Senador Coelho Lisboa em 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

MATOS, Clarence José de.; NUNES, César A. **História do Brasil**. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o sonho. **Varia Hist.**, Belo Horizonte, v. 27, nº. 45, p. 121-139, jan./ jun. 2011.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. **Areia-Paraíba**: Morfologia e

Desenvolvimento Urbano (séculos XVIII, XIX e XX). 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2008.

MORO, Taciane Neves. A moção plebiscitária de São Borja e o jornal *A Federação*: uma análise a partir da hipótese de agendamento (1888). **Revista Ágora**, Vitória, v. 31, nº. 1, 2020.

NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife**: Eleições de 1884. Brasília (DF): Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Carla Guedes. **Ideias de Xavier Júnior sobre o jardim de infância na Paraíba da Primeira República**. Orientadora: Profa. Dra. Máira Lewtchuk Espindola. 2018. 35 f. Trabalho de conclusão (Licenciatura em Pedagogia) Centro de Educação, UFPB, João Pessoa, 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista**: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Areia e sua música**. João Pessoa: Edição do autor, 1992.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na "Cidade D'Arêa" oitocentista**. Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima. 189 f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2010.

SILVA, Jhonanta do Nascimento. Teatro Minerva. *In*: BIBLIOTECA SETORIAL FRANCISCO TANCREDO TORRES. **Histórias de Areia**. Areia (PB): CCA; Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/menu/a-biblioteca/historias-de-areia/teatro-minerva>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu**: Província da Parahyba do Norte (1871-1901). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Fernandes Cardoso. 2018. 301 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SOUSA JÚNIOR, José Pereira de. **Estado Laico, Igreja Romanizada na Paraíba Republicana**: Relações Políticas e Religiosas (1890-1930). Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda. 2015. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2015.



SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Rev. Bras. Hist. Ciênc.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun. 2013.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra Quilos**: lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SOUTO, Pedro Nicácio. **Areia**: uma “aldeia” negra paraibana de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima. 170 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2015.

SOUZA JÚNIOR, José Pereira de. Campos de enfrentamentos: Catolicismo versus Espiritismo na Paraíba (1890-1935). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., Brasília, jun. 2017. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

---

# **ANEXOS**

---

ANEXO A – EXTRATOS DO JORNAL *VERDADE*

**A REPUBLICA NO BRAZIL** - compêndio escrito por Antônio da Silva Jardim.

(extratos do *Jornal Verdade*, nº. 59, 61, 62, 63 e 64 de dezembro de 1888 e das edições nº. 66, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79 e 80 de 1889), em um total de dezesseis edições para completar o compêndio de propaganda política. Foi o artigo mais longo reproduzido pelo jornal.

**DAS MANEIRAS DE GOVERNAR A MELHOR É A REPUBLICANA. I** - (nº. 59, capa)

Ha duas maneiras principaes de governo de um povo: - a Monarchia, e a Republica.

Monarchia como diz a palavra, é o governo de um. É aquelle modo de governo em que um homem, que se chama rei, ou imperador, ou sultão, ou czar, ou schah etc., com mais ou menos auxiliares, com mais ou menos auxiliares, que são os ministros, ou os conselheiros, ou os senadores, ou os deputados, ou os presidentes de província, ou os magistrados etc. commanda ou governa um povo, segundo a sua vontade, ouvindo, ou não, aquelles a quem elle dá parte da direcção do Paiz, e que representam a esse homem, e não ao Paiz.

República como o diz a palavra, é a cousa publica, de todos, é o governo do Publico, dos que vivem numa mesma época. É aquele modo de governo em que um homem, que se chama Presidente, ou um grupo de homens, chamado Directorio, ou Conselho Federal etc., com auxiliares, ministros, conselheiros etc., dirige um povo, segundo a vontade d'este, que determina e fixa a vontade de d'aquelle, ouvindo sempre aquelle a quem com esse homem ou esse grupo o povo dá parte da direcção do Paiz, e que não representam a elle, e sim ao Paiz.

D'aqui se conclue que a Monarchia é um governo de privilegio, da vontade de um homem: que a Republica é o governo da opinião publica, do desejo de uma nação. Que na Monarchia o povo é governado; que na Republica o povo se governa, delegando embora os serviços de administração nas mãos de alguns homens que só se occupam ... (final ilegível)

A República é um governo de sociedade, popular.

Ha ainda differença entre a Monarquia e a Republica.

Na Monarquia o SENHOR do Paiz tem o poder pela herança. É o que é, porque seu Pai foi, e passou-lhe esse poder. Na Republica o CHEFE do estado tem o governo porque a Patria existe, e o encarrega d'elle. O monarca é herdeiro numa casta, numa família: o chefe republicano não o é: é escolhido e eleito pelo povo.

Na Monarchia o SENHOR é inviolável, é sagrado, é irresponsável. Na Republica o CHEFE é violável, si o merecer, é profano, como outro homem qualquer, é responsável: dá contas do que faz a nação.

Na Monarquia os governados são chamados subditos do senhor: na República são chamados cidadãos pelo cidadão presidente.

Donde se conclui que a Republica é o governo d'um povo forte, intelligente, trabalhador, altivo, nobre; a Monarchia é o governo de um povo fraco, pouco intelligente ainda, pouco trabalhador, servil, mesquinho. Monarchia, governo para povo criança: tutela; Republica governo para povo crescido, emancipação. Monarchia, ruim; Republica, boa: quanto mais Monarchia mais atrazo: quanto mais Republica mais progresso.

## DEPOIS DAS MANEIRAS DE GOVERNAR PELA MONARCHIA OS HOMENS QUISERAM A REPUBLICA II (nº. 61, capa)

Quando os homens só tinham família, e só havia famílias, e não havia ainda uma Pátria, o governo era do chefe da família, do Pai, do Patriarcha: é a Patriarchia.

Quando muitas famílias se reuniam em tribus, o governo foi do chefe mais forte da família mais temida: continuação da Patriarchia.

Quando a ideia de religião desenvolveu-se, o governo foi dos padres d'esses tempos, governo dos deuses: the-ar-chia: exemplo: o Egypto antigo.

Quando a vontade de fazer guerras para tomar terras a outros povos animou os homens, o governo foi dos as cabeças das guerras: - governo militar: bell-archia: ex. Egypto Macedonia etc.

A patriarchia, a thearchia, a bellarchia são modos da monarquia, do governo de um.

Nos tempos passados houve republicanos que eram quasi monarchias, por que eram a ditadura, Isto é, o mando de um só, embora não fosse rei: exemplo, a Grécia e Roma. Houve também realezas, e houve imperios, ducados, condados, principados: exemplo Roma, França, Italia, Hespanha, Portugal, Allemanha etc.

Quando um grupo de homens, ou de famílias impõe-se à nação, dominando os outros homens, e famílias, o governo é de alguns privilegiados: é uma oligarchia.

Tudo isso são formas de monarquia

De um certo tempo em diante os homens começaram a ver que nada d'isso era razoavel, e começaram a querer um governo sem privilegios de um só homem, ou de uma só família: quizeram a Republica.

Foram vendo, principalmente, que as famílias de reis, pelos máos casamentos de interesse que faziam, entre parentes sempre, só produziam, filhos fracos, de corpo, de espirito, de caráter e de coração: aleijados, loucos, idiotas, devassos, falsos etc.

Assim os norte-americanos fizeram com a sua independência da Inglaterra (1776) uma Republica; os suissos (1476) do mesmo modo; assim a França, depois da grande revolução de 1789, a Hespanha, e todos os paizes da América do Sul, exceptuando o Brazil.

Como a monarchia, depois de ter prestado serviços, estragou muito os homens, as republicas que existem ainda têm defeitos notáveis ; mas são muito melhores que as monarchias.

A razão é que a Republica é, em si, muito melhor que a Monarchia, segundo a confissão de todas as pessoas adiantadas.

## O GOVERNO DO BRAZIL É UMA MONARCHIA ABSOLUTA - III (nº. 62, capa)

Quando o Brazil tornou-se independente de Portugal, (1822) quis fazer uma Constituição, Isto é, um certo numero de leis pelas quaes se governasse, mas o imperador d'esse tempo, que era Pedro I, não consentiu nisso, dissolvendo com armas os deputados.

A Constituição que elle mandou fazer, e que mandou que fosse jurada, e que é a que temos, diz que o nosso governo é monarchico, constitucional, hereditario e representativo. Que ha 4 poderes: legislativo, executivo, judiciario e moderador. Que elles são delegação da nação.

Nada d'isto é exacto: é sophisma. Primeiro, não ha monarchia constitucional. Monarchia e constituição duas coisas que se repellem: a monarchia é a vontade do rei, e uma constituição é a vontade do povo: a vontade do rei do povo não se combinam: ou rei manda mais que o povo, e então a monarchia é absoluta, ou o povo manda mais que o rei, e então povo dá cabo do rei, como homem, ou somente como rei: matou-o ou tira-lhe a coroa: mas neste caso não ha mais monarchia.

Assim, toda monarchia é inconstitucional. Toda a monarchia é absoluta, desde que seja hereditaria, isto é, passando a nação de pai a filho, como uma casa ou um terreno, por herança; é absoluta, desde que o rei é irresponsável, sagrado, inviolável; mas não sendo assim, sendo o rei feito por eleição, e responsável, o paiz não é monarchia.

Não ha monarchia representativa, porque na monarchia a nação não se pode representar pelos seus deputados. Si a Nação quer fazer deputados republicanos, o que faz a Monarchia - interrogação- faz a eleição não deixa o povo... (parte elegível)... se não fosse assim, os deputados republicanos fariam do paiz uma republica.

Monarquia e povo são entidades que não se entendem; não ha monarquia popular, democratica, como se diz em política.

#### A REPUBLICA NO BRAZIL

##### O GOVERNO DO BRAZIL È UMA MONARCHIA ABSOLUTA (nº. 63, capa)

É mentira da constituição a tal existência dos quatro poderes. Nós não temos poder legislativo, porque, 1º: o povo não é que faz a eleição, 2º: o imperador pode dissolver as camaras sempre que for para o bem do estado, isto é, de nós todos; mas é elle quem decide do nosso bem, e não nós.

Não temos poder judiciário porque, 1º: o Imperador é que faz a nomeação dos juizes, 2º: porque elle pode perdoar as penas ou de diminuir as contra as sentenças do Júri que é o tribunal do Povo perdoar as penas ou diminui-las as contra as sentenças do jury, que é o tribunal do povo.

O que ha é poder moderador, poder de um homem só, poder dominador, poder imperador. Mas esse poder de um é justamente o que chama monarchia absoluta. O imperador no Brazil faz tudo: faz amizade com os outros povos (allianças) declara guerras, nomeia todos os empregos etc. é até meio-Papa: as ordens do Papa não tem vigor no Brasil sem consentimento do Imperador.

Não é exacto que o poder do Imperador seja delegação da nação, quer dizer, cousa de que a nação o encarregado o encarregasse; 1º: ninguém delegou nada ao primeiro imperador, sua aclamação não foi de todos os brasileiros; 2º: elle não podia passa-la a seu filho, Pedro II, porque o que ele tinha de poder lhe foi tirado em 1831, quando o mandamos embora, e ninguem dá o que não tem; 3º: não ha delegação, sem responsabilidade do delegado, e a lei do Brazil castiga com a cadeia quem quizer provar que o tal delegado da nação, que é o imperador, é, por exemplo, incapaz de governar, por doente, louco, etc.

Todos sabem d'estas cousas, e todos sabem que é muito humilhante para um paiz, muito indigno, e sobretudo muito estúpido, haver um homem que faça tanta cousa, sendo sagrado, inviolavel e irresponsavel.

## A REPUBLICA NO BRAZIL

### IV - O ESTADO EM QUE A MONARCHIA POZ O BRAZIL È DESGRAÇADO (nº. 64, capa)

O Brazil é um paiz actualmente muito desgraçado.

A liberdade que elle tem não está garantida na lei: as leis mandam castigar tudo que for contra a monarchia, contra religião, contra o imperador etc. Se o Imperador quizer, pode fazer cumprir essas leis.

Essa liberdade não está garantida de facto: os jornaes republicanos e os oradores do povo têm sido apedrejados pela polícia do governo do Imperador.

Essa liberdade é um abuso, embora muito justo. Para termos liberdade, é preciso que sahiamos da lei o que é (justo?).

Não temos liberdade de religião: a lei obriga todos os brasileiros a serem catholicos: e por isso os estrangeiros, protestantes etc., não podem viver bem no Brazil.

Não temos instrucção; nem de primeiras lettras, porque temos poucas escolas, e ruins; nem superior, por que as academias não são boas; o governo todo o dia vive reformando-as.

Não temos administração; os presidentes das províncias vivem de um lado para o outro, sem poderem fazer cousa alguma, e sem conhecerem os lugares que estão governando.

Não temos representação nacional (deputados e senadores) que prestem bem: os deputados brigam como crianças, insultam-se, falam muito e nada fazem. A lei da eleição é muito ruim: é eleitor não quem sabe ler e escrever, mas quem pode provar a renda de 200\$000.

A divisão das províncias é má.

As terras estão quasi todas desconhecidas; os portos de mar quasi estragados, estúpidos. Não temos quase industria, fabricas etc.: tudo nos vem do estrangeiro.

A lavoura está mal: sem braços, cheia de dívidas, no antigo ramerrão: as mattas não se replantam, e planta-se quasi somente café e canna. Não ha uma escola de lavradores.

O commercio não está bem, porque a lavoura está mal, e é ignorante, em geral, porque não ha escolas de commercio.

Os trabalhadores não têm instrucção alguma, nem nos lugares onde houver colonos poderão concorrer com estes nos meios de ganhar dinheiro.

Os limites com as outras nações não estão bem certos, e com a República Argentina ha uma questão por causa do território das Missões.

### A REPUBLICA NO BRAZIL IV - O ESTADO EM QUE A MONARQUIA POZ O BRAZIL É DESGRAÇADO. (nº. 66, folha interna)

Nas províncias todos os dias ha motins, desordens, não se quer pagar impostos, e nalgumas, como S. Paulo e Pará, fala-se muito em separação do imperio, si as cousas continuarem como vão.

A polícia é desordeira, e nalguns lugares nem existe.

Os militares queixam-se, com razão, de falta de organização no exercito, e de injustiças continuadas nas promoções.

Não ha respeito á lei: o povo já tem entrado pela cadêa, tirado os presos, os tem morto na rua. Alguns juizes têm sido apedrejados em enxotados de seus termos.

A religião está decadente: Dom Pedro II, prendendo os bispos, enfraqueceu a religião e humilhou os padres.

Estamos muito pobres: o paiz deve muito ao estrangeiro e aos próprios cidadãos, vive a pedir dinheiro emprestado, e nunca pode pagar o que deve, no entanto, só a família do imperador ganha 1600 contos por anno. O imperador tem 800 contos; mas não sustenta a mulher que tem 96 contos; nem os filhos, que tem 6 contos logo que nascem; a filha tem 150 contos, por anno, alem do dote, e assim por diante.

Deste modo, não ha meio de endireitar as finanças da nação: a monarchia é muito cara: não nos póde servir.

Estamos muito pobres. No entanto XXXX (ilegível) uma porção de diplomatas, que ganham muito, divertem-se muito, na Europa principalmente, e quasi nada fazem. Dizem que toda esta diplomacia é necessária para um império; a monarchia é muito cara: não nos póde servir.

Comissões, altos empregos, despesas com os artigos nos a pedidos dos jornaes para defenderem o governo, e muitas outras cousas, devoram o dinheiro da nação. E o pobre povo é que paga tudo.

#### A REPUBLICA NO BRASIL - PEDRO II (nº. 68, capa)

O imperador que o Brasil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam .Governou muito tempo, quasi 50 annos, sem que ninguem o atrapalhasse, e o facto é que nada fez: a nação ahi está muito mal.

Podia ter tido muito boas intenções, mas de boas intenções o inferno está cheio, como diz o dictado, e a verdade é que no fim do seu reinado ninguem esta satisfeito com o que elle nos deixa.

O pouco progresso que temos foi realizado por nossas mesmas forças e foi quase por que não podia deixar de ser.

O imperador nunca foi um sábio, como disseram alguns; o facto de um outro estrangeiro ter dito isso nada prova: era delicadeza para com hospede importante. Depois nós sabemos como as mais das vezes esses elogios são feitos. Elle não deu prova nenhuma de saber muito: nas conversas elle só é que falava, não se lhe podia fazer perguntas: -dizia o que queria e ninguém o contradizia.

O Imperador não escreveu nenhum livro, não fez nenhum discurso importante, nem nenhuma invenção. Às vezes escrevia versos errados. Não reformou nada no Brazil, não metteu-se em empresas, não batalhou em guerras. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - PEDRO II - (nº. 69, capa)

Por outro lado, pouco caso fazia das leis, e governava sua vontade. Quando embirrava com alguma pessoa, essa podia julgar-se no seu paiz peor que um estrangeiro: nunca seria gente. - Fez com que as repúblicas do Prata, que cercam o Brazil, ficassem tendo odio de nós, porque o governo andava sempre dizendo que ellas eram desordeiras e as ridicularisava chamando-as de republiquetas. Metteu-nos numa guerra desastrada com o Paraguay, deixou as províncias ficarem pobres, não preparou a abolição da escravidão, enganando os lavradores e aos abolicionistas, maltratou os amigos e afinal dizem que perdeu o juízo.

Entretanto, teve bons auxiliares, mas affastava-os logo, para chamar gente que se sujeitasse a tudo que elle queria. Todos sabem que elle gostava de corromper os homens; é a triste falta que tem.

Pode ser que fosse um bom homem dentro de casa; mas não tinha capacidade política, senão para tentar as cousas.

Foi para Europa ha dois annos mais ou menos soffrendo de molestia grave, ficou ruim da cabeça, a princípio muito agitado, e agora consta que está caduco; tanto que quem governa de facto é sua filha. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - D. IZABEL - (nº. 71, capa)

Todos concordam que essa senhora não tem geito para governar. Já o facto de ser mulher difficultta-lhe muito os negocios. Não tem instrucção nenhuma, gosta muito de festas, e é muito beata. Não é religiosa, porque a pessoa religiosa é sisuda, e a princeza festava até quando o pai estava muito mal: é somente carola. Ninguém a quer para imperatriz, a não ser um outro interesseiro e isso mesmo por pouco tempo. Não há quem não veja que uma senhora, e uma senhora assim, não pode dirigir um país como este muito grande e atrapalhado com dificuldades de toda a espécie.

Se D. Isabel fosse Imperatriz, quem havia de governar seria o seu marido O CONDE D'EU.

Mas isso seria uma desgraça. O Conde D'Eu é um francez enxotado da França, porque a família que elle pertence fez muito muitos males áquelle paiz. Não é uma família real, é família de usurpadores, principes que andam a tomar o lugar de outros principes ou dos cidadãos. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - O CONDE D'EU (nº. 72, capa)

Era um tenente quando arranjou esse casamento com a filha do imperador, e então ganhou importância. É um homem feio, surdo, muito atroado, veste-se mal, fala errado, muito grosseiro, muito carola e muito aristocrata. Às vezes quer se fazer democrata, mas ofende logo ás pessoas com quem conversa. É muito sovina; é público que alugou cortiços a gente pobre, e mette-se por traz da cortina em um grande numero de negocios que o têm enriquecido. Depois do dinheiro a coisa de que o Conde d'Eu gosta mais é da guerra não para combater, porque não se deixa ferir, mas para subir de posto, e ganhar fama de valente. Se elle governar, teremos guerra logo: no conselho do Imperador elle voltou para que a questão das terras das Missões se decidisse por uma guerra. Os soldados não o apreciam, porque é muito cruel.



Felizmente, no Brazil não ha quem goste desse homem, que sem mais nem menos, quer ser o nosso Imperador.

Algumas pessoas, muito poucas, por interesse, por medo sem motivo da República, ou por um resto de amisade a monarchia, não querendo Dona Izabel nem o Conde d'Eu para governar o Brazil, têm pensado que a coroa deve ser dada ao príncipe.

#### D. PEDRO

Mas não é razoável sahir da lei, deixando de aceitar Dona Izabel, para aceitar Dom Pedro, príncipe de quem dizem ser boa pessoa, mas que não tem outro direito a ser imperador senão o ser neto de quem é . Com effeito esse moço não deu ainda prova alguma de que poderia governar bem este paiz, e portanto, mesmo que se quizesse que isso continuasse monarchia, seria talvez sahir do ruim para o peor, e já é tempo de acabar com essas experiências que são perigosas, e seguir o caminho de todos os outros paizes da América que são republicas, e vão indo muito bem.

De tudo isso se conclue que uma das razões pelas quais o Brazil não póde ser mais monarchia é não haver um príncipe que possa ser monarcha, soffrivel ao menos. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - VI - OS BRASILEIROS TEM QUERIDO MUITAS VEZES A REPUBLICA (nº. 75, capa)

Em 1824, houve outra revolução em Pernambuco, tendo á frente Paes de Andrade.

A Parahyba, Rio Grande do Norte e o Pará se ligam a Pernambuco, e fazem a Confederação do Equador. Morrem novamente muitos patriotas, entre os quais o illustre preto Bezerra Cavalcanti.

Em 1831, quando Pedro I é obrigado a abdicar, isto é, deixar o poder, que passou a seu filho Pedro II, havia no Rio e nas províncias um forte partido que queria a Republica.

Em Pernambuco, em 1829; na Bahia, antes do 7 de abril de 1831 (dia da abdição de Dom Pedro I) no Rio, a 14 de Julho, deram-se motins contra o governo; do mesmo modo em Pernambuco, a Setembrisada, revolta dos soldados: no Ceará, a revolta de Pinto Madeira; no Maranhão em 1821 e em 1837; na Bahia, a reclamação da República Bahiense; no Pará, em 1833; em Minas e no Rio, no mesmo ano; em Matto-Grosso, em 1834;- sempre os brasileiros mostravam seu desgosto pelo throno.

Desde o anno 1835 até o de 1845 os Rio-grandenses mantêm uma revolução para formar sua República do Piratiny, tendo á sua frente Bento Gonçalves.

Em 1842, em S. Paulo e em Minas, houve revolução contra leis que o governo do Imperador tinha feito; em Minas, principalmente, a revolta foi muito mais sanguinolenta.

Em 1848 em Pernambuco, rebentou também uma revolução, cujo chefe foi o desembargador Nunes Machado.

Do que foi dito se vê que os brasileiros, como todos os povos, são capazes de fazer revoluções, quando a isso os levam os governos maus; e deve-se notar que essas revoluções provam o valor dos brasileiros, porque, sem educação para soldados, batiam-se com os soldados da monarchia.

Em resumo: nunca houve um brasileiro que morresse por um rei para o seu paiz; muitos brasileiros têm derramado seu sangue para ver a Republica! (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - OS BRAZILEIROS ESTAO PREPARADOS PARA A REPUBLICA- (nº. 76, capa)

As condições principaes para que um povo possa constituir uma Republica são: amar a liberdade, a igualdade perante as leis, a fraternidade, a ordem, o progresso, a instrucção, ter patriotismo, bons costumes privados e publicos etc.

Não se pode negar que os brasileiros sejam amigos da liberdade: para prova ahi estão as nossas revoluções, e os nossos habitos livres que a monarchia não pode impedir.

Não ha paiz em que haja mais igualdade que este: não se faz aqui questão de raça, nem da cór das pessoas; não ha aristocracia, todos precisam trabalhar, porque o paiz é pobre, o trabalho iguala mais ou menos a todos.

Quanto á fraternidade, nós temos talvez o povo mais fraterno do mundo: basta dizer que abolimos a escravidão, facto que ia ferir muitos interesses, sem sangue, no meio de festas e de flores.

Somos muito amigos da ordem; é muito sabido que somos muito pacíficos: a monarchia pensa até que por isso nós sempre havemos de supportal-a, sem tugir, nem mugir.

Temos o progresso que a monarchia nos deixa ter; pouco, porque a Família Imperial e sua Côrte, e familia privilegiadas comem todo o dinheiro do povo, mas ainda assim algumas províncias progridem, como por exemplo São Paulo.

Gostamos da instrucção, e si não a apreciamos mais, é porque a que ha é massante e pouco útil: mas somos muito inteligentes, capazes de comprehender um bom governo, e temos muito bom gosto em ouvir e ler cousas boas. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL VII- OS BRAZILEIROS ESTÃO PREPARADOS PARA A REPÚBLICA (nº. 77, capa)

Não se pode dizer que não sejamos patriotas; a guerra do Paraguay prova que sabemos morrer pelo nosso paiz.

Quanto aos nossos costumes, são em regra moralizados; ha respeito dos filhos para com os pais, a mulher trabalha dentro de casa, um homem não se casa emquanto vive a primeira esposa, o divorcio não é regra geral etc. - quase só entre os grandes, que cercam o Imperador, é queha toda a sorte de vicios.

Os homens que se corrompem ficam desmoralizados para sempre, e perdidos no espírito do povo.

E si nós não estivessemos preparados para Republica não era com a Monarchia que nos haviamos de preparar.

Pois seria a Imperatriz D.Izabel que nos daria a Republica?... Depois, não há quem não esteja preparado para o que é bom, e ninguém se prepara para o bom, que é a Republica, dentro do ruim, que é Monarchia.

Não é preciso que um povo seja muito instruído, para ser republicano; basta que seja capaz de entender o seu dever, e cumpri-lo; assim forma-se uma opinião pública, pequena, mas sensata.

Nós temos já uma certa opinião pública esclarecida, ao lado da Nação inteira, condemna a monarchia.

#### VIII TEMOS HOMENS PARA A REPUBLICA

Não é exacto que não tenhamos homens para o governo da Republica; si fosse verdade, provaria que a Monarchia só vivia com a gente ordinária, e que tinha estragado tudo de uma vez.

Entre os monarchistas mesmo si é que ha monarchistas no Brazil, o que põe-se em duvida, - ha muitos homens distinctos que haviam de prestar bons serviços á nova Patria. Além d'isso, o partido republicano possui muitos homens notaveis, serios, intelligentes e firmes, que ainda não se mostraram, porque, em regra, só o que é máo ou nullo é o que tem podido apparecer.

De sorte que, além dos homens conhecidos, ha muitos homens de verdadeiro merito, que estão esquecidos, ou ignorados, esperando um tempo em que se possa ser homem de bem e político, o que no governo monarchico tem sido quasi impossivel, conforme o tem confessado alguns monarchistas ás direitas.

Não é certo que as nossas instituições políticas sejam boas, e que os nossos homens é que não prestem; em primeiro lugar, a maneira de governo de um povo influe muito nelle quando esse povo é ainda principiante; e demais si no nosso governo os homens tivessem responsabilidade do que fazem, as cousas andariam melhor. Para a prova de que as bôas instituições endireitam os homens veja-se a França de Napoleão III, que era muito estragada, e a França da Republica actual, em que Jules Grevy cahiu do poder porque o genro vendia condecorações. No Brasil, isso é muito natural. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL -IX O PARTIDO REPUBLICANO CRESCE DE DIA A DIA (nº. 78, capa)

O partido republicano actual appareceu 1870, publicando nessa occasião um bem escripto Manifesto. Quer a Republica Federativa Brazileira, isto é, cada província formando um estado, um paiz, e tratando dos seus negocios; todos os estados, unidos entre si, tendo um governo que trata dos interesses geraes. Autonomia das provincias, e federação, alliança, amizade entre todas ellas.

Esse partido foi crescendo dia a dia em todo o Brasil. Em S. Paulo é que ficou mais forte e unido. Mas de tempos a tempos appareciam jornaes, folhetos, discursos de republicanos em todo o paiz. No Rio de Janeiro houve um jornal muito bem redigido A Republica, e conferencias muito enthusiasticas. Ahi Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Lopes Trovão e outros sempre escreviam ou falavam a favor da Republica.

Em S. Paulo até hoje um excelente jornal A Província de São Paulo, e ahi organisaram um partido respeitado Rangel Pestana, ou illustre Preto Luiz Gama, Américo Braziliense, A. de Campos, Campos Salles Glycerio e outros.

No Rio Grande do Sul, a Federação tem combatido valentemente pela sua causa, tendo á sua frente Venâncio Aires, Assis Brasil, Júlio de Castilhos Ramiro Barcellos etc.

Além d'estes, ha uma grande quantidade de pequenos jornaes republicanos, e o partido conta em seu seio homens brancos e de côr, deputados, advogados, médicos, engenheiros, litteratos, lavradores, operários etc.

As senhoras sympathisam muito com a ideia republicana, e do mesmo modo os moços das academias, os trabalhadores, e muitos estrangeiros.

Na província de Minas e do Rio se está organisando valentemente o grande partido. Já havia ahi republicanos, aos quaes se veio juntar um grande numero de lavradores que comprehenderam que desde que não tinham mais escravos, podiam ser republicanos, e que ficaram naturalmente desgostosos com a Monarchia, que os maltratou, julgando os incapazes de soffrer a libertação dos captivos. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - IX - O PARTIDO REPUBLICANO CRESCE DE DIA A DIA (nº. 79, capa)

Minas acaba de dar um deputado republicano á Assembléa Geral; o Amazonas já tinha dado um, e S. Paulo dois, - além dos deputados provinciaes.

Em Pernambuco ha um partido já numeroso, dirigido por Martins Júnior, e do mesmo modo na Bahia, por um Conselho Federal.

O partido republicano ultimamente se tem posto em grande actividade; em S. Paulo publicou um novo Manifesto prometendo combater o terceiro reinado em todos os terrenos; tem enviado oradores republicanos para diversos pontos da província; afim de chamarem os povos á sua doutrina, e enviou mesmo um, o autor d'este trabalho, ás províncias de Minas e Rio de Janeiro e á capital do Paiz; no Rio recommçaram as conferências; por toda a parte o numero dos jornaes republicanos augmenta, os chefes arregimentam os eleitores, fazem-se festas nos dias de acontecimentos republicanos notáveis, escrevem-se poesias republicanas etc.: emfim o partido republicano cresce, os conservadores e liberaes vão se passando para elle; de modo a muito pouca gente hoje coragem tem de se dizer monarchista.

O partido republicano acha-se organizado por meio de um Conselho Federal, no Rio de Janeiro, composto hoje dos cidadãos Drs. Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Campos Salles, Aristides Lobo e o Baldino de Amaral xxxxx (ilegível) em São Paulo composto dos cidadãos doutores Campos Sales, Bernardino de Campos Lopes de Oliveira e do advogado Francisco Rio Grande do Sul de uma comissão executiva composta dos doutores Ernesto Alves Ramiro xxxx (ilegível) e dos Senhores Júlio Pacheco José Orlando Coelho organizando um clube de propaganda, diretórios, comissões, conselhos, congressos etc.

O actual Presidente do Conselho Federal é encontrado à rua do Rosário, no Rio de Janeiro. É advogado célebre, e homem conhecido em todo o Brasil pela sua longa carreira política. (Continúa)

#### A REPUBLICA NO BRAZIL - (conclusão) X - A REPUBLICA DEVE INAUGURAR-SE PELA QUEDA DA MONARCHIA NUM MOVIMENTO COMO O DE 7 DE ABRIL DE 1831- (nº. 80, capa)

Um povo deve sempre evitar as revoluções, mas deve usar d'esse recurso extremo quando os governos quizerem impedir a sua marcha para a liberdade, a ordem e progresso.

Não se pode mesmo acabar de todo com a revolução no corpo do povo, como não se pode acabar com a moléstia no corpo do homem.

A monarchia no Brazil tem sido um governo revolucionário; até o que tem feito de bom tem sido ás carreiras, sem reflexão; como as leis de 28 de Setembro e 13 de Maio, embora duas grandes leis, porque fizeram a liberdade dos pretos, o que era preciso para a Republica.

Hoje que a Monarchia não nos podem dar mais ordem, nem progressos, e que a familia imperial não tem gente que sirva para o governo, sendo preciso, como é, para a salvação do paiz, que a republica seja feita, o único meio é uma revolução.

Não precisamos, porém, armar-nos como quem vai para o combate, nem provocar uma guerra civil. Continue-se a trabalhar nos jornaes, na tribuna, nas eleições; aproveitem-se as boas occasiões para os discursos e escriptos que acordem o povo de seu somno, sustentem os republicanos seu partido por todos os meios, e disponham-se ao seguinte:

No dia da morte do Imperador, ou no dia em que elle for dado como tendo perdido o juizo, exigir da Princesa, que irá então ser Imperatriz, que se demitta, do contrario será deposta, isto é, se a põe fora do throno; e exigir do Conde d'Eu que se vá embora, e se elle quiser matar algum brasileiro, então que elle seja morto.

Isto será triste, mas também muitos brasileiros terem morrido pela Republica: e ha um meio de evitar o sangue: é o Conde d'Eu ir-se embora.

Isto se poderá fazer indo o povo a S. Cristovam, ou ao alugar em que estiver a princeza, exigindo-lhe isso mesmo.

Os republicanos não devem querer morrer, mas não devem ter medo de morrer; não devem querer matar nem ter medo de matar.

A vida da Patria vale mais que tudo, e a patria está em perigo.

A Republica é urgente para os brancos e para os pretos, de que a Monarchia não fez caso; para os nacionaes e para os estrangeiros; para os ricos e para os pobres; para todas as classes e pessoas.

O Povo Brasileiro deve muito breve proclamar a Republica no Rio de Janeiro, e pedir as provincias que ao mesmo tempo proclamem-na também.

Depois virá a reforma; depois virá a salvação de nossa Patria, isto é um governo republicano.

Se o povo errar, terá feito a sua vontade, e não a vontade de uma família, a família do imperador.

Terá feito o governo mais adiantado, o governo que mais se combina com a natureza dos americanos, e com a de outros povos, o que mais se combina com os desejos de seu país e como dos brasileiros actuaes, e o que mais se combina com as necessidades da Nação.

O grito dos cidadãos brasileiros deve agora ser este: VIVA A REPUBLICA! A REPUBLICA OU A MORTE !

Fim

ANEXO B – EXTRATOS DE *VOZES DA REPUBLICA*

**VOZES DA REPUBLICA** (artigo a partir de extratos das edições do *Jornal Verdade*, nº. 131, 132, 134, 136, 137 e 138, de julho de 1889) escrito sob o pseudônimo de Elisa Lentz, de autoria do professor João Ribeiro, publicado originalmente na Revista Sul Americana, ano I, nº. 9, de 15 de maio de 1889. Em meados de 1889, ano da proclamação, centenário da Revolução Francesa, a propaganda republicana se intensifica no jornal e as edições aumentam.

nº. 131 VOZES DA REPUBLICA

**1**

“É uma mentira e uma perfidia à história respeitar a monarchia no Brazil como instituição instituída.

Todos os movimentos autonomicos da nossa historia foram sempre feitos no sentido da Republica: em Minas, na Bahia, em Pernambuco em S. Paulo e no Rio Grande.

A independência de 1822 Foi uma satisfação lacunosa: uma conciliação entre os interesses mercantis da família de Bragança e o odio do regimen colonial, que se tornara impossível desde que Dom João VI veiu refugiar-se e fundar uma côrte no Rio de Janeiro.

**2**

“Se, pois, todas as aspirações de ideal politico se resumiram na democracia pura, a instituição

monarchica foi apenas um factor intruso e sem prestigio tradicional.

A monarchia foi feita pelo resto da comitiva de Dom João VI que aqui ficou, por ella e para ella. O povo brasileiro nunca sonhou reis, nem imperadores; se mesmo aceitou a monarchia que perfidamente se insinuára, foi porque nesse tempo a ficção do constitucionalismo era uma invenção recente, illudia aos mais precavidos e parecia satisfazer aos democratas inexperientes. Mas quem hoje presta Fé ao constitucionalismo monarchico?

**3**

Os republicanos de hoje constituem o unico partido actual de verdadeiro ascendente; provam- no a attitude dos liberaes que fazem propaganda contra a republica, fazendo dessa propaganda um degráo para alcançar a mão do soberano; provam-n`o as affirmações do liberal Ruy Barbosa que collocou na extrema do partido, ao lado de republicanos, pedindo as grandes reformas; prova-o o liberal Joaquim Nabuco pedindo a federação como unico remedio; provam-n`o os conservadores que são forçados a liberalisarem-se e a fazerem concessões à idéia nova, nos seus proprios órgãos officiaes e officiosos; prova-o um proprio ministro da coróa affiançando que a monarchia é apenas tolêrada e cahirá logo que a republica tenha o numero arithimetrico sufficiente para derrocal-a, visto como moralmente a instituição monarchica já não tem apoio, nem segurança na opinião; e prova-o finalmente o imperador que se dizia republicano por humorismo e que hoje não está tão doente que não saiba calar-se sobre o assumpto."

nº. 132 -

4

A attitude dos republicanos deve ser a de lucta, qualquer que seja a situação dos combatentes. Os republicanos ainda quando não possam vencer, devem perturbar e trabalhar para o aniquilamento dos partidos monarchiicos.

Aonde os republicanos não possam representar a victoria, têm o dever de representar a discordia do partido que goza do poder. Quando o republicano não poder eleger um epublicano, deve eleger um liberal, para aniquilar os conservadores que governam; e devem eleger um conservador se os liberaes governarem amanhã.

Destruir para construir.

Isto em todas as eleições, geraes, provinciaes e municipaes.

5

Em toda a patria, existe o embryão sentimental do republicanismo. É preciso desenvolvê-lo, fecundando-o com a palavra, com a doutrina e mesmo com espetaculo da miseria do funccionalismo e dos votantes que crearam toda a mesquinhez, toda a sordidez que a crise actual revêla na mais luminosa evidencia.

Os brasileiros devem ter aprendido pela experiencia que um povo sem educação civica de nada vale; a indiferença deste paiz, pelas eleições que sempre foram feitas em proveito de imbecis, de argentarios, de políticões ignorantes, de compadres de nullidades intellectuaes ou de sabidórios exploradores ou de pobres de espiritos inconscientes, foi a causa do seu atrazo nos seus interesses, nas grandes questões que agitam a alma nacional e a causa de tornal-a pobre, a despeito de todas as naturaes riquezas, e a mais desgraçada de todas as irmans na America.

Porque, digamos a verdade, o brasileiro sempre viu no mandato civico um simples meio de arranjar emprego, ou de pagar obsequios sob a fé de pares de tamancos aos fidalgos da terra.” (Continúa).

nº. 134

6

Afinal de contas, haverá ainda quem no terreno da theoria, discuta o valor da republica? Haverá quem sustente o privilégio divino ligado a um homem para constituir-se o senhor Deus do exercito e do povo?

E se a monarchia como idéa geral é uma cousa fossil incompativel com as nossas jazidas que o progresso e a civilização accumulou na historia, para que sustental-a, onde ella nem ao menos representa a força do passado, a tradição e a educação do povo?

Assim, não ha hoje em dia monarchitas sinceros senão os imbecis; os outros devem ser calculistas grosseiros que não hesitam em fazer o sacrificio da consciencia mediante qualquer prover provento desprezível. Ha, sim, homens que especulam com o monarchismo, como tambem ha sacristães que especulam com os enterros e ha vermes que especulam com os cadaveres.

É o interesse pela podridão: é a gula da môsca vareja, é a fraternidade do urubú e da carniça podre.

Eu acredito que a minha patria fará a republica ou levantar-se-á com ella, apesar da ancia do urubú, da gula imperante do verme, porque a propria putrefação já vae quasi terminada; pouca carniça resta; a podridão lucrativa esvae-se em fluidos beneficos que hão de salutarmente fecundar os germes que no solo cahiram dos labios da sciencia nova e da nova experiencia das cousas.

E como os moribundos que às portas da morte clamam pela religião que desprezaram durante a vida, os homens no horror de todos os estragos, na crise de todos os recursos, hão de clamar por aquelle ideal que regenera, que é o prestigio da humanidade, elevando-se sobre si mesma, sabendo governar-se livremente na sua domesticidade, sem o latego servil e infamante dos despotas e dos senhores." (Continúa)

nº. 136

### 7

“Nas condições da nossa civilização, não se deve exigir a força lenta, muscular? como

vantagem de lucta.

O factor do espirito de combate e de coragem é principalmente a força nervosa, isto é, o brio. É pelo brio que o homem sente mais uma pequena bofetada no rosto do que a mais rija bordoeira. Povo! Tem brio! Lembra-te que leva uma bofetada todos os dias, na tua face cujo suor é desperdiçado com os protegidos, na tua bocca cuja palavra é fermentida e falseiada pela imposição dos teus governadores e dos teus capitães, na tua língua que não traduz a consciencia mas o interesse, nos teus labios que sorriem quando se amargura o teu coração!" (Continúa)

nº. 137

### 8

Ainda agora (trecho ilegível) da por uma provincia um jovem candidato que se exclue voluntariamente das idéas dos dous partidos vigentes e apenas se evidencia monarchista.

Donde se vê a anarchia desse desvairado talento:que é ser conservador fóra das idéas conservadoras? Ha por acaso um partido fóra das idéas desse partido? Dado que se verifique semelhante confusão, que significa o monarchismo puro? Se os proprios monarchistas confessam que a monarchia é apenas um symbolo, mas que os factos residem na ação do governo responsavel, como se abandona qualquer dos partidos para ficar-se na exclusiva mania esteril do symbolo? O povo tem interesses conservadores e liberaes, mas o povo não tem interesses regios. O monarchismo sem partidos é como um cigarro sem fumo .

Que tem o povo com Dom Pedro ou com Izabel? Donde provem o interesse do paiz por essa familia, que nos parasiteia ha sessenta annos, comendo, bebendo, dissipando com os commensaes e com os inevitaveis compadres, detendo-nos no atrás que lhe convém, na ignorancia que lhe convem, na pobreza que lhe convem, no jesuitismo que lhe convem, no regimen de todas as bandelheiras, de todas as miserias e de todas as vergonhas, que eles servem de nutriente (pasto?)



Aqui é o pé de nós, a republica Argentina é hoje um dos paizes mais adiantados do mundo e o é de facto porque nunca será o patrimônio de nenhuma familia e sim de todo o povo. Onde está o nosso patriotismo? Que fazemos nós das lições da nossa história, tão fecunda de exemplos?

Tem qualquer homem o direito de illudir os seus patricios, illudir a sua consciência para ganhar a talvez honesta nomeada de deputado inutil e faimeant ou para dissipar na Côte o subsídio de representante, não do povo, mas da monarchia!

É simplesmente irrisorio." (Continua)

nº. 138

## 9

“E porque certo deputado de talento Isabelista hoje não é Republicano? Não é difficil dizel-o. É porque a sua intuição ainda não chegou serena à esphera do livre querer. Ainda não chegou ao ponto do caminho em que se diz: eu poderia ser ingrato (ilegivel) a uma família mas não quero se a pátria. Ainda não chegou ao ponto de exclamar: A carniça pode servir para estrumar alheios jardins; mas eu não quero que as minhas flores tragam nas azas dos seus perfumes a longínqua nodoa d`aquele humus esteril.

## 10

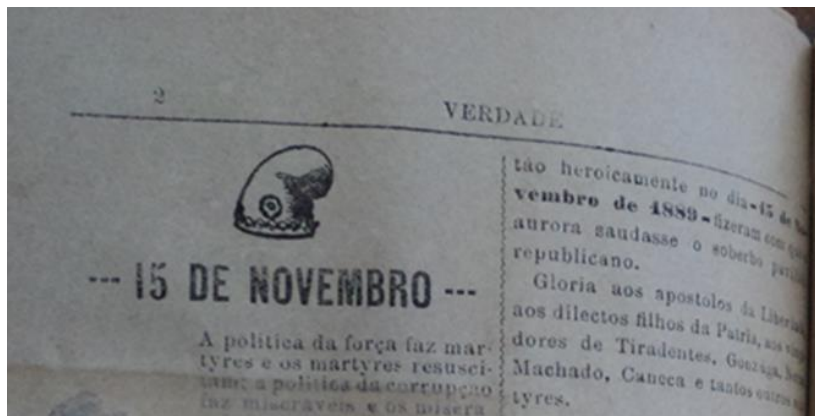
Não que a familia imperial seja corrupta; pelo contrário, honesta. Corrupto é o regimen, e corrupto são os homens educados n`elle, no conluio das fraquezas, na collaboração das pusilanimidades. Mas a honestidade de um não é o motivo para que a patria deshonre e se avilte, com todos atirando-se nos pantano,s sem coordenar seus movimentos, sem convergil-os para os alvos supremos da aspiração universal.

Ruy Barbosa ou Joaquim Nabuco são d`aquelles que poderiam ser, e serão um dia dos nossos. Sel-o-ão porque queremos a todos, aos bons, aos santos e aos peccadores. Mas hão-de em nosso tempo entrar descalços e descobertos, sobraçando a profusão infinita de flores regadas pelo seu suor de trabalho, aquecidas pelo sol internebravel do seu estudo e oxigenadas pela respiração do século, que a hautos agonisa para sepultar-se no abismo dos tempos.

Elles serão dos nossos, porque já todos o foram, quando a maldade dos homens não lhe incutia a transação feroz dos partidos que assaltam os maiores quando as suas almas candidas abrem a corolla forte para receber o pollen das revoltas."

ELISA LENT

ANEXO C – IMAGENS DA REPÚBLICA



CIDADE D'AREIA, PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE.

**VERDADE***Amicus Plato, sed magis amica veritas.***ANNO II. ORGÃO PROGRESSISTA E NOTICIOSO. N. 180.**  
**Sabbado, 26 de Outubro de 1889.****CONDIÇÕES**

**Assignaturas**, para qualquer parte, por mez 400 rs., por trimestre 1\$000.  
**Publicações** particulares por ajuste; — publicações de interesse geral — gratis.  
Todes os pagamentos adiantados.

**A Ideia Marcha**

Os ultimos jornaes aqui chegados vêm mais uma vez confirmar que as ideias democraticas não foram *ainda nullificadas* neste territorio sul-americano; antes revelaram mais exuberancia de vida na ultima campanha electoral.

No sul do imperio, onde quasi nulla foi a acção da facção conservadora em oppor resistencia ao partido dominante no pleito de 31 de Agosto, o partido republicano foi a unica resistencia seria que o governo teve de enfrentar.

Que importa que a politica actual tivesse conquistado a mais *destumbrante victoria* nas urnas, si isto não quer dizer que tivesse conquistado adhesões?

E' preciso soffrer de miopia intellectual para não conhecer se que o resultado das urnas não foi a expressão da consciencia nacional.

O partido republicano continúa, pois, a gosar de viabilidade no imperio, as-

serção que é corroborada pelo seguinte extrahido dos ultimos jornaes:

**Movimento Republicano**

Pelo resultado final da eleição na provincia do Rio Grande do Sul vê-se que a opposição republicana foi representada nos 6 districtos por 2,631 votos, ao passo que a opposição monarchica obteve apenas 1,349 votos.

Em Minas a votação republicana conhecida subiu a 6,025, suffragando 18 districtos candidatos republicanos, apresentando-se em alguns delles mais de um candidato deste partido.

Adheriram o partido republicano em N. S. do Porto de Graulhões, em Minas, os cidadãos e abastados fazendeiros: José Rodrigues P. Mendonça e Veñancio Pacheco Moreira, que militavam nas fileiras do partido conservador.

Declaração.— «No periodo actual da politica do meu paiz, devo definir-me perante as pessoas que me conhecem, visto não ter ainda militado nas fileiras de nenhum dos partidos, apesar de contar 6 annos de vida publica, unicamente devotados ao exercicio de minha nobre profissão. Sectario ardente e fervoroso das idéas adiantadas, antepoño aos interesses partidarios os interesses

VERDADE

communs da patria, por cuja prosperidade e engrandecimento devo trabalhar: e, por isso, offereço meu fraco apoio ao partido republicano, para o qual, no momento actual, vejo voltados os olhos da patria.

Filho do povo e a elle sempre unido por tradiçõs e principios, quero a revidiçãõ completa de seus direitos e o reconhecimento perfeito de sua soberania. O governo do povo pelo povo é hoje a verdade, a aspiraçãõ nacional.

Abraço, portanto, a bandeira da pura democracia, á qual consagrarei d'ora em diante toda minha abnegaçãõ e patriotismo.

Arassuahy 28 de Agosto de 1889.  
Dr. Jose Raymundo T. de Menezes.

SECÇÃO LIVRE.

ELEIÇÃO

Dos Juizes, Juizas, Mordomos, Escrivas, Irmãos de meza e noiteiros que tem de festejar a nossa Inlitta Padroeira no anno de 1889.

Irmãos de meza

(Darã cada um cinco mil reis.)

(Continuaçãõ)

- Antonio Mathias da Silva
- Antonio Jose Biserra
- Antonio Maria Biserra
- Antonio Francisco de Carvalho
- Antonio Thomaz da Costa
- Antonio Delino da Silva
- Antonio Biserra de Lima

- Antonio Ignacio de Andrade
- Antonio Jose de Souto
- Antonio de Souto Quaresma
- Antonio Marreiros
- Antonio Cyrino da Roza
- Antonio da Cruz
- Antonio Fernandes da Silva
- Antonio Ignacio Rodrigues
- Antonio Faustino da Costa
- Bento Barbosa Freire
- Casemiro Jose de Almeida
- Domingos Alves dos Santos
- Delino Isidro de Moura

(Continua.)

RETRATOS

Acaba de chegar a esta cidade uma **PIOTOGRAPHIA A MILHOR NESTE GENERO** preparada para executar todo o qualquer trabalho com nitidez e brevidade **COMO SEJAM:**

**CARTÕES DE VISITA** sobre papel albuminado e porcelana esmaltada

**Retratos em tamanho natural A OLEO, CRAYON E NAKIN**

Alem das vantagens que offercem os proprietarios desta bem montada

PHOTOGRAPHIA

para o bom desempenho de todos os trabalhos, accresse a grande **MODICIDADE NOS PREÇOS**

Martins & Albuquerque.

VERDADE

ATTENÇÃO

Agradabilissima surpresa vem fazer ao publico o ab'ixo assignado, com um variadissimo sortimento de joias no mais apurado gosto europeu.

**Alta novidade** para o bello sexo: **Anéis** com finas pedras scintillantes, dignos de figurar nos niveos dedos das jovens e formosas areienses, modernissimos **brinços e rosetas** de perfeiçãõ admiravel, **cassoletas e voltas** cullhando perfectamente bem no collo de cysne das filhas de Areia, **apparelhos** que so phantasia e a elegancia parisiense podem produzir tanta perfeiçãõ e delicadeza. Tambem tem de plaqué fino as mesmas obras escriptificadas.

Paro o sexto febr. **Colleções** de abotaduras de ouro e plaqué, **cadeias, relogos** de nickel etc. Tudo por preços us mais rasoaveis possiveis.

Na ourivesaria da rua direita n.º 27.

P. Gomes Marinho.

Declaração ingenua

O Dr. Manoel Dantas C. de Góes, 1.º Vice-Presidente da Provincia, dicera a alguém de sua amizade, nesta cidade, que com a eleiçãõ do filho por este 3.º districto gastara no 1.º escrutinio alguns contos de reis (?), e que as despesas no segundo correram por conta dos **tribofes** — Verba soccorros publicos —

Bem dizia o Dr. Panta Primo, — quem tem soccorros publicos não perde eleiçãõ. E o Dantas não perdeu!!

Novo Sortimento

Florentino C. A. Flores negociante estabelecido com loja de fazendas nesta Cidade d'Areia, recebeu novo sortimento, e offerece ao publico lecturando que, a discrição, garante vender pelo mais barato preço.

GAZETINEA

De passelo esteve nesta cidade o cap.º Graciliano Fontino Lodião, deputado provincial, que veio visitar o seu amigo Dr. João Lopes, em cuja casa hospedou-se, retirando-se depois para Pedra-Lavrada, onde é legitima influencia liberal.

Consta-nos que aquelle deputado nutria desejos de ir até a capital, mas, sorprendido pela reacçãõ que se tem levantado ultimamente contra os amigos e parentes do capitão Candido Fabricio e do P.º Souza, vigario de Aracama, depois do triumpho obtido pelo candidato liberal a eleiçãõ de 7 do cadente, resolveu voltar para sua localidade. Feliz viagem.

Acaba de chegar a esta cidade um retratista. Em seu annuncio promete nitidez e modicidade nos preços do seu trabalho.

No dia 13 deste mez chegou ao Rio de Janeiro a fragata chilena *Almirante Cochrane*, sendo muito bem recebida a officialidade, com honrosas manifestações e muitas festas.

## VERDADE

Por acto da presidencia da provincia de 21 do corrente foi aposentada «por conveniencia do serviço publico» a professora publica de instrucção primaria do sexo feminino, desta cidade, D. Anna C. da Cruz Henriques, que contava 14 annos de magisterio.

Foi nomeada interinamente, para substituil-a, D. Anna Carolina da Costa Machado.

Foi exonerado de inspector escolar desta comarca Dr. Luiz V. Borges e nomeado o Dr. Adolpho E. da Costa Machado.

Quanta mutação.

A caba de chegar da cidade do Recife o negociante desta cidade, o Sr. Francisco Beserra Cavalcante.

**Gabinete de Leitura** desta cidade recebeu pelo ultimo correio os seguintes jornaes: *Diario do Commercio*, o *Cachoeirano*, *Inprensa Evangelica*, o *Reformador* e *Folha de Minas*.

**Assassinato de um jornalista.**— Publicou a «Gazeta de Noticias», da corte, o seguinte telegramma: «Porto Alegre 7. Foram descobertos os assassinos do redactor da «Gazeta de Itaqui».

Foram executores o anspeçada Pinto do 6.º batalhão, Leovegildo Goulart e Cypriano Gonçalves. Tomaram parte no crime o sargento Camara do mesmo batalhão e o delegado de policia. Este confessou que tinha uma carta do juiz de direito, consentindo no espancamento do referido redactor, mas aconselhando que não o assassinassem.»

Tinha bom coração esse juiz!

**Consta** que Florentino Flores está vendendo fazendas por preço muito barato.

**De novo** acha-se enfermo o ministro da guerra. Foi substituido durante o seu impedimento pelo ministro da justiça.

**Tambem** esteve nesta cidade o Revd. Joel E. Lins Fialho, vigario do Picuhy.

**Foi nomeado** membro ordinario do Conselho de Estado o extraordinario Visconde de S. Luiz do Maranhão.

**Transbordando** o rio que passa pela cidade de Verone, na Italia, inundou aquella cidade e logares circumvisinhos, sendo consideraveis os prejuizos.

**Novo Primeiro Livro de Leitura** é o titulo que o celebre educacionista Dr. Abilio Cezar <sup>Ayres</sup>, barão de Machubas, deu a um livro de leitura que acaba de publicar. Neste livro, acolhido com honrosos elogios por toda a imprensa da corte, o Sr. Barão, já tão vantajosamente conhecido como emérito e infatigavel educador, concretizou os resultados obtidos em efficazes experiencias feitas em cursos de adultos, na corte.

**Em Montevidéo** suicidou-se o jornalista Artigas.

Ignoram-se os motivos que impelleram esse publicista a lançar mão de tão desesperada medida.

**Publica-se ás 3.ª 5.ª e sabados.**

Redacção á rua Direita n. (?)  
Typ. da «Verdade»